

GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia

4

1998 - Departamento de Geografia

ISSN-14147416

GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia

N. 4

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert
Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Departamento de Geografia
Chefe de Departamento: Prof. Dr. José Bueno Conti
Suplente de Chefe: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Departamento de Geografia - Coordenação da Pós-Graduação
(Geografia Humana)
Coordenador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

GEOUSP - Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia - FFLCH/USP
Coordenadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

Comissão Redatorial*
Ana Maria Marangoni Rita de Cássia Ariza da Cruz
Eduardo Yázigí Paulo César Scarim

Comissão Científica
Adyr Balastrieri Rodrigues (USP) Eliseu Spósito (UNESP/P.P.)
Ariovaldo U. de Oliveira (USP) Silvana Maria Pintaúdi (UNESP/R.C.)
Amália Inês G. de Lemos (USP) Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)
 Iraci Palheta (USP) Pablo Ciccollella (Univ. Buenos Aires)
Maria Elena Ramos Simielli (USP) Lia Osório Machado (UFRJ)
 Nidia Nacib Pontuschka (FE/USP)

Capa e Projeto Gráfico
Eduardo Yázigí

Revisão
Ireleno Porto Benevides

Ilustração da Capa
O Mundo, obra de Rogério Gimenes de Campos, janeiro de 1998. Acrílico sobre tela. 24x30cm.

Diagramação/Editoração
Jocley Vieira de Souza e Leo Stucchi (jocley@usp.br)

Revista publicada pelo Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

*abril de 1997/abril 1999



© Copyright 1998 dos autores. Os direitos de publicação desta edição são da
Universidade de São Paulo. Humanitas Publicações FFLCH/USP – outubro/1998

SUMÁRIO

Editorial

Ariovaldo Umbelino de Oliveira e 05
Ana Fani Alessandri Carlos

Artigos

- Cláudio Roberto Duarte 09 *As diabruras da forma. Algumas questões em torno de formas sociais: lógica, política, espaço e os termos de reprodução da mercadoria*
- Alexandrina Luz Conceição 19 *Pensar a Geografia na virada do século*
- Antonio José de Araújo Ferreira 27 *O Estado enquanto agente social do urbano*
- Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. 39 *Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém*
- Márcio P. Santos 53 *Bom Retiro: a formação de uma paisagem urbana*
- João Batista de Deus, 69 *Olhar o centro e ver a cidade mover-se*
Eguimar F. Chaveiro e
Luiz Carlos P. Borges
- Paola Verri de Santana 81 *Uma “paisagem natural intocada” para o ecoturista vindo da cidade*
- Ireleno Porto Benevides 93 *Planejamento e Regionalização: uma abordagem centrada no Ceará*
- Lilian Coltrinari 103 *O trabalho de campo na geografia do século XXI*

Notícia de Encontro

- Cíntia Nigro 111 *XI Encontro Nacional de Geógrafos: algumas surpresas*

Resenha

- Júlio César Suzuki 115 *A degradação do Outro nos confins do humano.*

Teses e Dissertações de Mestrado Defendidas

123 Resumos de teses defendidas

Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

- Ariovaldo Umbelino de Oliveira 133 *Uma resposta à Comissão Avaliadora da CAPES*
Ana Fani Alessandri Carlos

SUMARY

Editorial

Ariovaldo Umbelino de Oliveira e **05**
Ana Fani Alessandri Carlos

Artigos

- Cláudio Roberto Duarte **09** The form's devilries. Some matters about social forms: logic, politics, space and commodity's reproduction terms
- Alexandrina Luz Conceição **19** Thinking about Geography in the century turning
- Antonio José de Araújo Ferreira **27** The State as an urban social agent
- Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. **39** Urban settling and metropolitan reestructure: the case of Belém
- Márcio P. Santos **53** Bom Retiro: the formation of an urban landscape
- João Batista de Deus, Eguimar F. Chaveiro e Luiz Carlos P. Borges **69** Looking at downtown and seeing the city moves
- Paola Verri de Santana **81** An "untouched natural landscape" for the ecotourist that comes from the city
- Ireleno Porto Benevides **93** Planning and Regionalization: an abordage centered on Ceará State
- Lylían Coltrinari **103** The field work in Geography on 21st century

Notícia de Encontro

Cíntia Nigro **111** 11th Geographers' National Meeting: some surprises

Resenha

Júlio César Suzuki **115** *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*

Teses e Dissertações de Mestrado Defendidas

123 Summary of defended thesis

Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Ariovaldo Umbelino de Oliveira **133** The evaluation of Human Geography Post
Ana Fani Alessandri Carlos Graduation Program

EDITORIAL

A avaliação do trabalho realizado na Universidade é uma tarefa que se impõe. O que no entanto se deve refletir é sobre os parâmetros capazes de avaliar de modo mais adequado possível, uma atividade tão específica e importante para a sociedade. Quais os parâmetros capazes de avaliar a qualidade e relevância desta atividade? Como fazer do processo avaliatório um momento de realização do comportamento crítico – fundamental para a produção de uma teoria capaz de explicitar o mundo em que vivemos?

Vivemos um momento na história do Brasil em que se tenta, por todos os meios, desqualificar a Universidade Pública e seu papel na sociedade brasileira. Momento este em que o “institucional se tornou hegemônico, e a burocracia, com sua lógica e padrões bem definidos (que certamente distanciam-se das necessidades da pesquisa e da formação de alunos) invade a universidade numa tentativa de capturá-la. Padrões de “competência e quantidade” tentam se impor de “fora” para dentro da Universidade e longe de estimular ou promover o desenvolvimento da pesquisa tendem a impor-lhe “uma camisa de força”.

As instituições de pesquisa – cada vez mais burocratizadas, longe de assumir um papel na criação das bases para o desenvolvimento da pesquisa, têm insistentemente, através de suas regras e sucessivas mudanças, invadido o trabalho acadêmico com exigências burocráticas que nos tiram – por horas – da pesquisa e dos livros para satisfazê-los – e o que é mais grave, são ajudados nesta tarefa por professores, – geralmente aqueles que abdicaram da carreira acadêmica para flutuar em torno da “burocracia”

No que se refere, especificamente, à AVALIAÇÃO realizada pela Comissão escolhida pela CAPES para avaliar o programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da USP, temos a dizer que, antes de estimular um debate inteligente e profícuo sobre nosso programa – com

críticas pautadas em parâmetros coerentes com o sentido do trabalho de ensino e pesquisa, capazes de permitir um avanço apontando falhas nos caminhos que percorremos em nosso trabalho de formação e da pesquisa -, nos move em direção a um debate que aponta para o “modo” como se realizam as avaliações da Universidade.

Esperava-se que a avaliação pudesse se basear em critérios exclusivamente acadêmicos. Mas o que se viu foi a tentativa – ingênua – do ponto de vista acadêmico – de desqualificar o programa de pós do DG – USP, furtando-se a uma análise crítica de nosso trabalho – o que parece revelar uma estratégia de descompromisso com a academia e com a elaboração/construção do pensamento geográfico no Brasil.

O que nos motiva – a nós geógrafos – é a possibilidade de juntos criarmos as bases de construção de um pensamento geográfico, crítico e capaz de proporcionar um entendimento do mundo neste final de século, a partir da Geografia. O conhecimento, todos sabemos, só se realiza através do exercício da crítica, mas esta tem sido descartada como procedimento científico em detrimento da desqualificação pura e simples da Universidade. No momento em que a Universidade vem sucessivamente vendo sua autonomia se despedaçando no ar, os recursos das Instituições de pesquisa vêm no sentido de permitir a realização do trabalho de formação e pesquisa que jamais deveria ter sido abdicado pela Universidade. Com isso, em função da perda da autonomia, a Universidade vêm perdendo também seu sentido fundamental – de poder decidir, efetivamente, sobre a realização da pesquisa – temas e caminhos – enquanto elemento fundamental da construção do conhecimento e da formação do aluno.

Nesse processo de desqualificação da Universidade no Brasil – os pesquisadores e a pesquisa estão nas mãos da burocracia institucional que inva-

de nosso cotidiano impondo regras e decidindo rumos sem nenhum compromisso com o real sentido da Universidade Pública.

Um programa de pós – graduação se impõe pela sua capacidade de pesquisa e de formação de uma “massa crítica “ capaz de pensar o mundo – pela possibilidade de construção de um pensamento crítico que dê conta da explicitação da realidade – que possa contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento do conhecimento geográfico – e não pela tentativa de desqualificação do outro.

O programa de pós graduação em Geografia Humana do DG vem sendo sistematicamente “torpedeado” pelos avaliadores da CAPES. A quem vem interessando esse comportamento? Por que há quase duas décadas não há membros deste Departamento participando das Comissões de Avaliação da CAPES?

O critério de avaliação da atividade acadêmica impõe uma avaliação de conteúdo, evidentemente, mas alguns dados podem ser elucidativos no sentido de desvendar o comportamento dos avaliadores que concederam a nota 4. O corpo docente e discente deste programa de pós publicou no período de avaliação 650 trabalhos. Quatorze de seus professores publicaram 23 livros – sendo que dois deles mereceram o prêmio Jaboti – da Câmara Brasileira do Livro de São Paulo – e 29 capítulos de livro (no Brasil e no exterior). Seus orientadores levaram à defesa 44 Dissertações de Mestrado e 31 Teses de Doutorado. Existem no Depar-

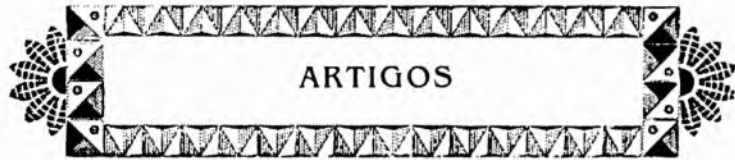
tamento 16 linhas de pesquisa – que servem atualmente de orientação teórico- metodológica para a realização de cerca de 250 pesquisas.

Convém não esquecer que o DG da USP participa de uma rede de intercâmbio internacional que faz dele um centro importante de debate em torno da produção geográfica internacional. E porque não dizer que uma parte significativa dos orientadores dos programas de pós-graduação das Universidades Brasileiras realizam /realizaram seu doutorado na USP, muitos destes cursos reconhecidos, como cursos de excelência pelas Comissões da CAPES. Talvez possamos tomar tal atitude como uma forma indireta, mas efetiva de reconhecimento, pela CAPES, de nosso trabalho – o que torna ainda mais questionável a avaliação da Comissão da CAPES.

A Universidade precisa ser avaliada, disso ninguém tem dúvida. O problema que se coloca é o “modo” como esta deve ser feita, capaz de ir ao encontro dos objetivos e fundamentos do trabalho acadêmico. O que significa que, antes de tudo, a avaliação deve ser norteada por parâmetros estritamente acadêmicos, capazes de ter como preocupação central “o exercício da liberdade” de pensar diferente “e a possibilidade de explicação do mundo”

De resto, a burocracia vem cumprindo seu papel, de forma brilhante – nos tira da pesquisa para elaborar “recursos” preencher formulários, fazer relatórios, etc.

Ana Fani Alessandri Carlos
Ariovaldo Umbelino de Oliveira



ARTIGOS

AS DIABRURAS DA FORMA. ALGUMAS QUESTÕES EM TORNO DE FORMAS SOCIAIS: LÓGICA, POLÍTICA, ESPAÇO E OS TERMOS DE REPRODUÇÃO DA MERCADORIA

Cláudio Roberto Duarte¹
Departamento de Geografia–FFLCH/USP

RESUMO:

Esta é uma reflexão sobre os conceitos de “forma” e “formação” (econômico-social) e sua aplicação na compreensão das realidades sociais e espaciais. Na Geografia, forma tem sido reduzida ao aspecto visível de um objeto externo (e então à paisagem). Mas a riqueza da dialética “forma/conteúdo” ajuda-nos a entender melhor o processo de formação, deformação, metamorfose e transformação dos modos de vida, que são mediados pela Forma-Mercadoria e por relações-(de)-capital. Entretanto, a realização desta Forma coincide com a crise da morfologia social inteira (natureza, urbano, política, linguagem e arte, razão etc.) – incluído ela mesma (crise da valorização, colapso da modernização). Então o conceito de formação – reavaliado em chave dialética negativa, sugerindo o vivido como momento irreduzível – engendra uma nova fisionomia social das desigualdades, diferenças e possibilidades no seio da totalidade impositiva do mercado.

PALAVRAS CHAVE:

forma, formação, mercadoria, reprodução e crises.

ABSTRACT:

This is a reflexion about the concepts of “form” and “formation” (economic and social) and its application in the comprehension of social and spatial realities. In Geography, form has been reduced to the visible aspect of an external object (and so the landscape). But the richness of the “form/content” dialectics helps us to grasp the process of formation, deformation, metamorphosis and transformation of the ways of life, that are mediated by Commodity-Form and capital relations. However, the realization of this Form coincides with the crisis of total social morphology (nature, urban, politics, language and art, reason etc.) – included itself (valorization crisis, modernization collapse). So the concept of formation – reevaluated in a negative dialectics key, suggesting the “lived” as irreducible moment – engenders a new social physiognomy of inequalities, differences and possibilities in the core of impositive totality of the market.

KEYWORDS:

form, formation, commodity, reproduction and crises.

1- A história pode ser pensada, de acordo com a tradição dialética, como *processo de formação do ser*, da sociedade humana como sujeito, ou seja, como processo de diferenciação entre homens e natureza. Isto se determina (mesmo que negativamente) através de *formas históricas* de civilização

(“natureza formada”) e cultura (“apropriação subjetiva”) que vão pressupondo a realização do humano.

¹ Agradecimentos a Mira, Carlos e ao pessoal do Labor pela oportunidade de discussão. Apontamentos para discussão no grupo “Krisis”/Labor. Retomado e escrito entre maio/julho de 1998.

O marxismo classicamente usou o conceito de Formação Econômica e Social (F.E.S.), não obstante seus problemas, procurando dar conta da diversidade dentro da totalidade da história real, comportando tanto o *desigual desenvolvimento* entre o econômico e o social num momento da história (no modo de produção capitalista por exemplo), a desigualdade dos processos sociais em espaços determinados, assim como a referência ao conjunto da história humana (vide LEFEBVRE, H. s.d. cap.IV).

2- Os geógrafos têm como aquisição histórica a discussão do conceito de *forma* e mais precisamente de forma geográfica. Neste sentido são exemplos os estudos da morfologia da paisagem, do relevo ou da cidade. Aqui, "forma" foi geralmente assimilada (não se sabe ao certo se na produção direta ou na recepção dos estudos) à exterioridade visível de um objeto geográfico ou a um padrão destes². Destarte, a *paisagem*, ligada à forma (melhor ainda, à morfologia, noção de matriz biológica) definida nestes termos, sempre foi um conceito importante, tanto na tradição alemã (Schlüter, Passarge etc.) quanto na francesa (Vidal de La Blache, Brunhes etc.), principalmente na influência do *historicismo* (penetrado de positivismo) como referencial filosófico e metodológico. A ênfase nos resultados materiais das interações entre "aspectos físicos e humanos" mais do que nas interações, sobressai-se (cf. CAPEL, H. 1981 cap.X e XI)³. Pôde-se desconfiar recentemente,

entretanto, se a paralisação na compreensão do objeto dos estudos geográficos "nas aparências" do processo social (que envolve relações essenciais de determinação recíproca entre espaço e sociedade) não era um limite da disciplina e dos métodos até ali vigentes. Com a incorporação do marxismo, os geógrafos começam a falar de *formação econômico-social e espacial* (ou formação *sócio-espacial*), dando ênfase às formações estruturais no processo social, mais que às *formas*, como consta na obra do Prof. Milton SANTOS, um dos mais prestigiosos geógrafos da atualidade (1979 cap.I). Este esforço pioneiro e importante de teorização esbarra, contudo, em aporia, e que se compagina ao tratamento do conceito de forma. É verdade que este último reaparece reconsiderado (ambiguamente) na interação com outros conceitos: os de função, de estrutura e de processo (Id. 1985 cap.4). Porém, isto às vezes se manifesta (principalmente nos trabalhos mais antigos) numa *dialética lógica*, outras vezes numa *lógica dialética*. No primeiro caso a *forma* como perfeitamente ajustada à *função* esta tomada no lugar dos conteúdos concorre para que o movimento apareça com o peso dado à *lógica sistêmica* e à "boa" totalidade do modo de produção⁴ o que pode signi-

que caracterizam a paisagem. Valendo esta definição, em geografia nós não estamos preocupados com a energia, costumes ou crenças do homem mas com os registros humanos sobre a paisagem" (SAUER, *Ibid.*p.342). Se isto deu unidade à disciplina (integração geografia física e humana nos estudos regionais etc.) foi ao preço de tornar a materialidade quase que fim em si, fetichizado.

⁴ " 'Etapas no decorrer de um processo', como Labriola as definiu", diz Santos, "as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo. A sociedade evolui sistematicamente, como 'um organismo social coerente, cujas leis sistêmicas são as leis supremas, a medida-padrão para todas as outras regularidades mais específicas' (citando U.Kusmin). (...) O modo de produção seria o 'gênero' cujas formações sociais seriam as 'espécies'" (SANTOS, 1979: pp.12-3). "As

² O que não faz justiça a M. SORRE e mesmo a p.ex. Carl SAUER (1974, Cap. *The Morphology of Landscape*), cujo conceito de forma referia-se ao aspecto fenomênico da realidade, alvo de uma "razão" classificatória sistemática, mas também a resíduos de algo mais complexo, envolvendo o tempo, a imaterialidade da cultura e também a percepção estética de ritmos menos superficiais etc. Em verdade desde Humboldt ou Vidal de La Blache a intuição estava implícita no estudo das paisagens.

³ "A geografia é a ciência dos lugares, e não dos homens" (Vidal de La Blache *apud* CAPEL, 1981: p.334). "Suas formas (da paisagem cultural) são todas trabalhos humanos

ficar o acento nos cortes em vez das transições; some-se a isso que os lugares se dão como *localizações funcionais* contendo certas combinações (ou articulações) de estruturas (formadas de elementos operacionais positivos/fixos), o que tende a ontologizar em instâncias aparentemente autônomas mediações que são históricas (Cf. 1979 pp.29; 44-5; Ver também: 1985 p.2). É o problema espinhoso que a noção de F.E.S. carrega, pois a autonomização formal de esferas, por exemplo a distinção do econômico do social, e também do político, em grande medida é resultado da modernidade. No segundo caso a forma aparece na dialética "*forma-conteúdo*" e há contradição entre o universal e o particular, o global e o local etc., a emergência de novos "elementos" etc. Ainda contudo, a forma parece ser entendida em termos restritos de visibilidade do objeto geográfico: "*Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo*". Por outro lado, a *paisagem* guardaria toda a história acumulada sob as "formas espaciais" (Cf. Id. 1985 p. 50; 55; V.t. 1979 p.42). Com isso, se corre um pequeno risco (e por isso o autor engloba-a dentro da noção de espaço) de hipertrofiar o conceito, hipostasiando o visível material (sem especial atenção ao indivíduo constitutivo da paisagem) ou identificando (o que é possível num

estratagema tecnocrata, exterior a este pensamento) o social a uma representação do espaço (uma paisagem produzida, ou em outro caso, a uma imagem ou mapa).

* *

3- Ora, se tomarmos os conceitos de forma e formação, em sentido *mais amplo (ao mesmo tempo que mais preciso)*, eles não se detêm nestes termos. Na filosofia, forma é um conceito de origem longínqua. Na filosofia grega (na raiz pitagórica), por exemplo, a forma é justamente o contrário do que se conquistou na Geografia. Ela é assimilada à essência inteligível da realidade (Cf. COLLINGWOOD, R.G. s.d. pp.74-133). Neste sentido, a lógica formal a utilizou num sentido *lógico-ontológico*, que HEGEL parece ter reformulado na sua dialética (a forma movimentando-se ativamente com o conteúdo, desenvolvendo por tríades o conceito Cf. 1939 frags. 119, 65-8, 77). Em outros campos, como na estética, a forma não se reduz à *empíria* mas remete à *lógica interna* da obra de arte, necessária e essencial para a expressão universal dos conteúdos particulares do mundo vivido (Cf. Adorno, T.W. s.d. pp. 132 e ss; 157 e ss). Na compreensão hegeliana, o conceito mais amplo de "Formação"⁵ parece estar ligado à idéia moderna de constituição da *Bildung* (cultura ou formação) e do Espírito, e, em registro dialético negativo, à "*pseudo-formação*" (*Halbbildung*) (Adorno, 1971 pp. 234-5), à "*formação interrompida*" (mas apenas "*supostamente inconclusa*" ARANTES, P. & ARANTES,

regiões e os lugares não são nada mais do que lugares funcionais do Todo" (ibid. p.44). Transparece nestes trechos pinçados do livro o acento mais na identidade do modo de produção do que nas diferenças imanentes ou no processo vivido. Há o problema também de considerar a formação econômico-social como totalidade num Estado ou num espaço definido, descaracterizando a proposta de conceber de uma só vez tanto a história de um momento do processo histórico – a formação capitalista (e suas desigualdades mundiais) – como a totalidade da História humana. O cerne do conceito é a não-identidade, isto é, a dialética entre o econômico e o social, entre os tempos históricos coexistentes.

⁵ Vide: HEGEL, G.W.F. 1989: pp.21-2; 48-9. A Fenomenologia é o itinerário de formas ou figuras da experiência da consciência até a formação do Conceito, do Saber Absoluto, do Espírito. Este vem só no final do processo; as determinações na sua pré-história são negativas do sujeito e apenas o pressupõem, diferindo portanto de continuidades historicistas ou de simples evolucionismo. O que não se pode aceitar é sua totalidade afirmativa, o sistema, um outro nome da violência. Totalidade só é categoria crítica quando se quer salvar o que não está de acordo com a totalidade.

O. 1997 pp.98-99; SCHWARZ, R. 1994), ou ainda, à "deformação"⁶

*

4- Henri Lefebvre não só retomou o conceito marxista de F.E.S., conforme vimos, como também teceu uma *teoria das formas*. A lógica, a matemática e a linguagem, a moral e o direito, as artes (a estética, os objetos) e o espaço são *formas históricas* de apropriação da natureza (externa e interna ao homem). Formas que são *abstrações concretas*, pois se determinam mental e socialmente, lógica e espacialmente. De início cabe assinalar que não existe forma sem conteúdo e vice-versa. Os conteúdos são as "continuidades" os movimentos incessantes da práxis, ou seja, as ações e relações sociais, o vivido e as necessidades vitais historicamente constituídos. Entretanto, somente de modo determinado eles se manifestam através da forma; ou então aquém dela, via modos "mais moles" como a *mimesis* (os gestos, os gritos, o expressivo), as imagens, os símbolos, as representações. As formas são "descontinuidades" sedimentadas pelo movimento histórico, funcionando como "*modalidades da prática social*" (LEFEBVRE 1966 p.309) com certa coerência e estabilidade, o que também as torna resistentes à história, perdurando por épocas (por ex. o direito) embora preenchidas por conteúdos diferentes. São inerentes à atividade e ao entendimento analíticos. Têm por um lado o sentido da abstração, da identidade, da generalização, e por outro o da sincronia, da repetição e da quantidade. Por conta disso tendem a "*dar lugar a*

Instituições" (ibid.p.306), a "*normas*" e então a "*modelos e tipos*" (Id.1977 p.84).

Não se reduzem à mera aparência social. Ao contrário, embora apareçam socialmente como fenômenos sensíveis (por ex. sob a forma do discurso, paisagem, dinheiro etc.), tendem a constituir (ou estruturar) a "essência" (o conteúdo) de uma sociedade. Inclusive no plano do pensamento, é por meio delas que se descobre esta essência (aqui para além da paralisia estruturalista da história ou do ontologismo de formas que estão postas). Em momentos especiais o conteúdo pode ser enriquecido pela forma, de modo não só a determiná-lo, mas poli-lo e potencializá-lo; são momentos de reconciliação, de criação, de apropriação não-violenta, de "*perfeição da forma*" (HEGEL, 1989 p.15). Com isso, não se quer dizer que haja sempre adequação perfeita entre ambos. São movimentos contraditórios. O caráter redutor das formas tende a *filtrar* os conteúdos, *configurando-os numa certa ordem* e possibilitando-lhes uma determinada expressão. Isto sucede até o momento em que o não-idêntico, sob a égide da identidade – e conhecido até aqui como virtualidade conflituosa – expresse-se em outras formas, se realizando efetivamente. Há portanto movimentos dialéticos entre as formas e os conteúdos sociais⁷. A *mercadoria*, isto é, o valor, é a *forma* (tal como analisada por Marx em *O capital*) que ganha hegemonia na modernidade capitalista frente às outras formas sociais. Neste ponto Robert Kurz (e o grupo em torno da revista *Krisis*), retomando esta análise, nos ajuda(m) a compreender a força estruturante dessa *abstração real* e ao mesmo tempo seus limites internos.

⁶ Como Kafka trabalha p.ex. em *A metamorfose*: no império dos formalismos, a regressão dos indivíduos à animalidade, ao esquecimento. Foi Walter BENJAMIN, 1985 (Cap. *Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte*, p.158 e ss.) quem assinalou este ponto em sua obra. Na antropologia negativa (homem alienado) de Marx nos *Manuscritos de 44* isto está implícito, uma frase ao acaso: "*quanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador*". e seu complemento dialético: "*a formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal*"

5- Retornando a Marx, sabe-se que ele desvenda a troca de mercadorias e o valor (e suas implicações: o trabalho abstrato, a forma do contrato jurídico etc.) como a "*célula*" da "*sociedade burguesa*"

⁷ Cf. obras de LEFEBVRE, 1966 cap.7 e 8; 1977 cap.V; 1991 cap.4; 1983b cap. *La forma urbana*; 1983a *passim*.

sa" (1964 tomo 1 p.XIII), isto é, da sociedade onde as relações-de-capital (relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado) constituem a estrutura básica de suas *atividades*. A mercadoria moderna é a *forma universal (abstrata)* adquirida pelos *produtos* do trabalho numa sociedade *aparentemente idêntica* de trocadores de mercadorias mas *essencialmente não-idêntica*; Ela *age na igualação formal do desigual*. O capital (o ciclo de metamorfoses do valor) é o "*sujeito*" efetivo do processo social, utilizando os homens como seus suportes. De fato, uma *abstração real opera* na prática. Estas relações sociais, portanto, tomando esta forma, tendem a se autonomizar da sociedade, a se naturalizar, a se mistificar.

A mercadoria se determina duplamente: valor de uso/valor de troca, forma relativa/forma equivalente. Esta estrutura é lógica e não-lógica (pois *contém socialmente sua negação interna*). O valor de uma mercadoria é determinado por um certo dispêndio de tempo de trabalho social abstrato (o que dá seu conteúdo). Só a força de trabalho vivo produz valor (tendo a natureza como substrato); e uma fração dele é expropriada como mais-valor, isto é, trabalho excedente não-pago – o que a torna mercadoria especial para aqueles que podem, querem e precisam (têm forçosamente de) empregá-la, na concorrência inter-capitalista. Em contradição com isto, os ganhos em produtividade, em geral, são conseguidos somente com investimentos em racionalidades técnicas poupadoras de força de trabalho.

A *valorização do valor* torna-se o *fim tautológico* – pois a rigor é um puro meio – da sociedade do capital. Esta é a figura de sua ampliação. Esta sociedade se configura em cadeias de equivalência cada vez mais amplas e atinge todos os momentos da vida. A oposição *lógica* troca-uso vai se tornando *conflituosa* mundialmente (*especialmente*). A realização da sociedade se dá através de meios cada vez mais auto-referentes, como o dinheiro e as imagens no espetáculo (DEBORD, G. 1997 §§ 4, 13, 149-53 etc.). A realização das necessidades pelo mercado

significa percursos sociais prescritos para a grande massa, na forma do ciclo trabalho alienado-salário-consumo, e para o capitalista o ciclo D-M-D'. A inversão dos indivíduos sensíveis em meros ganhadores de dinheiro (não obstante os resíduos contrários!) é produto das diabruras destas formas sociais, que, análogas às travessuras infantis, fogem ao controle de uma humanidade amadurecida.

* *

6- KURZ nos explica como na *história de imposição do moderno sistema produtor de mercadorias* o trabalho e a forma valor vão se autonomizando dos outros momentos da vida social, o que os torna centralidade definidora da situação real dos homens, o que é reforçado pela conversão do primeiro em ideologia hegemônica (a ética do negócio, o produtivismo, o desenvolvimentismo etc.). A consciência é cindida⁸, mas longe de constituir um fundamento ontológico do humano, o trabalho é uma mediação *histórica* específica (1996 pp.21-9). Por um lado mostram-se os "preços" desta modernização fetichizada. Se as formas sociais pré e coexistentes tendiam à rigidez institucional, a sua colonização e redefinição (em termos de poder instrumental alienante) pela forma-valor trazem em seu rastro de civilização e de barbárie num só registro. A crise é da morfologia social inteira (e claro, de seus conteúdos). Isto se expressa na *destruição da natureza* (de suas formações orgânicas e inorgânicas, se quisermos)⁹, na *crise do logos ocidental* (a razão instrumental e sua pseudo-recusa na nova "*aconceitualidade*" pós-moderna)¹⁰,

⁸ É a "mania estrutural de cisão": "*O verdadeiro conflito social básico da modernidade(...)é aquele entre o conteúdo social e a forma não social, inconsciente do próprio trabalho(...)A divisão interna do sujeito burguês manifesta-se como existência dupla, dividida entre a ação referente ao dinheiro ou ao mercado e a do cidadão*" (KURZ, 1996, pp. 43-4).

⁹ KURZ, 1997a: cap. O programa suicida da economia.

¹⁰ Id.Ibid.: cap. A *intelligentsia* depois da luta de classes; cap. Escravos da luz sem misericórdia.

na *degradação da linguagem, da cultura e da arte* (o espetáculo da indústria cultural)¹¹ no *fim da política* (esta é fruto da auto-mediação da forma mercadoriana, da totalidade abstrata; a política estatista que, aparenta uma instância social autônoma, agiu mediamente, no sentido da modernização, na generalização das condições de acumulação, hoje rebaixada à cínica, isto é, "realista" *política econômica*; "democratização nada mais é que a completa submissão à lógica sem sujeito do dinheiro" cilada da "mania estrutural de cisão")¹², na *deterioração da cidade* (a fragmentação do espaço, cortado pelas vias de acesso para privilegiar o automóvel¹³, pela especulação/incorporação imobiliária etc., trazendo a crise do urbano, visado por Lefebvre como virtualidade do lugar do uso e do encontro, potencializadores da civilidade; vigência de uma cotidianidade definida pela coação deste conjunto de formas e seus resíduos), etc. É gigantesca a explosão dos referenciais.

*

7- Entretanto, a realização desta forma coincide com sua negação histórica. Como diz um colaborador de *Krisis*: "Em Marx, o valor não pode conter a realidade mas a subordina à sua própria forma e a destrói, destruindo, no ato, a si mesmo. A crítica marxiana do valor não aceita o valor como um dado de base positivo, nem o defende, mas decifra sua existência auto-suficiente como aparência. A realização em grande escala da mediação da forma mercadoria não leva ao triunfo definitivo desta e sim coincide com sua crise"¹⁴ Kurz reúne elementos que apontam para a perda cada vez mais efetiva da substância do valor do trabalho abstrato. Com a crescen-

te racionalização da produção e a revolução tecnológica (microeletrônica, robótica etc.), tende-se à superprodução de mercadorias, onde cada vez menos trabalho vivo está sendo empregado. Por outro lado, a lei cega da concorrência destrói empresas que não acompanham o nível geral de produtividade, afetando regiões e países inteiros. Não há crise do trabalho sem crise do capital. Ambas fazem um, são idênticas. Assim também tomamos consciência de como as coisas no capitalismo em certo sentido são fantasmas, pois só existem de fato enquanto haja alguém que possa pagar por elas. Como a lógica do capital vai se esgotando (na incapacidade da compra de força de trabalho), vai ficando cada vez mais difícil em contrapartida a realização do lucro incorporado nas mercadorias. Surge assim uma constelação, cujos astros giram em torno da *economização total da vida*: o assalto ao Estado (as privatizações, a corrupção, o desmonte do *Welfare State* – este último aliás uma exceção e não a regra do sistema); as centralizações entre grandes capitais; a globalização neoliberal de mercados assegurando a realização de negócios vantajosos para capitalistas em certos países; a astúcia dos grandes capitais especulando em títulos do mercado financeiro mundializado; a onda de desregulamentação do trabalho e flexibilização das formas contratuais (meio de competição principalmente para ramos atrasados), seguida por recriação de formas arcaicas de superexploração do trabalho (mais valia absoluta, até mesmo escravidão etc.). Daí a necessidade de uma crítica radical como a de Kurz e de outros, que vá além do distributivismo reformista. A produção mesma, as leis do trabalho abstrato, o fetiche das formas é que devem ser negados.

Aqui cabe uma nota, na verdade uma hipótese de pesquisa: é neste momento que as *indústrias com baixa composição orgânica do capital adquirem função estratégica* dentro da lógica da reprodução. O mercado possivelmente vaza para um segundo circuito do capital. Uma indústria como a da construção é vista pelo Estado e pela sociedade civil como fundamental nas tentativas de remediar a crise. Aqui

¹¹ Ibid.: cap. O oco do fetichismo; (V.t.: Id. 1998 e JAPPE, A. (1996).

¹² Ibid.: cap. A falta de autonomia do Estado e os limites da política; (V.t. : Id. 1994, p.11).

¹³ Ver sua relação com o modo de vida: Ibid.: cap. Sinal verde para o caos da crise.

¹⁴ Ernst LOHOFF (*Krisis nº 13*), apud Anselm Jappe. Apresentação. in: Kurz 1997a, pp.8-9.

está embutida toda uma gama de negócios que a cidade comporta e que a torna reprodutora de relações, o que os trabalhos de Lefebvre, Harvey, Gottdiener e outros já tentaram mostrar. Se a tendência ao colapso é verdadeira, pode haver movimentos complementares que tentem reproduzir, nos limites da capacidade sistêmica de valorização, esta mesma lógica, inclusive alimentando-se da barbárie. Por exemplo, pode-se imaginar a hipótese da construção de bairros e condomínios fechados para os colarinhos brancos e *global players* que sobraram, com base no trabalho com remuneração e direitos ínfimos. Por outro, é preciso que sejam consideradas a falta de autonomia financeira do Estado (hoje evidente), a construção de prisões, habitações populares, escolas, redes de comunicação e transporte etc. no sentido de tornar a população e seu espaço funcionais/controláveis, sem falar na indústria do turismo e do lazer programado. E aqui pensamos processos que já se iniciaram e perduram numa determinada re-produção morfológica (espaço homogêneo-fragmentado-hierarquizado), num casamento infernal entre lógica, política e violência (LEFEBVRE, 1977 pp.23-4 e ss). Ora, isto reativaria o conceito de formação e desenvolvimento desigual pois este é o momento da desigualdade no seio mesmo da totalidade do mercado, aquele momento quando Kurz nos diz que o capitalismo tornou-se idêntico a si mesmo, o que não quer dizer estabilidade. O conceito de Formação (Econômica e Social), despedindo-se da ontologização das separações entre o econômico e o social – e incorporando o negativo (isto é, a não-formação, e mais, o vivido) como momento imanente irreduzível –, adquire precisão para descrever e interpretar a modernidade e, sobretudo, o capitalismo coetâneo, que justamente autonomizou o econômico do social, o que deve ser lido numa chave dialética. Isto contém derivações, vejamos.

* *

8- Vivemos dias em que a igualdade jurídica vai se tornando farsa já não tácita; a névoa da identidade vai dando lugar à barbárie, como que *sem for-*

ma, à céu aberto. Daí a revolta da natureza atormentada eclodir em muitos planos: do fanatismo ao sexismo na tv; do liberalismo (individualismo, narcisismo) ao reacionarismo político... Como as pessoas para sobreviverem precisam *usar*, abre-se uma época de *violência* visível na paisagem – o que pode captar uma *fisionomia social* orientada para a contradição¹⁵. De um lado, uma pequena classe média empanturrada no vazio de sentido, quase louca pelo fetiche do consumo e pelas ameaças de perda de emprego; de outro, aqueles que “lutando para serem explorados” e terem como reproduzir esta condição, clamam surda ou explicitamente por “re-formas” e então por mais metamorfoses do capital, mais deformações sociais. Enfim, tanto o proletariado como a esquerda tradicional, sofrendo as pressões cotidianas, com a consciência cindida de sujeitos-monetários (embora cada vez mais *sem dinheiro*), não têm enxergado uma transformação.

Lidamos de fato com uma forma que está se livrando, em certo sentido, do conteúdo. Até mesmo porque podem estar nascendo brechas que o mercado vai deixando fora da valorização. É preciso uma vez mais atentar para o conteúdo: os níveis alcançados pelas forças produtivas, as frescas relações sociais que vão aparecendo, as necessidades e desejos dos grupos, os eventos, os acasos etc. Tudo isso é o conteúdo sensível que uma outra razão deveria resgatar, a não ser que tomemos os simulacros financeiros e culturais pela realidade final. As energias sociais estariam prontas, se puderem se organizar diferencialmente – e este é um possível vislumbreado por Kurz –, para buscar “*novas formas de vida*”¹⁶, para além do dinheiro, da mercadoria, do capital – e *num exercício renovado de crítica imanente* – do

¹⁵ BENJAMIN, ADORNO, LEFEBVRE, DEBORD e KURZ fazem constelação neste enfoque de crítica da vida social/cotidiana.

¹⁶ KURZ, 1997a: cap. Para além de mercado e Estado; Cf.t. Id. 1997b, pp.28-9.

Estado, da política, da moral, das artes e do espaço até então postos (ou pressupostos por seus conceitos ou formas)¹⁷ Ou seria preciso esperar o fim total do trabalho? Julgamos que uma fisionomia social dialética não focaliza só a destruição e o sofrimento, pois correria o risco de cair num passadismo reacionário. Com presença de espírito atenta para formas embrionárias

(o que, poder-se-ia dizer, os geógrafos já vêm percebendo), a *esperança* nesta presença passa em verdade não só pela compreensão objetiva do processo, mas pela *vontade de esperar* pela supressão dialética da pura lógica – da necessidade do que existe embutido na “paciência do conceito” (HEGEL, 1989, p.22); cabe desde então a questão da “impaciência”¹⁸

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. “Teoría de la pseudo cultura (Halbbildung)” (original: 1959). *in*: ADORNO, Theodor W. & Horkheimer, Max. *Sociológica*. 2ª ed. Madrid, Taurus, 1971 pp.233-67.
- _____. *Teoria Estética* (1969). Lisboa, Edições 70, s.d.
- ARANTES, Paulo.E. & ARANTES, Otilia. “O sentido da formação hoje” *in*: *Praga*. nº 4. São Paulo, Hucitec, 1997. pp.95-107
- BENJAMIN, Walter. “Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte (1934)” *in*: Id. *Obras Escolhidas vol. I*. São Paulo, Brasiliense, 1985 pp.137-64.
- CAPEL, Horacio – *Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1981.
- COLLINGWOOD, Robin G. *Ciência e Filosofia (A idéia de natureza)*. Lisboa, Ed. Presença (ed.de bolso), s.d.
- DEBORD, Guy – *A sociedade do espetáculo* (1967). São Paulo, Contraponto, 1997.,
- HEGEL, Georg W.F. A fenomenologia do espírito *in*: *Hegel vol.II (Os pensadores)*. São Paulo. Nova Cultural, 1989.
- _____. *Morceaux Choisis* (trad./introd. Lefebvre, Henri et Guterman, Norbert). Paris, Gallimard, 1939.
- JAPPE, Anselm. Sic Transit Gloria Artis. El “fin del arte” según Theodor W.Adorno y Guy Debord. *in*: *Mania nº 1*, Barcelona, (1996) pp.31-52.
- KURZ, Robert. Cultura degradada. *in*: *Folha de São Paulo, cad.Mais!*, 15/03/1998.
- _____. *Os últimos combates*. Petrópolis, Vozes, 1997a.
- _____. “Existe vida após a economia de mercado?” *in*: *Praga*. nº 4. São Paulo, Hucitec, 1997b pp.21-9.
- _____. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (1991). 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- _____. “O fim da política. Teses sobre a crise do sistema de regulação sob a forma-mercadoria” tradução provisória mimeo. *Revista Krisis*, (1994).
- LEFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno* (1968). São Paulo, Ática, 1991.
- _____. *La presencia y la ausencia (contribución a una teoría de las representaciones)* (1980).

¹⁷ “A superação da crise exige um tipo completamente diferente, exatamente oposto, de ‘razão prática’ e ‘imanência’, que ao invés de moderar a crítica social torna-a mais radical e mais aguda. Ou, em palavras mais precisas: a substância material das potências alcançadas da socialização tem que ser radicalmente liberada da forma histórica que contaminou essa substância e tornou-

a extremamente destrutiva. O que é exigido é, portanto, uma razão sensível, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada à forma-mercadoria” (KURZ, 1996, p. 232).

¹⁸ “Não é infinita a paciência daqueles que ‘caíram fora’” KURZ, *ibid.*, p.199.

- México, Fondo de Cultura Economica, 1983a.
_____. *La revolución urbana* (1970). 4ª ed. Madrid, Alianza, 1983b.
_____. *De l'État. tome III*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1977.
_____. *Le langage et la société*. Paris, Gallimard, 1966.
_____. *O pensamento de Lenine* (1957). Lisboa, Moraes, s.d.
MARX, Carlos. *El Capital (Crítica de la economía política)*. 3ª ed. Mexico. Fondo de Cultura Economica, 1964 (t.1).
SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1979.
_____. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.
SAUER, Carl O. *The Morphology of Landscape* (1925). *in: A selection from the writings of Carl Orwin Sauer*. 5ª ed. Berkeley, University of California Press, 1974, pp.315-50.
SCHWARZ, Roberto – Fim de século. *in: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 04/dez/1994*.



PENSAR A GEOGRAFIA – NA VIRADA DO SÉCULO

Alexandrina Luz Conceição

Doutoranda em Geografia Humana pelo Depto. de Geografia-FFLCH/USP e Prof^a do DGE/UFS

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o pensar geográfico na virada do século. O pensar o final do século XIX, na especificidade das idéias ratzelianas como representações de uma época, compreende um método que se propõe analisar o tempo vivido, como possibilidade de abrir janelas para sinalizar alternativas que possam melhor compreender o hoje.

PALAVRAS-CHAVE:

Zeitgeist (espírito do tempo), Weltgeist (espírito do mundo), Ideologia, Estado, Nacionalismo.

ABSTRACT:

This text presents a reflection about geographical thought in the century turning. Thinking about the end of nineteenth century, under the specificity of Ratzel's ideas as representations of a period, consists of a method that proposes to analyze the time lived, as a possibility to open windows that point out to alternatives that can lead to a better comprehension of the present.

KEYWORDS:

Zeitgeist (time spirit), Weltgeist (world spirit), Ideology, State, Nationalism.

*"Cada qual é filho de suas obras, e do jeito que a passividade faz a cama, nela se deita."
Guy Debord*

"O momento da inércia da vida e do pensamento humanos parece imenso, e a capacidade de sofrimento dos indivíduos talvez chegue muito perto daquela dos animais. Não obstante, existe um limite absoluto, mesmo que este esteja à beira da 'destruição do mundo', limite do qual ninguém pode dizer o quanto estamos distantes. É possível que a era das trevas da crise do sistema produtor de mercadorias, com suas formas de percurso e acontecimentos catastróficos, abranja boa parte do século XXI¹."

O discurso de Robert Kurz no final deste século representaria o contra-discurso da virada do século XIX. Enquanto o espectro do caos e das trevas ronda estes tempos, "progresso" e "evolução" indicavam naqueles tempos a razão iluminista abstrata de uma sociedade projetada na lógica imanente

¹ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 223.

do movimento abstrato da forma mercadoria. Nos fins do século XIX, o avanço industrial, com o desenvolvimento técnico, engendra relações capitalistas de exploração do trabalho que atinge os mais altos graus de subordinação ao mercado mundial. O Mercado surge como pressuposto de possibilidades de satisfação, que representa o progresso. A libertação anunciada pela modernização burguesa, e garantida pelo Direito, constituía o invólucro do sonho de emancipação. Labor, Crescimento e Liberdade compreendiam o imaginário de uma época que antevia a redenção pelo trabalho imaginário formador tanto do mundo capitalista como do socialista.

O olhar revelado na literatura, arte e na música, no período que se seguiu a 1830, indica a presença de uma fala a partir de um olhar para fora, daquele que vê possibilidades de mudanças. A própria nostalgia em vibração traz representações do velho em frente ao novo. Natureza e Sociedade passam a ser explicadas a partir da compreensão sobre “o que é”. O desenvolvimento da biologia evolucionista modifica as idéias sobre o equilíbrio da natureza, e é visto como resultante da luta entre as espécies. As relações são estabelecidas pela competição, na sobrevivência do ‘mais apto’ – que significa progresso. As idéias de competição e seleção foram assimiladas pelas ciências sociais e utilizadas ideologicamente para justificar a ordem social capitalista.²

Natureza, que passa a ser mutável, concebida como produto do desenvolvimento e situada sob a perspectiva das relações dos seres vivos com o meio natural, deixa de ser explicada a partir do campo das idéias, passando a ser estudada pelo método positivo-indutivo: experimental. A idéia de Progresso e de Evolução será o paradigma da Revolução Copernicana. A partir de então há o abandono definitivo da concepção estática do mundo, a Natureza.

Foi RATZEL o primeiro geógrafo a incorporar as idéias do evolucionismo biológico e da organização ecológica. “El evolucionismo suministraba un instrumental analítico e interpretativo fundamental para explicar las conexiones entre unos hechos y otros y, en relación con ello, la dinámica de las actuaciones humanas y sociales en el espacio geográfico... En primer lugar, se encuentra la perspectiva que cristaliza en la elaboración ratzeliana, caracterizada por remitir a las categorías darwinistas para argumentar interpretaciones de los procesos humanos basadas en rígidos esquemas de determinación natural, situándose en un horizonte significativamente próximo al del denominado darwinismo social”³.

Friedrich Ratzel, nascido em 30 de agosto de 1864 e morto em 9 de agosto de 1904, viveu e participou de uma época de grande peso histórico revolucionário. O seu pensar refletiu-se em um momento histórico, onde se tornaram ascendentes as “transformações nacionalistas”, em pleno apogeu do liberalismo burguês. Sob a influência das idéias ecológicas de Ernst Haeckel, seu professor na Universidade de Berlim, Ratzel foi o primeiro geógrafo a identificar a geografia com a ecologia humana; para ele a geografia é sobretudo uma ecologia humana. O seu objeto de preocupação são as relações dos organismos vivos entre si e suas relações com o meio ambiente. Para Ratzel, “não devemos pois considerar a variabilidade⁴ do homem de maneira tal que em certo sentido qualquer influência externa deva deixar sobre ele sua marca, e uma marca característica cuja natureza se possa até reconhecer. O homem é um organismo que segue as próprias leis e que, sempre de acordo com estas, embora de forma independente, elabora tudo aquilo que lhe provém do exterior. Este afirmar-

³ _____, *Op. cit.*, p. 33.

⁴ Ratzel se refere à propriedade de produção de modificações na história da criação nos longos períodos de tempos. Ver: MORAES, Antonio Carlos Robert.(org). *Ratzel*, – Coleção de Textos. São Paulo, Ática, 1990.

² CAPEL, Horacio. *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1981.

se da individualidade humana, em meio às influências exteriores, não obstante às violentas relações que lhe são impostas, constitui um elemento essencial do conceito de vida.”⁵

Na sua crítica a Darwin, Ratzel afirma que, – embora os povos sejam constituídos por organismos vivos, logo sujeitos à lei da variabilidade – nem todos os organismos se modificam na mesma medida diante da mesma intensidade das influências externas. É preciso cuidar para observar a influência do processo de formação dos povos. Para evitar resultados errôneos, é preciso não atribuir a influência das condições naturais, subtraindo a ação das causas intermediárias que se interpõem sobre os efeitos climáticos, por exemplo: “a maior parte das influências que a natureza exerce sobre a vida espiritual do homem se manifesta através das condições econômicas e sociais que pôr sua vez estão intimamente ligadas entre si”⁶. Sem contudo perder de vista que estas condições, assim como os costumes e a educação não são independentes da natureza do território, dependem das condições naturais. A expressão “condição natural” faz lembrar as concepções eugênicas que se colocam enquanto discurso da capacidade do homem em modificar o meio natural (em um certo nível de desenvolvimento e organização) – as condições naturais constituem estímulo ou freios ao desenvolvimento de um povo.

Para WITTFOGEL, o centro da reflexão de Ratzel era a questão da relação do Estado com o solo. Para o autor a concepção de Ratzel é “imaculada” “O Estado vive do solo sem que as características do solo tenham que passar pelo profano. “O crescimento do Estado não se faz a partir das fontes de riqueza material. Ele elimina da sua análise a problemática da esfera social e econômica. Entretanto, a partir de uma materialismo ingênuo, leva em consideração o

fator de formação econômica. A sua análise parte de categorias políticas e, sobretudo, de elementos naturais⁷. A paisagem olhada por Ratzel será fortemente marcada pela concepção naturalista.

Nas “Leis do Crescimento Espacial do Estado”, Ratzel o vê em constante movimento, e seu crescimento orgânico se dá pela anexação dos Estados mais fracos (pequenos), que procuram se agregar para se igualarem aos mais fortes, pelo “desejo” de terras. Essa tendência à imitação do grande é considerada pelo autor como vital – essas são as leis do progresso. A luta por anexação e por incorporações espaciais é condição natural e historicamente observada através dos movimentos internos migratórios, que se locomovem constantemente nas faixas de fronteiras – a integração à nação maior é uma ação necessária e positiva⁸. As afirmações de Ratzel enfatizam a influência das concepções da Idéia Nacional.

O nacionalismo dos anos 1880-1914 passava a representar o direito de autodeterminação, que significava o direito de soberania. A língua passa a ser o principal critério, ou mesmo único, para a existência de uma nação potencial e o afloramento dos sentimentos nacionais – o critério etnolinguístico passa a definir uma nação. Não serão problemas de comunicação ou de cultura que definirão a questão da língua, mas a língua demarcará as relações de poder, *status*, política e ideologia. Isto é possível com o surgimento da genética, que passa a ocupar o lugar do evolucionismo darwinista e traz o racismo como definidor de civilização – racismo e nacionalismo serão tratados de forma única, sem fronteiras. Nação e raça muitas vezes são colocadas como sinônimos. Raça passa a ser então um conceito fundamental para os estudos das ciências sociais. A rela-

⁵ RATZEL, Friedrich. “Geografia do Homem (Antropogeografia)”, in MORAES, A. C. R., *Op. cit.* p. 60.

⁶ _____, *Op. cit.* p. 64.

⁷ WITTFOGELI, Karl August. “Geopolítica, Materialismo Geográfico e Marxismo”, in *Caderno de Seleção de Textos, São Paulo, AGB, n. 20 - março/1992.*

⁸ RATZEL, Friedrich. “As Leis do Crescimento Espacial dos Estados” in RATZEL, *Op. cit.*

ção raça e nacionalismo será permitida: pelo rápido progresso da modernidade (com o crescimento industrial que intensifica as desigualdades urbanas e, conseqüentemente, as péssimas condições de trabalho e de habitação); pelas migrações, diáspora múltipla de povos, – (com a evolução das máquinas há a ameaça ao desemprego e uma conseqüente formação de mais valia relativa); pelos temores da grande depressão⁹.

A identificação do nacionalismo com o Estado foi essencial aos princípios nacionalistas – Raça = Nação = Estado. Essa concepção de Estado passa a ser antípoda à filosofia liberal, embora não se afaste dos princípios liberais (liberdade e individualidade). O Estado passa a ter o papel de: protetor do fraco contra o forte na garantia da liberdade e da individualidade; protetor dos necessitados (nas catástrofes); interventor nas grandes crises econômicas e nas guerras¹⁰

O organicismo do século XIX se apoiou nos conceitos biológicos de organização, que passaram a ser usados para compreender a complexidade de todos os fenômenos. Toda a terra foi considerada como um organismo – ser vivo. O novo organicismo foi alimentado pela filosofia da natureza da época romântica. “Volkgeist (espírito nacional) e Zeitgeist (espírito da época) são os alicerces do pensamento romântico. A Volkerpsychologie de Wundt¹¹ insere-se, assim, no projeto romântico de uma compreensão do Zeitgeist, na medida em que se estuda sua

manifestação na vida dos povos e das comunidades humanas”¹².

O Espírito de uma época (Zeitgeist), para LITT,¹³ tem estreita relação com o espírito do povo (Volkgeist). O espírito da época pode ser considerado como o espírito do povo em uma determinada época, contudo, o espírito de uma época deve ser visto quando se refere à forma de atuar de um povo ou ao modo de ser (conjuntos de modo de ser ou de atuar) em uma determinada época. Conforme este autor, para Hegel o sentimento que um povo tem de si e de suas posses, instituições, costumes, etc. constitui o espírito do povo – de um espírito determinado e determinado pela sua história. Por isso o espírito de um povo equivale a um indivíduo no curso da história universal, logo, os espíritos dos diversos povos no curso da história são os graus na história do universo, na qual se realiza o espírito universal. Este espírito representa a consciência do povo e da época. A história universal é o desenvolvimento da consciência do espírito de sua liberdade. A substância e a essência do espírito estão condicionadas pela liberdade. Todas as qualidades do espírito só existem através da liberdade; esta é a sua única verdade.

Na visão de Gerard LEGRAND¹⁴, a filosofia romântica introduz as expressões “espírito de um povo” e “espírito de uma época” fundamentada no princípio abstrato do sentimento, da imaginação, da vontade e da reflexão, que representam princípios comuns a todos (sentimentos, vontades e a todas as reflexões).

Temos a compreensão do espírito como idéia universal e não como algo particular. “O espírito é a substância e a essência universal, igual a si

⁹ _____ *Op. cit.*

¹⁰ HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo - desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

¹¹ MARTINS, Luciana de Lima. *Friedrich Ratzel através de um prisma*. Dissertação de Mestrado defendida para a obtenção de grau de mestre em Ciências, UFRJ, Rio de Janeiro, setembro, 1993. Na sua dissertação Martins refere-se a Wilhem Wundt (1832-1920) que desenvolveu no laboratório de psicologia de Leipzig uma “metodologia experimental aplicada ao fenômeno humano total”, com o objetivo de investigar se existem níveis intermediários entre o espírito do Homem e o da Terra (tema já proposto por Gustav Theodor Fechner (1801-1887) no *Zend Avesta*, filósofo que segundo Martins exerceu grande influência em Ratzel).

¹² _____ *Op. cit.* p. 99.

¹³ Ver estudos de LITT, Theodor do seu livro *Philosophie und Zeitgeist*, 1955, in *Dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora*, Tomo I, Buenos Aires, Sudamérica, 1971 (referência sobre *espírito*).

¹⁴ LEGRAND, Gerard. *Dicionário de Filosofia*. Rio de Janeiro, Edições 70, Brasil Ltda, 1993.

mesma e permanente: o inabalável e irredutível fundamento e ponto de partida do agir de todos, seu fim e sua meta, como (também) o em-si pensado de toda a consciência-de-si. Essa substância é igualmente a obra universal que, mediante o agir de todos e de cada um, se engendra como sua unidade e igualdade, pois ela é o ser-para-si, o Si, o agir. O espírito é a vida ética de um povo, enquanto é a verdade imediata: o indivíduo que é um mundo"¹⁵. Para Hegel, a universalidade se realiza através da mediação alienadora da consciência-de-si. Esta só se torna real à medida que se aliena a si mesma, pondo-se como universal.

"A pura contemplação de si mesmo como da humanidade universal tem na efetividade do espírito do povo a forma de unir-se com os outros, com os quais, pela (própria) natureza, constitui uma nação para uma empresa comum; para tal obra forma um povo-integrado e por isso um céu-coletivo"¹⁶. Essa universalidade a que o espírito chega constitui um agrupamento de individualidades, que não passou ainda sua imediatez – tribo, não formou um Estado, há apenas uma ação comum – o agrupamento dos espíritos-dos-povos.

O espírito se manifesta no tempo enquanto não apreende seu conceito puro, ou seja, enquanto não elimina o tempo. O tempo se manifesta como destino e a necessidade do espírito; ele é a alienação necessária. Ao se perder, o sujeito torna-se outro, para tornar-se verdade de si mesmo. "O espírito não pode atingir sua perfeição como espírito consciente-de-si antes de ter-se consumado em-si, antes de ter-se consumado como espírito do mundo"¹⁷

Para HEIDEGGER o "espírito" não cai no tempo, ele existe como temporalização originária da temporalidade. Esse "cair" pertence à temporalida-

de¹⁸. É a potência de conservação mais profunda de suas forças da terra e sangue. O espírito escreve seu traço de união entre o mundo, a história, o povo, a vontade da essência, a vontade de saber.

Se para HEGEL "O pensar em si, repleto apenas de si e, portanto, vazio, só se enche com um conteúdo particular, que do ser determinado é elevado à representação universal"¹⁹, logo o pensar em si, enquanto universal, constitui a representação de vários sujeitos singulares. Contudo, o indivíduo é determinado por suas qualidades universais. A universalidade deve ser compreendida como o autodesenvolvimento de um sujeito que, ao mesmo tempo, contém e compreende o individual e o particular, que tem no universal a base incontestável da sua realidade. A formação do universal é um processo histórico, e o universal é um fator histórico. O verdadeiro sujeito da história é o universal e não o indivíduo e a essência deste universal é o espírito. Um princípio universal está, pois, latente nos propósitos particulares dos indivíduos (suas necessidades), que constituem as únicas fontes da ação dos homens. A sua consciência está condicionada por esses interesses. Alguns indivíduos superam esta condição e criam novas formas de vida. São os considerados por Hegel de homens da história (Alexandre, César, Napoleão), no entanto eles não são os sujeitos efetivos da história, são os "agentes do espírito do mundo"²⁰

"O sujeito último da história é chamado por Hegel o espírito do mundo (Weltgeist). É responsável pelo desenvolvimento da arte, religião e filosofia. Sua realidade se condensa naquelas ações, tendências, esforços e instituições que encarnam os interesses da liberdade e da razão. Ele não existe separado destas realidades, e atua por meio destes

¹⁵ HEGEL, G. W. Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*, Parte II, Petrópolis, Vozes, 1993, pp.8-9.

¹⁶ _____. *Op. cit.* p. 171.

¹⁷ _____. *Op. cit.* p. 216.

¹⁸ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Parte II, Petrópolis, Vozes, 1997

¹⁹ VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 201.

²⁰ MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução - Hegel e o Advento da Teoria Social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

agentes e destas funções. A lei da história, que é representada pelo espírito do mundo, atua, portanto, por trás e acima das cabeças dos indivíduos, sob a forma de um poder anônimo irresistível. A soberania do espírito do mundo, tal como Hegel a descreve, revela os traços sombrios de um mundo controlado pelas forças da história, em lugar de as controlar.”²¹ Deus é o Espírito do Mundo. Espírito Divino, que é o Espírito Absoluto.

Espírito e mundo, sujeito e objeto, não se separam. Nos estudos sobre Filosofia da Práxis, VÁZQUEZ afirma que, segundo MARX, para HEGEL “a história do espírito é também, por isso, a história real dos homens que são seus portadores. As experiências concretas, humanas, práticas ocorrem nessa história espiritual, mas não em sua forma real, histórica, e sim como momentos ou manifestações do próprio desenvolvimento do espírito.”²²

“A inversão que MARX efetua para ‘salvar por transferência’ o pensamento das revoluções burguesas não consiste em substituir banalmente pelo desenvolvimento materialista das forças produtivas o percurso do Espírito hegeliano que vai ao encontro de si mesmo no tempo, Espírito cuja objetivação é idêntica à sua alienação e cujos ferimentos históricos não deixam cicatrizes. A história que se tornou real já não tem fim. MARX demoliu a posição separada de HEGEL diante do que acontece e a contemplação de um agente supremo exterior seja ele quem for.”²³

Para MARX, GEIST (espírito) é refletido como saber, visto como superestrutura. Para ele, todas as forças ideológicas de uma sociedade são sinônimos ou complementares de um certo tipo de práxis, da maneira que a sociedade estabelece sua relação com a natureza. O “espírito” de uma sociedade compreende o seu modo de produção, pois este já é um certo modo de coexistência dos homens, que se realiza, se transmite e se percebe pelos objetos cultu-

rais que ela dá a si própria e no meio dos quais ela vive²⁴ Criticando “As teses sobre Feuerbach” Karl MARX afirma que “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais”²⁵. Para o materialismo histórico dialético, as representações dos homens estão diretamente relacionadas com suas atividades materiais. O representar, o pensar, o seu intercâmbio espiritual são emanações diretas de seu comportamento humano, do ato de produção e desenvolvimento de suas atividades. O que eles são coincide com o que produzem e o modo como produzem. O que eles são depende das condições materiais de sua produção. Ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio material, transformam seu pensar e os produtos do seu pensar. Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, correspondentes a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” A consciência é portanto um produto social²⁶

ENGELS, no texto sobre “Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”²⁷ afirma que os rápidos progressos das ciências naturais e da indústria foram impregnando de um conteúdo materialista os sistemas filosóficos idealistas, esforçando-se em conciliar, de maneira panteísta, a antítese entre o espírito e a matéria. Para este, a limitação do materialismo era sua incapacidade de conceber o mundo como um processo, como uma matéria sujeita ao desenvolvimento histórico. Os homens fazem sua história, na

²¹ _____ *Op. cit.* pp. 214-5.

²² VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Op. cit.*, p. 62.

²³ DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997, p.52.

²⁴ Refiro-me a análise de Maurice Merleau Ponty sobre “Marxismo e Filosofia” Texto lido por mim, in *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1980.

²⁵ MARX, Karl e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 13.

²⁶ _____ *Op. cit.*

²⁷ In: *Obras Escolhidas*, vol. 3, São Paulo, Alfa Ômega, s/d.

medida em que cada um busca seus fins próprios, com a consciência e a vontade do que fazem. O resultado final da história decorre dos conflitos que se estabelecem entre numerosas vontades individuais, e cada qual resulta de uma multidão de condições de existência particulares. São nas ações em conjunto e contínuas que se dão as grandes transformações históricas.

Todo conhecimento é prático. Só a prática nos põe em contato com as realidades objetivas, em relação com o mundo, com objetos, com seres vivos e humanos. Esta relação faz parte do próprio 'ser'. O conhecimento humano é social. Ao se relacionarem, os homens estabelecem relações cada vez mais ricas e complexas. Os seres humanos transmitem seus conhecimentos – pelo exemplo ou pelo ensino. Todo conhecimento foi adquirido e conquistado, logo tem caráter histórico²⁸. O resultado final da história decorre dos conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais, cada uma das quais é o resultado de uma multidão de condições de existência particulares²⁹.

Na "Introdução à Crítica da Economia Política," MARX, ao refletir sobre o Método da Economia Política, tece críticas à análise da sociedade como um indivíduo único, e a analisa a partir da compreensão da sua totalidade, pelo real, pelo concreto. A totalidade concreta, enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber, o todo que aparece no espírito é um produto do cérebro pensante, é um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação. Segundo Marx, ao reduzir a plenitude da representação à uma determinação abstrata, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pen-

samento, que se concentra em si mesmo e se movimenta por si mesmo.

Enquanto para Hegel o processo de pensamento (idéia) é o demiurgo do real, para Marx o ideal é o material. O objeto real conserva sua independência fora do espírito, o mundo só é real quando concebido pela a consciência. A produção de idéias, da consciência está diretamente relacionada com a atividade material e jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real³⁰.

Final do século XX – o capital não é mais produzido a partir da mais valia nacional, e sim pela mais valia mundial. O modo de produção rompe as fronteiras das economias nacionais e se dá a formação de mercados financeiros internacionalizados. Os investimentos precisam ser fluídos, flexíveis a fim de atender ao movimento das mercadorias, aos melhores juros a velocidade da técnica é que estabelece o padrão de produtividade. Os grandes capitais sufocam concorrencialmente aqueles que não podem acompanhar o padrão de produtividade. Esses para competir ou simular a competição, mantêm o nível de exploração dos trabalhadores através de baixos salários (trabalho forçado ou escravo), longas jornadas de trabalho ou se subordinam à condição única de exportadores (Europa Oriental e Sudeste Asiático).

O espaço se torna fluído como contentor das relações de trocas – valor de uso, e rígido, enquanto território de "comando" dos blocos econômico, (CCE, EUA e Japão) que estabelecem barreiras por meio de estruturas de subvenção e conflitos comerciais. O espaço internacionalizado e globalizado é exclusivo às formas econômicas de circulação do dinheiro e do mercado. – enquanto valor.

O fetiche da mercadoria, o fetiche do dinheiro se impõem pela ausência da crítica. O vazio é o lugar da alienação – homens sem essência, sem re-

²⁸ LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

²⁹ ENGELS, Friedrich. "Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã." in *Obras Escolhidas*, vol. 3, São Paulo, Alfa Ômega, s/d.

³⁰ MARX, Karl e ENGELS, F. *Op. cit.*

ferências, ausentes do próprio corpo, expropriados de memória a-históricos. Homem e Natureza são compreendidos como representações – simples mercadorias – valores de trocas³¹

Que geografia temos proposto? A Idéia Nacional!! Zeitgeist I?

Se as idéias de cada época são expressão ideal das relações materiais dominantes entre as condições de produção, os produtores destas idéias e as circunstâncias materiais que são a base dessas idéias, logo, no atual espaço das relações de produção, o lugar é abstrato e ganha significante enquanto definido e definidor do trabalho abstrato. E é neste significante que passa a ter seu significado, deixando de ser fluído enquanto aparência, para assumir o significado de “lugar de resistência”

³¹ Nossas reflexões estão sustentadas nas teses de Robert Kurz, principalmente nos ensaios publicados no livro: KURZ, Robert. *Os Últimos Combates*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

No entanto, não se pode esquecer que no discurso do anti-hegelianismo podemos inverter o invertido, cientes de si e para si, sujeitos ideologicamente automatizados no tempo espetacular. Abstraídos no universal, particularizamos idéias subsumidas inúmeras vezes das vontades do “espírito do mundo pós-moderno” “Weltgeist”? Como sujeitos subtraídos de seu próprio tempo, na alienação viva no tempo consumível da produção da mercadoria do movimento permanente do fetiche do dinheiro, vivemos “o tempo cíclico, o tempo da ilusão imóvel, vivido realmente; o tempo espetacular da realidade que se transforma, vivido ilusoriamente”³².

Obs.: Este artigo vem sendo refletido desde abril de 1997, e esta redação final foi escrita entre junho a julho de 1998, devendo ainda ser aprofundada como contribuição à minha tese de doutorado.

³² _____. *Op. cit.*, p. 162.



O ESTADO ENQUANTO AGENTE SOCIAL DO URBANO

Antonio José de Araújo Ferreira
Mestrando em Geografia Humana no DG-FFLCH/USP e
Prof. do Departamento de Geociências/UFMA

RESUMO:

Este artigo trata do Estado, enquanto agente social, para efeito de se analisar o processo inerente à (re)produção do espaço urbano. A intenção, pois, é contribuir no debate acerca do papel do Estado nesse processo, de maneira que se ultrapassem as "armadilhas" relativas ao corte setorial e/ou à forma isolada com que se analisam os agentes sociais envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE:

Estado, agente social, espaço urbano, (re)produção, avanço

ABSTRACT:

This article talks about the State, as a social agent, analysing the process related to the urban space (re)production. It's objective, therefore, is to contribute to the debate about the role of the State in that process, exceeding the "snàres" of a sectorial analysis and/or of an isolated way of studying social agents involved.

KEYWORDS:

State, social agent, urban space, (re)production, advance

Introdução

É a partir da década de setenta que a literatura internacional registra uma gama de trabalhos dedicados à produção do espaço, principalmente urbano. Contudo, a prioridade centrava-se no corte setorial e/ou no estudo isolado a respeito da atuação de determinado agente social. Por conseguinte, a literatura nacional absorveu tal influência. Porém, alguns esforços, revelaram-se profícuos, tanto no que concerne à análise conjunta dos agentes sociais identificados quanto à adequação dos métodos de interpretação.

Neste artigo, pois, são feitas considerações sobre a importância da realidade empírica para efeito de se apreender a quantidade e qualidade (ações,

estratégias, interesses, conflitos, etc..) dos agentes sociais que atuam na (re)produção do espaço urbano. Para tanto, levam-se em conta os antecedentes teóricos, o método de interpretação, as tarefas passíveis de viabilizar a análise, os agentes sociais, para concluir que o Estado, enquanto agente social, pode ser o fio condutor da análise a ser empreendida.

Antecedentes teóricos

A literatura especializada tem registrado nos últimos trinta e cinco anos uma série de estudos que analisam a produção do espaço, sobretudo urbano.

Entre esses, destacam-se as contribuições de economistas, sociólogos, filósofos geógrafos, etc., mais precisamente de CASTELLS (1972), HARVEY (1973), LEFEBVRE (1974) e CAPEL (1974).

Ao se proceder um levantamento (inconcluso em função do número de títulos e da variedade de estoques teórico metodológicos) sobre essas contribuições, verifica-se que, até então, os trabalhos se peculiarizavam por considerar, de forma isolada, os agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano, em que pese o fato de se restringirem a realidades empíricas sobre a Europa e os Estados Unidos.

Em relação à Europa sobressai o pioneirismo acerca da análise da política urbana por CASTELLS (1972), que em 1977 (p 31-33) releva as contribuições de TOPALOV (1973 e 1974) sobre o empreendimento e propriedade imobiliária, do ASCHER & LUCAS (1972), ASCHER & LEVY (1973) principalmente acerca da produção da construção e habitação, de PRETECEILLE (1973) sobre a produção de conjuntos habitacionais, de CASTELLS & GODARD (1974), realçando a relação entre o Estado e as grandes empresas, assim como de LOJKINE (1977) no que diz respeito à intervenção do Estado na organização do espaço. Destacam-se ainda os estudos de CERVELLATI, SCANNAVINI & ANGELIS (1973), que enfatizam o centro histórico de Bolonha, Itália, bem como a contribuição de COHEN (1975) sobre o urbanismo na ex-URSS e no Leste Europeu.

Vale notar que as idéias concebidas principalmente em França, referentes a CASTELLS (1972) e a LOJKINE (1977), originaram-se de observações sobre o papel do Estado (planejador), combinado aos conflitos sociais em Paris, durante os anos setenta. Este período levou LEFEBVRE (1976 e 1978) a reconstruir "historicamente o estatismo como fenômeno mundial total. Nesse trabalho, escrito em meados da década de 1970, o pensador francês examina, à luz dos acontecimentos de maio de 68 que desvelaram a luta social contra o Estado, os processos que produziram sua mundialidade, exprimindo-se nas formas tanto do mundo socialista como do capitalista" (SPÓSITO, 1996, p. 40).

Em conseqüência, percebeu-se que haveria necessidade de "rompimento", ou melhor, de atualização do que até então era considerado como cidade¹ fato urbano; dessa maneira, essa necessidade foi levada a cabo e a cidade passou a ser considerada um "produto da estrutura social em sua totalidade, ao mesmo tempo o resultado e o enjoo das contradições entre classes" (TOPALOV, 1988, p. 12). Emerge, portanto, a necessidade de se aprofundar a análise quanto à identificação (quais e quantos são; como atuam; etc.,) dos agentes sociais e ao que daí resulta em termos de (re)produção do espaço urbano.

Como reflexo dessa atualização, constatou-se "um avanço em relação à elaboração teórica de Castells" (LEME & PACHECO, 1989, p. 110), pois essas autoras revelaram que as dissertações e teses elaboradas nos anos 80 no Brasil, sobretudo em São Paulo, se dedicavam ao processo de periferização, o que significa um esforço no sentido de se identificar quais são e como atuam os agentes sociais.

Decerto que esses autores (CASTELLS, LOJKINE, LEFEBVRE) receberam críticas à luz da reavaliação da(s) abordagem(ns), empreendidas, entre outros, por HARLOE (1989) e GOTTDIENER (1993). Contudo, e felizmente, "não há uma teoria geral da cidade ou do urbano" (CORAGGIO, 1988, p. 53).

Uma das contribuições norte-americanas que deve ser destacada é de HARVEY (1973), que prioriza a análise marxista sobre os problemas urbanos, predominantemente no que tange à valorização do espaço e ao uso do solo. Vale notar que esse autor é um

¹ Sobre a evolução de abordagens em Geografia Urbana, ver entre outros: CARTER, Harold. *The study of urban geography*. 2a. ed. London, Edward Arnold, 1976, cap. 1; BERRY, Brian J. L. "Fronteiras de pesquisa da geografia urbana". In: HAUSE, P. M. & L SCHNORE, L. F. *Estudos de urbanização*. São Paulo, Pioneira, 1976, p. 373-399; CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, cap. 1 e 6. Um resumo sobre a evolução da noção de cidade, pode ser encontrado em CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 1992, especialmente, cap. 4 e 5.

expoente entre os teóricos da lógica capitalista, uma vez que “a circulação de capital, mais do que os processos de produção em si, explica importantes aspectos da urbanização, incluindo a organização capitalista, a reprodução da força de trabalho e a política urbana” (GOTTDIENER & FEAGIN, 1989, p. 49-50).

No que concerne à América Latina, relevam-se os estudos inerentes 1) às caracterizações sócio-econômicas e espaciais de cidades, como Bogotá, Buenos Aires, Cidade do México, Quito, Lima, etc., (SANTOS, 1965, 1978, 1979, 1980 e 1982; ALMEIDA, 1978; DURAND-LASSERVE, 1980; PAVIANI, 1987) e 2) aos aspectos teóricos (entre outros, CORAGGIO, 1988; SLATER, 1988).

No Brasil, sobressaem aqueles trabalhos que nos últimos vinte anos, de forma geral, analisam a política de desenvolvimento urbano do Estado enquanto esfera federal, como, por exemplo, os relativos a FRANCISCONI & SOUZA (1976), SCHMIDT (1983), PONTES (1983), LOPES (1990), SOUZA (1990, 1992 e 1993), SERRA (1991) e MORAES (1995).

Em função do acesso a estudos (incluindo publicados e não publicados – dissertações e teses, principalmente) específicos e da consciência de não se poder abarcar toda a produção da geografia urbana nacional², é que o pioneirismo e a tentativa quanto à atualização da abordagem serviram de critério para que

FERREIRA (1998, p. 22) elencasse estudos concernentes à Aracaju, Belém, João Pessoa, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo.

Considerando a contribuição relativa às observações empíricas desses trabalhos, em que se relevam a identificação de alguns agentes sociais e a definição de abordagens, todavia, em nível geral, coube a HARVEY (1973 e 1992) o esforço que vislumbrou (na Geografia) analisar de forma integrada a atuação dos agentes sociais na produção do espaço urbano. Vale notar que, na “Introdução à Edição Brasileira” do trabalho de SMITH (1988), HARVEY enfatiza que, no todo, “a produção do espaço não é algum mapeamento abstrato da atividade capitalista ao longo da superfície terrestre, mas engloba um processo intrincado de produção, que incorpora todos os demais processos de desigualdade vetorial, econômica e cultural, assim como a dinâmica de classes” (p. 22).

A análise sobre a produção do espaço não deve eximir-se dessa linha, sob pena de cair na superficialidade. Adiciona-se, então, que, como esse espaço é urbano, e vinculado a uma cidade do Terceiro Mundo, SANTOS (1985) salienta a necessidade de se considerar a “simultaneidade” tendo em vista as causas e condições atuais do fenômeno (urbanização), as formas espaciais, bem como as conseqüências e possibilidades de planejamento. Esta posição se coaduna com a necessidade de se perceber novos elementos analíticos, pois a cidade simplesmente “não mais desempenha funções, mas realiza contradições” (SOUZA, 1988, p. 66).

Vale notar que, “o significado real da urbanização contemporânea transcende em muito aquilo que nos é oferecido pela observação de seu aspecto físico. Além de a cidade capitalista representar para o capital *objeto e meio de realização de lucros de toda ordem* (condição geral de reprodução da produção), o que a transforma em gigantesca *massa de capitais privados e capital social geral*, ela expressa também uma verdadeira *revolução em suas antigas funções* de concentradora e dispersora de fluxos” (MORAES & COSTA, 1987, p. 91) – grifo nosso.

² A geografia urbana brasileira tem sido periodicamente analisada. Para maior aprofundamento, cf.: MÜLLER, N. L. “Evolução do estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil”. In: *Simpósio de geografia urbana*, Rio de Janeiro, n. 274, 1968, p. 13-58; CORRÊA, Roberto L. “A geografia urbana no Brasil: uma avaliação”. In: *Anais do 3º Encontro Nacional do Geógrafos*. Fortaleza AGB, 1978, p. 9-12; GUIDUGLI, Odeibler. “Produtos de estudos em geografia urbana: uma análise de artigos da Revista Brasileira do Geografia”. In: *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, 1993, p. 157-159 VASCONCELOS, Pedro do A. “A cidade da geografia no Brasil”; e ABREU, Maurício do A. “O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação”. In: CARLOS, Ana F. Alessandri. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, EDUSP, 1994, p. 63-78 e 1993 22, respectivamente.

O recorte temático (Estado e Urbano), aqui enfatizado, faz-se necessário, uma vez que não se pretende explanar sobre a Teoria do Estado, como os estudos levados a cabo por LEFEBVRE (1976, 1978), MARX & ENGELS (1979), POULANTZAS (1985), IANNI (1989), CARNOY (1994), ENGELS (1995), entre outros. A leitura aqui procedida dirige-se para relevar a importância do Estado, em se tratando da produção do espaço urbano, pois “*a cidade gera algo de diferente*, algo que a ultrapassa: no plano econômico, gera a indústria; no plano social a propriedade de bens imóveis (não sem transigir com as formas feudais de propriedade e de organização); no plano político, finalmente, o Estado” (LEFEBVRE, s.d., p. 44). Some-se a isso que “*con la ciudad aparece, al mismo tiempo, la necesidad de la administración, de la policía, de los impuestos, etc., en una palabra del régimen colectivo y, por tanto, de la política en general*” (MARX & ENGELS apud FIGURA, 1986-1987. p. 114) – grifo nosso.

Portanto, na materialidade do urbano se verificam o aspecto econômico, o político, o ideológico e o social, e mais ainda, o ambiental; todos, conjugados e se expressando espacialmente, apresentando conteúdo, movimento e história derivados da lógica capitalista.

Assim, é mister que se continuem a desenvolver esforços no sentido de se apreenderem esses conteúdos, movimento e história, isto é, como se (re)produz o espaço urbano capitalista³ Neste caso, convém realçar o método capaz de viabilizar tal apreensão.

Método de interpretação

Ao analisar as diferentes concepções de espaço a partir das correntes do pensamento geográfico,

co, CORRÊA (1995)⁴ revela que a Geografia Crítica, baseada no materialismo histórico e geográfico, admite o espaço enquanto conceito-chave, o qual (re)surge e ganha o destaque apropriado, quando comparado às outras correntes, que concebiam o espaço como sendo autônomo da sociedade.

O espaço, pois, é relacionado à reprodução das relações (sociais) de produção, ou seja, à reprodução da sociedade; ele não é somente organizado pela sociedade, ao contrário, é produzido por ela. Daí que o processo de produção do espaço “é ao mesmo tempo histórico e social, ele não apenas está sempre em movimento, como expressa, a cada passo de sua trajetória, as determinações sociais presentes naquele momento” (...) em que estão incluídos “as relações de classe então vigentes na sociedade, os conflitos de interesses e de objetivos daqueles que a constituem e os diversos valores que estruturam a sua cultura” (ABREU, 1994, p. 257).

Portanto, o fato de a Geografia Crítica considerar o espaço como produto da sociedade e não como simples local em que o homem se distribui fez com que em termos de método de interpretação se optasse pelo materialismo histórico e dialética, pois a tarefa da teoria marxista na Geografia reside na “possibilidade de se trabalhar uma relação

³ Sobre a noção de produção e reprodução do espaço urbano, cf.: CARLOS, Ana F. Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, Contexto, 1994, p. 30-38 e 83-97.

⁴ 4 Ver: CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná do C. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47. Para maior aprofundamento, cf.: HARVEY, David. The marxian theory of the state. *Antipode*, v. 8, n. 2, 1978, p. 80-89; PFERTZEL, J. P. “Marx et l’espace. De l’exégèse à la théorie”. *Espaces & Temps*, n. 18/19 e 20, 1981, p. 65-76; MORAES, Antônio C. R. & COSTA, Wanderley M. da. *Geografia crítica – a valorização do espaço*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1987; LUNG, Y. *Le neo-marxisme et l’Espace: réponse à Paul Claval. Le Espace Géographique*, n. 1, 1988, p. 47-50; SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel 1985, *Por uma geografia nova*. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1996, e, *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996; SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1993; CARLOS, Ana F. Alessandri, *Op. cit.*, 1994.

sociedade-espaco, relação que é social exclusivamente, e que historicamente se expressa em processos reais os mais complexos" ... (MORAES & COSTA, 1987, p. 73), entre os quais se inclui a urbanização, sob a lógica capitalista.

Destarte, não se devem esquecer as críticas de que o materialismo histórico e dialético tem sido alvo, basicamente apoiadas em argumentações de que "Marx negligenciou o espaço", de que ele foi "indiferente aos problemas do espaço" ou de ele nem mesmo ter "sequer tratado do espaço" Isso, aliado às "poucas considerações" sobre a cidade. Essas "colocações devem ser entendidas em seus devidos contextos, mas, a nosso ver, elas são o próprio atestado do que chamamos 'atropelamento' do materialismo histórico e dialética e, mais ainda, provam que boa parte desses autores (salvo honrosas e raríssimas exceções) não leram sequer parte da obra de Marx, diríamos mais, não leram sequer os três livros que compõem O Capital" (OLIVEIRA, 1993, p. 67)⁵

Ainda assim, em 1981, havia sido anunciada a "crise do materialismo histórico" (ARONOWITZ apud HARVEY, 1994, p. 320). Não obstante, o segundo autor enfatiza que certas transformações estavam em curso, como, por exemplo, as relativas à economia política, à *natureza e funções do Estado*, às práticas culturais, e à dimensão do tempo-espaco; essas transformações se repercutiam em termos de relações

sociais, que deveriam ser analisadas. Daí ter sido fundamental "uma concepção propriamente dinâmica, em vez de estática, da teoria e do materialismo histórico para apreender a significação dessas mudanças" (...). Assim, são elencadas quatro áreas capazes de levar a cabo tal apreensão, entre as quais se destaca a terceira, que se refere a "um reconhecimento de que *as dimensões do espaço e do tempo são relevantes, e de que há geografias reais de ação social*, território e espaços de poder reais e metafóricos, que se tornam vitais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo, ao mesmo tempo em que são sede de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas como no âmbito da *lógica global do desenvolvimento capitalista O materialismo histórico finalmente começa a levar a sério a sua geografia*" (HARVEY, 1994, p. 320-321) – grifo nosso.

Convém destacar que o objeto a ser analisado é o fato urbano enquanto produto social, concretizado, que revela um estágio (ou vários estágios?) de mutação, o que implica em uma dialética entre a sociedade e o espaço.

Vale realçar que a urbanização capitalista é entendida como um processo que apresenta dinamicidade, e que está submetido à ação de agentes sociais, podendo ser definida como "o movimento de desenvolvimento numérico e espacial das cidades" (BEAUJEU-GARNIER, 1983, p. 24). Isto implica que a cidade representa a concretização do processo, por um lado se revela por intermédio da concentração, incremento e diversificação de capitais e, por conseguinte, da população, que somados à ampliação das demandas relativas à produção, circulação e consumo, resultam na reprodução do capital e, portanto, da sociedade. Por outro lado, significa, por extensão, a necessidade de se elevar a importância da cidade em relação às contradições, conflitos, etc., mas também à hinterlândia (entenda-se desde a escala local até a mundial). Além disso, tal processo se desenvolve sob a lógica capitalista, que o tem como base de sustentação, haja vista as condições de produção

⁵ Cf.: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. Ia: SANTOS, Milton. (Org). *Novos rabinos da geografia brasileira*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 1993, p. 66-110. Sobre a concepção de problemas urbanos a partir do materialismo histórico e dialético, consultar: ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, e, A questão da habitação* cujas edições originais remontam a 1845 e 1877, respectivamente; na língua portuguesa, essas obras podem ser encontradas em *Marx-Engels*: obras escolhidas. São Paulo, Edições Sociais, 1976. 3v. Destaca-se ainda: LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa, Editora Ulisseia, s.d.; SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 198g, p. 127-147.

e de reprodução, em que pese o fato de que “a cidade não pode ser analisada como elemento em si que ganha expressão, mas como uma forma espacial das relações sociais de produção” (CARLOS, 1982, p. 111).

A Análise

O espaço é, sobretudo, produzido por uma dada sociedade, se forem consideradas a evolução das necessidades e dos objetivos, as relações econômicas, políticas e sócio-culturais, que se materializam em função de interesses, conflitos e contradições reveladas por agentes sociais atuantes na (re)produção desse espaço, que se apresenta “complexo”(?).

A “complexidade” do espaço urbano implica que o mesmo é, predominantemente, um produto social, que se concretiza ao longo do tempo histórico, devido a seus movimentos, os quais resultam dos conteúdos oriundos da presença de agentes sociais, que por sua vez materializam a relação sociedade-espaço.

Admitindo-se que a cidade capitalista é um produto social, cabem, portanto, cinco tarefas para efeito de análise: 1) identificar quais são os agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano; 2) analisar quais são as estratégias e ações dos agentes sociais identificados; 3) perceber que a cidade, enquanto forma espacial maior, deriva da lógica capitalista, que revela uma estrutura social em classes, que por seu turno, vai sendo organizada devido à reprodução do capital (dai a necessidade de se considerar os diferentes padrões de acumulação), aliada à reprodução social; 4) verificar que os padrões de acumulação e a reprodução sócio-espacial culminam na diversificação de formas espaciais menores, como bairros e áreas especializadas, etc., resultando em uma constante (re)organização/(re)produção da cidade; e 5) explicar – o que é a cidade (incluindo contradições e conflitos). O que será (considerando os interesses políticos, econômicos e sociais envolvidos na produção desse espaço)?

Os agentes sociais da produção do espaço urbano

Um dos primeiros trabalhos dedicados à produção do espaço urbano demonstra que essa produção “es resultado de las *prácticas de unos agentes* que actúan dentro del marco del sistema capitalista *utilizando los mecanismos legales a su disposición o realizando su actuación al margen de estos mecanismos* y obteniendo posteriormente la sanción legal correspondiente” (CAPEL, 1974, p. 19) – grifo nosso.

Isto implica que, para efeito de análise, se deve partir da premissa de que a produção do espaço urbano ocorre sob a lógica capitalista, que por sua vez desenvolve a relação de exploração do capital sobre a força de trabalho, que por seu turno se realizam no espaço. Como o capital e a força de trabalho se (re)organizam a partir de interesses que materializam as relações sociais, decorre, pois, a institucionalização de agentes sociais, os quais realimentam essas relações. Porém, os mecanismos que regulam tais relações dificultam e até mesmo impedem a participação de forma equitativa de todos os agentes sociais que, na prática, expressam as marcas da relação sociedade-espaço. Daí que nem todos os agentes sociais atuam sob a proteção de “mecanismos legais” mas travam verdadeiras lutas e realizam suas ações “à margem” desses. Neste último caso, tem-se como agravante o estabelecimento da propriedade privada da terra, que contribui para que cada agente social, “individualmente ou em conjunto” (...) defina “estratégias próprias para existir na cidade” (SEABRA, 1982, p. 392).

Então, o que é agente social?

Por agente social se entende um agrupamento de pessoas e/ou instituições que desenvolvem ações definidas, visando à defesa de seus interesses; essas ações contribuem no processo de reprodução espacial, sendo, contudo, resultado da reprodução do capital. Logicamente que os interesses e conflitos, decorrentes da presença do capital em uma consi-

derada sociedade e sob determinado tempo histórico, revelam uma quantidade e qualidade variada de agentes sociais, os quais se peculiarizam pela forma assemelhada de agir na produção do espaço, sobretudo urbano.

Em se tratando de contribuições atinentes à análise de agentes sociais na produção do espaço urbano, no Brasil destaca-se o estudo desenvolvido por uma equipe de profissionais do IBGE (1981). Ademais, relevo maior pode ser encontrado no estudo levado a efeito por BAHIANA (1987), que se baseou na análise de outros cinco: 1) HARVEY, D. "Social Justice and the City" 1973; 2) CAPEL, H. "Agentes y Estratégias en la Producción del Espacio Urbano Español" 1974; 3) FORM, W. "The Place of Social Structure on the Determination of Land Use: some implication for a theory of Urban Ecology" 1975; 4) CLICHEVSKY, N. "El Mercado de Tierras en el Area de Expansión de Buenos Aires: su funcionamiento e incidência sobre sectores populares" 1975; e 5) BORJA, J. "Movimientos Sociales Urbanos" 1975.

Em tal análise, e devido à realidade empírica estudada, é evidente que o número de agentes sociais não é igual uma vez que varia entre três e seis, bem como sua(s) formas(s) de atuação não é (são) única(s). Todavia, o ponto comum é que, *entre os agentes sociais identificados* em termos de atuação na produção do espaço urbano, *independente de quantidade, um se sobressai* presente nos referidos estudos, qual seja, o *Estado*.

Some-se a isso que, até mesmo em estudos específicos, como por exemplo, sobre habitação (SEABRA, 1982; RODRIGUES, 1984 e 1991) e acerca da verticalização (SOUZA, 1994), bem como no tocante à estruturação urbana (ABREU, 1980 e 1981), a ênfase no Estado, enquanto agente social, adquire importância considerável.

Convém enfatizar que o *Estado é a área primordial* a ser estudada não só pela nova Sociologia Urbana (GOTTDIENER & FEAGIN, 1989), mas também pela Geografia Urbana, uma vez que este, *enquanto agente social, influencia direta* (incluindo-se

a sua omissão) ou indiretamente (a partir de acordos oriundos de decisões externas) sobre a reprodução do espaço revelando, portanto, condições para a ação de demais agentes, induzidos ou não.

Ainda de acordo com BAHIANA (1987), é proposta uma tipologia com o intuito de se proceder o estudo relativo aos agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano, e que são seis: o Morador (proprietário ou inquilino); os Proprietários do Solo (rurais ou urbanos); a Indústria Imobiliária; a Indústria da Construção Civil; os Proprietários Industriais; e o Setor Público (entenda-se Estado).

Entretanto, essa tipologia se apresenta ambígua haja vista que implica na existência de três tipos de proprietário (o morador, além dos proprietários do solo rural e do solo urbano) sem, contudo, considerar explicitamente o que é um ou o outro; a referida ambigüidade reside ainda no fato de BAHIANA ter-se baseado, sem a devida ponderação, em autores e teorias que estudaram realidades díspares (Lansing e Baltimore – EUA–, Espanha e Buenos Aires) e com objetivos também diferentes; adiciona-se que em se tratando dos detentores dos meios de produção, será que apenas os proprietárias industriais têm papel relevante? Outros estudos, em função da singularidade empírica, demonstram que não.

CORRÊA (1989) propõe uma tipologia em que a produção do espaço urbano pode ser estudada, analisando-se a atuação dos seguintes agentes sociais: Proprietários dos Meios de Produção (industriais e grandes empresas comerciais); Proprietários Fundiários; Promotores Imobiliários; Estado; e Grupos Sociais Excluídos.

Apesar do esforço desse autor em sintetizar uma série de estudos (CAPEL, 1974; MINGIONE, In: HARLOE, 1977; SAMSON, In: DURAND-LASSERVE, 1980; ALMEIDA, 1982; BAHIANA, 1987), ainda assim pode-se questionar: será que os proprietárias industriais e as grandes empresas comerciais atuam de forma única, independente da realidade em que se localizam? será que não existem outros proprietárias dos meios de produção que influenciam, também,

no processo? os “grupos sociais excluídos” não ficam muito amplos tendo-se por base a seletividade concernente à habitação, pois inclui-se como tal a população vinculada aos cortiços, aos loteamentos e aos conjuntos habitacionais periféricos? Ora, se eles (excetuando-se a população favelada) “não” participam enquanto “agente modelador do espaço urbano”. no mínimo, os mesmos estão inseridos no ciclo de reprodução do capital, uma vez que contribuem com esse mediante o aluguel e a renda da terra. Então, a exclusão parece que tem um caráter quantitativo e não qualitativo.

Certamente que outros estudiosos, sob os mais variados objetivos e focos de observação, desenvolveram o raciocínio sobre a concepção de uma tipologia (geral?). No entanto, não cabe aqui enumerá-los e sim apontar algumas preocupações de ordem analítica, o que, porém, só enaltece os esforços até agora empreendidos.

Tendo em vista que 1) a *realidade empírica revela variados agentes sociais* atuantes na produção do espaço urbano, os quais 2) agem ora em conflito, ora em consonância, ou em conjunto e até mesmo de forma isolada, e ainda 3) algumas ações e estratégias tendem a confundir a separação quanto a se perceber e conhecer *quem atua e como*, e pode-se dizer que não existe uma tipologia aceita de forma unânime.

Destarte, deve-se ter a clareza de que tal situação tem induzido estudos que se particularizam pela abordagem setorial (LEME & PACHECO, 1989) e/ou que consideram um agente social como primordial, a exemplo dos incorporadores imobiliárias

(ALMEIDA, 1982; SOUZA, 1994), dos promotores imobiliárias (FURLANETTO et al., 1987), o Estado, com realce para a habitação (VALLADARES, 1980), etc.

A preocupação, portanto, ao se analisar a (re)produção do espaço urbano, em que se faz o recorte setorial e/ou o estudo de um agente social, é a de que o trabalho em desenvolvimento *não isole* esse setor ou agente, *como se os mesmos fossem independentes dos demais*, mas de ter-se a convicção de que ele(s) é(são) apenas *uma parte do todo*, que tem um papel a ser desempenhado, onde *o Estado não é um simples coadjuvante*.

Conclusão

É a *realidade empírica* que vai possibilitar uma maior ou menor apreensão da (re)produção do espaço urbano, pois com ela a quantidade e a qualidade (ações, estratégias, interesses, conflitos, etc.,) de agentes sociais *muda*. Entretanto, *o Estado pode ser o fio condutor da análise*, uma vez que suas ações, estratégias, etc. se fazem mais presentes quantitativa e qualitativamente, tanto no tempo, quanto no espaço, e induzem a ação e/ou o surgimento de outros agentes sociais.

Assim, a análise a ser empreendida deverá levar em conta uma periodização como forma de melhor se perceber e avançar no sentido de que os agentes sociais materializam conteúdos e movimentos distintos, os quais são originários de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e até mesmo ambientais, integrantes do movimento principal, a totalidade social.

Bibliografia

ABREU, Maurício de A. Estado e espaço urbano: uma perspectiva histórica. In: *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*, Rio de Janeiro, AGB, 1980, p. 58-72.

_____. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./dez. 1981, p. 577-585.

- _____. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 199-322.
- ALMEIDA, Fernando L. de. (Org.). *A questão urbana na América Latina*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- ALMEIDA, Roberto S. de. *Atuação recente da incorporação imobiliária no Município do Rio de Janeiro: tendências espaciais vigentes e alternativas futuras*. Rio de Janeiro, 1982, 155p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BAHIANA, Luís C. da C. Agentes modeladores e uso do solo urbano. *Espaço & Debates*, 1987, p. 53-62.
- BEAUJEAU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- CAPEL, Horacio. Agentes y estratégias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, v. 8, n. 1-2, jul./dez. 1974, p. 19-55.
- CARLOS, Ana F. Alessandri. A cidade e a organização do espaço. *Revista do Departamento de Geografia*, 1982, p. 105-111.
- _____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4 ed. Campinas, Papirus, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana* (posfácio). Seleção de Textos, n. 3, set./1977 p. 1-58.
- _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (original: Paris, Antropos, 1972).
- CERVELLATI, Pier L.; SCANNAVINI, Roberto & ANGELIS, Carlo de. Bolonha: por que o centro histórico? Política e metodologia. In: FORTI, Reginaldo. (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista: textos criticos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 119-152.
- COHEN, Jean-Louis. O urbanismo nas condições socialistas – URSS e países do Leste Europeu. In: FORTI, Reginaldo. (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista – textos criticos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 153-166.
- CORAGGIO, José L. Dilemas da investigação urbana a partir de uma perspectiva popular na América Latina. *Espaço & Debates*, n. 23, 1988, p. 50-7.
- CORREIA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1989.
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná do C. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47
- DURAND-LASSERVE, Alain. (Org.). La croissance peripherique des villes du Tiers Monde. El role de La promotor foncière et immobilière. *Travaux et Documente de Géographie Tropicale*, n. 40, 1980.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- FERREIRA, Antônio J. de A. *O Estado e o Urbano: o caso de São Luís*. São Paulo, 1998, 193p. Relatório (Qualificação – Mestrado). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FIGHERA, Delfina T. Estado y espacio: una aproximación a su estúdio. *Boletim de Geografia Teorética*, v. 16-17. n. 31-34, 1986-1987, p. 110-119.
- FRANCISCONI, Jorge G. & SOUZA, Maria A. A. de. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. Brasília, IPEA/IPLAN, 1976.
- FURLANETTO, Diva A. et al. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 49, n. 2, abr./jun. 1987, p. 2756.
- GOTTDIENER, Mark & FEAGIN, Joe R. “Uma mudança de paradigma na sociologia urbana” *Espaço & Debates*, n. 28, 1989, p. 44-58.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, EDUSP, 1993.
- HARLOE, Michael. “Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas” *Espaço & Debates*, n. 28, 1989, p. 80-99.
- _____. (Org.). *Captive cities*, London, Jonh Willey, 1977

- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980. (original: Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1973).
- _____. *The urban experience*. Oxford, Blackwell Publishers, 1992.
- _____. *Condição pós-moderna*. 4. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1994.
- IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- IBGE. Ação dos agentes modeladores no uso do solo urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 43, n. 1, jan./mar. 1981, p. 123-131.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, Blackwell Publishers, 1994. (original: Paris, Anthropos, 1974).
- _____. *De l'Etat*. Paris, Union Générale d'Éditions. 4t. 1976/1978.
- _____. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa, Editora Ulisseia, s.d.
- LEME, Maria C. S. & PACHECO, Regina S. A. A questão fundiária, imobiliária e os serviços urbanos. *Espaço & Debates*, n. 28, 1989, p. 101-117.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981. (original: Paris, Presses Universitaires de France, 1977).
- LOPES, Carlos T. G. *Planejamento, Estado e crescimento*. São Paulo, Pioneira, 1990.
- MARX Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MORAES, Antônio C. R. & COSTA, Wanderley M. da. *Geografia crítica – a valorização do espaço*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MORAES, Antônio C. R. *As políticas federais de desenvolvimento urbano e seus impactos na zona costeira do Brasil*, Brasília, MMA/PNGC, v. 1, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1993, p. 66-110.
- PAVIANI, Aldo. Urbanização na América Latina: periferação em áreas metropolitanas. *Humanidades*, n. 13, mai./jul. 1987, p. 106-114.
- PONTES, Beatriz S. *Brasil: O Estado planejador e as políticas nacionais de urbanização (1937-1979)*. São Paulo, 1983, 2v. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- RODRIGUES, Arlete M. A apropriação e produção do espaço urbano: as questões da política habitacional, do cotidiano e do confronto na produção do espaço pelos “sem terra” In: *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos*. São Paulo, AGB, 1984, p. 187-194.
- _____. *Moradia nas cidades brasileiras*. 4 ed. São Paulo, Contexto, 1991.
- SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Pobreza urbana*. Recife, UFPE/São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1979.
- _____. *A urbanização desigual*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SEABRA, Odete. Os agentes da produção do espaço urbano. In: *Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, AGB, 1982, p. 385-394.
- SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1991.
- SCHMIDT, Benício V. *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade/ L&PM, 1983.
- SLATER, David. Capitalismo e urbanismo na periferia – problemas de interpretação e análise referentes à América Latina. *Espaço & Debates*, n. 23, 1988, p. 96-109.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

- SOUZA, Edgard B. de. Desenvolvimento urbano na década de 90. In: IPEA/IPLAN. *Para a década de 90 – prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília, v. 3, mar./1990, p. 201-223.
- _____. (Org.). *As políticas federais de desenvolvimento no biênio 1989/1990*. Brasília, IPEA (Texto para discussão nº 282), nov./1992.
- _____. et al. *Avaliação das políticas federais de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento em 1991*. Brasília, IPEA (Texto para discussão nº. 304), jun./1993.
- SOUZA, Maria A. A. de. *Governo urbano*. São Paulo, Nobel, 1988.
- _____. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1994.
- SPÓSITO, Marília P. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 39-49.
- TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço Debates*, n. 23, 1988, p. 5-30.
- VALLADARES, Lícia do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.



ASSENTAMENTOS URBANOS E REESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA: O CASO DE BELÉM

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Prof. do Depto. de Geografia – UFPa.

RESUMO:

O presente trabalho analisa a reestruturação atual do espaço metropolitano de Belém (Pará), tendo em vista os assentamentos residenciais populares existentes na chamada Área de Expansão Metropolitana. Considerando o espaço como produto, condição e meio de reprodução das relações sociais, trabalha-se com a noção de desconcentração, para se mostrar que a forma urbana compacta, característica do primeiro momento do processo de metropolização considerado, cede lugar a uma forma metropolitana dispersa, que reafirma a primazia da metrópole belenense no contexto da Amazônia Oriental e que é fruto de processos sócio-espaciais que combinam elementos da ação (coligações de agentes locais) e da estrutura (determinações gerais). Destacam-se, então, os papéis dos agentes produtores do urbano e suas redes de articulação política como elementos definidores da atual conformação do espaço, bem como as territorialidades urbanas, vistas como condição e meio para a realização das estratégias sócio-espaciais que definem a tensão e a trama de relações sociais que têm lugar no espaço metropolitano.

PALAVRAS-CHAVE:

assentamentos urbanos, forma metropolitana, reestruturação, territorialidades, Belém.

RÉSUMÉ:

Ce travail analyse la restructuration actuelle de l'espace métropolitain de Belém (Pará), en vue des établissements résidentiels populaires qui existent dans l'Aire d'Expansion métropolitaine. En considérant l'espace comme product, condition et moyen de reproduction des rapports sociaux, on travaille avec la notion de déconcentration pour démontrer que la forme urbaine compacte, caractéristique du premier moment dans le processus de métropolisation considéré, donne place a une forme métropolitaine dispersée, que ratifie la primatie de la métropole belenense dans le contexte de la Amazonie Orientale et qui résulte des processus socio-espaciaux qui combinent éléments de l'action (coligations d'agents locaux) et de la structure (determinations générales). A partir de cette compréhension on enfatize les rôles des agents qui produisent l'urbain et leurs réseaux d'articulations politiques comme éléments qui définent l'actuel conformation spatiale, et également, des territorialités urbaines, vues comme condition et moyen pour la réalisation des stratégies socio-espaciales qui définent la tension e la trama de rapports sociaux qui ont lieu dans l'espace métropolitain.

MOTS CLEF:

établissements urbains, forme métropolitain, restructuration, territorialités, Belém.

Introdução

Um primeiro contato com a paisagem metropolitana de Belém já denuncia a existência de um outro tempo e de um outro espaço que contrasta com o ritmo da natureza amazônica e com o modo de vida dos povos que habitam a floresta. A cidade parece olhar para a modernidade, deixando para trás um ritmo, um tempo, que mesmo próximo, lhe parece remoto. Instalam-se ritmos, tempos, relações, movimentos, símbolos, representações, enfim, uma nova dinâmica que altera não só uma estrutura espacial anterior, mas, e principalmente, uma forma de viver e de se relacionar, dos homens entre si e dos homens com a natureza, tornada esta residual.

Dede a sua fundação, Belém voltou-se para as águas, como cidade primaz, dinamizada pelo capital comercial, comandando uma extensa rede urbana dendrítica¹, espalhada ao longo dos rios que compõem a bacia fluvial amazônica. Historicamente, portanto, a cidade sempre apresentou um vínculo muito próximo com o elemento hídrico, levando MOREIRA (1989) a denominar de “ribeirinha” sua primeira fase de crescimento, a exemplo de várias outras cidades amazônicas surgidas antes do período das rodovias.

Essa tendência inicial possibilitou mesmo uma organização espacial interna definida pelo papel econômico da cidade, tendo as vias flúvio-marítimas como principais meios de circulação, até a abertura das rodovias na Amazônia, que modificou, sobremaneira,

esse padrão de organização do espaço. Evidentemente que não se trata de uma mera alteração nas formas de circulação no espaço regional. Quer-se indicar com isso um novo momento da dinâmica econômica regional, cujo marco são as vias rodoviárias, que passaram a redefinir não só o espaço regional como um todo, mas, e principalmente, os espaços urbanos da Amazônia. No caso de Belém, essa dinâmica marca também o seu processo de metropolização.

Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante) (MOREIRA, 1989, p. 52).

Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira, uma outra fase, a de metropolização, que se inicia ainda na década de sessenta e se consolida nas décadas seguintes, pressupondo a incorporação de cidades e vilas próximas à Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada. Ela faz parte de um momento em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País – tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília – e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial.

Essa atual fase é marcada por ambigüidades. De um lado, temos, mais do que nunca, a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado. De outro, temos o crescimento do baixo terciário, o déficit habitacional, a favelização acentuada, a insuficiência dos serviços e dos equipamentos urbanos, etc.

É dessa cidade de contrastes que se quer falar. A forma, aqui mencionada, é a forma espacial metropolitana, que se consolidou nas últimas décadas. E, à maneira de MARX (1983), não é considerada a partir de sua pretensa autonomia, desvinculada

¹ Estamos nos referindo aqui à rede urbana que se estruturou ao longo do vale do Amazonas e de seus afluentes, tomando a configuração de uma rede urbana simples, de caráter dendrítico, à maneira como a define CORRÊA (1989a). Suas características principais são: a existência de uma cidade primaz, que concentra a maior parte dos fluxos comerciais; excessivo número de pequenos centros urbanos indiferenciados entre si; ausência de centros intermediários intersticialmente localizados; drenagem de recursos que privilegia a cidade primaz.

de seu conteúdo, senão como uma manifestação fenomênica deste último, com o qual se apresenta dialeticamente articulada. Ela pressupõe a existência de outras formas², que lhe integram e que estão estreitamente relacionadas à natureza da urbanização brasileira, mas que resguardam suas devidas particularidades.

É importante assinalar, entretanto, que o processo que conforma a metrópole não é linear. Ele é marcado por rupturas, (des)continuidades, (re)construções e (re)estruturações. Nesse sentido, a atual forma urbana belenense, produto do processo de metropolização, mostra-se prenhe de dinamismo, posto que acompanha o movimento histórico de seu conteúdo, que lhe dá vida e sentido e, por isso, está sujeita a um marcante processo de reestruturação.

Assim, ao analisarmos o processo de metropolização de Belém, tomando como ponto de partida a sua forma espacial – a metrópole –, podemos definir pelos menos dois momentos distintos que marcam sua conformação: um relacionado à forma metropolitana compacta ou confinada e outro, dizendo respeito à forma metropolitana dispersa ou desconcentrada.

A produção do urbano em Belém e a forma metropolitana

A configuração da forma metropolitana, em uma cidade amazônica como Belém, representa não

só a gradativa alteração de uma outra forma espacial urbana – a da cidade ribeirinha – há muito relacionada às formas naturais dominantes, a exemplo da grandiosidade das vias fluviais. Significa também a concomitante desestruturação de relações, de modos de vida, de hábitos e de valores, enfim, de conteúdos sociais marcados por temporalidades específicas.

Mas como compreender esse processo à luz de uma interpretação da realidade que nos permita pensar a metrópole em sua dinâmica interna e em suas relações, sendo, concomitantemente, espaço relativo e relacional no sentido conceitual que HARVEY (1982) atribuiu a esses termos³?

No caso específico de Belém, a forma compacta do espaço metropolitano vem sendo substituída por uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos⁴, indicando um processo de reestruturação

² Podemos dizer que existem diversas formas espaciais urbanas, como a metrópole, os tecnopólos, as *company towns* (cidades das empresas), vilas e povoados; estas últimas bastante comuns no processo de urbanização amazônica. São elas constituídas por outras formas espaciais, de que são exemplos os prédios de apartamentos, os conjuntos residenciais, as unidades industriais, as favelas, os distritos industriais, os centros administrativos, os centros empresariais e os condomínios exclusivos. As formas espaciais correspondem, assim, a um objeto ou a um arranjo ordenado de objetos num determinado território, conforme nos mostra SANTOS (1985 e 1988).

³ O conceito de espaço relacional e relativo, nos termos colocados por HARVEY (1982), pressupõe a compreensão do espaço como elemento que contém e está contido num conjunto de relações e que só pode ser entendido a partir da relação que estabelece com os demais espaços. São noções que se contrapõem àquela de espaço absoluto, que prioriza a geometria espacial.

⁴ Práticas regularizadas, ou não, do ponto de vista jurídico, explícita ou implicitamente orientadas, que viabilizam o acesso da população de baixa renda à terra urbana para fins residenciais. Incluem-se aqui as ocupações urbanas, freqüentemente chamadas de “invasões”, os conjuntos habitacionais produzidos sob iniciativa direta do Estado ou da iniciativa privada e os condomínios residenciais populares, de iniciativa de empresas imobiliárias. Muitos desses assentamentos incluem não só as classes populares no sentido estrito do termo, como também frações da classe média empobrecida, que são obrigadas a morar em habitações de qualidade inferior e/ou em espaços de localização relativamente desfavorável. A expressão assentamentos busca mostrar que essas práticas mencionadas não se colocam de maneira espontânea, mas induzidas pela lógica capitalista que preside a localização das classes sociais e de suas frações no espaço metropolitano.

espacial. Em consequência, as baixadas⁵, diferentemente do que ocorreu num primeiro momento do processo de metropolização, perdem a condição de espaços de assentamentos da população de baixo poder aquisitivo e sofrem um intenso processo de valorização do solo, que, muitas vezes, se reflete na verticalidade do ambiente construído. Nesse sentido, a verticalização constitui-se em outro elemento da metropolização, marcado por uma complexidade de relações, signos e representações, sendo apenas uma face desse processo que configura a forma metropolitana.

De fato, a outra face da metropolização de Belém, que é o crescimento horizontal, pressupõe o processo de verticalização e tem uma direção bem definida, oposta ao caminho das águas: os eixos das rodovias, consolidados a partir da década de sessenta.

Dessa época para cá foram, aproximadamente, um milhão de pessoas que passaram a incrementar a dinâmica do espaço urbano de Belém. Num primeiro momento do processo de metropolização, grande parte desse contingente se concentrou nas áreas centrais da metrópole, em espaços sem infraestrutura e de péssima qualidade ambiental, as chamadas áreas de baixadas. Mais recentemente, esse segmento da população urbana passou a ocupar efetivamente a periferia distante, anexando de maneira definitiva à malha urbana espaços de outros municípios até então considerados rurais. Em contraponto, as áreas centrais passaram a definir uma outra paisa-

gem, que, nos termos colocados por SOUZA (1994); acaba por ser uma identidade expressiva do processo de metropolização: a paisagem dos arranha-céus, simbolicamente uma barreira física e social no conjunto do espaço urbano de Belém.

Das baixadas, centralmente localizadas, os espaços de assentamentos de baixa renda passam, então, a ser direcionados para novos vetores de expansão, caracterizando um segundo momento do processo de metropolização, que, por sua vez, redesenha a forma espacial metropolitana belenense.

Os novos espaços de assentamentos urbanos em Belém, configurados principalmente a partir de meados da década de oitenta, passam a estar situados, em sua maioria, nos eixos da Rodovia BR-316 (que liga Belém aos Municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, também integrantes da Atual Região Metropolitana)⁶ e da Rodovia Augusto Montenegro (que liga Belém a Icoaraci e a Outeiro, distritos administrativos integrantes do Município de Belém).

Mais que uma simples expressão espacial do processo de metropolização, esse fenômeno de dispersão reflete também articulações e contradições estabelecidas no plano local, ainda que delineadas por determinações de ordem estrutural que presidem o processo de urbanização brasileiro. Há uma dialética da relação *estrutura* (determinações gerais) e *ação* (atuação de coligações e redes diretamente relacionadas a agentes que estabelecem práticas em nível local), que não pode ser desconsiderada.

⁵ Essa denominação decorre das condições topográficas originais de certas frações da área urbana de Belém, correspondentes ao nível da planície de inundação, constantemente alagadas ou sujeitas a inundações durante determinadas épocas do ano e que chegavam a compor cerca de 40% do sítio urbano original, correspondente hoje à área mais adensada do espaço urbano (TRINDADE JR., 1997). Um atributo desses espaços é que eles passaram a desfrutar, no contexto metropolitano, de uma localização privilegiada, relativamente próxima ao núcleo central da metrópole.

⁶ A Região Metropolitana de Belém (RMB) ou Grande Belém, segundo a Lei Complementar Federal nº 14 de 08/07/73, que a instituiu, era constituída pelos Municípios de Belém e Ananindeua. Recentemente, através da Lei Complementar Estadual nº 027 de 19/10/95, foram incluídos mais três Municípios, o de Benevides, o de Santa Bárbara (Município criado a partir do território de Benevides pela Lei nº 5.693 de 13/12/91) e Marituba. Este último, inicialmente constituído de um núcleo urbano que integrava os Municípios de Ananindeua e Benevides, em 1995, foi transformado em Município (Lei nº 5.857 de 22/09/94), oficialmente constituído com a posse de seu primeiro Prefeito, em janeiro de 1997.

Nessa perspectiva, configuram-se estratégias diferenciadas de apropriação em relação à terra urbana e às redes de articulação locais de agentes produtores do urbano, que passam a revelar relações de poder mediadas pelo espaço, definindo o que estamos chamando aqui de territorialidades urbanas.

No plano metropolitano, a reestruturação urbana é marcante. As áreas mais centrais, inclusive as baixadas, que já foram espaços de assentamentos para a população de baixa renda, são redefinidas em função dos interesses de agentes privados (empresas imobiliárias) que passam a produzir habitação para uma demanda solvável da população de Belém. Por outro lado, definem-se novos espaços de assentamentos, culminando com o processo de desconcentração⁷ responsável pela realocação no urbano das camadas sociais de baixa renda.

A análise aqui apresentada, entretanto, não se resume à simples demonstração dessa nova morfologia espacial. Sustentamos a idéia de que o padrão disperso dos assentamentos, existente atualmente, não só resulta da trama estabelecida entre os agentes produtores do urbano em Belém e das redes de articulações por eles configuradas, como também ratifica a correlação de forças que se estabelece entre os mesmos; correlação de forças esta que se expressa de diversas maneiras:

a) definição de novas escalas de atuação e de operação⁸ do capital imobiliário e de suas frações;

b) configuração de novas unidades político-administrativas nos vetores recentes de expansão, a partir da emergência de movimentos políticos setorizados, a exemplo do que aconteceu com Marituba, que constitui hoje o mais novo Município da ARMB;

c) conflitos políticos e econômicos que giram em torno da apropriação da terra urbana nesses espaços;

d) enfraquecimento das ações políticas e/ou descenso de setores dos Movimentos Populares Urbanos (MPU's) face às estratégias político-espaciais do poder público local.

O elemento explicativo fundamental face a essa questão diz respeito às implicações espaciais desse processo, ou seja, ao redirecionamento dos assentamentos urbanos no espaço metropolitano e o novo *design* espacial dele decorrente, como também à sua importância, enquanto meio e condição, para a conformação das novas estratégias de apropriação diferenciada do espaço metropolitano pelos agentes urbanos com atuação local.

A metropolização de Belém face ao processo de urbanização da Amazônia

O processo de metropolização de Belém só pode ser compreendido a partir do entendimento da produção do espaço regional amazônico como fronteira econômica do capital no espaço brasileiro. O destaque e a importância do urbano para a estruturação do espaço regional nos levam a considerar, conforme faz Becker (1990), a existência de uma fronteira urbana como parte dessa dinâmica imposta à Amazônia nas últimas décadas.

Nesse contexto, particular importância assume a urbanização concentrada, definindo, igualmente, o processo de metropolização de Belém, na Amazônia Oriental. Ao contrário do que se poderia pensar *a priori*, a urbanização concentrada não perde importância no momento atual, face à expansão da fronteira econômica verificada no interior da região. Isto acontece a despeito do maior dinamismo, conferido por essa expansão a determinados espaços

⁷ Estamos considerando como desconcentração o crescimento da população e das atividades econômicas relativamente superior em áreas situadas fora dos tradicionais centros de concentração populacional. A população é tida aqui como ponto de partida para se entender esse processo, não se constituindo, entretanto, o único elemento definidor da desconcentração.

⁸ Como escala espacial de atuação estamos considerando as áreas onde se localizam as obras e estoques de terrenos das imobiliárias e, como escala espacial de operação, o número de construções simultâneas que uma empresa imobiliária é capaz de gerir (ALMEIDA, 1982).

fora da órbita metropolitana, que foram estimulados a crescer econômica e demograficamente.

Destarte, o processo de desmetropolização – decorrente de menores taxas de crescimento dos centros metropolitanos em relação a outros núcleos urbanos da mesma região –, tão discutido atualmente para o espaço brasileiro, não se aplica para a região na qual se insere o espaço metropolitano de Belém. Trata-se muito mais de um desdobramento do processo de metropolização – marcado por (re)estruturas, rupturas, alterações –, e que não convive, pelo menos por enquanto, com aquele outro processo mencionado. Assim sendo, o espaço metropolitano de Belém desempenha papel que não deixa de ser importante para a atual dinâmica do espaço regional, ainda que esse papel tenha tudo a ver com o processo de empobrecimento e de expropriação da força de trabalho regional, culminando com aquilo que poderíamos chamar de uma verdadeira “metropolização da pobreza”

Essa economia política da urbanização (SANTOS, 1994) presente no espaço regional amazônico vai caracterizar, por conseguinte, a forma metropolitana belenense. Esta última se define pela existência ainda do primado metropolitano no contexto regional e pela primazia do núcleo metropolitano, responsável por conformar a dispersão metropolitana. Na interpretação desse fenômeno, chamamos de desconcentração o processo responsável pela conformação atual da metrópole, fruto de uma dinâmica que considera o espaço como uma força necessária à sua realização.

A desconcentração pode ser analisada, assim, sob dois ângulos. Um deles se coloca no plano regional. A dinâmica amazônica não prescinde da urbanização concentrada e do processo de metropolização. Isso pressupõe considerar, portanto, que o espaço metropolitano se desenvolve não só através de um maior adensamento e verticalização, mas também se estendendo e se expandido, configurando, portanto, a forma dispersa. Aqui os limites administrativos têm pouco a ver com a dinâmica sócio-espacial verificada.

Por outro lado, essa mesma dispersão é condição que ratifica a concentração populacional na região urbana de Belém. Nesse sentido, dispersão e concentração são pares dialéticos dos processos sócio-espaciais que conformam a desconcentração metropolitana. Ademais, concentração não é necessariamente sinônimo de mancha urbana única, mas é também intensidade de fluxos entre espaços relativamente próximos. Tais atributos parecem expressar muito bem o papel do espaço metropolitano de Belém no contexto regional, ainda como primado metropolitano.

Entretanto, não é só no plano regional que se verificam os atributos da desconcentração. Um outro ângulo desse processo pode ser captado na estruturação intra-urbana ou na análise da economia política da cidade, nos termos colocados por SANTOS (1994b). Nesse caso, o primado metropolitano pressupõe igualmente a primazia das áreas centrais no processo de apropriação do espaço urbano. Para a concentração do capital – e nesse caso estamos falando principalmente do capital imobiliário – a existência da forma dispersa e da metrópole desconcentrada é uma condição e um meio necessário.

Para esse tipo de capital, a produção de localizações diversificadas é um fator decisivo para a fixação dos preços e para condições diferenciadas de comercialização da moradia. Por ser a construção habitacional uma produção de *bens imóveis*, a terra tem um papel particular no decorrer do processo, posto que a cada novo ciclo produtivo é necessário novo solo. A existência de demandas diferentes definidas, por um lado, pelas condições específicas de valorização dos capitais e, por outro, pela importância diferente da localização para cada um deles, proporciona uma tendência a se constituir uma hierarquia de mercados fundiários em função dos produtos finais e, em consequência, uma hierarquização do uso do solo urbano (RIBEIRO, 1997, p.72-3). Esse processo é responsável pela reestruturação do espaço e por fazer deste uma força produtiva face às relações que dinamizam o urbano.

No caso belenense, a apropriação das áreas centrais no processo de produção de imóveis para a demanda solvável pressupõe um “alisamento” ou “arrasamento” dos espaços da Área Central, inclusive das áreas de baixadas, conhecidas por serem espaços de reprodução de camadas de baixa renda. Pressupõe, também, a criação de uma fronteira urbano-imobiliária – de expansão do capital imobiliário – na chamada Área de Expansão, que tem possibilitado a dispersão metropolitana e o rearranjo interno do espaço, tendo em vista a apropriação diferenciada por agentes hierarquicamente diferentes. Neste plano, a dispersão e a concentração formam também um par dialético para a realização dos processos sócio-espaciais no âmbito metropolitano. Na busca dessa compreensão adentramos na discussão da dinâmica metropolitana belenense, tomando como ponto de partida sua forma espacial: a cidade dispersa.

A reestruturação metropolitana e a configuração de novas territorialidades

O que parece estar no centro dessa questão – que é o processo de (re)estruturação da metrópole – é principalmente a questão da expropriação, pois reestruturação significa estruturar de novo, levando-nos a considerar a instabilidade, as alterações, enfim, a dinâmica sócio-espacial. Essa dinâmica não deve ser vista sem contradições, sem tensões e descompassos, pois são estes elementos que imprimem o movimento em suas múltiplas temporalidades (LENCIONI, 1997).

É um processo, portanto, que sugere a compreensão da relação todo-parte como unidade dialética, que concebe a existência de uma totalidade aberta e em movimento, na qual as partes não são meras composições do todo, mas sim totalidades parciais, igualmente abertas, que se relacionam entre si (LEFEBVRE, 1955). A reestruturação metropolitana de Belém guarda esse movimento dialético, senão vejamos.

As áreas de baixadas, nas décadas de sessenta, setenta e início da década de oitenta, foram importantes focos políticos e de tensões em relação à apropriação da terra urbana. Isso acontecia porque a fronteira urbano-imobiliária era interna, e não externa aos limites da malha urbana. Nesse momento, as baixadas eram espaços de uso não tão intensivo, ainda que devidamente apropriadas razão pela qual foram ocupadas essas áreas por camadas sociais de baixa renda, tornando-se, em decorrência disso, verdadeiros focos de tensões e de conflitos. A intensidade desse processo foi responsável também por definir um primeiro momento da metropolização de Belém, cuja característica principal foi o adensamento das áreas centrais, responsável, igualmente, por constituir a forma compacta ou confinada da metrópole belenense.

Não é essa hoje a característica marcante desse mesmo espaço metropolitano. A metrópole hoje toma uma forma dispersa, e o foco político das áreas de baixadas se relativiza. Se antes estas áreas tinham o papel principal de serem espaços de reprodução das camadas sociais de menor poder aquisitivo, hoje, o que se vê é uma gradativa alteração das mesmas no contexto da divisão social do espaço urbano. As baixadas continuam evidentemente, e em grande parte, a desempenhar esse papel. Mas este perde importância, em termos relativos, para os novos espaços que vão aparecendo como fronteira urbano-imobiliária, daí o foco político e as tensões também parecem se deslocar para esses novos espaços de assentamentos.

As estratégias em torno das apropriações diferenciadas do espaço urbano, pressupõem, portanto, considerar essas alterações intra-urbanas. Na correlação de forças estabelecida entre os agentes, o que está em jogo parece ser o controle dessas localizações socialmente produzidas. Em determinadas circunstâncias algumas ações não se mostram perspicazes quanto à importância dessa estratégia sócio-espacial, ou mesmo se colocam impotentes face a

outras ações estrategicamente mais eficazes e melhor organizadas em redes de articulação política.

Convém salientar que essa forma dispersa da metrópole não é definida simplesmente pela ação de agentes locais. Sua gênese tem um significado mais amplo, que tem a ver com o esquema de reprodução social capitalista, que por sua vez pressupõe a existência da metrópole como condição à realização do padrão urbano-industrial, responsável por fazer do espaço uma força produtiva importante para o processo de reprodução do capital no território brasileiro. As ações locais são responsáveis por ratificar, redefinir ou, quem sabe, por recriar e subverter esse espaço concebido.

Conforme pudemos verificar para o caso belenense, mais que criar setores seletivos fora da Área Central – setores esses que definem em muito a geografia de determinadas metrópoles brasileiras – há um reforço ao padrão de auto-segregação das classes de melhor poder aquisitivo, que não prescindem das localizações existentes na Área Central da metrópole, ainda que a afirmação de setores seletivos na fronteira urbano-imobiliário, a exemplo de outras áreas metropolitanas, já se faça presente.

A implicação clara desse arranjo interno da metrópole é, mais do que nunca, direcionar os assentamentos residenciais populares das áreas de baixadas para o subúrbio. Num primeiro momento, foi marcante a realocação de populações das baixadas em direção a esses vetores da expansão urbana; hoje esses novos espaços de assentamentos já se colocam mesmo como verdadeiros anteparos às migrações populacionais em direção às áreas de baixadas.

Uma questão que surge hoje é a de saber se, a partir do que está colocado para a estrutura do espaço metropolitano, a tendência seria então a metrópole tomar os mesmos rumos de setorização das classes de melhor poder aquisitivo em condomínios fechados horizontais, assimilando uma vida cotidiana de espaços de moradia muito similar a de outras metrópoles brasileiras e de outros países e, com isso, impulsionando um novo arranjo intra-urbano.

Essa tendência não parece tão forte. Após a corrida das empresas na produção de condomínios fechados, começam a surgir os primeiros resultados negativos desse tipo de empreendimento. E isso se dá por fatores diversos, que incluem as condições de urbanização da fronteira urbano-imobiliária em Belém, como também as condições de empobrecimento da população metropolitana, que apresenta uma qualidade de vida dificilmente comparada a daquelas metrópoles que vêm desenvolvendo esse padrão de segregação sócio-espacial contemporâneo.

A produção desses condomínios surgiu como uma alternativa de superação da crise do setor imobiliário expressa em nível nacional e local. Buscou-se então produzir, ao invés da moradia propriamente dita, principalmente as condições de infraestrutura em espaços segregados, os condomínios exclusivos, onde a mercadoria comercializada são os lotes devidamente equipados e sua administração condominial fica muitas vezes a cargo da própria firma empreendedora. O difícil, entretanto, tem sido convencer, mesmo diante dos apelos para a “fuga da cidade” e da paradoxal “busca da natureza” a opção por esse tipo de moradia, quando o ritmo de produção da infra-estrutura nesses vetores de expansão urbana é ainda muito lento e de cunho bastante precário, e quando o fator segregação é apenas aparente. Se, na Área Central, as baixadas chegavam a contornar os setores residenciais mais seletos próximos ao núcleo central, na Área de Expansão esses setores sociais de *status* diferentes chegam mesmo a conviver lado a lado, levando a acreditar que esse tipo de segregação não passa de simples retórica.

Nesse sentido, o que parece ser a tendência mais provável é o reforço do padrão já manifesto, que prioriza a Área Central, acompanhando projetos de macro e microdrenagem nas áreas de baixadas, que tendem a valorizar gradativamente os seus terrenos, a exemplo do que se verificou em relação a outras experiências anteriores.

Acompanhando esse processo, a tendência é a de consolidação da cidade dispersa, sendo esta

a dimensão espacial do processo de reprodução do capital com reafirmação das divisões de mercados e com escalas de atuação diferenciadas, sendo que as empresas de menor força de ação tendem a continuar na dependência direta dos programas de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação na Área de Expansão, em especial na direção do Município de Ananindeua e do distrito de Icoaraci, sob pena de não confirmarem sua permanência no mercado. Contrariamente, através do programa de lotes urbanizados, ação prioritária da COHAB-PA (Companhia de Habitação do Pará) hoje, e do processo ainda crescente de ocupações urbanas, confirme-se a tendência de maior adensamento urbano dos Municípios de Marituba, Benevides e também do distrito de Icoaraci, como de fato já vem acontecendo.

Como então se garante a manutenção dessa forma metropolitana e de seu conteúdo?

As diretrizes do processo de (re)estruturação metropolitana são definidas pelos agentes hegemônicos da produção social do espaço, também concorrem para essa conformação os demais agentes locais, que estabelecem correlações de forças e redes de ação com vistas à apropriação e ao controle do espaço. Isto é facilitado pela transformação do espaço social em espaço abstrato, ou seja, do espaço precipuamente valor de uso em espaço mercadoria. Para isso, a cidade é vendida em pedaços, como fragmentos de um imenso mosaico; sendo esta fragmentação uma forma de viabilizar a sua transformação em mercadoria. Numa palavra, o valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso; sendo que, para usufruir de determinados atributos do lugar, necessário se faz que o mesmo se realize, antes de tudo, como valor de troca. É nesse sentido que os processos de valorização do espaço pressupõem a mercantilização dos lugares (SEABRA, 1987, p.278)

Isso facilita imensamente a configuração de territorialidades diversas, através das quais a mercadoria espaço e o uso político do território são recor-

rentes. A existência dessas territorialidades definem o espaço como condição e meio de reprodução das relações sociais.

No caso de Belém, constatamos dois tipos de territorialidades: as chamadas territorialidades não formais ou subjetivas e as territorialidades formalmente constituídas. Tais territorialidades não só conformam a cidade dispersa como também a ela se ajustam e a assimilam, confundindo-se com o seu conteúdo. A dialética forma – conteúdo aí se faz presente. Não há, por isso, uma separação mecânica entre essas duas dimensões da metrópole. Esta separação só existe no sentido de facilitar a sua apreensão; ainda que a visibilidade da primeira seja muito mais flagrante que a da segunda, isso não nos autoriza, entretanto, a tratar aquela como simples aparência. A forma nos dá acesso ao conteúdo, sendo concomitantemente sua exteriorização e sua manifestação fenomênica. Esse tipo de interpretação da forma espacial nos permite considerar as territorialidades como condição e meio de sua existência.

Dentre as territorialidades não formais podemos destacar, inicialmente, aquelas das empresas imobiliárias, que não podem ser analisadas apenas do ponto de vista da divisão de mercados. O espaço entra como condição necessária a essa divisão; daí falarmos da existência de territorialidades diferentes de acordo com o porte das empresas. O incremento da produção imobiliária na Área de Expansão, conformando uma territorialidade residual para empresas de menor porte, é, assim, uma condição à realização do capital imobiliário na Área Central, definindo, em conseqüência, a territorialidade das empresas mais bem estruturadas no mercado imobiliário de Belém. Esta é uma condição para a concentração do capital imobiliário no espaço metropolitano.

As redes de relações políticas configuradas pelos agentes produtores dessa forma metropolitana redefinem também as territorialidades das organizações populares que fazem parte das articulações políticas em jogo. Não se trata evidentemente do mesmo tipo de territorialidade observado para as

empresas do mercado imobiliário, ainda que, como aquelas, também sejam não formais ou subjetivas. Todavia, suas espacialidades pressupõem raios de ação e de controle, em que está presente o potencial político do espaço, como viabilizador de ações que manifestam interesses na correlação de forças entre os agentes, tal como acontece com as principais entidades representativas dos movimentos de bairro. Se a forma metropolitana compacta definia uma ação mais expressiva de uma dada organização nas áreas de baixadas, a forma dispersa não só provoca o surgimento de novas organizações com definições políticas diferenciadas, como também estabelece outras territorialidades, principalmente na Área de Expansão.

Por fim, cabe mencionar o uso político do território e sua sintonia com o padrão metropolitano disperso em relação às territorialidades formais. Estas são expressivas principalmente no que diz respeito à institucionalização da instância municipal. A gênese de movimentos de emancipação existentes no espaço metropolitano está diretamente relacionada com a ideia de abandono e de exclusão da população suburbana que tem incrementado os novos espaços de assentamentos residenciais na Área de Expansão. A identidade criada por essa condição de abandono e exclusão, que dá origem aos movimentos, é também capturada por interesses políticos locais que propagam, a partir da institucionalização da instância municipal ou de sua redefinição, possíveis ganhos, que seriam, no discurso político, ganhos coletivos. É um tipo de prática que conduz ações ratificadoras da existência da metrópole dispersa, no momento em que dependem da existência e das condições infra-estruturais dos assentamentos residenciais que conformam a desconcentração.

Nesse processo, desloca-se a questão principal, qual seja a da gestão democrática do espaço urbano, para um nível de discussão em que está em jogo a definição de territorialidades formais que possam garantir, em primeiro plano, a realização de interesses particulares. Priorizam-se, assim, o simples uso político do território e a conseqüente alienação

do indivíduo com relação ao lugar e à sua inserção no processo de metropolização, em detrimento da consciência territorial; esta entendida como consciência em relação ao lugar e à sociabilidade do indivíduo, de modo a permitir uma percepção mais nítida possível a respeito das vivências individuais e coletivas (MESQUITA, 1995, p. 89) no contexto metropolitano.

Com isso, as territorialidades deixam de ser simples aderências à forma metropolitana dispersa, para tornarem-se, principalmente, condições essenciais à sua existência, sejam elas formalmente constituídas ou não.

Considerações Finais

As alterações verificadas no interior do espaço metropolitano acompanham o movimento da metrópole que internamente redefine espacialidades e territorialidades. Tais alterações pressupõem uma série de expropriações e perdas para o homem amazônico que habita a metrópole. Primeiramente, trata-se de uma expropriação em relação aos meios e recursos de sua subsistência, no interior da Amazônia ou mesmo do Nordeste, de onde procede uma parte considerável da população urbana amazônica.

Tem-se, também, a expropriação do lugar em que vive esse homem no interior da metrópole, já que as baixadas constituíram-se em locais de reprodução social dessa população que incrementou o espaço metropolitano belenense nas últimas décadas. Quando ainda morador destas, sente uma de suas principais perdas que é exatamente a do rio que muitas vezes "comandou sua vida", já que nas margens dos igarapés que cortam a cidade ele não pode mais usufruir desse recurso hídrico, seja para a sua alimentação, seja como via de circulação, ou mesmo como espaço de lazer.

Das baixadas ao subúrbio, os "banidos da cidade" como muito bem os definiu RODRIGUES (1988), sofrem outras subtrações: das identidades criadas como moradores das baixadas, das representações que fazem de seu espaço e de sua cultura, de sua organização política e também de sua socia-

bilidade conquistada nas práticas cotidianas de seu espaço vivido.

O deslocar no interior da metrópole em espaços diferentes, mas com ambiências similares, expressa, na maioria das vezes, a busca de cidadania, que, por sua vez, tem uma antítese: a exclusão e a expropriação. No subúrbio, acrescenta-se mais uma perda, que nos parece mais contundente, justamente por reunir um conjunto delas: a perda da própria cidade. Esta é estrategicamente vendida em pedaços, num ato deliberado de sujeição à propriedade privada da terra; ato este que tem como pressupostos a desterritorialização e a reterritorialização do morador. Num outro plano, representa mesmo a negação do “direito à cidade” à maneira como o definiu LEFEBVRE (1991).

Se as baixadas se constituem, em grande parte, como espaços “sem cidadãos” as novas ocupações “espontâneas” por exemplo, surgidas em vetores recentes da expansão metropolitana, são espaços verdadeiramente vazios de cidadania, uma vez que, além das questões infra-estruturais, que se assemelham bastante às baixadas centralmente localizadas, possuem o agravante da distância em relação ao centro metropolitano e aos serviços e equipamentos que este oferece, principalmente por ser alvo principal de alocação dos recursos e dos investimentos públicos (TRINDADE Jr, 1994).

Isso acontece porque cada indivíduo tem sua condição de cidadania também relacionada ao lugar onde está situado. A sua importância como produtor, consumidor, cidadão depende, também, de sua localização no contexto espacial: “a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam” (SANTOS, 1987, p.81).

A essa perda, que é a da própria cidade, acrescenta-se uma outra, representada pela negação

da possibilidade de construir na sua consciência a cidade, objeto de sua experiência cotidiana, como totalidade. Isso acontece porque não são poucas as manifestações que estimulam a alienação do indivíduo como sujeito político, face ao processo de reestruturação metropolitana. Essas manifestações têm no uso político do território um importante recurso de convencimento eleitoral e de “desconstrução da cidade” no sentido de que o trabalho social aparece como desrealização do trabalhador, sua objetivação como perda e servidão do objeto, e sua apropriação, como alienação (MARX, 1993, p.159). A cidade, que se fragmenta através das práticas espaciais e das representações que são feitas em relação a ela, não mais existe, senão como resíduo que o morador-usador-cidadão busca recuperar, quando rejeita os rótulos de simples habitante-usuário-consumidor.

É essa forma urbana que se impõe, trazendo consigo um modo de vida e uma nova urbanidade, que pressupõem a existência da cidade dispersa, repleta de contradições e que comportam práticas e representações necessárias à sua existência. Há como que uma tendência à supremacia do mundo das formas enquanto representações traduzindo-se na abertura de novos horizontes, que cria possibilidades para a existência de espaços abstratos, espaços mercadorias (CAMPOS JR, 1993, p. 200). A metropolização de Belém assume esse caráter.

A emergência de um padrão de assentamentos, disperso e relativamente extenso, revela duas faces de um mesmo processo, que envolve a produção imobiliária: uma ocupação urbana rarefeita e areolar de espaços novos e a ocupação urbana adensada, resultado da constituição tanto de espaço novos em áreas já urbanas, como também da recriação adicional de espaços, expressos na verticalização (PEREIRA, 1987, p. 01). A necessidade de instaurar a verticalidade das habitações permitindo, assim, a reprodução do capital imobiliário, cria também a necessidade de expandir a fronteira urbano-imobiliária.

Para isso, os agentes imobiliários privados fazem da verticalidade não só um elemento definidor

de um estilo de morar e de viver na cidade. Nesse propósito, as formas arquitetônicas arrojadas e a suntuosidade dos edifícios se encarregam de simular ambientes deslocados da Belém empobrecida – que apresenta, em termos relativos, não só o maior número de ocupações urbanas, como também de mutuários inadimplentes em relação ao financiamento habitacional – sinônimo de urbanização concentrada verificada na região amazônica nas últimas décadas como também conseguem criar nela uma identidade da própria metrópole, que cresce e se moderniza. São signos que se instalam e que se mostram estreitamente ajustados e vinculados à forma espacial metropolitana. É a importância das imagens como mercadorias, conforme sustenta Harvey, imagens estas que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido (HARVEY, 1992, p. 259).

Sob o argumento da segurança, por exemplo, cria-se a necessidade suprema de se habitar apartamentos, registro de um modo de vida de camadas médias da sociedade e que passa a ser extensivo às classes populares. Programadas por esse novo estilo de vida, e resguardadas pela “segurança” de morar em condomínios, estas últimas não se objetam a viver em apartamentos exíguos, com prestações exorbitantes para o seu nível de vida, situados em bairros dormitórios, que reforçam sobremaneira o padrão disperso dos novos assentamentos residenciais.

Essa nova disposição da estrutura urbana só contribui para a redefinição das territorialidades do morar e de seus agentes promotores, uma vez que as baixadas, antes espaços da pobreza, vêm, gradativamente, sofrendo uma metamorfose na sua paisagem, onde os projetos de saneamento arrasam a paisagem anterior para que sejam satisfeitos interesses de valorização do capital imobiliário.

Num outro plano, a metropolização significa também expropriação e perdas em relação ao próprio urbano, concebido na sua multiplicidade de temporalidades. É a hegemonia de uma temporalidade que implica em subtrações diversas, ao mesmo tempo em que são recriadas as perdas através

de simulações. Isso acontece quando a forma metropolitana faz a vida urbana “virar as costas para o rio”, “engolir os cursos naturais” abundantes no interior da cidade, “aniquilar o verde” e outras amenidades, para depois recriá-los. Belém, na imensidão de sua malha metropolitana, vem perdendo, em termos relativos, seu verde para o concreto e para a valorização do metro quadrado de cada fração de seu espaço, por onde se proliferam os simulacros da “cidade ribeirinha” e da “cidade das mangueiras”, num jogo de forma-conteúdo, significante-significado.

A representação da metrópole comporta idéias paradoxais como a de abertura de “janelas para os rios”, a de “recuperação do verde” em condomínios fechados ou mesmo a de fazer da orla de uma vala – que antes era um igarapé, onde os barcos ancoravam trazendo produtos do interior da região – um dos lugares privilegiados e um dos principais pontos de encontro e de entretenimento no contexto da metrópole.

Nesse conjunto de práticas e representações, está o sentido que buscamos dar à reestruturação. Não se trata simplesmente de uma transformação da forma, mas do urbano nas suas múltiplas dimensões e na pluralidade de relações que o indivíduo estabelece na e com a cidade. Ainda que tenhamos privilegiado nas nossa discussão algumas dessas dimensões e relações, outras, entretanto, precisam ser devidamente interpretadas, seja no plano das coações, seja no plano dos resíduos que a vida metropolitana proporciona. Isso porque, conforme nos fala CERTEAU, “escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível” (1994, p.172).

Na urbanização contemporânea, essas práticas, mais do que nunca, devem ser visualizadas e analisadas, nos possibilitando, com isso, outras leituras geográficas da cidade, pois o urbano além de simultaneidade é também encontro. E nos dias atuais essa premissa ganha muito mais importância.

Bibliografia

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. "Alternativas da promoção imobiliária em grandes centros urbanos: o exemplo do Rio de Janeiro". In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 169-99 (Col. Debates Urbanos, 3).
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).
- CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. *O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória (ES)*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORRÊA, Roberto L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios)
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LAVINAS, Lena; RIBEIRO, Luiz César. Terra e capital na urbanização do campo e da cidade. In: PIQUET, Rosélia.; RIBEIRO, Ana Clara. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 69-84.
- LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. XVIII, p.55-77, jan./juin 1955.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: *6º Encuentro de Geógrafos de América Latina: territorios en redefinicion*. Actas... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Instituto de Geografía, 1997. (CD- ROM).
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. (Col. Novas Direções).
- _____. *Manuscritos económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. (Col. Textos Filosóficos, 22).
- MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (Orgs.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p.76-92.
- MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989. v.1.
- MOURA, Rosa et alii. Territorialidades em movimento. In: ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa (Orgs.) *Metrópole, Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994. p.113-20.
- PEREIRA, Paulo César X. A produção imobiliária e a lógica rentista na construção da cidade. Separata do: *2º Encontro Nacional da ANPUR*. Nova Friburgo: ANPUR, 1987.
- RIBEIRO, Luiz César. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RODRIGUES, Eliene J. *Banidos da cidade, unidos na condição: o conjunto Cidade Nova como um espelho da segregação social em Belém*. Belém, 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Col. Espaços).
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987 (Col. Espaços).

- _____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 16).
- _____. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1994. (Col. Estudos Urbanos, 6).
- SEABRA, Odette C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SOUZA, Maria Adélia. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- TRINDADE JR., Saint-Clair C. Cidadania e (re)produção do espaço urbano de Belém. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda M. da (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 271-77.
- _____. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: NAEA/UFPa, 1997.
- _____. *em Belém e a reestruturação metropolitana*, defendida em fevereiro de 1998 na FFLCH/USP –, sob orientação da Profª Drª Sandra Lencioni.

Obs.: Este artigo sintetiza os principais pontos de discussão da tese de doutoramento em Geografia Humana intitulada "A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos



BOM RETIRO: A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM URBANA

Márcio P. Santos

Mestrando em Geografia Humana no Depto. de Geografia-FFLCH/USP

RESUMO:

Procuramos neste artigo oferecer uma exemplificação de como as redes atuam no espaço, fazendo uma recuperação da história da produção espacial de uma fração do espaço urbano da cidade de São Paulo, o bairro do Bom Retiro, que ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX teve sua "paisagem rural" metamorfoseada em "paisagem urbana", em função da implantação de redes materiais e sociais. Redes estas originadas por exigência de uma dinâmica social local associada à transição e à emergência das classes apegas ao poder de mando.

PALAVRAS-CHAVES:

Paisagem, São Paulo, Bom Retiro, redes, imigração.

ABSTRACT:

We have attempted to offer an example of how webs act in space, through a review concerning the history of production of a fraction of the urban space of the city of São Paulo, the district of Bom Retiro. This area, along the second half of the 19th century and beginning of the 20th, had its "rural landscape" changed into a "urban landscape" due to the implantation of material and social webs. These webs are created below demand of local social dynamics associated to the transition and emerging of power-owning social classes. This article is a small essay based on our master degree work, in execution at the Geography Department of the University of São Paulo.

KEYWORDS:

Landscape, São Paulo, Bom Retiro, webs, immigration.

As redes e a paisagem.

Antes de se buscar postular a definição para categorias como região, território, lugar e paisagem, sempre devemos ter em mente que são recortes espaciais. São segmentos de uma dada espacialidade total, surgidos como uma necessidade de operacionalização do conceito de espaço. São unidades operacionais que, de fato, possuem uma existência dada por objetos e ações assim relacionados em sistema,

que conferem conteúdos às localizações do espaço. Aqui estamos inspirados em Milton SANTOS (1994,1996), mas também em Henri LEFEVBRE (1974) ao adotarmos a perspectiva da produção do social do espaço.

Essas realidades espaciais podem ser segmentadas do espaço total a partir do reconhecimento de seres assim identificados por Milton Santos: "...a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a

redes que se formaram a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX, numa dada fração do espaço nacional, e viabilizaram a transformação de uma fração do espaço urbano da cidade de São Paulo, originando o bairro do Bom Retiro. Como veremos, as grandes redes que impulsionaram um movimento em direção à mudança da paisagem local foram: as redes institucionais e administrativas, as redes de comunicação (transportes, neste caso), e as redes sociais – aquelas que atravessam os objetos – vista na formação e influência de uma classe dirigente local e nas imigrações. Desta última, nos estenderemos um pouco mais até a atualidade, pois apenas focalizaremos sua influência numa faceta que envolve o ambiente construído: o partido arquitetônico.

A história do Bom Retiro é abordada, por seus principais historiadores¹, a partir da identificação e do loteamento das chácaras de final de semana, que ocupavam o lado esquerdo do antigo “Caminho do Guaré” no sentido norte da cidade de São Paulo. Contudo, antes de havermos com datas e “pedras fundamentais” de uma historiografia urbana tradicional, estamos mais preocupados em aglutinar fatores e processos que desencadearam a transformação de uma “paisagem rural” em uma incipiente “paisagem urbana” inserindo um subespaço – que viria a ser conhecido como Bom Retiro, na lógica do desenvolvimento de uma totalidade urbana a cidade de São Paulo.

A rede material

Situado na direção norte paulistana, a não mais do que três quilômetros do centro histórico da cidade (delimitado pelo famoso triângulo), o Bom Retiro dependeu, de início, de uma ação do poder público para seu desenvolvimento urbano, que estimulou, através de variados mecanismos, a implantação de infra-estruturas. Em 1790 foram iniciadas as obras, promovidas pelo governo da província, do que viria a ser o futuro “Horto Botânico”. Porém, concluído apenas em 1825 com a denominação “Jardim da Luz” passou a ser um dos maiores espaços abertos dedicados à recreação dos paulistanos, tornando-se centro turístico e, posteriormente, até cartão postal. Além do lazer, a entidade “jardim” naquela época, diferentemente dos parques, tinha um significado mais simbólico e de relação social para as classes altas da sociedade paulistana – ainda dominada pela aristocracia cafeeira. Como bem lembrou Nestor Goulart², o jardim era o lugar onde se passeava vestido de fraque, gravata, cartola e outros adereços que ditavam o gosto da elite paulistana. A construção de jardins, com muitas árvores exóticas, era mais um desejo excêntrico, uma maneira de se aproximar dos hábitos requintados da sociedade européia da época, que teve seu auge na “Belle Époque”. Mas o gosto da elite paulistana não era visto apenas nos jardins e parques, mas também em suas residências urbanas – onde predominava o estilo neoclássico – e, principalmente, nas chácaras de final de semana que se ergueram ao redor do “triângulo” paulis-

¹ DERTÔNIO, Hilário. “*O Bairro do Bom Retiro*” PMSP/SMC, São Paulo, 1971. Excelente historiografia do bairro, porém mais descritiva do que analítica. O autor descreveu a história da gênese do bairro, de algumas de suas edificações e das principais ruas. FINA, Wilson Maia. “*O Bairro do Bom Retiro e seus primórdios*” Obs: Este artigo ainda não possui referência, trata-se de uma brochura na qual ainda estamos procurando a fonte, talvez publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico.

² REIS FILHO, Nestor Goulart. “*São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços públicos*.” Ed. HUCITEC, São Paulo, 1994. O autor faz uma recuperação histórica dos espaços públicos e demais infra-estruturas significativas, em sua maior parte da cidade de São Paulo.

tano, principalmente na direção dos rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí, representando uma evolução da casa grande e senzala do interior. Em direção aos dos campos do Guaré, do lado esquerdo do antigo caminho do mesmo nome, avistavam-se, desde 1860, as chácaras do Marquês de Três Rios, da família Dulley, a do "Sítio Carvalho" e a de Manfred Meyer, ficando esta mais em direção à várzea, onde seu dono mantinha a primeira olaria da cidade, a "Olaria Manfred" Uma segunda função pública a se instalar nos campos do Guaré, ou da Luz, foi a Cadeia Pública, construída em 1858, ao lado do Jardim da Luz.

No decorrer da segunda metade do século XIX, a cidade foi se modernizando e a necessidade de mão de obra especializada, gerada pelo desenvolvimento da indústria, era cada vez mais crescente – ainda que, por essa época, existiam indústrias que se utilizavam de mão-de-obra escrava. Essa preocupação era levada em conta pela emergente e, cada vez mais forte classe capitalista local, que, em 1873, inspirada em ideais positivistas e com apoio do poder governamental, fundou uma entidade voltada especificamente para instrução popular, denominada "Sociedade propagadora de instrução popular" Um dos produtos dessa "política educacional" foi a criação do "Liceu de Artes e Ofício" e do grupo escolar "Prudente de Moraes" Estas duas instituições vieram inaugurar uma característica do Bom Retiro que seria referência para toda a cidade – a sua função de centro educacional notório, reunindo os melhores institutos e faculdades. Pois bem, essas duas instituições também foram erguidas em terrenos tomados junto ao Jardim da Luz. Essa intervenção urbana teve incentivo direto do poder municipal, através de esforços do prefeito Benardino de Cam-



pos que "...encaminhou projeto de lei à assembléia legislativa cedendo o terreno no Jardim e criando subvenção de 100 contos para a construção além de outros benefícios." (FRANCO & BRUNA, 1977. p.68)³.

Mas o evento a causar o maior impacto na paisagem ainda bucólica do Campos do Guaré foi a implantação da primeira ferrovia que faria a ligação da cidade de São Paulo com o Porto de Santos: a São Paulo Railway – que foi o maior advento técnico da primeira urbanização da cidade. Inaugurada em 1867, esta ferrovia, depois transformada na atual estrada de ferro "Santos-Jundiaí", veio a compor o eixo mestre do sistema ferroviário Paulista, completado pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro, em 1868; pela estrada de ferro Sorocabana, em

³ DPH/PMSP. Arquivo de Negativos.

⁴ FRANCO, Luiz Roberto C. & BRUNA, Paulo Júlio. "Área da Luz: Renovação urbana em São Paulo" Ed. Perspectiva. São Paulo, 1977. Livro resumindo o projeto de revitalização da "Área da Luz" levado a cabo pelo escritório de Rino Levi, em 1975.

1870; e pela Cia. Mogiana de estrada de ferro, em 1872. Esse eixo ferroviário, que fazia a comunicação do interior Paulista com a cidade, e desta com o litoral, dinamizou o fluxo de mercadorias e pessoas, numa época em que as dificuldades encontradas com o transporte da produção começavam a prejudicar a rentabilidade e competitividade do setor agrícola voltado principalmente para a cafeicultura. Pois bem, a “São Paulo Railway” veio a ser a porta de entrada de muitos imigrantes na cidade de São Paulo, e principal meio de transporte da produção da incipiente indústria paulistana. Junto a ela foi construída a pequena Estação da Luz, que apesar de ser uma das mais modernas da época, viria a ser demolida em 1900 para ceder lugar, em 1901, a uma sucessora ainda mais imponente. Esta, de grande porte, pré-fabricada na Inglaterra, passou a ser referência para toda a cidade, servindo de ponto turístico e tornando-se um dos seus principais cartões postais. Com a ferrovia surgiram, associados direta ou indiretamente a ela, vários equipamentos e edificações, além das estações como galpões e oficinas de locomotivas, carros e vagões, alfândegas, armazéns de mercadorias, etc.

Com todos esses equipamentos de grande porte – a ferrovia, a estação, as fábricas, os galpões,

as oficinas, as instituições de ensino – concentrados nas cabeceiras do Campos do Guaré, esta região passou por um processo contínuo de valorização de seu entorno, tornando-se interessante para os donos de terras e chácaras especular, com suas propriedades, no mercado imobiliário que se agitava na época.

Por volta dessa época o judeu alsaciano Manfred Meyer, percebendo as tendências do mercado imobiliário – sobretudo os loteamentos de sucesso que seus vizinhos, os alemães Glette e Nothmann, realizaram nos Campos Elíseos – preocupou-se em valorizar suas terras. Possuidor da primeira grande olaria da cidade, a “Olaria Manfred” e detendo grande área das terras junto à várzea do Bom Retiro, Manfred Meyer não mediu esforços para que o poder municipal as arruasse. Para tanto, projetou em uma planta de sua autoria um arruamento aleatório para sua chácara, que, após uma primeira recusa pela municipalidade, foi aprovado, em 1881, depois de corrigido segundo as diretrizes antes aprovada na Câmara para toda a região. Com a regularização do tráfego ferroviário e o adensamento de equipamentos junto à ferrovia, o Bom Retiro ficou com certo isolamento em relação aos bairros dos Campos Elíseos, Santa Ifigênia e Luz, que faziam a ligação com o centro novo da cidade de São Paulo. No arruamento de

Manfred Meyer previa-se o prolongamento da rua João Teodoro que partia do Pari, um bairro do lado direito do Campos da Luz, na direção norte, atravessava a avenida Tiradentes e alcançava o Bom Retiro, tangenciando o parque da Luz e a Cadeia Pública, até alcançar a rua Silva Pinto, onde, finalmente, foi erguida uma porteira, que resolvia de maneira precária a situação de isola-



Vista do Bom Retiro a partir do mirante do Jardim da Luz⁵

⁵ DPH/Eletropaulo. Arquivo Fotográfico.



Estação da Luz em 1910⁶

mento do bairro⁷ Apesar disso, a ligação do Bom Retiro com o centro da cidade somente foi resolvida com a construção de duas passagens de nível nos trilhos da ferrovia por volta de 1884 e em 1890, respectivamente, ligando a Alameda Nothmann – no Campos Elíseos – à rua Silva Pinto; e a rua José Paulino à rua General do Couto Magalhães – no bairro da Luz.

A produção da paisagem local do Bom Retiro, se assim podemos dizer, à semelhança dos bairros situados junto à várzea dos rios Tietê e Tamanduateí, foi beneficiada pela formação de uma rede local que foi sendo consolidada no final do século XIX e início do XX, com a progressiva instalação de um conjunto de instituições públicas e privadas, assim como a presença da ferrovia São Paulo Railway. Tais redes contribuíram para o ímpeto especulativo imobiliário e a implantação das primeiras indústrias. A importância de vias férreas e da indústria no processo de urbanização da cidade de São

Paulo foi muito bem demonstrada por Pasquale Petrone⁸, onde aquelas aproveitaram-se das áreas de fundo de vale e de várzea, por serem adquiridas por um preço menor, além do fato de estas serem desprezadas como local de moradia. *“Não resta dúvida que as principais áreas industriais acompanharam as vias férreas...mas inegavelmente, foi a função industrial, mais do que qualquer outro fator, que ocasionou seu crescimento e sua expansão em área. O fato de terem estradas de ferro, aproveitando os vales onde os terrenos podiam ser obtidos a baixos preços pôr não serem apreciados como locais de moradia; atraiu estabelecimentos*

fabris, cresceu desse modo a área urbanizada, e as várzeas do Tamanduateí e do Tietê, naquele trecho, deixaram de ficar ao abandono.” (AGB, 1958, p.104). As áreas de várzea eram rejeitadas pelas classes abastadas também por uma questão sanitária – na época



Aspecto do Campo da Luz e da várzea do Bom Retiro em torno de 1880⁹

⁶ DPH/PMSP. Arquivo de Negativos.

⁷ Essa história é contada em detalhes no artigo, supracitado, de Wilson Maia Fina. Aqui apresentamos um resumo, que visa nossos interesses em arrolar fatores.

⁸ Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção regional de São Paulo. *“A cidade de São Paulo : estudos de Geografia Urbana”* Cia. Editora Nacional. Vol. II – “A evolução urbana” 1958.

⁹ DPH/Eletropaulo. Arquivo fotográfico.

o saneamento básico ainda era precário na cidade. Dessas redes derivaram-se outras, uma rede social, se assim podemos dizer, que é em si mesma complexa, mas por aqui abordaremos uma de suas frações, vista na configuração do movimento e do assentamento imigratório que se dirigiu ao Bom Retiro.

A rede social

A partir de 1880, uma vez iniciado o processo de loteamento do bairro, os primeiros imigrantes a ocuparem de fato o Bom Retiro foram os italianos sua vinda decorreu de uma série de fatores conjugados que, a partir da segunda metade do século XIX, motivaram a entrada de um número significativo de imigrantes no Brasil, por diversos fatores tais como: o fim do tráfico negreiro e a posterior abolição oficial da escravatura em 1888, a necessidade de mão-de-obra assalariada para cafeicultura e indústria, a política de subsídio à imigração realizada pelo governo, o lucro dos negócios com as companhias da colonização, a propaganda do Brasil no exterior, a crise agrícola no sul da Itália, agravada pelo incremento populacional, etc. Uma vez no Bom Retiro, os imigrantes formaram a base da mão-de-obra para a indústria local.

Uma vez desenvolvidas as vias de comunicação e facilitada a implantação de indústrias, formaram-

se vários bairros operários em áreas consideradas até então como periféricas à cidade de São Paulo. Logo, à semelhança de bairros como o Brás, Barra Funda, etc., o Bom Retiro – dominado pela presença italiana, do final no século XIX e início do XX – podia ser considerado, essencialmente, como um bairro operário. Apesar da predominância industrial, a presença do comércio também era significativa. Caso atípico da presença italiana em São Paulo se fez observar na ocupação e desenvolvimento do bairro do Bixiga, que, além de não se situar na várzea em sua maior parte, não possuía indústria significativa, e se tornou um bairro basicamente artesões e de serviços.

Compondo o maior número do contingente imigratório entrado em São Paulo, a influência dos italianos, que se instalavam então no Bom Retiro, para atender à necessidade de mão-de-obra, se fez sentir na produção da paisagem, principalmente na arquitetura de moradia popular. Em termos gerais, a casa do operário demonstrou uma evolução do padrão de moradia colonial que vigorava no Brasil nos últimos três séculos. Sua casa geralmente procurava ocupar o máximo das possibilidades oferecidas pelo lote, mas, apesar disso, já apresentava calçamento, indicando um primeiro afastamento da casa em relação à rua assim como o recuo lateral este propiciando um maior arejamento dos interiores. Mais

alta do que a casa colonial, desta vez construída de tijolos, geralmente possuía um porão alto com a presença de óculos ou seteiras. A entrada lateral era protegida por um portão de ferro com adereços. O telhado podia ser de duas a quatro águas, onde já se utilizavam telhas do tipo marselha, que eram escondidas da rua com o recurso das platinbandas. Nessas residências podíamos encontrar com facilidade os trabalhos dos italianos conhecidos como “caponastri” – hábeis mestres de obras que procuravam dar um requinte a mais



Rua José Paulino antes de 1900¹⁰

¹⁰DPH/Eletropaulo. Arquivo fotográfico.

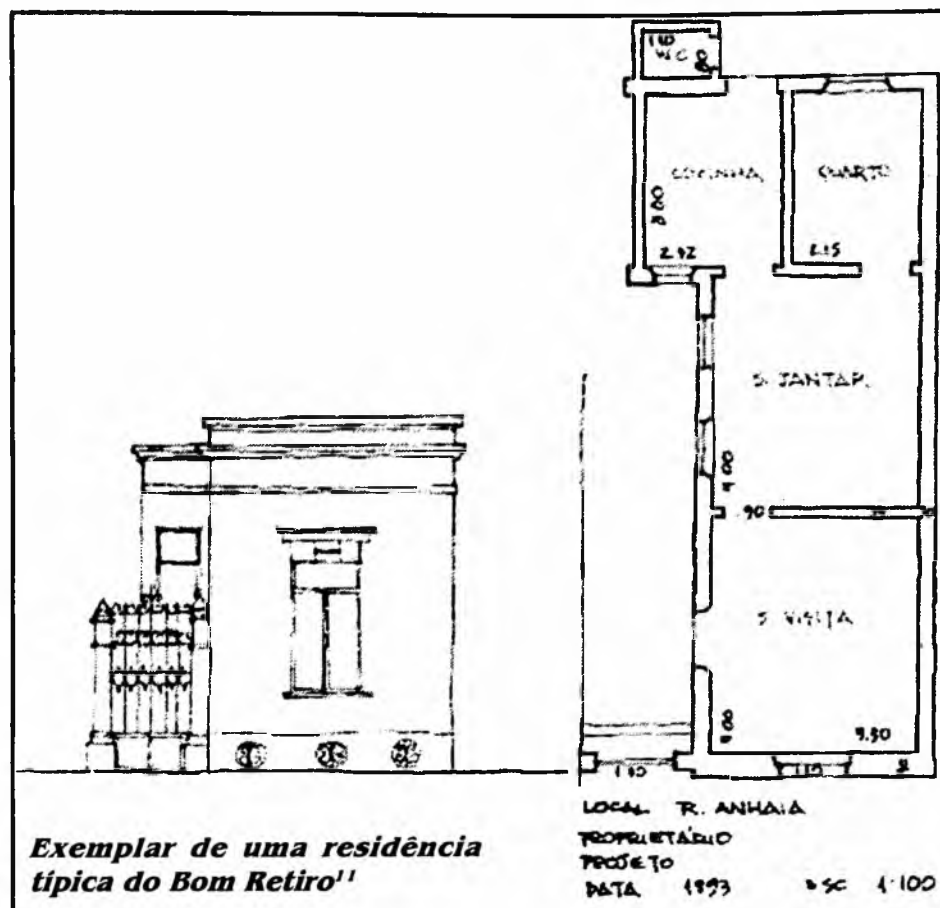
para a casa, com seus ornatos, cornijas, molduras, frisos, pilastras, bem formados com o uso de estuque.

Podemos dizer que as linhas gerais da paisagem do bairro foram definidas durante a época em que o predomínio da população local era de italianos, compondo um período que vai de 1890 à década de 1930 aproximadamente. E assim vimos crescer as vilas, quintalões e cortiços ao lado de fábricas, galpões, oficinas, etc.

As construções de maior porte, que geralmente ficavam a cargo do poder público, de industriais ou instituições privadas, procuravam seguir o padrão da época, dominado pelo estilo neoclássico (conjunto da Escola Politécnica, de 1894), com algumas incursões pela "Art-Nouveau" (Colégio Santa Inês, de 1907), e com o abuso do "Eclétismo" (Faculdade de Odontologia e Farmácia, de 1905).

A presença italiana no bairro foi se reduzindo ao longo da primeira metade deste século. Diferentemente dos demais contingentes imigratórios dominantes, presentes no bairro, os italianos eram essencialmente católicos, a religião oficial do país, o que facilitou sua inserção social junto à população brasileira, somando-se a isso o fato de a constituição familiar ser a mesma. Como em sua maioria eram operários, não houve grande formação de patrimônio ligado à produção industrial, ao comércio ou a outros negócios locais, que justificassem a permanência dos seus filhos no bairro, pois à medida que tornavam-se profissionais, iam evadindo do bairro e se espalhando para outros lugares da cidade.

Hoje a presença italiana se restringe à região que vai da rua Solon em direção à várzea – ainda são figuras comuns nas ruas desse trecho do bairro, onde situa-se a maioria das vilas. Nesta área encontramos ainda algumas cantinas e restaurantes de pequeno porte, mercearias e uma ou outra pizzaria. É muito comum encontrar os italianos na paróquia Santo Eduardo, seja em dia de missa ou quermesses, nos



clubes Nacional do Bom Retiro e "Corinthinas", fazendo o seu tradicional "barulhinho" (jogo de cartas) ou jogando "bocha"

Por serem uma comunidade aberta, e de tradição católica, os descendentes de italianos se adaptaram à vida nacional, não necessitando de espaços diferenciados para desenvolver uma sociabilidade, diferentemente do judeu e do coreano, que viriam depois e tiveram sua inserção na sociedade nacional prejudicada, visto que, de maneira geral, formariam comunidades fechadas, quer através da religião, quer através da língua, como explicaremos a seguir.

A presença dos italianos no Bom Retiro começou a diminuir notadamente a partir dos anos 30, quando a incursão do imigrante judeu e de outras origens se fez sentir mais forte, ao mesmo passo em que seu aspecto de "bairro operário" foi cedendo lugar a uma função mais comercial.

¹¹DPH/PMSP. Arquivo Washington Luis.

Podemos aferir a presença dos judeus no Brasil desde a época da imigração italiana, porém de maneira não muito significativa em termos numéricos. Além dos motivos internos do Brasil, semelhantes aos que motivaram a vinda dos demais imigrantes, se fez importante como fator externo a entrega do território da Alsácia e Lorena, em 1871, para a Alemanha – fator estimulador da primeira vinda significativa de judeus ao país. Porém o “ciclo” migratório da população judaica começou com a chegada de judeus russos, em 1891 a São Paulo, e continuou sem interrupções até a I Grande Guerra. Após esta pausa, foi retomado no período entre guerras, sendo somados aos judeus russos, a vinda de judeus do extinto império Turco-otomano e da Alemanha estimulados a emigrar por causa da perseguição nazista. Em 1937, o Estado Novo, ao iniciar as políticas de restrição à imigração, deu uma “atenção” a mais para o povo judeu, pondo quase fim à entrada no país de refugiados desta comunidade. Apesar disso, ao tomarmos totais numéricos, vemos que a presença do imigrante judeu no país e em São Paulo sempre foi muito tímida. Segundo o levantamento realizado por Egon WOLFF e Frieda¹² (1988), o total de judeus existentes no Brasil, em números levantados pelo recenseamento de 1940, era de 55.563 indivíduos; cerca de 1.35% do total da população nacional, porcentagem esta que se manteve constante ao longo da década de 1950, apesar da vinda de judeus húngaros e egípcios. Não obstante à sua inferioridade numérica em termos nacionais, e até mesmo na cidade, o destaque dos judeus se deve ao fato de concentrarem-se numa pequena parcela do espaço urbano central paulistano, notadamente no bairro do Bom Retiro.

Apesar de, desde o início da sua formação, o Bom Retiro possuir estabelecimentos comerciais, muitos ainda em mãos de portugueses, foi somente com a inserção do imigrante judeu que a função comercial do bairro passou a ser predominante; mas isso somente a partir da década de 1920. Com os judeus vieram novas modalidades de se negociar, associadas à confecção e importação de artigos finos, concentrando-se no ramo de roupas, malharia e tecidos. De início inovaram, vendendo mercadorias de porta em porta, geralmente em casas de operários italianos, parcelando o pagamento em algumas prestações, sendo por isso conhecidos como “russos à prestação” ou “turcos à prestação”, dependendo de sua procedência, sempre generalizada pelos moradores. Em sua bagagem, além de roupas e tecidos, freqüentemente encontrava-se artigos domésticos. Uma vez conseguindo acumular um certo capital, partiam para a abertura de um negócio próprio, geralmente concentrado no setor de confecção, lojas de tecidos ou de roupas, mas também algumas fábricas. Em 1920, já era significativo o número de estabelecimentos nas mãos de judeus no bairro, como bem nos exemplifica Egon e Frieda Wolff: *“Muitas malharias havia na rua José Paulino: Meiler e C. (n.31), Moyses Lerman (n. 118), Jacob Blumen & Filho (n. 74), Isaac Tabacow (n.5), além das casas Ismael Waisman (n.19), Cesar Lipiner (n.45)...; ainda a Casa de Móveis Goldstein,...,artigos de vime, tapeçaria, colchoaria, louças e cristais...”*¹³ (WOLFF, 1988 p.70).

A influência da comunidade judaica no ambiente construído seria vista na alteração e adaptação de várias residências para a instalação de comércio, assim como na primeira fase da verticalização do bairro, como parte do investimento na propriedade imobiliária, quando encontramos famílias donas de prédios inteiros. Um diferencial a mais será en-

¹² WOLFF, Egon & Frieda. “Guia histórico da comunidade judaica de São Paulo”. Ed. Binei B’rith s/c. 1988. São Paulo. 1988. Este livro faz um levantamento da migração judaica na cidade de São Paulo, assim como sua condição de vida no início do século e a formação das associações beneficentes, dando um destaque para o bairro do Bom Retiro.

¹³ Idem a rodapé n.5.

contrado, principalmente em suas sinagogas, o que fez do Bom Retiro o bairro onde encontramos o maior número delas no país, e talvez, no mundo – são cerca de dez, concentradas em 4 Km².

Após 1950, década de grandes migrações regionais no Brasil, essencialmente do Nordeste, seria significativa a presença de nordestinos no Bom Retiro, presença esta que carece de um estudo mais rigoroso, enquanto dado populacional e econômico influenciando no desenvolvimento do bairro – dados que, por ora, apenas supomos. De certa forma vão se destacar mais como moradores e trabalhadores do que empreendedores de algum tipo de negócio. Mas sua presença não é tão significativa quanto no Brás, Bixiga ou na periferia da cidade, como Santo Amaro.

Do final da década de 1970 até a atualidade, o bairro passou por uma terceira grande onda imigratória, desta vez representada pela coreana. Após várias experiências frustradas com a agricultura no país, nos projetos de colonização, durante a década de sessenta, os coreanos vieram para São Paulo e se concentraram, de início, nos bairros da Liberdade e Cambuci, tradicionais redutos de imigrantes japoneses na cidade. Uma vez na cidade, à semelhança dos “russos à prestação” começaram vendendo mercadorias de porta em porta, sendo geralmente produtos importados que tinham grande aceitação do público. Com um certo acúmulo de capital, associado à experiência com o comércio em seu país de origem, muitos partiram para o ramo de confecções, de início no bairro do Brás e depois, de modo mais acentuado, no Bom Retiro – onde atualmente se estima que detenham o domínio de em torno de 60% do comércio de roupas e tecidos¹⁴. Segundo os dados do consulado sul-coreano, em 1989 a sua população presente no Brasil era de 40.000 habitantes, sendo que destes 94,4% concentrados em São Pau-

lo¹⁵ (CHOI, 1991, p.210-211). Os coreanos foram, e ainda são, os responsáveis pela imposição de uma nova dinâmica ao comércio local, com a implantação do giro rápido do estoque, do ritmo de trabalho intenso em suas confecções, da venda de roupas e tecidos mais leves, em grande parte importados, da introdução de um “marketing” mais agressivo e inovador, visto sobretudo na organização e “design” de suas lojas, etc. Estes fatores colaboraram para a decadência e, ao mesmo tempo, renovação do comércio tradicional do bairro. Além da completa remodelação das fachadas de antigas lojas, muitas delas pertencentes a judeus, passaram a construir algumas igrejas que, modestas, ainda não destoam da paisagem geral do bairro.

*

Procuramos demonstrar de maneira simplificada como, uma vez lançadas as bases para a formação do Bom Retiro, os diferentes grupos imigrantes dominantes no bairro foram se sucedendo e inscrevendo suas marcas na paisagem local.

A seguir nos utilizaremos de alguns “insights” que nos ajudarão a conhecer melhor a realidade do bairro Bom Retiro. Um dos grandes ensinamentos que Marshall Berman¹⁶ nos oferece, ao relatar sua experiência como morador do Bronx, é o fato de como a ideologia de uma vida melhor – no sentido da ascensão econômica e mobilidade social do indivíduo – acaba por fazer com que aspirações mais nobres em relação a vida de um bairro não floresçam:

“Pois o Bronx de minha juventude estava possuído, inspirado pelo grande sonho moderno de mobilidade. Viver bem significa

¹⁵ CHOI, Keum Joa. “*Além do arco-íris: a migração coreana no Brasil.*” Dissertação de mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP. 1991. Aborda a história da migração coreana no Brasil, em particular na cidade de São Paulo, incluindo sua inserção no comércio de confecção no bairro do Bom Retiro.

¹⁶ BERMAN, Marshall. “*Tudo que é sólido se desmancha no ar.*” Cia. Companhia da Letras. São Paulo, SP. 1987

¹⁴ Estimativa da Câmara de Dirigentes Lojistas do Bom Retiro.

ascender socialmente e isso, pôr sua vez, significa mudar-se fisicamente; viver uma existência perto de casa significava não estar vivo... Mas, quando você vê a vida dessa maneira, nenhum bairro ou ambiente pode passar de um estágio no percurso da vida, uma plataforma de lançamento para lutas maiores e órbitas mais amplas que as nossas... Tínhamos, como definiu Leonard Michaels, 'a mentalidade dos tipos de bairro que, tão logo possível, escapam como diabo de seus bairros'. Portanto, não tínhamos como resistir às engrenagens que moviam o sonho americano, porque nós também éramos movidos pôr eles – ainda que soubéssemos que podiam romper-nos." (*Berman, 1987, p.310, grifo nosso.*)

Por nosso turno compreendemos como tais aspirações travestidas da ideologia da ascensão econômica acabam por reproduzir uma dada situação atual, um "status quo" espacial, ao tomarmos como exemplo também os bairros próximos ao centro histórico de São Paulo, considerados com o vago título de "bairros de transição", isto é o caso do Bom Retiro, um bairro, à semelhança do Bronx, formado desde sua origem por imigrantes, e assim consolidado ao longo deste século. Ora, de certa forma, esse comportamento e aspiração de ascensão social sempre perseguem a vida do cidadão migrante na terra estrangeira. Porém, essa ascensão social dos indivíduos é quase sempre acompanhada do desejo de mudar do lugar onde se vive, pois a mudança para bairros melhores significa ter um novo "status" reconhecido pelo outro, não somente pelos seus conterrâneos, como, principalmente, pela camada da sociedade dominante local. Scarlato¹⁷ nos relata o exemplo de quando algumas famílias italianas do Bixiga conseguiam certa prosperidade econômica, muitas delas procuravam mudar-se para a chamada Vila do Ingleses, situada rente à crista do espigão da Paulista, fazendo seus limites com o tradicional bairro de italia-

nos, situado em direção à vertente do vale do Anhangabaú, através de uma imensa escadaria. Dizia-se à época que tais famílias "subiram as escadas", eufemismo popular para demonstrar que estas ascenderam socialmente. No Bom Retiro esse comportamento não foi diferente, e tem acompanhado o bairro ao longo do século. Como sua topografia não permitia escadas, atravessavam as linhas férreas ou as passagens de nível. Quando os italianos, judeus, coreanos, gregos, e outros migrantes, conseguiam aumentar seu patrimônio, procuraram logo estabelecer-se nas imediações de bairros mais "nobres" como o Morumbi, Higienópolis, Jardins, etc.. Porém, para o migrante que ascendeu socialmente, mudar também significava deixar para trás um passado e, sobretudo, um espaço de lembranças nem sempre agradáveis. Essa mudança, além de significar a possibilidade de uma vida melhor – por poder consumir um novo espaço, dotado de uma outra "simbologia" dentro do contexto urbano paulistano – possui o paradoxo de promover a reprodução das condições que colaboram para a manutenção da obsolescência da localidade de onde procederam. O que queremos afirmar com isso é que o fato de os imigrantes saírem de seu bairro geralmente acaba por colaborar para a permanência das mesmas condições que propiciaram a sua chegada ao mesmo. Condições estas que permanecem favoráveis à penetração de uma nova corrente imigratória que por ventura se forme, como é o caso da nova corrente imigratória formada pelos bolivianos. Esse processo tem se repetido no Bom Retiro, desde os tempos dos italianos, mas exemplificado de maneira mais radical dentro da comunidade judaica, assim como da dos coreanos e demais contingentes de imigrantes do bairro. Essa aspiração de ascensão social educa os mais jovens a se prepararem para a mudança, assim que melhorarem de vida. E fica assim o bairro constantemente sendo induzido a ter uma população idosa significativa, o ambiente construído com aspecto deteriorado, equipamentos urbanos envelhecidos e incapazes de atender a uma demanda de maior porte.

¹⁷ SCARLATO, Francisco Capuano. "Bixiga uma ideologia geográfica". in *Boletim Paulista de Geografia*. AGB-SP; São Paulo, SP. 1 sem. 1989.

A permanência dos mais jovens poderia significar resistência e aspiração por uma qualidade de vida melhor para o bairro. Porém, apesar de alguns esforços isolados de moradores agrupados em torno da sociedade de amigos de bairro, sabemos hoje, depois de nossas várias incursões, que o futuro do Bom Retiro está cada vez mais na dependência dos setores que comandam a economia local e que também lhe causam o maior impacto: o comércio e as pequenas e médias confecções. Isso, uma vez descartando-se qualquer intervenção maior por parte do governo no sentido de se revitalizar a área.

O Bom Retiro, um bairro?

Podemos debater a noção de bairro começando por Marcelo José Lopes de Souza¹⁸ que, em sua pesquisa sobre o conceito, procurou realçar a idéia de sua dimensão política, como um palco das lutas quotidianas, de organização, e catalisador simbólico da população local. Para este autor, os urbanistas não chegaram a oferecer um conceito definitivo de bairro, apenas forneceram elementos para uma elaboração teórica daquele. No que diz respeito à Antropologia, o ramo que chegou mais perto de uma definição de bairro foi a Antropologia Urbana, que veio reforçar o aspecto cultural que este conceito possui. A Sociologia foi, para o autor, a disciplina que mais avançou na conceituação do bairro, porém a exemplo do Urbanismo e da antropologia Urbana também não ofereceu *"...um projeto crítico de descortinamento das raízes e dos pressupostos cultural-ideológicos da noção popular de bairro e do fetichismo espacial embutido no senso comum."* (SOUZA, 1989, p.144). Enfim, depois de fazer uma retrospectiva crítica dos estudos sobre o bairro, o

autor chega à conclusão de que a noção clássica de bairro morreu com o advento do capitalismo moderno, porém, não postula nenhuma outra alternativa. Mas qual a noção clássica de bairro? O autor não nos diz, além do fato de encontrarmos em toda sua exposição a idéia de espaço como palco. Contudo, por conta de nossa pesquisa encontramos em Armando Corrêa da Silva¹⁹ uma apresentação exemplar, perfeita, de uma noção clássica de bairro, inspirada na economia política tradicional, formulada em sua tese de livre docência:

"O bairro é o lugar da vida comunitária e do poder local. Quer sua origem seja o aglomerado rural, o loteamento urbano, ou o apêndice residencial da atividade industrial ou portuária, ele se define como um conjunto restrito de edificações, mais ou menos densas, que se organizam juntamente a certo número de serviços públicos e privados a ele relacionados. Nesse sentido ele possui um significado geral válido para situações muito diversas."

O bairro metropolitano, contudo, tem outra origem, pois está ligado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ele surge ainda com a economia mercantil, tendo regionalmente várias denominações. Uma vez definida a metrópole clássica o bairro é sinônimo de existência de classes sociais diferenciadas, podendo ocorrer um misto." (SILVA, 1982, p.348).

Encontramos na fenomenologia mais uma ferramenta que veio a somar-se aos esforços de definição do que seja "bairro". De um caráter extremamente genérico de YI-FU-TUAN²⁰, onde é a visibilidade que define o que é lugar, o que é bairro, chegamos a Lewis MUMFORD²¹, que leva em consideração

¹⁸ SOUZA, Marcelo J. Lopes. "O bairro contemporâneo: ensaio de uma abordagem política." in Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, vol. 51, n. 2, p. 139 a 172, abril/junho, 1989.

¹⁹ SILVA, Armando Corrêa. "A metrópole ampliada e o bairro metropolitano: O caso de São Paulo: O bairro da Consolação" Tese de livre docência, Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. 1982.

²⁰ YI-FU-TUAN. "Espaço e lugar" Nobel

²¹ MUMFORD, Lewis. "Perspectivas Urbanas": Vecindad y unidad de vecindario". Emecé editores, Buenos Aires. Barcelona.

os limites administrativos, assim como o sentimento de se pertencer a um lugar, um certo padrão no caráter arquitetônico, assim como equipamentos de uso coletivo que permitem manifestações cívicas e de lazer definindo relações de vizinhança. Na abordagem desse autor também podemos definir o bairro pelas características topográficas, ou ainda adotarmos uma perspectiva deste ser definido por aglutinação de associações classistas que delimitam zonas bem definidas.

Segundo SCARLATO²², apesar do advento da modernização capitalista, que fez com que o sentimento de identificação dos indivíduos com os lugares praticamente desaparecesse, a noção de bairro ainda leva em consideração o convívio cotidiano de seus cidadãos, o que envolve várias relações sociais, sobretudo, as de vizinhança. Além disso, deve-se, lembra o autor, considerar a instância dos limites administrativos, apesar destes serem imprecisos, pois é o dado que atualmente tende a definir o que é um determinado bairro. Enfim passa-nos a idéia de bairro como totalidade relativa, uma “parcela do espaço historicamente determinada” que define representações e o “nível de aderência das pessoas aos lugares”.

Reunindo essas idéias, conseguimos selecionar elementos, variáveis, que no nosso entender, são fundamentais para se postular uma conceituação de “bairro”. Concluimos que em nossas investigações sobre noção de bairro devemos levar em consideração:

- Relações comunitárias;
- Relações de solidariedade;
- Mobilização por direito ao acesso do consumo coletivo;
- Predomínio de relações tradicionais;
- Delimitação política-administrativa;
- Mediação com o mundo;
- Presença de edificações de caráter cívico.

No nosso entender, todos esses fatores interrelacionados permitem mais do que uma definição fechada de um conceito; elas oferecem meios para delimitar a entidade “bairro”. Além de delimitar, entendemos que na presente fase da globalização, estas variáveis acabam por servir como indicadores da situação atual de uma determinada parcela do espaço urbano, antes seguramente por nós definida como bairro. Podemos nos fazer entender melhor utilizando o Bom Retiro como exemplo.

O Bom Retiro é um bairro onde as *relações comunitárias* são mais fortes no interior de cada comunidade imigrante, ou seja, se dá por ascendência comum. Ora, quando se chega a época em que as novas gerações se dispersam para outras áreas da cidade, essas relações tendem a enfraquecer, e já não mais passam a atuar no bairro como antes. No caso dos judeus, toda a movimentação que se fazia em torno das sinagogas e colégios, que antes agitava a comunidade do bairro, enfraqueceu-se ou foi transferida para outras localidades, assim como o número de freqüentadores das sinagogas diminuiu drasticamente. No caso dos italianos, que sempre foram uma comunidade aberta, não vemos nenhuma comemoração que fuja às tradicionais quermesses da igreja católica, que não diferem do resto da cidade; os clubes de várzea praticamente estão abandonados. Já as relações comunitárias dos coreanos são relativamente incipientes e se dão através das igrejas protestantes, compondo grupos muito fechados.

As *relações de solidariedade* também se dão no interior das comunidades. Os judeus mantêm suas próprias associações beneficentes, assim como os coreanos; coisa que não acontecem com os bolivianos e nordestinos, caracterizados pela total ausência de solidariedade, ficando a mercê das instituições públicas ou da igreja, que são de abrangência de toda a cidade.

A mobilização em torno do *acesso aos equipamentos coletivos* tem ocorrido dentro do setor comercial, através da sua associação local que, entre outras ações, já organizou mutirão de limpeza, reivindicou linhas de ônibus coletivos para o bairro,

²² Idem ao rodapé n. 9.

organizou festas comemorativas de seu aniversário, assim como exposições históricas.

Com as relações comunitárias e de solidariedade fragmentadas, dificilmente as *relações tradicionais* que caracterizam um bairro, como as de vizinhança, tendem a progredir e a prosperar por muito tempo, ou caminhar na direção de uma aspiração mais digna, que ultrapasse os limites da calçada de cada morador. É o que constatamos nas reuniões que comparecemos, da associação do moradores locais.

A única coisa sólida que se manteve no bairro ao longo do século XX foi a *delimitação político-administrativa*. Curiosamente, o bairro do Bom Retiro não se ampliou ou se reduziu em área de maneira significativa, seja em função dos limites imaginários dos seus moradores, seja na delimitação rígida do poder municipal. E por que isso? Porque os limites do Bom Retiro foram definidos pelas infraestruturas da ferrovia e das avenidas, que se mantiveram praticamente inalteradas. Esse dado formou uma espécie de "elo perdido" onde todas as relações comunitárias aí se reproduziram e tomaram consciência coletiva do seu espaço local. Radicalmente à parte, evidentemente que sempre houve a polêmica em torno do Jardim da Luz, mas antes mesmo de pertencer a este ou aquele bairro, lem-

bramos que pode ser considerado mais como uma área de transição.

A *mediação com o mundo* sempre houve no Bom Retiro, não só por se tratar de um bairro cosmopolita (apesar dos italianos, judeus coreanos e bolivianos, é significativa a presença de gregos, armênios, até sírios e libaneses.), mas pelo fato de sua farta infra-estrutura, indústria e comércio facilitarem a sua comunicação com seu entorno (a área central de São Paulo), com os demais pontos da cidade, do estado e daí para com o mundo (essa intermediação é feita através do fluxo de pessoas, informações e mercadorias).

Por último, um dado interessante, quando levamos em consideração a presença de *edificações de caráter cívico*, é o fato de o Bom Retiro ser o bairro onde se concentra o maior número de clubes da cidade. Não obstante a essa constatação, estão todos, sem exceção, subutilizados, sendo que sua população local quase não os usufrui. Em verdade, são mais utilizados para o futebol "society" de moradores de outros bairros da cidade. Por outro lado, depois de anos abandonada, a associação de moradores, formada em sua maioria por idosos, passou a fazer reuniões periódicas no antigo Clube Luso-brasileiro, onde uma ou duas vezes por mês acontece o baile da terceira idade....

Bibliografia

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. Algumas notas sobre o modernismo em Nova York. Cia. Companhia da Letras. São Paulo. SP. 1987.

CHOI, Keum Joa. *Além do arco-íris: a migração coreana no Brasil*. Dissertação de mestrado. DH/FFLCH-USP. 1991.

FRANCO, Luiz Roberto C. & BRUNA, Paulo Júlio. *Área da Luz: Renovação urbana em São Paulo*. Ed. Perspectiva. São Paulo, SP. 1977.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Cap.II: "O espaço social" tradução inédita do original "La Production de l'espace" por um grupo de estudos do Laboratório de Geografia Urbana do DG-

- USP, sob orientação da Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos.
- PINTO, Adolpho Augusto. *História da viação pública em São Paulo*. Ed. Gov. do Estado de São Paulo. Vol.II. 1977.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços públicos*. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1994.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia Política da cidade*. HUCITEC/EDUc. São Paulo, SP, 1994.
- _____. *Metamorfozes do espaço habitado*. HUCITEC. São Paulo, SP, 4ª ed., 1988.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo*. HUCITEC. São Paulo, SP, 2ª ed., 1996.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996.
- SCARLATO, Francisco Capuano. "Bixiga : uma ideologia geográfica" in *Boletim Paulista de Geografia*. AGB-SP; São Paulo, SP. 1 sem. 1989.
- SILVA, Armando Corrêa. *A metrópole ampliada e o bairro metropolitano: O caso de São Paulo: O bairro da Consolação*. Tese de livre docência. DG/FFLCH/USP. São Paulo, SP. 1982.
- WOLFF, Egon & Irieda. *Guia histórico da comunidade judaica de São Paulo*. Ed. Binei B'rith s/c. 1988. São Paulo, SP. 1988.



OLHAR O CENTRO E VER A CIDADE MOVER-SE

João Batista de Deus, Eguimar F. Chaveiro

Doutorandos em Geografia Humana, no Depto. de Geografia-FFLCH/USP e professores da Universidade Federal de Goiás/IESA/Geografia

Luiz Carlos P. Borges

Aluno do curso de Geografia do CAJ/UFG – bolsista do CNPq

RESUMO:

As transformações no centro urbano de Jataí-Go estão intimamente ligadas às mudanças econômicas e sociais ocorridas no Brasil ao longo das duas últimas décadas. Neste período Goiás passou por um desenvolvimento extraordinário. As mudanças ocorridas no campo provocaram grandes alterações nas cidades, como exemplo, podemos citar as migrações campo-cidade na Região Centro-Oeste, que chega em 1991 a ser a segunda região mais urbanizada do país, com apenas 19,22% de moradores no campo. O aparecimento de mão-de-obra técnica em Jataí, para atender a modernização na agricultura, pressionou por melhoria dos serviços prestados à comunidade, tanto públicos, como privados, provocando alterações na paisagem em toda cidade, em especial no centro urbano jataiense com o incremento das atividades econômicas. Observa-se que as mudanças na região e a forma com que elas se territorializaram no município de Jataí, incitaram transformações na cidade em geral e no centro em particular.

PALAVRAS-CHAVE:

Urbano, desenvolvimento, centro, fluxo urbano, objetos urbanos.

RESUMÉ:

Il s'agit d'une étude sur les transformations au centre ville de Jataí-GO. Celles-ci sont fortement liées aux changements économiques et sociaux qui passent au Brésil depuis 1975. Dans cette même période l'état de Goiás a eu un développement extraordinaire. Les changements dans la campagne ont provoqué grandes altérations dans les villes comme par exemple l'augmentation de leurs populations due à l'exode rural exode dans la région Centro - Oeste. Cette région depuis 1991 est devenue la deuxième région la plus urbanisée du pays ayant 19,22% à peine des habitants au milieu rural. Dans le cas de Jataí la modernisation a attiré une main d'oeuvre technique qui a forcé l'amélioration des services publics et privés par laquelle a eu une croissance des activités économiques changeant le paysage urbain en particulier au centre ville.

KEYWORDS:

Urbain, développement, centre.

Introdução

As ruas são retas, marcam ângulos de 90 graus, fazendo esquinas triangulares; observam-se, margeando-as, calçadas, também, retas, todavia ziguezagueantes sob altura um pouco acima das ruas. Os paralelepípedos são os limites entre as ruas

e as calçadas, exercem funções de divisor de águas. Isto mesmo: eles são pequenas muralhas que, entre outras funções, executam a de emparedarem o escoamento das águas para os bueiros ou, para as ruas com declividades inferiores. Porém é mais do que

isto: não somente sobre as calçadas, mas também sobre as orlas das ruas vêm-se pessoas transitando, algumas mais aceleradas, outras lentas, desavisadas, saboreando a tranqüilidade interiorana. O compasso dos transeuntes pode ser classificado mediante as atividades que exercem no uso que fazem das ruas e das calçadas: os compradores, os vendedores, os trabalhadores, os usuários de bancos, os moradores, os agentes do poder público municipal e, também, os “rueiros”

A verdade é que no interior das pistas das ruas o som é dolorido, soa intermitente a partir de ecos enfumaçados. Veículos, principalmente de “passeios” rosnam, gritam, desfilam conduzidos que são por pessoas que, por sua vez, estão em atividades, alimentando o fogo da cidade, ajudando caracterizar a temperatura do espaço, assumindo o seu posto principal – criar o movimento, usar o centro, transformá-lo em “peça” viva do acontecimento social e histórico deste momento. Neste espaço tão inquieto quanto diferenciado, como fazer para entendê-lo?

Ora, já foi dito, o trabalho científico se faz a partir de componentes sistemáticos, lógicos, geralmente mediando três elementos que se interagem: o epistemológico, o ontológico e o axiológico, ou seja, um sujeito – o sujeito cognoscente, uma base teórico-metodológica, o objeto cognoscível e os valores que se *despreendem* das opções analíticas feitas.

A imbricação desses elementos garante o tecido da reflexão, promove-a com o rigor da linguagem científica. Neste sentido, levantar-se-ão categorias e componentes da geografia urbana, que podem encaminhar investigações sobre o centro da cidade, levando-se em consideração as bases sociais e históricas que fundamentam a criação e a recriação incessante deste tipo de espaço e o talhamento subjetivo: os valores, o imaginário, a fetichização, a alienação, os gostos, os hábitos, as ideologias, como vetores culturais e espirituais que penetram no âmago de qualquer atividade social, tornando-a documento e testemunho dos rastros humanos sobre o espaço. SCARLATO analisando o bairro “Bixiga” faz uma brilhante consideração do que se denomina de Topoanálise:

“A topoanálise permite-nos perceber o nível de subjetividade na relação tempo e espaço vivido pelo homem nos momentos dos “saltos qualitativos” do processo histórico; a maneira como se produz o imaginário naquela relação – no selo do “vão suspenso” – criando muitas vezes um mundo de devaneios de representações férteis para a proliferação de ideologias” (SCARLATO, 1988, p. 88).

Percebe-se, assim, que a cidade somente existe em movimento, alçada em dinâmicas, as mais variadas, não tão-somente no que diz aos deslocamentos dos veículos, dos agentes, dos fluxos de mercadorias, coisas e idéias, mas também de valores, apreços, feições, permitindo que, ao estudar o centro, entenda-se isto vivamente, podendo detectar, tanto em escala grande quanto em escala pequena, o frenesi urbano e seus desdobramentos sociais, ambientais e humanos, oferecendo material para o entendimento da vida de uma comunidade e para profissionais que planejam a cidade, nos variados sentidos, como o de recuperação, tombamento, revigoramento, reordenamento, refuncionalidade, revitalização, conservação, preservação, mudança de rotas, construções de patrimônios culturais e históricos etc.

Paisagem urbana: mácula do tempo e da cultura

Desde os primórdios da Geografia Clássica até os dias de hoje se tem esboçado a importância da categoria paisagem no pensar geográfico. Diferentemente do arquiteto, com as idéias de *design*, de fachada, ângulos convencionais etc e de pintores, escultores e demais componentes do mundo da arte, a partir da compreensão de estética, a Paisagem Geográfica se nos revela enquanto uma categoria que não apenas expressa, mas permite a leitura, a interpretação do modo de funcionamento das sociedades historicamente espacializadas.

Deste modo, não se reduz à idéia mais simplista de FORMA enquanto puramente empiria; é, verdadeiramente, uma categoria de leitura geográfica do mundo, mediante a qual se desvelam as di-

ferências, as contradições, os antagonismos, os agentes sociais que constroem e tecem o espaço geográfico, podendo compreender imagens, ritmos, fluxos, rugosidades, dimensões, distribuição e extensão, assim como valores e motes culturais traduzidos em manifestações, em símbolos, objetos, monumentos etc. Assim, a leitura da paisagem e a sua compreensão são um dos principais objetivos do geógrafo. Mediante isto é que se desenvolve preliminarmente a reflexão da temática proposta: quais são os tipos de relações, processos e ações que são apreendidos entre paisagem urbana, tempo e cultura? Como relacioná-los?

Urbanização e cultura

Desde os geógrafos clássicos como Pierre George até os urbanistas recentes há a preocupação de conceituar o que seja urbanização. Ou melhor: há a necessidade de se fazer uma separação entre urbanização e cidade. Apesar de não existir uma sem a outra, entende-se urbanização como o processo social e histórico que preside uma variedade de acontecimentos no campo da economia, da política, da cultura etc., que se materializa na cidade. Esta é, portanto, a concretização material desses processos realizados em termos de paisagens e movimentos territorialmente delimitados.

Desta maneira, a urbanização é geral, totalizadora, a cidade é específica, particular. A urbanização se espacializa enquanto cidade. A cidade encarna os componentes da urbanização. Por outro lado, a forma, o grau, o nível que a urbanização se realiza em cada cidade cria a sua URBANIDADE. Esta diz respeito às variáveis e aos componentes, bem como às contradições e aos agentes que, produzidos pela urbanização, incidem ou não em tais ou quais cidades, a partir de sua história, de sua funcionalidade e de suas funções. Como fazer para descobrir quais os agentes, os fatos e as razões históricas que fundam a urbanização atual, cujo desdobramento prático é a constituição das cidades e de suas paisagens, seus esquadrinhamentos, suas arrumações?

Inicialmente é necessário compreender que a existência das cidades é algo antigo. Os historiadores da cidade afirmam que a concentração humana num mesmo local apesar de ter diferentes formas ao longa da história desde muito existiu. Talvez uma das primeiras cidades seja as “cidades dos mortos”, os cemitérios. Conforme aponta os historiadores da cidade, entre os quais Munford, a necessidade de ritualizar, de devotar, de conservar a memória dos mortos, das gens, faziam com que povos antigos criassem as cidades dos mortos. Não é à toa que os cemitérios contemporâneos tenham arruamentos, bairros, igrejas, cantinas, muros e outros elementos configurativos das cidades dos vivos.

Um olhar sobre a polis grega, sobre a Roma antiga, sobre as cidades medievais nos mostra que não há ali urbanização. São as mudanças na ordem da execução do trabalho impulsionado pelo uso de energias não-humanas, advindas de fontes da natureza, da maquinofatura, da nova relação do indivíduo humano com a natureza, do uso de novos instrumentos de trabalho, da nova forma de organização da economia, das relações entre lugares e regiões, das novas funções da filosofia e da ciência, que criam a urbanização como marca fundamental da evolução da sociedade moderna, sendo, portanto, um acontecimento recente e evolutivo em torno do qual se erige um modelo específico de sociedade: a sociedade capitalista. É compreendendo a forma de organização, a gênese, a dinâmica e os sentidos da sociedade capitalista que se encontram as respostas para se entender o acelerado processo de urbanização atual, geralmente desigual, todavia combinado aos centros hegemônicos tanto econômicos como políticos. Com efeito, a urbanização atual é produto e produz a cultura moderna que se reproduz nas paisagens das cidades.

De acordo com que sentença (BOSI, 1987, p.7), não se pode falar em cultura no singular, pode-se falar em singularidades culturais, pois somente existe cultura no plural. Cultura é a expressão da diferença mediante a qual os indivíduos, os povos, as etnias se expressam e se identificam como realidade

mutante e intercambiadora de jeitos, formas, conteúdos e manifestações que constituem símbolos, ritos, valores e comportamentos que criam e recriam as paisagens do mundo, dotando-as de sentidos e significados, os mais diferenciados.

Mediante o conceito mais clássico e lato de cultura, detecta-se que o mundo todo é uma produção cultural dos indivíduos humanos. Através da cultura, indivíduos humanos e mundo se fundem, se entrelaçam. O mundo é arte da cultura humana, cuja realização, dinâmica e movimento acontecem espacialmente, através das inúmeras paisagens, conforme os tempos. Não somente as cidades, as paisagens, os monumentos, a economia, as formas de vida, as religiosidades, a ciência, a arte, a filosofia, mas também a natureza é mediada e mediatizada pela cultura.

Deve-se perceber, por outro lado, que a cultura é a chave mais visceral no sentido de identificar o indivíduo humano. Este difere de outros animais, se expressa, ritualiza, inventa, reinventa, trabalha, comunica, se fecha, vive, morre, codifica, transfere, cifra e decifra segredos do universo, protagoniza e exerce o fascínio das fábulas, das mágicas mediante a obra cultural. A transformação, a mudança, as rupturas são possibilidades culturais humanas, na compreensão abrangente dela. Na cultura o indivíduo humano se fez; perante ela, ele se identifica enquanto tal. Absorvendo-a, construindo-a, intercambiando-a, ele associa e constrói o mundo, o espaço, as paisagens dando menção, classificação, valor e significado ao tempo.

A relação indivíduo humano-cultura-espaço-paisagem realiza as cenas do teatro da existência histórica, social e individual. Pela cultura o indivíduo busca compreender o mundo e compreender-se, joga-se no mundo entranhando-se nele. Como não existe cultura no geral, o espaço mediante os lugares expressos nas paisagens é que revela esta relação, concretiza-as, enraiza-as. A cultura é um ato de fusão mediante diferenças que se sedimentam na materialidade dos lugares, sendo possível falar, então, de cultura caipira, cultura urbana, materializando, também, as possibilidade de ver, perceber e agir no

mundo, através das paisagens, perante o ângulo e a o tempo dos lugares.

A paisagem urbana, neste sentido, data o tempo culturalmente absorvido e/ou produzido por tais ou quais comunidades humanas, macula a história nas formas, nos contornos e nos *modi vivendi* de uma dada população. A mediação do espaço e da paisagem na relação homem e mundo através da cultura nos evidencia o seguinte: ao mesmo tempo que, consoante à cultura, os indivíduos humanos, as classes, os grupos constroem o mundo; através dela se concretizam, se diferenciam, se identificam, se promovem como humanos. Por isso a cultura é a marca da pluralidade humana, dos jeitos, dos costumes, dos comportamentos, de suas obras, de seus desejos e de suas utopias. É uma pluralidade cambiante que não cessa e não se extingue. Mesmo com a morte física, o indivíduo continua vivo, adorado pela fé, representado pelos registros no cartório, reverenciado pelas lembranças, rememorado pela obra que deixou, enfim escrito e descrito nos lugares por onde sedimentou a sua existência e a sua sociabilidade.

Por outro lado, tal como coloca a teoria da paisagem geográfica, não existe cultura em si, livre das coisas do mundo. Somente é possível existir cultura, viva e avivada, ligada à economia, à política, à natureza e à história. É porque isto ocorre desta forma que se inscreve os conceitos de ENCULTURAÇÃO, INCULTURAÇÃO, ACULTURAÇÃO, TRANS-CULTURAÇÃO, DESCULTURAÇÃO etc. Isto tudo aborda a cultura, se forma a partir de intercâmbios, comunicações, intersubjetividades, que não se realiza apenas em produto, mas em comportamentos, em maneiras de agir, de ver e de atribuir valor, muita das vezes através de violência física ou simbólica ou de ambas como aconteceu com o processo de colonização dos países da América Latina. Cada traço humano, etnia, raça, valor, língua, comportamento, arte e outras maneiras que permeiam a atividade e os processos culturais, se constituem perante a história de uma comunidade, de um povo ou de um país, resguardados as diferenças e o grau de

hegemonização de cada ator envolvido, daí poder-se falar em cultura dominante, cultura dominada ou, então, em processos culturais endógenos e espúrios.

Diferentes culturas em diferentes paisagens

A diversidade de comportamentos de um grupo de jovens que cantam rappers, ou mesmo a forma com que os adolescentes se apropriam de um shopping, a maneira pela qual determinados grupos de idosos participam de entidades que tentam acabar com a sua solidão, a incessante correria dos trabalhadores, os diversos *points*, as modas e outros elementos que configuram formas de expressão dos indivíduos na cidade, nos incentivam a afirmar que há um *ethos urbanos*, que há uma maneira de comportar, de andar, de viver e de conviver com a história a partir das diferentes práticas e condições urbanas, ou seja, o que ocorre, tal como foi descrito anteriormente, é comum nas metrópoles do centro-sul do país, o que não ocorre nas cidades localizadas no interior do país, tal como Jataí, em Goiás, por exemplo.

O processo de urbanização concretizado nas cidades, de maneira geral, e nas paisagens urbanas, de maneira particular, nos faz perceber que determinadas relações sociais são expressões culturais, como as festas, o carnaval, o jogo de futebol e outros. Tais empreendimentos dão o toque subjetivo da cidade, constituem a alma urbana, geram identidades e promovem idéias, valores, sentidos e significados que se constituem em elementos materiais do fluxo e da dinâmica urbana, imbricando o objetivo e o subjetivo, mesclando a imagem e o imaginário, a ação do tempo e o pleito espiritual e ideológico dos diversos agentes que conformam tal realidade urbana. Isto indica: a cidade é formada também pela subjetividade, pelo corpo das multifaces das culturas, dos hábitos e dos comportamentos que, por sua vez, redirecionam imaginários e formas de ação política na construção e na reconstrução das cidades. Elementos como a polifonia dos agentes urbanos, os símbolos das forças atuantes, as variedades de formas,

a multiplicidade de personagens fazem com que a trilha dos olhos acompanhe as manifestações da paisagem urbana, refundando os aportes culturais e as suas expressividades.

A teoria cultural da cidade, partindo dos conceitos de identidade, produto e símbolos, esclarece que os indivíduos humanos são afetados na estrutura de suas significações, permeando o desenvolvimento da personalidade individual e social. Isto não se dá de maneira mecânica e igualitária. Pelo contrário, pelo fato de as metrópoles criarem ambientes cosmopolitas, diferentes, fragmentados criam, também, manifestações culturais diferenciadas, mesmo que haja agentes interessados em fundamentar tudo na estrutura do consumo; o mesmo ocorre em relação às cidades de menores portes, situadas e enfeixados por condutos sociais específicos. Uma cidade como Jataí-Go expressa, na paisagem de seu centro, ainda que revele elementos cosmopolitas como, por exemplo, a presença da estrutura bancária, o agito provocado pela rede comercial, a mistura de veículos importados do Japão com carroças, assim como usam a mesma calçada, aposentados urbanos, camponeses e latifundiários.

Isto exige que se pense pelo menos em três aspectos: a urbanização acelerada redundada na metropolização, que se torna centro irradiador dos *ethos* predominantes e hegemônicos para outros centros urbanos, tendo como meta fazer da cultura um elemento de aliciamento do consumo capitalista; a quebra de identidades e/ou mesclagem delas, executando a ANOMIA, a despersonalização das identidades tradicionais, criando conflitos e desestabilizando a cidadania e; os símbolos que ganham força histórica, formados que são por gerações que os reconstróem, de seu modo e à sua maneira, recriando os sentidos das paisagens e interferindo na absorção variada da população, como prova parte da população idosa de Jataí-Go, que tem um sentimento saudosista, ou embaralhando a percepção dos mais novos, não deixando que eles sejam capazes de interpretar a paisagem de sua própria cidade uma vez que ela é espúria.

A cultura passa pela via da leitura do imaginário da população, que constrói e ocupa determinada paisagem urbana, a se integrar em elemento de intervenção política, pois a maneira pela qual diferentes grupos fazem usos dos objetos urbanos e das localidades de uma cidade põe às claras as vontades, os desejos e as intenções que, muitas vezes, estão reprimidos e silenciados na latência que exige o convívio humano opressor. A pesquisa da forma com que estes grupos pensam e devotam valores aos objetos, aos monumentos, à cidade, tornam-se elementos de liberdade interior, em modos de expressão das utopias urbanas, ao desenhar paisagens passadas e paisagens futuras ludicamente desenham, de fato, cidades utópicas, indivíduos humanos utópicos, ou seja, que não são na realidade que os conforma, mas que desejam pela esperança que os nutre. Por outro lado, o conhecimento do centro, suas condições, a forma que relaciona com a cidade, sua caracterização exige que compreenda os processos sociohistóricos que o envolve.

Caminhando na história para chegar-se ao centro de Jataí-GO

As características, condições e aspectos que explicam o centro, ainda que tenham particularidades em relação ao tamanho, às formas, ao fluxo e às funções de tal cidade só podem ser entendidos, em grau profundo, se se levam em consideração os fatores e os condicionantes históricos. O centro das cidades gregas clássicas, por exemplo, obriga o entendimento do papel da polis, assim como a força dos monumentos católicos nas cidades do Império Romano ou, então, das cidades medievais, exige o entendimento do modo de funcionamento de tais sociedades. Isto é corroborado com a teoria do espaço, pois este não existe sem o tempo.

As transformações no centro urbano de Jataí estão intimamente ligadas às transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil e em especial neste município. Ao longo das duas últimas décadas,

Goiás passou por um desenvolvimento extraordinário. De um Estado, onde a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência eram as principais atividades econômicas, para um Estado de grandes e modernas lavouras, utilizando as mais avançadas técnicas do país. Por vários anos foram obtidas safras recordes, sendo a soja e o milho os principais produtos da lavoura mecanizada, visando atender aos mercados interno e principalmente ao externo.¹

Estas mudanças se deram no sentido de viabilizar o projeto nacional de pagar juros da dívida externa através de *superávits* de exportação na balança comercial brasileira. Desta forma, a década de 80 marcou, na região central do Brasil, a utilização do cerrado pela soja. Grandes infra-estruturas foram criadas, como a pavimentação de estradas, o desenvolvimento do programa de eletrificação rural para substituir o óleo diesel, a construção de vários graneleiros para armazenar a produção de grãos. Tudo isto sem alterar a estrutura fundiária, pois a terra continuou concentrada nas mãos de poucos.

As transformações ocorridas no campo, em Goiás, vão provocar grandes mudanças nas cidades. Como exemplo podemos citar as migrações campocidade na Região Centro-Oeste, que chega em 1991 a ser a segunda região mais urbanizada do país, com apenas 19,22% de moradores no campo.

No Brasil, a década de 70 foi marcada, entre outros aspectos, pela integração do território através da construção e pavimentação de estradas por todo país. Isto provocou enorme fluidez, permitindo grande mobilidade de mercadorias, pessoas e capitais. A região Centro-Oeste foi anexada ao centro do comando e produção do país, a Região Sudeste, levando Milton Santos a definir este arranjo espacial de "região concentrada"² Este autor coloca que

¹ DEUS, João Batista. *A urbanização de Goiás – O Caso de Catalão*. Dissertação de Mestrado, USP, 1996.

² SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo Ed. Hucitec, 1993, p. 64.

a região Centro-Oeste se organizou para a formação de um capitalismo maduro.

Deste modo, percebemos que em Goiás houve a incorporação do capital constante no território, exigindo maior composição dos instrumentos de produção, como sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e implementos agrícolas. Estes fatos lavaram a exigência de mão-de-obra especializada, que fazia com que os sujeitos, apesar de exercerem atividades ligadas ao campo, tivessem como local de moradia as cidades, provocando mudanças na estrutura sócio-econômica dos municípios. Assim, surgiu em Jataí, como em várias cidades do Estado de Goiás, uma camada da população de nível técnico, especialmente ligado à agricultura.

O aparecimento desta mão-de-obra técnica em Jataí pressionou por melhoria dos serviços prestados à comunidade, tanto públicos ligados à infraestrutura urbana, como privados, com o incremento do comércio e melhoria na prestação de serviços. A incidência destes fatos provocou mudanças na paisagem em toda cidade, em especial no centro urbano, com o incremento das atividades econômicas. Vê-se, aqui, como que as mudanças históricas da região e a forma com que elas se territorializaram no município de Jataí, incitaram mudanças na cidade, em geral e no centro, em particular, comprovando a assertiva de Santos na qual apregoa que:

“El espacio es la materia trabajada por excelencia. Ninguno de los objetos sociales tiene una imposición tan grande sobre el hombre, ninguno está tan presente en lo cotidiano de los individuos. La casa, el lugar de trabajo, los puntos de encuentro, los caminos que unen esos puntos, son igualmente elementos pasivos que condicionan la actividad de los hombres y rigen la práctica social. La praxis, ingrediente fundamental de la transformación de la naturaleza humana, es un dato socio-económico, pero es también tributaria de los imperativos espaciales” (SANTOS, 1995, p.28).

Goiás encontra-se com o Brasil: o centro de Jataí

Com o intuito de compreender o centro comercial de Jataí, desvendando sua dinâmica e funcionalidade, optamos por pesquisar três avenidas: Goiás, Brasil e Rio Claro. Esta opção se deu porque são nestes locais que se concentram o comércio local e o teor de maior fluxo da cidade. Tal como prega este raciocínio *“o lugar central de uma cidade assume papéis de centro inovador, simbólico e de intercâmbios, características presentes nas expectativas de qualquer pessoa, relativas a um “centro de cidade”e, por isso, fundamentais para as imagens públicas da maioria das cidades (...)”* (DEL RIO, 1996, p. 4) é que serão desenvolvidas as reflexões.

A parcela do centro estudada é caracterizada por misturas de formas velhas e novas convivendo lado a lado. As formas, cuja funcionalidade são as atividades econômicas, entrelaçam com residências, demonstrando resistências às mudanças das últimas décadas.

As calçadas estreitas, remanescentes de tempos passados quando havia pouco movimento de pessoas, obrigam hoje os pedestres a disputarem espaço com o trânsito movimentado nos dias úteis da semana. O grande volume de carros nas ruas do centro com pouca largura fez com que algumas delas fossem transformadas em mão única. A falta de estacionamento é outro problema produzido pelas transformações ocorridas na cidade.

No centro uma das formas mais marcantes é a praça Tenente Diomar Menezes. Esta é um marco histórico e cultural, pois é local de festas e de manifestações políticas. Este objeto de referência da cidade é amplo com um coreto situado próximo à avenida Goiás, hoje todo descaracterizado. Existe também no centro da praça um marco relativo à construção de Brasília, pois foi em um comício em Jataí que o então presidente do Brasil JK lançou a idéia da construção da nova capital do país.

A falta de cuidado do poder público com a praça não corresponde ao seu resplendor de outro-

ra, quando era local de encontros e passeios da juventude local nos fins de semana. Sua função hoje é apenas de passagem para quem visita o centro comercial ou então como ponto de vendedores ambulantes, ponto de taxi, pit dogs etc.

O trecho mais movimentado da cidade está situado na avenida Goiás, que vai da praça Tenente Diomar Menezes – que tem defronte, o maior supermercado da cidade, o Shopping Estrelão, com grande movimento de carros e pessoas – indo até a rua Zeca Lopes. É neste trecho que estão localizadas as agência bancárias e, por conta disto, concentra o maior contingente de policiais durante o dia.

Apesar de a avenida Goiás ser a mais importante e a mais freqüentada, outras duas se destacam: a avenida Brasil e a Rio Claro. Dos dez transeuntes entrevistados 5 (cinco) afirmaram que as ruas que mais utilizam no centro da cidade são a Av. Brasil e Goiás e 3 (três) a Av. Rio claro e a Goiás. Nestas três avenidas foram coletados dados em 101 (cento e um) estabelecimentos comerciais, que separamos em 12 (doze) categorias, sendo elas: 27 (vinte e sete) de comércio de confecção, 8 (oito) de alimentação, 4 (quatro) de produtos musicais e fotográficos, 9 (nove) de móveis e eletrodomésticos, 6 (seis) de papelaria e similares, 6 (seis) de artigos para presentes e multiutilidades, 6 (seis) de farmácias e perfumarias, 8 (oito) de sapatarias e materiais esportivos, 6 (seis) de autopeças, 11 (onze) de prestação de serviços em geral, 3 (três) de produtos agropecuários e 6 (seis) de instituições financeiras (Bancos). Dos estabelecimentos pesquisados 25% abriram até 1970, 17% na década de 80 e 58% na década de 90.

O total de trabalhadores empregados pelos estabelecimentos acima citados perfaz um número de 962 (novecentos e sessenta e dois), sendo 330 (trezentos e trinta) trabalhadores ligados ao comércio de móveis e eletrodomésticos, seguidos pelos Bancos com 128 (cento e vinte e oito) pelo ramo de vestuário com 122 (cento e vinte e duas), empresas prestadoras de serviços com 96 (noventa e seis) e por 67 (sessenta e sete) trabalhadores no ramo de

alimentação. Os 219 (duzentos e dezenove) restantes estão distribuídos nos outros ramos de atividades. O conjunto de atividades e suas diferencialidades são, aqui, importantes, porque, tal como assegura Halbwachs “*um mesmo acontecimento pode afetar ao mesmo tempo várias consciências coletivas distintas*”. Mais à frente, o autor destaca que “*o acontecimento também se produz no espaço, e pode ser que um e outro grupo o percebam*” (HALBWACHS, 1990, P.115).

O importante é destacar que as atividades e os acontecimentos que incidem no centro de Jataí se colocam como espaços significativos diferenciados que fazem emergir diferentes tipos de condutas e consciências. Aprofundando esta questão os termos explica:

“Coloquemo-nos agora do ponto de vista dos indivíduos. Cada um é membro de vários grupos, participa de vários pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários tempos coletivos. É desde já um elemento de diferenciação individual de modo que num mesmo período, numa região do espaço, não é entre as mesmas correntes coletivas que se dividem as consciências dos vários homens. Mas, além disso, seus pensamentos recuam para mais/ ou menos longe, deslocam-se mais ou menos rápido no passado ou no tempo de cada grupo (...)” (HALBWACHS, 1990, P.128).

Como ficou enunciado anteriormente, a paisagem tem um papel importante na configuração do espaço geográfico, pois a *forma* é uma construção no espaço, além disso é mediante ela que os grupos e os indivíduos olham, percebem e sentem o espaço. A cidade enquanto construção em grande escala é percebida ao longo do tempo, mas vivenciada no cotidiano dos cidadãos. Por isto cada cidadão tem a possibilidade de associação de imagens variadas de lugares e coisas impregnado de lembranças e significados.³ Deste modo a paisagem é historicamente

³ “Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade e a imagem de cada um está impregnado de lembranças e significado.” LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1997, p. 01.

construída ao longo do tempo, refletindo a maneira como os indivíduos se organizam e vivem.

Assim, a análise da paisagem nos leva a desvendar o papel da *forma* no espaço. Para Milton Santos "*forma e o aspecto visível da coisa*"⁴. Mas a paisagem, construída na relação do homem com a natureza, contém também significados, exerce uma função ligada tanto ao seu papel na estrutura sócio-econômica, quanto na produção subjetiva das *formas* no imaginário dos homens, que varia de indivíduos e/ou grupos. Por isto a cidade é produto de muitos construtores, criando ao mesmo tempo, várias formas de perceber o urbano e construí-lo, formando um todo. A imagem, produto das sensações imediatas dos indivíduos, é formada pelas experiências das gerações na sua relação com o meio, é o resultado de um processo bilateral, o observador e o seu ambiente.⁵

A análise do centro da cidade de Jataí-GO. faz perceber as profundas mudanças ocorridas na cidade nas últimas décadas. As entrevistas realizadas com 09 (nove) moradores desta localidade nos colocam o saudosismo dos tempos de outrora – os passeios na praça Tenente Diomar Mendes, a tranqüilidade existente pelo pouco de movimento de pessoas e carros, crianças brincando na rua – hoje totalmente transformada pelas mudanças na economia e na sociedade dos últimos tempos, criando uma nova "imagem coletiva". O Centro urbano de Jataí simboliza hoje o movimento, o sistema financeiro, o comércio, refletindo a substituição das moradias por atividades econômicas. Das pessoas, 36 (trinta e seis) entrevistadas, 21 (vinte e uma) têm, como primeira imagem do centro da cidade, as lojas, os bancos e o movimento de pessoas e carros. O movimento nesta área está sempre ligado ao corre-corre, ao

trânsito de veículos, a falta de estacionamento, às ruas estreitas. A função de lazer desaparece. O centro "morre" após o expediente de trabalho.

Esta imagem coletiva nos remete à proposta de Milton Santos de considerar o espaço como um conjunto de fixos e fluxos⁶. As ações estão ligadas aos elementos fixos de cada lugar. Os lugares são redefinidos pelos novos fluxos que são resultante das ações humanas. Desta forma, a configuração de um lugar tem sua existência material, mas ligadas à estrutura social existente no lugar que, por sua vez, como vimos, interfere na construção subjetiva das pessoas ligadas a tais ambientes.

As mudanças sócio-econômicas ocorridas em Jataí proporcionaram as transformações, tanto na forma de ver como no modo de agir e pensar o centro urbano da cidade. O incremento das atividades econômicas e financeiras, o aumento do fluxo de carros e pessoas destruíram e/ou deslocaram para outras partes da cidade os locais de sociabilidade, transformando a área pesquisada em local impróprio para moradia. Apesar disso surgem resistências: dos 9 (nove) moradores entrevistados apenas 1 (hum) mora no local há menos de 23 anos e 6 (seis) destes não gostariam de morar em outro bairro. Mas apesar da resistência eles não sabem o que poderia ser feito para mudar esta situação, demonstrando total alienação, pois não se vêem como produtor do espaço, daí, transferem este poder aos atores hegemônicos e/ou às instituições públicas, se sentindo inertes diante o poder do espaço. Com efeito, este é transformado em mercadoria no capitalismo, é impregnado de fetichismo⁷ onde o valor de troca sobrepõe o valor de uso, fazendo com que o espaço urbano deixe de ser o local do encontro, do lazer, da alegria para

⁴ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1992, p. 50.

⁵ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1997, p.07

⁶ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço técnica e tempo, razão e emoção*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996, p. 50.

⁷ DEUS, João Batista. *A urbanização de Goiás – O Caso de Catalão*. USP, Dissertação de Mestrado, 1996, p. 21

ser, através da centralidade imposta pelo capitalismo industrial, o local do sofrimento, do stress, da exploração⁸

Outra questão observada diz respeito às diferentes visões do objeto pelas quatro categorias estudadas. As entrevistas corroboram com a idéia de que cada sujeito, a partir de seu posto social, olha o mundo de maneira diferenciada. Em relação ao centro de Jataí, os transeuntes têm um olhar específico, a partir do qual constrói a sua consciência espacial, os lojistas, os moradores e o poder público, por sua vez, têm o seu olhar direcionado para outros alvos, que implementam outras formas de consciências espaciais. Isto ocorre porque não é possível dessignificar o olhar. O olhar que olha o objeto olhado o faz fazendo referências significativas mediante interesses, posições sociais, tradição, saudosismo etc.

A pesquisa do centro tal como foi elaborada indica que qualquer proposta de mudança feita, que não leve em consideração os atores envolvidos e a sua percepção, corre o risco de fazê-la autoritariamente, pois os olhares se cruzam e, às vezes, se degladiam movidos por intencionalidades que cho-

cam e se diferenciam. Antes de mudar, recuperar, revitalizar, deve observar para quem se muda, a partir de que imagem, de que tipo de consciência espacial. Por outro lado, no centro de Jataí, o encontro de Goiás com o Brasil não é somente uma questão da toponímia local em relação ao nome das duas principais avenidas, mas também da construção da realidade, tal como foi evidenciada: o centro é incorporado à lógica da cidade que, por sua vez, incorpora-se à lógica das mudanças do município, do Estado de Goiás em relação ao que ocorre no país.

Tal como situa o raciocínio, o *"sólo mediante la descentralización será posible evitar que resulten congestionadas y últimamente inutilizables muchas facilidades que sólo pueden desplegarse con amplitud en las pequeñas unidades de los barrios"*(Mumford, 1990, P.112), ou seja, a concentração de atividades, para qual afluí um componente considerável da população de uma cidade, congestiona o uso do espaço ou degrada-o, não somente no uso mas em seu significado social mais amplo, o de ser um ambiente de qualidade para os cidadãos locais.

Bibliografia

- BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira – temas e situações*, São Paulo, Ática S.A 1.987.
- DEL RIO V. E Oliveira L. De. *Percepção Ambiental*, São Paulo, Nobel, 1.996.
- DEUS, J.B. *A Urbanização de Goiás – o caso de Catalão*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 1.996.

- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo, Vértice, 1.990.
- LEFEBVRE, H. *O Direito a Cidade*, São Paulo, Ed. Moraes, 1.991
- LYNCH, K. *A Imagem da cidade*, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1.997.

⁸ Lefebvre, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Ed. Moraes, 1991, p. 4

MALTA, C. Campos Filho. *Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos*, São Paulo, Nobel, 1989.

MUMFORD, Lewis. *Perspectivas Urbanas*, Buenos Aires/ Barcelona, Emerce Editores, 1995.

PAZ, Octávio. *El Arco y La Lira*, México, Fondo de Cultura Economica, 1.986.

SANTOS, M. *Espaço e Método*, São Paulo, Hucitec, 1992.

_____. *Urbanização Brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1.993.

_____. *De La Totalidad al Lugar*, Barcelona, España, Oikos-tau, 1995

_____. *Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, 1.996.

SCARLATO, F. Capuano. *O Real e o Imaginário no Bexiga: autofagia e renovação urbana no Bairro*, Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1988.



UMA "PAISAGEM NATURAL INTOCADA" PARA O ECOTURISTA VINDO DA CIDADE

Paola Verri de Santana
Mestranda em Geografia Humana no Depto. de Geografia-FFLCH/USP

RESUMO:

O aparecimento da consciência ecológica é caracterizado pela divulgação, através da mídia e pelo crescente número de "adeptos" e "voluntários" interessados pela "causa verde". A formação do que se denominou discurso ecológico compõe as mais diferentes posturas entre governamentais, empresariais, ativistas, e científicas. O ecoturismo surge neste horizonte como mais uma atividade econômica de valorização da natureza, uma prática a ser escolhida e incorporada à vida daqueles que habitem os centros urbanos. Este artigo apresenta a idéia central de uma pesquisa sobre uma crítica ao discurso ecológico disseminado por iniciativa do setor industrial que, passando a usar a qualificação de produtos "verdes", contribui para o acúmulo de riqueza.

PALAVRAS-CHAVE:

Ecologia, turismo, cidade, consumo, espaço

ABSTRACT:

The emergence of the ecological awareness is characterized by dissemination by the communication media and by the increasing number of "adepts" or "volunteers" interested in the "green cause". The formation of what was called ecological discourse comprehends the most different postures, like those from activists, scientists, governments and businessmen. The ecotourism appears on this scene as yet another economic activity with a proposal to value nature, to be chosen and incorporated to everyday life of those living in urban centers. This paper presents the main idea of an research that performs a critical analysis on the ecological discourse disseminated by the industrial sector which starts using the qualification of the "green" products as an argument to keep the wealth accumulation.

KEYWORDS:

Ecology, tourism, city, consume, space

A procura por uma "paisagem natural intocada" surge quando a tecnicidade torna-se um desapontamento. Lefebvre explica como isso surge. Tão logo seja conhecido como um objeto funciona e como se faz para funcionar, a concentração – atenção e interesse sobre um dado objeto – começa a ser desviada para a procura de algo mais. "Se isso é para ser mantido, a sensibilidade tecnológica necessita cada vez mais um

progresso tecnológico mais acelerado. Ao invés disso, o progresso tecnológico acelerado irá constantemente destruir o interesse em tecnicidade, apenas para renovar isso novamente. O progresso técnico força o homem individual e social a aceitar as coações da tecnicidade; ele joga sua parte neste destino, forjando sempre para não mostrar onde ele está liderando, e sem necessidade de saber." (LEFEBVRE, 1995, p. 89).

LEFEBVRE, quando investiga sobre tecnicidade e cotidiano (1967), mostra que a 'substância' é transformada em um conteúdo superficial para fetichizar a forma e isso fundamentaria sua crítica quanto a um "espetáculo uniforme da tecnicidade" Tanto nas telas de cinema e de televisão como na 'realidade' o folclore e a tecnicidade se completam. O espetáculo do mundo, os lazeres, o turismo, prendem-se a esta estrutura. Seus campos de significação resultam numa oposição pertinente: de um lado, um passadismo, nostalgia, variedades em visitas a lugares mortos (museus, antigas vilas), porém, de outro, fuzis, mísseis, cidades científicas, instalações prodigiosas. Na sociedade contemporânea, o cotidiano se aperfeiçoa na crença entre o passado folclorizado e as virtualidades da técnica; ele é organizado como ausência e presença ilusória, como uma substância ambígua.

Para Armando SILVA o processo histórico passa a inverter o senso comum entre o que seja natural, o não produzido, que deixa de ser o anterior ao homem. A técnica tem se tornado natural, apesar de ainda haver resistências para ser aceita. "O não-natural, assim, torna-se apenas o medo ancestral que a humanidade tem de sua própria capacidade inventiva." Com isso o ensaísta reforça a idéia de que o natural não se trata mais dos lugares intocados da humanidade, mas sim a informática, a cibernética, a robótica, a telemática, etc. (SILVA, 1993, p. 42).

Ao lidar com a natureza conquistada, o que está acontecendo parece ser o surgimento da necessidade de retorno às origens. Leonardo BOFF descreve este movimento de regresso. "Estávamos perdidos entre máquinas, fascinados por estruturas industriais, enclausurados em escritórios de ar refrigerado e flores ressequidas, aparelhos eletrodomésticos e de comunicação e absortos por mil imagens falantes. Agora estamos regressando à grande comunidade planetária e cósmica. Fascina-nos a floresta verde, pararmos diante da majestade das montanhas, enlevamo-nos com o céu estrelado e admiramos pela vitalidade dos animais. Enchemo-nos de admiração pe-

la diversidade das culturas, dos hábitos humanos, das formas de significar o mundo." (BOFF, 1995, p. 30)

Esta realidade produz "paisagens naturais intocadas" como novas raridades para um mundo moderno, produzindo a necessidade de dar uma volta ao passado através de lugares ainda fisicamente pouco transformados, ou mesmo uma necessidade de garantir amostras para uso futuro. Nestes casos parece haver uma alienação quanto ao vivido aqui e agora, em troca do desejo de uma vida supostamente melhor. A questão fica entre uma visão nostálgica ou utópica. LEFEBVRE escreve que o tema da vida nova é contraditório, pois liga-se tanto à tecnicidade como à natureza. "Assim a procura pela vida nova toma uma forma contraditória: vôo da tecnicidade, escape, retorno à natureza pura – como 'pura', tão crua quanto o possível." (LEFEBVRE, 1995, p. 89).

O que resta na vida da cidade, a metrópole como símbolo do mundo moderno, quando a insaciável busca por tecnicidade e pela volta a natureza são momentos chegados, por exemplo na cidade de São Paulo? "A metrópole paulista transforma-se em simulacro, preenchida por signos e imagens que emitem ordens as mais diversas sobre como andar, vestir, comer, comportar-se; regulariza comportamentos e determina ações, pois os objetos se dispõem numa ordem hierarquizada em que, reduzidos ao signo, criam um modelo cômodo para que pessoas e consciências sejam manipuladas - uma vez que o signo se separa do significado, torna-se o objeto mágico, que entra no sonho das pessoas, dando um outro sentido à mercadoria." (CARLOS, 1996, p. 27). Isto significa que o tema da vida nova, abordado por LEFEBVRE, é apreendido por tendências ao consumo.

Esta realidade entra na paisagem da cidade. "Assim, a idéia de paisagem aproxima-se daquela de obra coletiva, que por ser realizada pela sociedade contém todas as dimensões humanas; é por isso que a paisagem se revela cheia de vida, ao mesmo tempo em que expressa sentimentos contraditórios, paixões e emoções. As marcas do tempo impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade, repro-

duzem a condição da constituição da humanidade do homem..." (CARLOS, 1996, p. 21). Mas esta vida na paisagem urbana parece perder-se quando é invadida pelo mundo de imagens. Perdido nesta conturbação urbana, o homem sente nostalgia, sonha encontros com paisagens chelas de vida, talvez idealizadas pelos opostos entre o concreto e o cimento dos prédios e dos objetos técnicos. Crescem as contradições, as oposições entre paisagem natural e paisagem artificial. A cidade é produto e obra, já a "paisagem natural intocada" não poderá ser obra, mas produto, pois se presta ao consumo.

Milton SANTOS entende a noção de paisagem através do domínio do visível, de tudo aquilo que os sentidos alcançam: volumes, cores, movimentos, odores, sons, etc. A visão de quem observa depende da sua localização. A elevação, a extensão e a direção do olhar podem proporcionar visões diferenciadas do espaço. Da distância entre o observador e o seu objeto resultam variadas paisagens, panoramas vistos de um avião, de um mirante, de um edifício, de uma rua, de uma árvore, de uma montanha. Para Santos a dimensão da paisagem depende do que os sentidos permitem perceber (como foi destacado através do olhar), a apreensão é seletiva com base em elementos cognitivos formados através de processos formais ou informais de educação. Por esse motivo, a paisagem pode ser apreendida de diversas maneiras por diferentes pessoas. Para lembrar os ensinamentos de Max Sorre de que a geografia não deve ter como objeto o estudo da paisagem, ficando apenas com aspectos descritivos, Milton Santos continua com seu pensamento escrevendo: "Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência." (SANTOS, 1988, p. 61-2). Em se tratando de uma visão da paisagem direcionada ao turismo, não apenas a localização, mas o tempo de exposição da paisagem ao observador, parecem

ser de extrema importância para a percepção. Sim, porque uma visita turística assume uma aceleração no tempo de observação da paisagem; a contemplação, a rigor, carrega um prazo cronometrado mais exposto do que em outras circunstâncias.

SANTOS também explica a existência de dois tipos de paisagem: "A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social" (SANTOS, 1996, p. 64). Pode-se dizer que a divisão territorial do trabalho é desigual e este é um dos motivos pelos quais a paisagem pode ser compreendida como natural e artificial. MARX fala que a divisão do trabalho implica na repartição do trabalho e dos seus produtos, uma distribuição qualitativa e quantitativamente desigual, dando origem à propriedade. Acrescenta-se que este processo tem uma materialidade espacial que produz lugares diferenciados pela acumulação de trabalho contido e pela articulação com outros lugares. Tal fato leva a pensar na heterogeneidade da paisagem, com elementos naturais e artificiais, ora uns mais ausentes e outros mais presentes, ora o inverso. Ademais, Santos completa dizendo: "a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é uma herança de muitos diferentes momentos." (SANTOS, 1996, p. 66).

Mas o que a prática do turismo ecológico hoje busca é uma "paisagem natural intocada" isto é, sem heranças, sem produto humano, sem construção humana, no mínimo sem substituições ou sobreposições. Isto apenas para lembrar que o primitivo,

as transformações das sociedades tradicionais são às vezes aceitas como integrantes dessa paisagem natural. Essa paisagem não chega a ser o lugar onde não houve contatos físicos; o ecoturista seria o primeiro a tocar, a entrar nessa paisagem. O ecoturismo terá ao alcance justamente lugares considerados cada dia mais raros em contraposição à cidade, daqueles remanescentes no planeta. O ecoturismo estabelece relações de contraste entre o cotidiano vivido na cidade, durante o tempo do trabalho, e as experiências fora deste espaço-tempo. Ou seja, onde a 'paisagem natural' não existe mais, não deixou rastro, onde o que prevalece é a paisagem artificial, transformada como obra e produto do homem. Por isso parece justo que o ecoturista seja o próprio habitante da cidade, para quem a paisagem natural é uma ausência cotidiana – talvez seja perda, mas para quem nasceu na cidade e nunca teve paisagem natural, ela seria uma ausência. O ecoturismo pode levar a ganhos ao invés de ser busca pela recuperação de algo perdido. Como a "paisagem natural intocada" pode ser sentida? Sua presença mantém-se na sociedade, através da memória, história, imaginário, reproduzidos por diversos tipos de expressão e de linguagem, retidas pela propaganda dirigida ao ecoturismo.

A tecnicidade está presa à necessidade de sempre renovar o velho objeto técnico conhecido. A contemplação romântica de uma "beleza natural intocada" não estaria agora sendo mais uma vez reexplorada? Sim, mas o ecoturismo não é a mesma coisa, ou é? A contemplação coletiva do "bem material" natural e monumental não estaria no ecoturismo? A descoberta e redescoberta da natureza é um repetitivo antigo na história, portanto, dizer 'volta à natureza' poderia ser entendido que a descoberta tomou outra forma? Arlete Rodrigues faz referência à questão da 'volta à natureza' – durante as décadas de 60 e 70, período de contestações na história, um movimento social da "civilização ocidental urbana e industrial" Surgem naquele momento reivindicações libertárias quanto aos modos de vida da sociedade de consumo, em oposição ao "sistema de objetos"

inserido no cotidiano. "Se foi preciso voltar a ela é porque dela a sociedade havia se afastado..." A autora escreve que movimentos caracterizados como "volta à natureza, de volta ao viver próximo à natureza" seriam na realidade "propostas onde a natureza não é apenas recurso" (RODRIGUES, 1997).

No Prelúdio à Natureza, Lefebvre escreve que o homem deixou a natureza. Seria mesmo controverso pensar em perda exatamente quando a conquista da natureza é um sentimento de realização, apesar dela permanecer sempre como uma virtualidade. Entretanto, o movimento ecologista, com suas fragmentações e digressões, induz a pensar que este fato está prestes a ser consumado, efetivado, a ponto de acusar o homem de destruidor da natureza. O homem tenta, sim, dominar a natureza, ou melhor, tenta trazê-la ao seu domínio, mas isso não significa destruir. Ele a transforma assim como a si próprio, deixando sua animalidade para realização de sua humanidade. No livro "O Marxismo" LEFEBVRE escreve: "As relações fundamentais para qualquer sociedade são as relações com a natureza. Para o homem, a relação com a natureza é básica não porque o homem continua um ser da natureza (interpretação falaciosa do materialismo histórico), mas, ao contrário, porque luta contra ela. No decurso desta luta, em condições naturais, o homem arranca à natureza tudo o que precisa para subsistir e para ultrapassar a vida simplesmente natural. Como? Por que meios? Pelo trabalho e da organização do trabalho." (LEFEBVRE, 1974, p. 74).

A construção da idéia de afastamento e de sentimento de perda, no entanto, liga-se às alienações da vida cotidiana. A 'volta à natureza' é antes de mais nada o desejo de escapar, fugir, libertar-se do que oprime, humilha e pressiona a vida cotidiana. Natureza como escape é uma tentativa de recuperar o sentido do uso. Quando o prazer, os sentidos, o corpo não respondem mais aos objetos, estes já não atendem mais aos desejos e às vontades, o esquema cai na satisfação de necessidades. O sentido da satisfação, como deturpação do prazer, implica no consumo de objetos que presumem a própria insatisfa-

ção, posto que sua ‘substância’ perde seu conteúdo. O prazer, como irredutibilidade, impõe carências inerentes à cotidianidade que implode.

Estas alienações também são sentidas no uso do espaço, que passa a ser mediado em função da troca. Assim a cidade se estende, formando novos laços, a fim de suprir o que nela falta. A dinâmica da cidade depende das relações com outros espaços, mantidas através de fluxos. PRIGOGINE e STENGERS (1984) expõem: “Nós podemos isolar um cristal, mas cidades e células morrem quando separadas de seu meio ambiente.” O turismo é fluxo que integra relações entre lugares diferentes; com o ecoturismo, habitantes da cidade podem passar suas horas de lazer em ‘lugares naturais’ onde a “paisagem natural intocada” esteja presente.

A idéia de paisagem natural poderia ser entendida como ausência de relações sociedade-espaço. Entretanto, a paisagem natural transforma-se em produto da sociedade, quando seu espaço ganha valor de uso para o turismo. A ‘volta à natureza’, baseada em aspirações ligadas ao uso, à reconstituição do prazer, ao ser incorporada como valor de uso para a atividade turística, é imediatamente transformada em valor de troca. LEFEBVRE (1980), ao citar as representações da natureza na ecologia e no turismo, esclarece que ambos aparentemente concorrem pelo mesmo terreno, aquele em que natureza e valor de uso estão identificados, sendo que o turismo a transforma deliberadamente em valor de troca. Enquanto que a ecologia se esforça em direção a uma autenticidade. A questão é entender como os dois se fundem em uma coisa única, enquanto combatem pelo mesmo território: o ecoturismo. A sociedade tradicional mantinha um antigo uso deste espaço, com o ecoturismo o habitante da cidade traz um outro uso.

A fotografia permite objetificar a “paisagem natural intocada” que ganhou valor de troca para o ecoturismo, revelando a sensação de propriedade mais do que de apropriação. Timothy LUKE esclarece que a fotografia possibilita que a natureza seja representada como recurso cênico, proporcionando rei-

maginação fotográfica da natureza. Isso significa dizer que com a generalização da fotografia da ‘beleza natural intocada’ define-se um determinado objeto atraente à prática ecoturística – signos característicos como certas espécies animais e vegetais em extinção materializam-se na televisão, cinema, revistas, *folders* das agências de ecoturismo, etc. Este objeto, presente em paisagens naturais espetaculares, ganha imediatamente um valor. O enquadramento deste objeto obedece a determinados critérios de focagem, como e o que emoldurar, harmonizar em cores, objetos, e luzes. Critérios que parecem aliar-se ou usar idéias próprias como inspiração e determinação resultam em imagens construídas, tendo como base a afirmação de valores pre-estabelecidos. Ademais, sendo a fotografia um dos meios que permite a crença quanto a uma fidelidade da reprodução e da representação do real, ela acaba por cumprir o papel de provar a veracidade da ‘beleza natural intocada’, atrativo incomensurável ao turista. Assim uma ‘paisagem natural intocada’ serve tanto quanto cenário – ambiente – para a realização de atividades específicas com características próprias (esportes de aventura e da natureza, cursos de educação ambiental e fotografia da natureza, estudo de meio, etc.), como espetáculo, que pressupõe uma atitude contemplativa e instrutiva – passiva – do observador. Ou seja, o espetáculo da natureza e da ‘natureza espetacular’ registrada e divulgada através da retórica fotográfica. (LUKE, 1997, p. 46).

Logo, o turista tem instantaneamente o que reproduzir, ver e fotografar. Talvez por isso o turista esteja cada vez mais dependente da necessidade de fotografar a paisagem, ter um instrumento de recordação e um atestado de presença. A “paisagem natural intocada” passa a ser recurso cênico para o ecoturismo, que, organizado, entra com o seu recurso cênico no mercado, pondo a natureza como o seu produto, passando esta a ser sua própria mercadoria. Mercadoria não manufaturada, como diria LUKE, posto que, quanto menos tocada e transformada melhor, mais valor de troca ela adquire. A teoria do valor de MARX, fundada no valor do trabalho huma-

no, foi questionada por GAVIRIA. Tanto na 'natureza intocada' quanto na natureza produzida, há sempre algo ganho sem esforço materializado no espaço. A 'natureza intocada' – mesmo sendo produção de uma idealização humana – revela um valor intrínseco, algo que lhe é próprio, alheio ao trabalho transformador do homem. Entender e ver que este valor intrínseco realmente é absorvido pela produção e acumulação é aceitar uma nova forma de acumulação antes não explorada. Ou será uma simples questão da teoria não ter atingido tal dimensão? Mário GAVIRIA escreve que a emergência das questões ligadas à natureza, elevadas com o ecologismo, sugere uma 'revisão' nesta teoria do valor fundada apenas do trabalho. Enquanto MARX exalta o valor trabalho, GAVIRIA lembra que a questão ecológica faz aparecer novas raridades, com os limites dos recursos naturais e energéticos. Este pode ser um novo fator influente na teoria do valor. Por outro lado, o próprio trabalho de produzir uma retórica fotográfica em prol da propaganda ecoturística seria sim a produção de valor de uma "paisagem natural intocada" (GAVIRIA, 1982)

O que constitui a paisagem no ecoturismo

Entender o ecoturismo, através das tentativas de conceituação existentes hoje, parece ser um bom indicativo do que esta atividade é na prática, e o ideal desejado por quem procura uma definição. Mas antes de enumerar uma lista destas definições e mesmo de analisá-las, convém apresentar o que, possivelmente, mostra-se como mais peculiar nesta atividade, sem prender-se a aspectos específicos decorrentes das transformações inerentes à prática do ecoturismo, de suas origens, de sua evolução e de estágio atual.

O ecoturismo representa uma forma de o homem se relacionar e ver a natureza, pois não promove somente uma aproximação do homem urbano com a natureza selvagem. Se assim fosse, o antigo hábito de passar as férias numa casa de campo ou mesmo acampando numa praia deserta já seria

ecoturismo. Para compreender o que venha a ser o ecoturismo é preciso dar destaque ao contexto histórico em que este se formou. O termo ecológico, atribuído a uma forma de turismo, está associado à disseminação de uma "sensibilidade ecológica" generalizada na década de 80 e que vem sendo alimentada, pelo menos, desde o período pós-guerra. A "sensibilidade ecológica" assim denominada por ALPHANDÉRY, BITOUN e DUPONT, é tratada por diversos autores. Esta idéia representa um discurso comum baseado essencialmente em duas questões chaves. A primeira seria o "medo das catástrofes", simbolizada por fenômenos como o 'efeito estufa' e a 'chuva ácida', que aterrorizam a população humana na terra. A segunda está ligada a "alegrias estéticas e no ressurgimento espiritual que traz uma relação mais direta com a natureza". O ecoturismo está vinculado às duas, a primeira na posição de oposição, isto é, de prática contra a possibilidade de ser causador das "catástrofes", sendo segunda perfeitamente realizada. (ALPHANDÉRY, 1992)

O ecoturismo – especialmente quando se diferencia da noção de turismo de massa – está livre de ser associado ao desenvolvimento de indústrias químicas, petrolíferas, nucleares. Portanto, apesar de ser indústria, não faz parte do 'grupo de risco', isto é, salva-se de ser constituído como causador da 'catástrofes ecológicas'. Ao contrário, é difundido como aliado a modelos estéticos e de vida saudável, inspirados na natureza. O ecoturismo é apresentado como um caminhar libertário das mediações vividas no cotidiano. Ou seja, também seria uma oposição à ilusão de um modo de vida em que a felicidade estaria no que Baudrillard diria com a idéia de um sufocamento pelo "sistema de objetos" e Granou com a do "reino da mercadoria" porque não é o chamado turismo para compras.

Mas se este seria um momento último, LEFEBVRE (1980) lembra que há idéias que surgem num determinado momento na história, que não se apagam, e às vezes parecem ressurgir com um vigor, como se os conceitos permanecessem os mesmos. Isso para lembrar que há um movimento anterior,

inclusive no sentido de possibilitar a fecundação desta “sensibilidade ecológica” DIEGUES recapitula que o turismo ecológico (ou ecoturismo) tem incutido o que ele chamou de neo-mito de natureza intocada e selvagem. “A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes de um estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção natural”” (DIEGUES, 1994, p. 45).

A natureza assim idealizada tem sua presença nas paisagens naturais e sua ausência nas paisagens industriais e urbanas. Por esta razão os habitantes das grandes cidades são os principais formadores da demanda por ecoturismo. Mas DIEGUES esclarece que coexiste hoje uma variedade de “mitos” sobre a conservação do mundo natural, e que isso reside em resistências antagônicas motivadas pelas diferentes formulações de cada sociedade. Sem querer aqui investigar as oposições míticas e práticas entre sociedades tradicionais e as modernas, como fundamentou o estudo realizado por Diegues, vale frisar apenas que o neo-mito da natureza intocada e selvagem pertence ao urbano. Ou seja, pessoas da cidade teriam estes espaços em estado “puro” para benefícios como o passeio, a diversão, a reposição de energia, etc., porque estes se tornaram uma raridade no meio urbano. A vida cotidiana, entretanto, teria mantido (ou criado) a necessidade de ter a sua extensão em áreas naturais, porque muitas vezes estão fora das cidades como lugares reservados ao lazer e à reprodução da vida.

Existe no ecoturismo uma forma de contemplar a natureza. Primeiramente, neste caso a natureza é vista como sendo uma paisagem com o mínimo sinal de presença da sociedade industrial e urbana,

preferencialmente como sendo uma amostra do seu oposto, capaz de mostrar aquilo que supostamente foi perdido ou está ausente na vida cotidiana. É a idéia de natureza intocada, inexplorada, preferencialmente aquela que mostra a exuberância da fauna e da flora em estados naturais. A natureza preservada, não degradada, relíquia que a ação do homem pouco transformou, um lugar confundido com aquilo que um dia teria sido o espaço natural. Seria então uma ‘paisagem natural’? Sim, quando esta ‘paisagem natural’ significar a inexistência total da ação do homem, se for o avesso a qualquer registro histórico? O ecoturismo implica em ser por si só uma própria exceção; as relações dos visitantes que chegam, hospedam-se e voltam aos seus lugares de origem. Mesmo se casos individuais não sejam capazes de transformar a paisagem, ou até há a presença do homem ou o que Milton Santos lembra em Pensando o Espaço do Homem, a intenção de ir a espaços assim caracterizados onde sua existência está no imaginário e conhecimento. Isso responde à possibilidade de dúvida quanto a não-existência de um espaço natural, mesmo se a paisagem aparece natural. Porém, ao menos para a ação turística, parece evidente que ela produza suas marcas na paisagem, vias de transporte para os fluxos freqüentes de turistas, construção de pousadas, áreas de acampamento, restaurantes, etc. Isto é, inicia-se um processo de transformação da natureza para atender a uma demanda turística. Na realidade, esta transformação no intuito de formar a infra-estrutura turística, o ‘receptivo turístico’, seria no mínimo a chegada do turismo em antigas vilas bucólicas. O que era casa de morador é reformada para servir como pousada; muda-se a funcionalidade e tenta-se manter as formas, com a imitação de estilos regionais através da arquitetura vernacular.

Isso denota que os registros históricos originais estão presentes na idealização desta “paisagem natural intocada” mas a questão é entender que o sentido do lugar se transforma. O lugar, que se refere a símbolos de um estágio de desenvolvimento rudimentar, onde recursos urbanos e industrializados

modernos ainda não estão fixados fisicamente em sua paisagem, passa a ter um valor de uso típico dos moldes do mundo moderno, dito urbano e industrializado. Este mundo, entretanto, é percebido como ausência inicialmente apenas por quem vive na cidade e está de passagem nesses “lugares naturais”. Estes espaços raros dentro da cidade ganham valor quando integrados à dinâmica da vida urbana. Portanto, mesmo sem transformação da paisagem tais lugares passam a estar inseridos nas relações sociais do mundo moderno.

Cada lugar que se transforma em destino ecoturístico tem a sua peculiaridade, a história do lugar também marca diferenças, que são capturadas como riqueza tomada como atrativo para o turismo ecológico e cultural. As pequenas vilas de pescadores, antigo casario colonial são exemplos históricos concretos do que também seduz o ecoturista, mesmo que sejam tomados como atrativo turístico secundário, perdendo em atenção para os aspectos da fauna e flora. Assim, caracterizar a natureza selvagem, mais biocêntrica do que antropocêntrica, como único objeto de atração para o ecoturismo não é suficiente para defini-lo. No entanto, o elemento humano se apresenta pela diferença de nível de desenvolvimento, como exemplo de um momento histórico ou de uma cultura diverso.

Então, porque não dizer que o homem nativo, a comunidade local com sua cultura, costumes e tradições regionais também não seriam objetos atrativos para a prática ecoturística? Não é todo o dia que o homem urbano pode estar tão próximo de um caicara, um índio, um ribeirinho, um seringueiro, um peão boiadeiro, uma rendeira, um jangadeiro, um caçador de caranguejo e tantos outros no Brasil, um balinês, um tibetano, um quichua, inca, andino, no mundo. Estes sim estão compondo a “paisagem natural intocada”. ora por suas culturas tradicionais, ora por serem rurais. A revista Os Caminhos da Terra¹

traz uma reportagem sobre aqueles tipos brasileiros e descreve, por exemplo, que “o homem pantaneiro, que é basicamente um vaqueiro adaptado para as pastagens úmidas, nasceu com a chegada da criação extensiva de gado ao Pantanal.”

O ecoturista se isolaria do ambiente visitado ou teria uma experiência interativa verdadeira com este ambiente que lhe é estranho? John URRY destaca o fato de que vários estudiosos de uma sociologia do turismo concentram-se exatamente neste aspecto. Ele cita Boorstin para dizer que o turista é protegido da estranheza do ambiente que o cerca e o hospeda, isto é, sai de seu ambiente urbano cotidiano e entra numa “bolha ambiental” (URRY, 1996, p 23) A organização do turismo garante ao turista um ambiente familiar, guias, agentes de viagem, hotéis são acolhedores e mediadores da inevitável, porém superficiais na apresentação do ambiente e das culturas locais. O contato com a comunidade local, portanto, é reduzido, e o envolvimento desta muitas vezes restringe-se a atribuições funcionais inseridas na cadeia do turismo (guias locais, cozinheiros, etc.). Para François ASCHER, as comunidades locais podem vender tanto sua força de trabalho como também a elas próprias² ao se con-

² Sobre este assunto vale destacar o turismo sexual inclui a venda do próprio corpo e além de poder ser simplesmente associado uma forma de venda da natureza também sugere um “contato com o primitivo”, como apresentou Tito ROSEMBERG: “I am from Brazil, a country where sex tourism is a big hit, in Manaus is everywhere, with loads of germans and other european nationals going there for “ecological orgies” in which they rent tour boats full of local ladies.” O autor deste depoimento é o proprietário da Tito Rosenberg Expedições. Este é ao menos um exemplo que suscitou grande debate (originário de uma questão apresentada sobre o turismo sexual na Tailândia, se este seria decorrente de uma suposta liberação religiosa, budista) no grupo de discussão Green-Travel, organizado Marcus L. Endicott através do sistema de correio eletrônico (também na internet, URL: <http://www.green-travel.com/>), no qual participam profissionais, acadêmicos, ambientalistas, turistas, etc. ligados ao turismo ecológico em diversos países.

¹ ROMANINI, Vinicius. Quem somos, afinal? Os Caminhos da Terra. São Paulo: Abril, junho 1998. Ano 7, n. 6. Edição 74.

verterem em espetáculo para o turista; ele cita o exemplo de Bali. (ASCHER, 1985, p. 13).

O modo de vida da comunidade local, sua identidade, etc. estão sendo reproduzidos como signos atrativos à prática do ecoturista também, até porque seria inevitável manter um olhar apenas sob signos de uma ‘paisagem natural intocada’ Isso porque a maior parte das áreas naturais visitadas por ecoturistas possui uma existência ligada a sociedades tradicionais. Isso se explica pelo fato delas também serem vistas sob representações ao primitivo, pela oposição a características associadas a modos de vida urbano-industrial.

Entretanto, o “consumo ecoturístico” se limita à efeitos comparativos entre culturas tradicionais e industriais, nem entre paisagem natural versus paisagem urbana ou industrializada. O prefixo “eco” expressa também outras intenções, a de no mínimo chamar a atenção do turista para aspectos da fauna e da flora em seu próprio meio ambiente. Além da fauna ser representativa de um estado “puro” natural, um animal passa a ser símbolo de uma espécie em extinção (o mico-leão-dourado), símbolo de uma diversidade biológica ausente na cidade, na indústria, na vida cotidiana. O atrativo ecoturístico não é somente o banho de cachoeira, sentar e caminhar pela praia, cavalgar, mas especialmente conhecer uma biodiversidade, às vezes supostamente em extinção. Observar baleias, nadar com o golfinho, tocar em corais, sair ao encontro de dezenas de jacarés³ em seu hábitat natural são símbolos do que fascinam um ecoturista. A natureza é transformada em espetáculo diferente da vida urbana moderna. Para tanto, este turista precisa chegar perto, sentir entrar num ambiente natural real, nem que seja apenas por reduzidas horas. Caminhar por trilhas estreitas, escorregadiças ou íngremes, sob sol ou chuva é ter que sair do

automóvel, do ônibus, da excursão, isto é, tentar ao máximo evitar resíduos de uma vida e de uma paisagem urbano-industrial. Num passeio de escuna, chamar a atenção do apreciador para o encontro das águas pode torna-se ato sistemático.

GEFFEN e BERGLIE, apresentando vários tipos de excursões organizadas de ecoturismo, das mais específicas até a mais comum, assim expressam: “Excursões naturais de interesse geral - a maioria das excursões tem um escopo amplo, oferecendo uma visão geral de um hábitat ou localidade particular, com apenas a atenção moderada para elementos específicos como: pássaros, flores, árvores, características geológicas, etc. O objetivo é dar um sentimento geral sobre a natureza da área. Os líderes da excursão normalmente têm uma especialidade e conhecimento superficial em outros campos. Normalmente estes passeios incluem algum de barco ou algum tipo de viagem de aventura (as viagens de aventura em geral não estão incluídas em si. Apesar de provavelmente ver alguma natureza em viagens de rafting, hiking e que os líderes da excursão poderem ter familiaridade com a flora e a fauna, normalmente o foco é na aventura e não na natureza).” (GEFFEN E BERGLIE, 1993)

Quando a ênfase é a natureza, para GEFFEN e BERGLIE, as excursões de ecoturismo privilegiam atividades mais especializadas, que em geral servem a um público mais exigente, ou melhor, mais interessado pelos temas dados pela ecologia. Aquela sensibilidade ecológica está em toda parte, ALPHANDÉRY, BITOUNE e DUPONT (1992) advertem: “e se, para qualquer um, ecologia rima com natureza, é evidente que nem todos estão de acordo sobre a natureza da ecologia.” Assim, se uma consciência ecológica avança alcançando o turismo, este tem, por sua vez, o seu olhar sobre qual é a natureza desta natureza. Para ilustrar acredita-se que os alguns tipos de excursões descritos por Geffen e Berglie sejam bem representativos, como a de observação de aves, de botânica ou flores silvestre, safári de animal, etc.

Todos, valorizem símbolos positivos da natureza perdida, aquilo que parece incontestável, a

³ A focagem de jacaré é uma das atividades mais comuns e praticadas no ecoturismo brasileiro, em lugares como o Pantanal. Seriam uma espécie de safari fotográfico.

presença óbvia de uma natureza que nada se assemelha com o homem. Dizer que isso não é sua criação também revela-se como evidência. Entretanto, a criação deste universo visual é sim obra e produto do homem. As aves, as baleias, os répteis, as flores, as árvores, todos são transformados em “objeto sagrado do ritual turístico”, objetos que formam a ‘paisagem natural intocada’ (que também é objeto do olhar), mas que são eles fundamentais para a definição de um espaço visual, aliás, do que fotografar e filmar. URRY trata esta idéia, citando MacCANNEL para abordar o processo de sacralização, que torna um determinado artefato, natural ou cultural, um objeto sagrado do olhar, porque as pessoas devem aprender como, quando e para onde “olhar” (URRY, 1996, p. 26). O olhar é seletivo para os elementos de uma “paisagem natural intocada”, símbolos de uma ‘biodiversi-

dade’? Um espaço visual (produzido) para o ecoturismo, como diria Lefebvre, estaria se definindo. Fica uma dúvida bem simples (contudo nem um pouco fácil de ser explicada), por que são raras, se é que existem, as excursões para observar sapos, cobras, bem como, para experimentações da loucura que pode vir a ser a vivência com os insetos ao fim da tarde? O conforto que a vida moderna (da classe média ou rica) na cidade proporciona é insubstituível neste sentido? A menos que se façam quartos protegidos em hotel, como aliás é a tendência, nem tudo seria volta ao paraíso perdido, idéia religiosa ainda nem explicitada. Tendência porque o ecoturismo não é apenas para aventureiros dispostos a enfrentar tudo, é justamente para quem não teria esta coragem de sair de sua casa, e assim se produz a “bolha ambiental” como construção receptiva.

Bibliografia

- ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre e DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico: riscos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992. 189 p.
- ASCHER, François. *Tourism: Transnational corporations and cultural identities*. Paris: Unesco, 1985.
- BAUDRILLARD, Jean. *Selected writings*. Stanford: Stanford University Press, 1988. Editado por Mark Poster.
- _____. *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée, 1981.
- BOO, Elizabeth. *Ecotourism: the potentials and pitfalls*. Washington: WWF World Wildlife Fund, 1990. 63. P. V.1
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e indústria*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 1991. 70. P.
- _____. Notas sobre a paisagem urbana Paulista. Signos da Paisagem Paulistana. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/ Secretaria de Cultura Municipal/ Biblioteca Mário de Andrade, jan./dez. 1996. v.54. p. 21-30
- DAMIANI, Amélia Luisa. *O lugar e a produção do cotidiano. Encontro: Lugar e Formação Sócio-Espacial*. 1994.
- _____. O lugar, o mundo e o cotidiano. *Anais do 6º Encontro de Geógrafos de América Latina*. Territorios en Redefinição: lugar y mundo en América Latina. Buenos Aires, mar/1997.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB Universidade de São Paulo, 1994. 163 p.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: A árvore, o animal, o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994. 193 p.
- GAVIRIA, Mário. La subversión ecologista. *Pensamento Ecológico*. Boletim Informativo. São Paulo: Pensamento Ecológico, jul. ago. 1982. Ano 4, n. 15. P. 26-38. (entrevista realizada por Miguel Gil, na revista Transición, n.6, Iniciativas Editoriales SA, Barcelona)
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A lógica cultural*

- do capitalismo *tardio*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *Introduction to modernity: twelve preludes, September 1959 - May 1961*. London/New York: Verso, 1995. Ninth Presude: Nature and nature conquered. P. 132-156.
- _____. *La présence et l'absence: contribution à la théorie des représentations*. Tournai: Casterman, 1980.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. *O marxismo*. São Paulo: DIFEL/Saber Atual, 1974. 4 e.
- _____. *Position: contre les technocrates en finir aver l'humanité-fiction*. Paris: Gonthier, 1967 p.1-40.
- LUKE, Timothy W. Nature protection or nature projection: A cultural critique os the Sierra Club. *Capitalismo, Natureza, Socialismo: A Journal of Socialist Ecology*. Santa Cruz, mar. 1997. V. 8 (1). N. 29. P. 37-63.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989. Textos Filosóficos. n 22. 270 p.
- PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle. *Order out of chaos: man's new dialogue with nature*. New York: Batam Books, 1984.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. Novas práticas e novas matrizes discursivas? *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1994. p. 119-126.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 4 ed. 124 p.
- _____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC, 1982. 65 p.
- _____. *Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1986. 3 ed. 236 p.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "A insurreição do uso" Org. MARTINS, José de Souza. *Henri Lefevre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 71-97.
- SILVA, Armando Corrêa da. "A geografia humana e a abordagem naturalista" In SOUZA, Maria Adélia. (org.) *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1994. p. 42-45.



PLANEJAMENTO E REGIONALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM CENTRADA NO CEARÁ

Ireleno Porto Benevides

Economista. Professor da Universidade Federal do Ceará.
Doutorando no Depto. de Geografia da FFLCH/USP

Dimensões do Planejamento

O planejamento envolve várias dimensões da realidade que se interrelacionam. Para efeitos de exposição, estas dimensões podem ser enfeixadas e apresentadas através de três aspectos constitutivos de seu processo.

A dimensão sócio-política

Nesta dimensão, há de se levar em conta as seguintes considerações:

a existência de uma sociedade complexa e pluralista, onde diversas e muitas vezes divergentes demandas setoriais se inter cruzam, exigindo a necessidade do estabelecimento de pactos e consensos, no sentido de compatibilizar e integrar estas demandas dentro de uma hierarquia de prioridades e de uma seqüência de ações.

numa preocupação reformadora e redistributiva que a atual hegemonia neoliberal tem desconsiderado, o atendimento a certas carências sociais de populações economicamente marginalizadas e com baixíssimo poder político de organização e de pressão.

na forma de planejamento participativo, o envolvimento de setores organizados e politicamente representativos da sociedade civil.

- a legitimidade de uma proposta de governo (concepção, linha programática e prioridades), decorrente do processo político-eleitoral.

concepção clara de que o planejamento constitui uma intervenção sobre os agentes econômicos e sobre a lógica do mercado; portanto tem como pressuposto uma avaliação da realidade, segundo a qual o mercado por si só é insuficiente/inadequado para promover o ótimo de eficiência alocativa e a justiça social, bem como, por outro lado, de que o planejamento, per si, não se superpõe à lógica do mercado.

A dimensão técnico-organizacional (institucional)

Esta dimensão envolve os seguintes aspectos:

- tradução e racionalização da dimensão sócio-política em termos de um plano de governo, expresso no estabelecimento de estratégia e diretrizes de ações (integradas e convergentes), visando atender deman-

das, solucionar problemas, remover entraves, identificar e efetivar potencialidades econômicas, políticas e culturais de uma dada sociedade.

estabelecimento de mecanismos e instrumentos de operacionalização deste plano, pela criação de suportes administrativos e financeiros, compreendendo orçamento, financiamentos extra-orçamentários, programação setorializada e espacializada dos investimentos públicos, coordenação e descentralização das ações governamentais e critérios que orientem a realização e avaliação destas ações.

· institucionalização de um sistema estadual de planejamento e de seus subsistemas, bem como dos mecanismos de funcionamento, e estruturação das várias instâncias administrativas e níveis de abrangência e de detalhamento das ações planejadas (do plano geral aos projetos específicos).

institucionalização de mecanismos que estabeleçam a interface entre a dimensão sócio-política e a dimensão técnico-organizacional, ou seja concretizar através de canais institucionais, embora não necessariamente democratizados, o planejamento participativo, como um dos instrumentos da governabilidade.

A dimensão espacial/regional

Sua importância decorre das seguintes considerações:

a regionalização e os critérios que a orientam estabelecem a unidade espacial sobre a qual as ações planejadas incidem e seus resultados aparecem, configurando, deste modo, o meio concreto e diferenciado sobre o qual o planejamento opera.

dado que o planejamento constitui também um instrumento que proporciona a racionalização na ocupação do território e a distribuição espacial mais equilibrada das atividades, a regionalização cria, por sua vez, o suporte para a descentralização das ações administrativas e para a otimização da amplitude do controle.

a regionalização possibilita uma referência espacial que orienta uma política de alocação dos investimentos e de estímulo a novos outros com grandes potencialidades.

a regionalização constitui ainda a base territorial que dá suporte à integração de ações setoriais a serem implementadas de forma descentralizada.

Considerações gerais sobre planejamento e regionalização

A regionalização expressa a dimensão espacial do planejamento, e sua significação decorre de três ordens de consideração:

a) as relações sócio-econômicas se assentam sobre um espaço "herdado" e, deste modo, não podem ser abstraídas da noção de territorialidade e da percepção de que as diferenças regionais não são precipuamente determinadas pelas condições físico-ambientais, mas pelo modo e pela intensidade através dos quais os homens ocupam, se apropriam e transformam este "espaço herdado" (re) produzindo-o como meio social. Assim a divisão institucionalizada do espaço estadual fornece um retrato da sua organização geo-econômica e da sua divisão político-administrativa. Portanto, na compreensão e no tratamento da dimensão espacial é fundamental a perspectiva dinâmica e social, segundo a qual as configurações e diferenciações regionais decorrem de processos econômicos, político-administrativos e culturais ao longo do tempo;

b) o planejamento, como função realocadora e racionalizadora dos processos de produção e de ordenação espacial e setorial das atividades sócio-econômicas – o que significa diretrizes de reorientação dos investimentos e das ações do governo transformando o "espaço herdado em espaço projetado" – deve necessariamente levar em conta as "rugosidades" espaciais, conquanto um dos suportes orientadores de suas ações. Este suporte tende a ganhar maior significação nas políticas públicas não como determinantes mas como condicionantes removíveis, pois passa a ser melhor percebido na intensificação das interações entre desenvolvimento econômico, dinâmica populacional e reorganização espacial, tendo esta, ultimamente, ganho grande relevância, às vezes

muito mais discursiva do que concreta, dada a questão ecológica;

c) a regionalização e os critérios que a orientam constituem a referência espacial da atividade de planejamento, no sentido de que eles estabelecem a unidade espacial sobre a qual incidem as ações planejadas e a avaliação de seus resultados.

Deste modo, a base territorial, em última instância, constitui também o foco da ação administrativa pública em dois sentidos:

a) se um determinado espaço geográfico for ocupado, transformado e apropriado por modo e intensidade semelhantes, os critérios de regionalização dirão mais respeito às necessidades de *descentralização horizontal* das ações administrativas. Isto faz com que neste critério se destaque o componente fundamentalmente técnico-organizacional, no sentido de aumentar a eficiência das ações pela otimização do princípio da amplitude do controle; do outro lado há também a dimensão sócio-política, expressa no modo pelo qual uma comunidade processa "autonomia" para sua gestão local, através do processo de criação de novos municípios.

b) se essa ocupação, transformação e apropriação, ao contrário, forem decorrentes de modo e de intensidade bem diferentes, os critérios de regionalização devem subsidiar a *diferenciação vertical* das ações administrativas que busquem novas modalidades de ordenação e de alocação espaciais das ações de governo e dos investimentos públicos, o que não deixa de induzir e "plotar" investimentos privados, principalmente em estados economicamente pobres e com deficiências em infra-estrutura física. Isso faz com que as ações administrativas regionalizadas expressem o seu inerente componente político, no sentido de modificar a organização geo-econômica do Estado e de cumprir uma importante tarefa da administração pública que é promover o desenvolvimento social e espacialmente mais equilibrado (ou mais concretamente menos desequilibrado).

Breve panorâmica dos procedimentos de regionalização no Ceará

O planejamento das ações de governo, no Ceará, tem sua experiência iniciada em 1963, onde as preocupações com a regionalização do Estado começam a se inserir. Todavia, seguindo as pistas que orientam primitivas tentativas de procedimentos anteriores a esta data, os fatores físico-ambientais continuam tendo bastante relevo, mesmo porque se estava diante de uma economia com predomínio de uma base primária, além do que frágil e dependentemente condicionada pelos referidos fatores. A esta experiência inicial, uma série de outras foram-se sucedendo, pela incorporação de novas variáveis orientadoras dos critérios de regionalização. De uma forma bem genérica, que possa enfeixar as características básicas destes procedimentos de regionalização até 1987, podem ser enumerados:

- a preocupação da regionalização, segundo predominantes critérios de descentralização administrativa de Governo, todavia com o objetivo de implantar ações compartimentalizadas das várias secretarias e órgãos setoriais, critérios estes passíveis de serem modificados a cada gestão estadual;
- regionalização com vistas a orientar determinadas metas setoriais, elegidas como prioritárias em cada governo;
- os critérios de regionalização não se davam por procedimentos metodológicos formais e genéricos que subsidiassem as ações de planejamento integrado (articulação das várias ações setoriais e das várias escalas espaciais) e que definissem a unidade espacial de planejamento sobre as quais possam incidir concomitantemente várias ações setoriais e não somente uma meta específica;
- definição das várias unidades espaciais de planejamento a partir da noção de centros urbanos regionais polarizadores;
- procedimentos assistemáticos, imediatistas e compartimentalizados com quais as preocupações com regionalização foram tratadas, evidenciados na ado-

ção de critérios variados e na consideração de aspectos isolados da realidade e das ações públicas.

Para efeitos de planejamento e de condução da administração pública, tais procedimentos implicam em:

- dificuldades de se estabelecerem articulação entre as ações setoriais;
- aumento dos custos operacionais com a descentralização administrativa;
- desuniformidade nos critérios de regionalização e diferentes tipologias de unidade espacial, impossibilitando o planejamento integrado;
- dificuldade do exercício do planejamento global, concebido como função de coordenação das atividades setorializadas.

A regionalização a partir de 1987¹

Fundamentos para uma nova metodologia de ação regionalizada de governo

A nova dimensão que a questão espacial passa a ter no Ceará, em seus *aspectos políticos*, decorre de uma preocupação com um diagnóstico mais acurado sobre os problemas do desenvolvimento e das desigualdades no Estado, o que leva a localizá-los mais concretamente em termos espaciais, e, em seus *aspectos metodológicos* e operacionais, deriva de uma nova concepção de planejamento. Isto provocou a necessidade da definição de uma única base constitutiva da divisão espacial para o planejamento integrado.

A especificidade e a singularidade relevante da dimensão regional/espacial reportam-se a três ordens

de considerações na análise dos problemas cearenses e nas respectivas diretrizes gerais de política de governo, visando ao seu enfrentamento, quais sejam:

– apesar de não ser mais uma economia predominantemente agrária, apesar de significativas taxas de crescimento de seu PIB e de ações visando atrair investimentos, o *Ceará ainda tem uma frágil e pouco diversificada base econômica*, cujas conseqüências se fazem mais evidentes no interior, seja pela pouca sustentabilidade a que as atividades produtivas estão sujeitas, concomitantemente ao declínio das culturas agrícolas tradicionais, seja pelo seu relativo esvaziamento em virtude do fortíssimo poder polarizador da Região Metropolitana de Fortaleza, seja pela ainda vulnerabilidade aos fatores fisiográficos (vide a seca recente). Diante disso, a *interiorização do desenvolvimento* constitui uma diretriz básica a nortear as ações de Governo;

– a significativa concentração do emprego, da renda, da produção industrial, dos equipamentos sociais coletivos, da infra-estrutura física e da população na RMF e principalmente em Fortaleza, paralelamente à metropolização da pobreza. Diante disso, a descentralização dos investimentos e das ações públicas, juntamente com o importante papel do governo em criar as pré-condições e em viabilizar o aproveitamento das potencialidades regionais, constitui diretriz visando reduzir essa concentração e minimizar as desigualdades intrarregionais, através de mecanismos que dêem suporte a um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado (menos desequilibrado).

– as grandes desigualdades sociais e os preocupantes indicadores de pobreza absoluta – seja pela forte concentração da riqueza e da renda, seja pelas insuficientes condições de incorporação da população economicamente ativa aos processos produtivos, seja pela pequena produtividade e baixíssima qualificação da força de trabalho cearense – não são fenômenos uniformemente espalhados por todo o Estado. Portanto, têm-se revelado em toda sua dramaticidade espacial, seja no maior empobrecimento e desertificação de algumas regiões do interior, seja

¹ A escolha de 1987, como marco temporal, decorre de ele estabelecer uma ruptura na história político-administrativa, com continuidade até os dias de hoje, no que se refere ao trato da coisa pública, às mudanças no papel indutor do governo e à visão do planejamento global integrado, sem que isto ainda não tenha se refletido mais conseqüentemente sobre a redução das desigualdades sociais.

nos diferenciais urbano/rural, seja no aumento da favelização e da marginalidade em Fortaleza, na verdade um ponto terminal da trajetória espacial da pobreza dos vários segmentos de populações de risco. Diante disso, a ação regionalizada decorre da necessidade de se reduzir e de se reverter essa trajetória da pobreza, pela interiorização e descentralização dos investimentos em infra-estrutura física e social que imediatamente geram emprego, bem como indiretamente criam mecanismos para novas oportunidades de ocupação, e pela ampliação da infra-estrutura de serviços sociais coletivos em pequenas comunidades, que promovam a melhoria das condições de vida e a redução da referida trajetória.

A ação regionalizada constitui, portanto, um importante requisito de política governamental, segundo a qual são formulados, hierarquizados e articulados os programas e políticas de caráter setorial e regional. Deste modo, a dimensão espacial constitui componente estratégico do planejamento integrado, o que requer um procedimento rigoroso e sistemático para o estabelecimento de um único plano de regionalização. Apenas a título de ilustração, o Programa de Desenvolvimento Turístico do Litoral Cearense (PRODETUR-CE) constitui exemplo de uma diretriz específica de Governo, todavia idealmente concebida de forma integrada com os vários subsistemas da região sobre a qual este programa incidirá (ocupação do espaço, meio ambiente, nucleação urbana, transporte e gestão municipal).

A Regionalização do Plano das Mudanças (1987-1991) e sua Consolidação (1991-1994)

Esse plano de regionalização parte de uma concepção sobre a dimensão espacial em consonância com as três ordens de argumentações tecidas nas considerações gerais. Para tanto, busca-se superar as características básicas dos procedimentos de regionalização até 1987, conforme mencionadas. Em síntese, propõe um plano de regionalização única para o Ceará, visando dar suporte às ações estaduais

de forma integrada e articulada, tendo como ponto de referência o trabalho do IBGE, que estabeleceu a divisão regional do Estado em *mesorregiões geográficas*. A mesorregião, como área individualizada, constitui o nível intermediário do agregado espacial e apresenta formas de organização espacial definidas segundo as seguintes dimensões da realidade: a) o processo sócio econômico, como determinante; b) o meio “natural” como condicionante; c) a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial.

As *microrregiões* são caracterizadas como parte das mesorregiões, que apresentam especificidades quanto à organização do espaço, no que se refere a certos critérios utilizados para sua conceituação, baseando-se em variáveis quantitativas, referentes às várias formas em que as atividades econômicas estão classificadas, tais como agropecuária, indústria, extrativismo mineral e pesca. O município constitui a unidade político-administrativa básica componente da microrregião.

A especificidade conferida a uma certa organização do espaço microrregional decorre da identificação estabelecida entre áreas de produção, de locais de beneficiamento e de distribuição de bens e serviços de consumo corrente. Segundo o IBGE, a estrutura da produção, usada como critério de identificação das microrregiões, é considerada em seu sentido amplo e totalizante, ou seja é constituída pela produção estritamente falando, pelo processo de circulação e de distribuição e pelo consumo final, momentos estes da “instância” econômica que ocorrem tanto nas zonas rurais como urbanas. Esta regionalização sugere que os critérios de agregação e de diferenciação, usados na classificação, conotem a expressão microrregião geográfica em lugar de microrregião homogênea.

Para a identificação das microrregiões foram selecionados dois indicadores básicos: *a estrutura de produção e a interação espacial*. No que se refere à estrutura de produção primária, levaram-se em conta a forma de utilização da terra, a orientação da

agricultura, a estrutura dos estabelecimentos, as relações de produção, o nível tecnológico, o emprego de capital e o grau de diversificação da produção agropecuária. A estrutura de produção industrial diz respeito à importância de cada pólo microrregional no conjunto da microrregião, enquanto centro industrial, de acordo com o valor da transformação industrial e com o pessoal ocupado. Já o indicador da interação espacial analisa a área de influência nos centros sub-regionais e centros de zona, enquanto elementos articuladores dos processos de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais, e de distribuição de bens e serviços no campo e noutras cidades.

As mesorregiões foram formadas pela agregação das unidades de organização espacial, relativas ao processo de definição das microrregiões. Estribado nestas preocupações e nestes procedimentos para formalizar um modelo de regionalização, o planejamento no Ceará – utilizando outras variáveis com base na agregação das antigas Regiões Administrativas do Ceará – passa a adotar, como unidade espacial de planejamento para orientar ações públicas de desenvolvimento regional, as *Áreas de Desenvolvimento Regional – ADRs*, assim enumeradas:

- ADR Metropolitana de Fortaleza
- ADR Litoral
- ADR Sobral/Ibiapaba
- ADR Sertão Central
- ADR Vale do Jaguaribe/Centro-Sul
- ADR Inhamuns
- ADR Cariri

No final de 1990, deu entrada na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei que define a Região Metropolitana de Fortaleza e as Microrregiões do Estado do Ceará.

A nova regionalização e sua adoção única e generalizada pelos vários órgãos e secretarias executores das ações governamentais setoriais possibilitam o estabelecimento de parâmetros, técnicos e gerenciais, balizadores da condução destas ações setoriais. Constitui portanto requisito estratégico para o planejamento governamental efetivamente indutor

da descentralização das atividades econômicas e condutor dos programas sociais. Isso porque uma proposta de regionalização fornece as condições técnicas de uma programação que contemple a noção de espacialidade, como um dos orientadores e condicionantes das atividades econômicas, e possibilita que a ação do setor público, como grande provedor da infra-estrutura física básica, da pesquisa tecnológica e dos serviços sociais coletivos, enseje as condições estruturais e institucionais favoráveis à descentralização e à interiorização do desenvolvimento, como diretrizes básicas do desenvolvimento espacialmente mais equilibrado (menos desequilibrado).

A partir de 1995, em virtude da continuidade das bases de sustentação político-partidária, esse plano de regionalização continuou sendo basicamente seguido. Por outro lado, o tratamento da dimensão espacial passa a ser mais explicitamente considerado, no que diz respeito:

- a) à preocupação com o reordenamento espacial, que constitui um dos quatro vetores estratégicos do plano de governo (1995-1998), que incorpora, genericamente, a panacéia da sustentabilidade;
- b) ao estabelecimento de vários programas setoriais de governo e de alguns megaprojetos com fortes impactos ambientais, sociais e econômicos, que são considerados, pelo governo, como estruturantes deste reordenamento, o que certamente irá dar uma nova configuração às articulações espaciais no Estado, posto que constituem políticas públicas geografizadas, instauradoras de futuras “rugosidades” no território cearense

O processo de planejar

O planejamento, como ação politicamente deliberada e tecnicamente racionalizada que se objetiva no plano de governo, é composto por um conjunto de procedimentos e práticas articulados, que visam intervir sobre uma dada realidade, tentando alterar o atual curso do seu processo sócio-econômico, e, às vezes, cultural, elegendo e hierarquizando

prioridades, dentro de uma concepção geral de diretrizes de governo. O processo desta concepção envolve dois aspectos da vida política que podem e devem estar articulados, vida política essa que não diz respeito somente à dimensão partidária.

De um lado, o planejamento como processo político se concretiza no plano de governo que, como instrumento balizador de suas ações, traduz tecnicamente uma proposta político-partidária, calcada numa certa concepção de sociedade e de gestão pública, apresentada como plataforma eleitoral que expresse uma intenção de governabilidade; portanto intenções possíveis e não evasivos discursos e ideologias meramente de cunho eleitoral. Por sua vez, esta plataforma é pressuposta e aprioristicamente “captada”, a partir das aspirações (manifestadas ou sentidas) da coletividade e de grupos organizados, representativos e amplos, ou muitas vezes “imposta”, em situações onde a sociedade tenha pequeno poder de organização e de pressão.

De outro lado, apoiando-se numa concepção de democratização não restrita ao mero formalismo do processo eleitoral, esta expressão técnica deve ser também resultante de procedimentos e de canais que estabeleçam sintonias mais finas entre governo, burocracia pública e sociedade civil. Deste modo, essa proposta política deve procurar seu conteúdo democrático mais substantivo, através do estabelecimento de contatos e consultas junto aos setores representativos da sociedade civil, lideranças, elites e segmentos profissionais. Tais contatos e consultas tendem a incorporar criticamente à referida plataforma eleitoral sugestões setorializadas, mais afeitas às várias áreas de exercício profissional, bem como elementos para uma concepção geral de governo. Estes elementos, contudo, só se tornam possíveis na medida que os referidos setores, lideranças e segmentos profissionais avancem na sua percepção sobre problemas e propriedades sociais, passando a compreendê-los dentro de uma visão integrada, que extrapole a imediata apreensão estanque e corporativista das questões sociais e setoriais.

Da possibilidade dessa articulação, a resultante é um plano que incorpora, racionaliza e compatibiliza estas demandas setoriais e interesses de grupo e que sintetiza a participação e a contribuição destes dois aspectos da vida social.

Subsídios para uma estratégia de planejamento: integração e interiorização como diretrizes básicas

A tradução desta concepção política de planejamento consubstancia-se num plano que estabeleça critérios que justifiquem *prioridades setoriais* para a resolução de problemas e para o atendimento de demandas, e *prioridades espaciais*, para a distribuição não uniforme dos investimentos e dos recursos públicos pelas várias regiões do Estado.

Em termos operacionais e metodológicos, dentro da estratégia básica da política governamental do Ceará, duas diretrizes norteadoras podem assumir relevância.

Uma, de natureza mais genérica, reporta-se à questão da *integração*, entendida como mecanismo de compatibilizar, articular e coordenar as várias ações setoriais do governo, racionalizando recursos para evitar tanto o paralelismo ou a superposição de ações entre órgãos estaduais, bem como ações isoladas, para que assim se possa dar mais eficiência e eficácia sistêmicas à função pública. Esta integração já tem a sua significativa percepção social, pelo crescimento da participação e da organização dos diversos segmentos da sociedade civil, que começam a ter uma compreensão politicamente mais ampla dos diversos problemas e questões setoriais. Para isso também concorre o tratamento técnico multidisciplinar e multiprofissional que começa a ser dado, por exemplo, às questões de saneamento, educação, saúde, nutrição, irrigação e habitação. Isto significa uma politização mais ampla destas questões, no sentido de que a sua compreensão e o seu tratamento não devem ser só da competência técnica exclusiva dos profissionais que atuam nestas áreas, mesmo porque requerem ações integradas e envolvimento comunitário para o enfrentamento e resolução dos problemas.

Outra, de natureza mais específica às condições sócio-econômicas do Ceará, reporta-se à questão da *interiorização*, entendida como mecanismo de descentralização das ações do governo, tendo como foco deste descentralização o fortalecimento do planejamento e dos programas regionais e a assistência técnico-administrativo aos municípios, a partir de um diagnóstico de seus principais problemas e potencialidades. Esta interiorização, como diretriz de reordenamento espacial das atividades produtivas e das ações de governo, constitui uma contraposição ao significativo papel polarizador de Fortaleza, vis-à-vis à frágil sustentação das condições de vida e de produção no semi-árido, que compreende uma vasta área do território cearense.

Em termos operacionais, o planejamento se viabiliza a partir de diretrizes básicas *setores-integração e regiões-interiorização*. Com isso, as ações setoriais, que constituem a forma concreta de implementar as metas governamentais destinadas a atender aos interesses e demandas sociais e econômicas da coletividade, podem ficar articuladas numa à referida base territorial. Esta delimitação espacial constitui tanto um dos critérios estruturantes destas ações setoriais, bem como o foco dos problemas e das potencialidades diferenciadas das várias regiões do Estado. Assim, estas potencialidades e problemas, espacialmente delimitados, fornecem os elementos definidores da hierarquização setorial, em relação às diferentes prioridades microrregionais.

Por conseguinte, estas diretrizes básicas respondem aos requisitos da dimensão técnico-organizacional do planejamento, necessário à coordenação horizontal e à descentralização, sem incorrerem na fragmentação das ações de governo.

Procedimentos institucionais: matriz em processo e Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Dois procedimentos institucionais contribuem para viabilizar uma estratégia de planejamento, visando criar mecanismos funcionais que articulem

as diretrizes *integração e interiorização*. Para o primeiro procedimento, dentro da dimensão técnico-organizacional do planejamento, é necessário desenvolver mecanismos que possam por em prática o conceito *matriz em processo*, através de procedimentos gerenciais que operacionalizem uma *coordenação horizontal preventiva* e uma *descentralização vertical sem fragmentação* das ações de governo. Para tanto, integração e interiorização são consideradas, respectivamente, como vetores horizontal e vertical desta matriz.

A idéia de *coordenação* reporta-se à *articulação horizontal* das várias ações setoriais, enquanto a idéia de *descentralização* diz respeito à *operacionalização hierarquizada e verticalizada*, pelas várias regiões componentes do espaço estadual, ou seja diz respeito ao fato de que as políticas genericamente concebidas são diferente e especificamente implementadas numa base territorial.

Desse modo, um único plano de regionalização do Estado, na perspectiva da descentralização, orienta espacialmente as ações setoriais do governo e a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos, ao estabelecer unidades espaciais de planejamento integrado, ou seja foco de incidência dessas ações setoriais.

Para que esta descentralização não enseje fragmentação, uma coordenação horizontal preventiva cumpriria basicamente o papel de integrar estas ações diferenciadas, tendo como referência uma base territorial comum, articulando, por exemplo, sub-coordenações nas áreas social, produtiva e infra-estrutural. O caráter preventivo estaria na percepção da interdependência das ações e na criação de mecanismos intersetoriais, para que uma ação não fosse interrompida ou dificultada pela falta de sincronização com outras. Por exemplo, na questão de uma ação em saúde pública, a sua articulação com ações de saneamento e urbanização de favelas. Por exemplo, numa ação de irrigação, a sua associação com eletrificação rural e com assistência técnica e creditícia aos produtores rurais. Desse modo, esta coordenação preventiva estabelece o vetor horizontal de integração das ações setoriais, através de ge-

rência de equipes multissetoriais atuando numa mesma região.

Esta integração deve ser compreendida num sentido mais amplo, que pode ser expresso de dois modos. Por um lado, numa noção de polivalência dos equipamentos públicos, visando a dar-lhe ampla funcionalidade e flexibilidade em diferentes formas de uso pela sociedade. Por exemplo, um prédio escolar da rede regular de ensino pode também servir de suporte físico para funcionar como núcleo de ativação cultural num bairro ou numa comunidade rural, bem como para fornecer treinamento de educação em saúde pública e comunitária.

Por outro lado, o sentido mais amplo desta noção de integração estabelece uma interface com o segundo procedimento institucional sugerido. Esta interface, portanto, diz respeito também à ampliação do conceito de planejamento não somente como coordenação das ações setoriais do governo, mas também referente a *uma outra função social que ele deve ter como coordenação das várias ações da sociedade civil*. Concretamente esta ampliação do sentido de integração deve significar o papel que o planejamento estadual possa vir a desempenhar em mapear informações sobre atividades públicas federais no Estado do Ceará visando estabelecer formas de parcerias mais eficazes em ações integradas, das instâncias governamentais (estadual, federal e municipal).

Todavia, esta noção de parceria deve ter sua mais ampla fundamentação na possibilidade de se estabelecerem articulações entre a dimensão sócio-política e técnico-organizacional do planejamento, não somente na perspectiva da descentralização das ações de

governo através da interiorização, como diretriz, e da delegação, como princípio administrativo. Deste modo, o segundo procedimento sugerido visa conjugar na idéia de interiorização tanto a *descentralização* das ações de governo dentro da própria máquina administrativa estadual, bem como da *desconcentração*, no sentido do planejamento participativo pelo estabelecimento de formas de parceria entre governo e sociedade civil, ou seja pela divisão de poderes e responsabilidades.

Assim sendo, o segundo procedimento diz respeito aos *Conselhos Regionais de Desenvolvimento*, que constituem o suporte político-institucional de uma gestão participativa, com a incumbência de definir prioridades e diretrizes específicas para cada região e que compostos por diferentes segmentos representativos da sociedade nas regiões a elas pertencentes. A constituição destes conselhos de um certo modo dissemina uma matriz de experiência muito exitosa no Ceará, que foi o Pacto Cooperação. Essa disseminação, em seu componente espacial, significa interiorizar a permanente interlocução do Governo com a sociedade, no que diz respeito às questões locais. Em seu componente social significaria ampliar este sistema de parceria e este canal de interlocução, pelo envolvimento de amplos setores sociais, que teriam assento nestes referidos conselhos.

Portanto, estes procedimentos institucionais efetivamente ensejam mecanismos para tornar convergentes três componentes fundamentais que possibilitam o planejamento participativo, cooperativo e integrado: as metas setoriais de governo, as especificidades microrregionais e a ação da sociedade civil organizada.

Bibliografia

BARELI, Walter e TROYANO, Annez Andraus. Planejar como arte de governo. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo. SEADE, v. 5, nº 4, out/dez 1991.

BENEVIDES, Ireleno Porto. *Desequilíbrios Regionais; análise, visão prospectiva e sugestões para minimizar as disparidades*. IPLANCE, Fortaleza, 1994.

- _____. *O planejamento governamental do turismo no contexto sócio-econômico do Ceará*. IPLANCE, Fortaleza, 1994.
- _____. Marcos analíticos para contextualizar o desempenho recente da economia e do setor público. In BENEVIDES, I. P. *Alguns aspectos constitutivos da realidade cearense*. IPLANCE, Fortaleza, 1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In LAFER, Betty M. (org) *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1987, 5ª edição.
- CEARÁ. 1987-91 (Tasso Jereissati). *Plano de Mudanças*. Fortaleza, 1987.
- _____. Governo do Estado. *Plano de Desenvolvimento sustentável do Ceará: 1995-1998*. Fortaleza, SEPLAN, 1995.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- COSTA FILHO, Alfredo H. O planejamento no Brasil: a experiência recente. *Revista Ibero-americana*, Madri, n.º 2, jul./dec. 1982.
- COSTA, Enrico R. B. *A intervenção do Estado na economia nordestina: visão geral do período 1950-1980*. IPLANCE, 1997.
- DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao Planejamento Municipal*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- FERREIRA, Assuero. *Esboço de um perfil sócio-econômico do estado do Ceará*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia – CAEN, UFC, s/d, (mimeo).
- GONDIM, Linda M. de P. *Fortaleza 1987: nascimento, opulências e miséria*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia – CAEN, 1987. (mimeo)
- HADDAD, Paulo R. (org). *Economia Regional: temas e métodos de análise*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1989.
- _____. O que fazer com o planejamento regional no Brasil na década próxima? In *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, IPEA, n. 1, 1989.
- IANNI, Otavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, 5ª ed.
- IPLANCE. *Subsídios para a elaboração do Plano Plurianual (1192/95)*. Fortaleza, 1994.
- _____. *Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável: o que é, como funcionam, o que fazem*. Fortaleza, 1994.
- _____. *Economia cearense: restrições e potencialidades*. Fortaleza, 1992.
- LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1987. 5ª ed.
- MATUS, Carlus. *Adeus, senhor presidente: governantes e governados*. São Paulo, FUNDAP, 1996.
- _____. *Planificação, liberdade e conflito*. São Paulo, ILDES, 1991.
- _____. *Estratégias políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi*. São Paulo, FUNDAP, 1996.
- MIGLIONI, Jorge. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA JR., João A. *Planejamento, política de transportes e de desenvolvimento regional*. Fortaleza, IPLANCE, 1997.
- POMERANZ, Lenina. *Questão sobre o planejamento do desenvolvimento econômico no Brasil*. Instituto de Planejamento da Economia Nacional (tese para obtenção do título de Phd), Moscou, 1967 (trad: São Paulo, 1984)
- RATTNER, Henrique. *Planejamento e bem-estar social*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- SMITH, A. *Formação do urbano num contexto não hegemônico*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia – CAEN, 1985. (mimeo)
- TEIXEIRA, Alberto. *Planejamento público: de Getúlio a JK (1930-1960)*. Fortaleza, IPLANCE, 1997.
- _____. *Evoluções dos processos de planejamento e orçamento no Brasil*. Fortaleza, IPLANCE, 1997. (mimeo)

O TRABALHO DE CAMPO NA GEOGRAFIA DO SÉCULO XXI

Lylia Coltrinari

Prof^a do Depto. de Geografia-FFLCH/USP

Whatever the current status of geomorphology, each practitioner must keep an open mind to accept new ideas because the discipline is certain to change as the research frontier expands.

VITEK & GIARDINO, Preface (1993)¹

...the amount of advancement forthcoming in geomorphology will be tied closely to future developments in technology. In the near future, all (or at least most) geomorphologists will be computer literate; the laboratory will occupy increasing amounts of each researcher's time. Nonetheless, in most areas of geomorphology the collection of field data, no matter the degree of development of remote sensing, will be still essential.

WALKER, Introduction (1993)²

Introdução

Em 1996 foi realizado em Florianópolis o Colóquio "O discurso geográfico na aurora do século XXI", organizado pela Coordenadoria de Pós-Graduação em Geografia da UFSC. O reconhecimento da necessidade de refletir sobre o instrumental utilizado para

a compreensão do espaço geográfico motivou a convocação de pesquisadores para manifestar-se sobre o

¹ Qualquer que seja o estado atual da geomorfologia, cada profissional deve manter a mente aberta para aceitar novas idéias já que, com certeza, a disciplina mudará a medida que a fronteira da pesquisa se amplie. VITEK & GIARDINO, *Prefácio* (1993).

² ...a dimensão do avanço próximo da geomorfologia estará vinculada estreitamente com a expansão futura da tecnologia. No futuro imediato todos os geomorfólogos (ou, pelo menos, a maioria) estarão familiarizados com os computadores; o laboratório ocupará períodos cada vez maiores do tempo de cada pesquisador. Contudo, na maioria das áreas da geomorfologia a coleta de dados de campo, não importa o grau de desenvolvimento do sensoramento remoto, será ainda essencial. WALKER, *Introdução* (1993).

estado-da-arte e as perspectivas de várias questões teórico-metodológicas. Uma das mesas teve como tema as perspectivas da inserção do trabalho de campo na reflexão geográfica. Dela participaram Roberto Lobato Corrêa e Dirce Suertegaray como convidados cabendo a mim – como debatedora – o questionamento e a reflexão a partir das contribuições apresentadas.

Fazendo parte da comunidade era inevitável que encontrasse nos textos reflexos dos receios, indagações e dúvidas que há muito me acompanham. À procura de respostas e partindo da questão proposta elaborei uma síntese onde recuperava os pontos fundamentais levantados pelos palestrantes. Na última parte, perguntas e dúvidas se entrelaçam com comentários e reflexões, balões de ensaio de destino incerto. As respostas possíveis e os caminhos sugeridos são, com certeza, insuficientes e devem ser tomados como pontos de partida para discussão e, quem sabe, a reflexão coletiva sobre o futuro da pesquisa geográfica.

A pergunta

A apresentação do tema começa com a afirmação do valor do trabalho de campo enquanto instrumento de conhecimento da realidade geográfica, e do caráter precário de toda e qualquer ‘explicação’ – eu prefiro dizer ‘reconstrução’ – da realidade analisada. Há também o reconhecimento das complexas redes que interligam eventos e fatos em múltiplas escalas espaço-temporais na superfície do planeta, observação válida para as paisagens culturais e naturais. Finalmente, a pergunta: face à diversidade e multiplicidade dos cenários prováveis, continuará o trabalho de campo a desempenhar o papel que tradicionalmente desempenha? A partir do momento em que passamos, das leituras locais à consideração dos cenários globais, o trabalho de campo ainda faz sentido?

As respostas

O trabalho de campo é confirmado como momento fundamental do fazer do geógrafo, tanto no

desenvolvimento da pesquisa quanto na transmissão do conhecimento e a formação dos futuros responsáveis pelo saber geográfico. Sauer e Cholley são colunas que sustentam o reconhecimento do papel do trabalho de campo como instrumento de verificação e registro das mudanças nas paisagens e como treinamento para os olhos e as mentes dos futuros geógrafos.

Mas não é só coletar com os olhos, com as mãos ou com instrumentos durante a fase empírica da construção do conhecimento. Sem teorias ou hipóteses na cabeça, o trabalho de campo seja excursão de reconhecimento, campanha periódica para entrevistas ou monitoramento de processos, corre o risco de ser enfadonho e cansativo e, com toda razão, criticado ou rejeitado.

Outras razões levaram, nos anos 60 e 70, à desqualificação do trabalho de campo como instrumento de análise da realidade. Teorias e modelos matemáticos pareciam tudo explicar e, até, substituir a realidade que, para muitos, ficara obsoleta. Isso acontecia enquanto as tecnologias desenvolvidas durante a 2ª guerra mundial começavam a produzir ou aperfeiçoar instrumentos que diversificariam os procedimentos de pesquisa e possibilitariam o surgimento de novas formas de análise do planeta em escalas nunca imaginadas anteriormente. Mais ainda: ocorria também o resgate e a valorização do trabalho de campo enquanto meio de reconhecimento da realidade geográfica e de repasse das informações obtidas às populações das áreas investigadas.

Da responsabilidade perante a sociedade faz também parte a responsabilidade científica; isto é, em todo e qualquer momento do processo de pesquisa deve haver espaço para a reflexão, tanto sobre a teoria e o método quanto sobre os procedimentos e técnicas utilizados. Ao mesmo tempo, é preciso vigiar para que a teoria não tome conta absoluta da prática ao ponto, por exemplo, de limitar o trabalho de campo somente à procura de fatos e evidências pré-determinados restringindo, em consequência, a liberdade de ler a realidade cultural ou natural tal como se apresenta.

O que fazer, então, se o que temos diante de nós neste mundo globalizado são paisagens poligênicas, que combinam formas criadas em momentos distintos por processos e agentes diversos? Como não cair na tentação de leituras e interpretações simplistas? O cuidado deve ser extremo para não perder o rumo em meio às relações complexas entre o local, a região, o Estado-Nação e o global, nas diferentes escalas de apreensão da realidade.

Na geografia física, em particular na geomorfologia, a idéia da poligenia está também presente quando se pensa na superfície da Terra como cenário de mudanças ambientais na escala geológica, por um lado, e na crescente intervenção da humanidade no retrabalhamento de formas e materiais pelo outro. Também nela são freqüentes as leituras unidirecionadas e o descaso com os múltiplos significados dos conjuntos de formas e materiais que estuda.

De um lado a paisagem, com sua diversidade e riqueza de significados; de outro, a leitura que os homens, isolados ou em grupo, fazem dela. A partir dessas leituras, as propostas de tipos e classificações formuladas por leitores especializados, os geógrafos. Os geógrafos e suas construções, que mudam com o tempo, não só porque as paisagens se transformam mas porque também mudam as leituras...

A questão da poligenia das paisagens faz com que os "restos" que as compõem possam – devam? – ser lidos a partir de pontos diversos de observação, de modo a abranger a maior quantidade possível de informações em todas as escalas antes de formular uma explicação. Mas o que está a nosso alcance é o trabalho de campo em escala local e, ao que parece, ele por si não resolve o problema das explicações abrangentes. De acordo, mas é com ele que contamos para uma análise científica de nosso entorno que ajude a substituir as suposições por algum grau de certeza e aprofunde o conhecimento das mudanças que ocorrem à nossa volta.

Dito de outra forma, é satisfatório como introdução ao conhecimento dos processos globais, e sua

relevância em áreas limitadas na interface terra-ar já foi reconhecida apesar das dificuldades existentes na padronização e desenvolvimento dos experimentos e do instrumental. Também foi enfatizada a importância dos experimentos de campo para a manutenção dos laços com a paisagem e a magnitude de seus processos e formas resultantes.

O que fazer com o trabalho de campo? Com certeza deve ser retomado e repensado em sua especificidade de modo a permitir a articulação com outras escalas espaço-temporais e modalidades de apreensão da realidade. Essa articulação, por outro lado, só será possível se existir um projeto maior que possibilite a inserção do trabalho do geógrafo, tanto na pesquisa quanto no ensino, de preferência em programas interdisciplinares.

A complexidade da organização espacial no limiar do século XXI e as rápidas transformações que está provocando em todas as paisagens exigem que teorias e procedimentos para obtenção e tratamento das informações sejam repensados e rediscutidos, se quisermos ser membros atuantes das pesquisas globais e globalizadas que estão acontecendo. Temos de aprender a enfrentar aparências e realidade com visão crítica e ampla fundamentação teórica para que o trabalho de campo continue sendo um dos principais meios por meio do qual aprendemos a ver, analisar e refletir sobre o infindável movimento de transformação do homem em sua dimensão espacial.

O debate

Como prelúdio ao debate sugiro a leitura das epígrafes no começo do texto, que refletem a opinião da comunidade internacional de geomorfólogos – em grande parte formada por geógrafos, preocupados com o futuro da disciplina e com as cada vez mais extensas fronteiras do conhecimento, seja na Terra ou no espaço. A referência específica ao trabalho de campo como peça chave do instrumental de pesquisa em geomorfologia poderá, talvez, ser útil nesta discussão sobre o futuro da geografia.

As contribuições apresentadas respondem às indagações propostas sobre a prática do trabalho de campo de forma completa e até harmônica, e revelam preocupações semelhantes. O trabalho de campo é parte essencial do trabalho do geógrafo; a realidade que ajuda a decifrar revela, cada dia com maior clareza, não só sua complexidade intrínseca, mas também aquela decorrente dos processos globais, sejam estes desencadeados pela economia ou pelos processos do sistema Terra. Isto, sem esquecer que a interface em que as interações entre natureza e homem acontecem se faz cada dia mais larga, mais profunda e mais alta, ao ponto de ter originado uma nova área na pesquisa das geociências, a dos geoindicadores, que buscam definir a origem e dimensões das mudanças rápidas atuais e do passado recente.

Para começar o debate e não havendo, em princípio, desacordo, entrarei pela porta dos fundos e indagarei sobre o aparentemente óbvio.

Em primeiro lugar, que trabalho de campo é esse que estamos discutindo e que, aparentemente, não sabe para onde ir? A resposta que me ocorre, simplista ao extremo, é que o problema não está no trabalho de campo e sim em quem o pratica. Digo mais: tenho a impressão de que, no limiar do século XXI, ainda pensamos no trabalho de campo do século XIX e a primeira metade do século XX e nos nomes que, em grande parte, construíram os alicerces do conhecimento da natureza e dos homens percorrendo continentes e oceanos, como Humboldt, von Richthofen ou Darwin. Em alguns de nós, quem sabe, talvez persista a vontade de descobrir mundos e a esperança de que cada dia de campo seja uma aventura e nos surpreenda, senão com um mundo novo, com uma evidência indiscutível da verdade de nossas hipóteses.

Mas no mundo real a pesquisa é feita, em grande parte, de rotina e repetições, longas caminhadas e horas de espera, ou de viagens cuidadosamente planejadas frustradas por uma mudança imprevista do tempo ou a prefeitura fechada por um feriado municipal. As descobertas, quando acontecem, exigem paciência para contornar dificuldades,

aceitar erros e recomeçar várias vezes. Mas não é só isso: há pouco espaço para a sobrevivência do trabalho isolado durante longos períodos e voltado numa só direção, ou com participantes despreparados; a improvisação é exceção e não regra nesta época de verbas restritas e cronogramas apertados.

Outra questão diz respeito ao trabalho de campo enquanto prática tradicional entre os geógrafos. O trabalho de campo não é invenção dos geógrafos, nem são eles os únicos que o praticam; herança dos naturalistas e estudiosos da Terra para seus sucessores hoje presos nas redes da divisão do trabalho científico, tornou-se, em algumas áreas do conhecimento, fonte insubstituível de informações. Projetos de alcance mundial empregam instrumental criado para responder às necessidades específicas das equipes multidisciplinares que pesquisam, por exemplo, o fundo dos oceanos e as calotas polares à procura de dados sobre o passado da Terra e da vida. Os resultados não se limitam à diversificação e aperfeiçoamento dos procedimentos de pesquisa: contribuem também à formulação de teorias como a da expansão dos fundos oceânicos que culminou na teoria da tectônica de placas.

Mais ainda: o caminho em direção a uma teoria unificada das mudanças climáticas globais durante o Quaternário foi aberto no momento em que o modelo das quatro glaciações alpinas pleistocênicas, formulado no começo deste século, não resistiu às evidências fornecidas pelos isótopos estáveis de oxigênio nos fósseis de foraminíferos sedimentados nos fundos oceânicos do Pacífico equatorial. Da curva de Emiliani à de Shackleton e Opdyke nada mais que dados procedentes de amostras obtidas em pesquisas de campo submarinas.

Enfim, a passagem para a terceira questão, relativa aos limites da pesquisa de campo, por seu caráter local e as dificuldades da passagem até a escala global, citados por meus colegas de mesa. Será que a partir de pesquisas locais não é possível verificar tendências regionais e, com base nelas, estudar as afinidades com comportamentos ou fatos de di-

mensão global? Ou, em casos específicos, não poderão as pesquisas pontuais desvendar tendências regionais e até globais?

Penso, no caso, nas curvas a que me referi acima. A partir de pesquisas isotópicas, paleontológicas e magnéticas de testemunhos de sondagens dos fundos oceânicos foram constatadas variações na temperatura dos oceanos e as datações – por ^{14}C nos sedimentos da parte superior da coluna e pelas séries do urânio nos sedimentos oceânicos, permitiram localizar no tempo geológico as variações preservadas nos sedimentos. Dessa forma foram definidos 22 estágios alternantes quentes e frios nos últimos 700.000 anos, período em que aconteceram 8 glaciações. A curva resultante é, até hoje, padrão de referência global para o ajuste dos dados de pesquisas regionais e locais no mundo todo. O mesmo pode ser aplicado aos resultados das sondagens de Vostok e da Groenlândia, que registram seqüências de mudanças concordantes com as verificadas na zona equatorial confirmando a hipótese do caráter global das fases frias e quentes do Cenozóico.

Estamos, me parece, diante de situações inéditas: 1) sítios literalmente pontuais preservam

evidências de mudanças globais ocorridas há centenas de milhares de anos na interface litosfera-atmosfera-hidrosfera; 2) as evidências dessas mudanças foram identificadas mediante o trabalho conjunto de especialistas de diversas áreas do conhecimento e o emprego de instrumentos e técnicas adequados às condições ambientais dos locais de pesquisa, o tipo de material pesquisado e o tipo de dado procurado. Em outras palavras, a obtenção de informações e a qualidade de sua resolução e abrangência espaço-temporal não dependem só do tamanho do local pesquisado e seu potencial como arquivo natural ou cultural: tem a ver também com o instrumental utilizado e a definição dos objetivos perseguidos. É uma questão de método.

Essas são as reflexões que ofereço para discussão, uma vez redimensionadas para a realidade e especificidade de nossos respectivos territórios de pesquisa. Espero que sejam úteis.

Antes de terminar, duas questões fora do tema: quando foi que os geógrafos renunciaram a estudar os oceanos, a atmosfera e os gelos polares? Até quando vamos esperar para tirar proveito das informações obtidas *fora* das áreas continentais e atualizar com elas nossas leituras da realidade?

Bibliografia

CHOLLEY, A. (1942) *Guide de l'étudiant en géographie*. Paris, Presses Universitaires de France.

COLTRINARI, L. (1996) "Natural and anthropogenic interactions in the Brazilian tropics" In BERGER, A.R.; IAMS, W.J. (eds.) *Geoindicators: Assessing rapid environmental changes in Earth systems*. Rotterdam, Balkema. p. 295-310.

CORRÊA, R. L. (1996) *Trabalho de campo e globalização* (datilografado). 7p.

DAVIES, G. L. H. (1989) "On the nature of geo-history,

with reflections on the historiography of geomorphology". In TINKLER, K.J. (ed.) *History of Geomorphology: From Hutton to Hack*. Unwin Hyman, The Binghamton Symposia in Geomorphology, International Series, n. 19, p. 1-10.

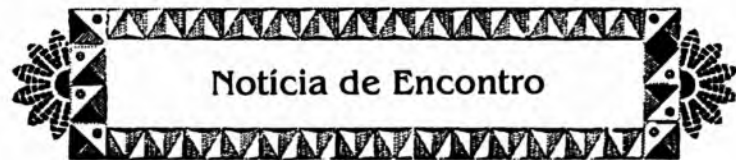
EMILIANI, C. (1955) "Pleistocene temperatures" *Jour. Geol.*, v. 63, p. 538-578.

FLINT, R.F. (1974) "Three theories on Time" *Quaternary Research*, v. 4, n. 4, p. 1-8.

SAUER, C. O. (1956) The education of a geographer.

- Annals, Association of American Geographers*, v.46, p. 287-299.
- SCHUMM, S. A. (1991) *To interpret the Earth: Ten ways to be wrong*. Cambridge, Cambridge University Press. 133p.
- SHACKLETON, N.J.; OPDYKE, N.D. (1973) Oxygen isotope and paleomagnetic stratigraphy of equatorial Pacific core V28-238: oxygen isotope temperatures and ice volumes on a 10^5 and 10^6 year scale. *Quaternary Research*, v.3, n.1, p.39-55.
- SLAYMAKER, O. (1981) The nature of field experiments in geomorphology. *Transactions, Japanese Geomorphological Union*, v.2, n.2, p. 171-178.
- SLAYMAKER, O.; RAPP, A.; DUNNE, T. (1978) Field instrumentation and geomorphological problems. *Z. Geomorph., N.F.*, Suppl-Bd. 29, 206p.
- SUERTEGARAY, D.M.A. (1996) *Geografia e trabalho de campo* (datilografado). 11p.
- TINKLER, K.J. (1989) (ed.) *History of Geomorphology: From Hutton to Hack*. Unwin Hyman, The Binghamton Symposia in Geomorphology, International Series. n.19. 344p.
- VITEK, J.D.; GIARDINO, J.R. (1993) Preface: a perspective on getting to the frontier. In VITEK, J.D.; GIARDINO, J.R. (eds.) *Geomorphology: The research frontier and beyond*. Proceedings, 24th Binghamton Symposium in Geomorphology, Hamilton, 1993, vii-xii (*Geomorphology*, v.7, n. 1-3)
- WALKER, H.J. (1993) Geomorphology: the research frontier and beyond Introduction. In VITEK, J.D.; GIARDINO, J.R. (eds.) *Geomorphology: The research frontier and beyond*. Proceedings, 24th Binghamton Symposium in Geomorphology, Hamilton, 1993, p. 1-7 (*Geomorphology*, v.7, n. 1-3).





Notícia de Encontro

XI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: ALGUMAS SURPRESAS

Cíntia Nigro

Mestranda no Depto. de Geografia-FFLCH/USP

Bolsista CAPES

*“Se faltar aqui na terra tem tragédia
catastrófica será se vem de sobra
e a nossa ignorância será mágoa
mas a nossa inteligência será trégua
quando sólidos e nós seremos água”*

(Trecho da canção “Água” de Xangai, dedicada aos geógrafos no evento de abertura do XI ENG – Vitória da Conquista)

O XI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista, entre os dias 05 e 11 de julho de 1998, de alguma maneira, deve ter surpreendido seus participantes.

Primeira surpresa pode ter sido para os que duvidavam que haveria ampla participação num encontro nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) realizado numa cidade de porte médio no interior baiano. Resultado: cerca de 1.100 pessoas e 500 comunicações inscritas. Geógrafos vindos das mais diversas partes do território brasileiro -profissionais, professores e estudantes – passaram por aquele pedaço de *mapa da democracia*.

Outra surpresa – até os mais desatentos puderam perceber – foi o empenho dos coordenadores do encontro, que conseguiram congregiar forças e esforços de forma comovente. A realização do XI ENG

só foi possível através do apoio incondicional da própria Universidade Estadual da Bahia (UESB), das demais universidades estaduais baianas (UEFS, UNEB e UESC), dos estudantes de Geografia, da Prefeitura Municipal, dos sindicatos e da sociedade organizada. Torna-se, assim, quase impossível enumerar quantas pessoas estiveram diretamente envolvidas na realização do evento, o que garante um mérito ainda maior à comissão coordenadora.

As inúmeras faixas de “boas vindas” aos geógrafos, espalhadas pelas ruas do centro de Vitória da Conquista, o serviço ininterrupto de transporte para a universidade, as atividades artísticas e culturais nas horas de almoço e noites, culminadas já de início, com a belíssima cantoria de Xangai, são detalhes desse apoio que evocava aos participantes do encontro a calorosa acolhida baiana – algumas horas disfarçando o frio da cidade situada a 920 metros de altitude.

A cerimônia de abertura do XI ENG contou com a representação de diversas entidades regionais que, além do apoio fornecido, tiveram envolvimento nas discussões que orientaram o evento. Dentre elas, estavam a Central de Movimentos Populares, a CUT, o CREA, o movimento estudantil, a Diocese de Vitória da Conquista, as universidades baianas e a Prefeitura de Vitória da Conquista (governo participativo do PT). Essa representação se estendeu à programação geral do encontro, através da participação de muitos desses representantes nas mesas dos simpósios. Uma das maiores "atrações" foi, sem dúvida, a presença de José Rainha, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na mesa redonda *Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais*.

O enfoque do XI ENG, que procurou valorizar as trocas efetivas da produção geográfica acadêmica com a sociedade organizada, possibilitou intercâmbios importantes, não apenas regionais e nacionais, como também internacionais, reforçados pela presença e discurso emocionado de Roque Rodrigues (representante do Timor Leste). Na mesa redonda em que se pronunciou, intitulada *A Geografia nos Países de Língua Portuguesa: fronteiras geográficas e/ou culturais*, também tomaram parte geógrafos de Portugal (Maria Leal Monteiro), de Moçambique (Manuel Araújo) e de Cabo Verde (José Maria Semêdo). Em suas falas, os expositores trataram da produção geográfica de seus respectivos países e ressaltaram a necessidade de esforços constantes da sociedade civil e dos próprios geógrafos para a afirmação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) criada em 1993, devido ao seu estratégico papel político e cultural.

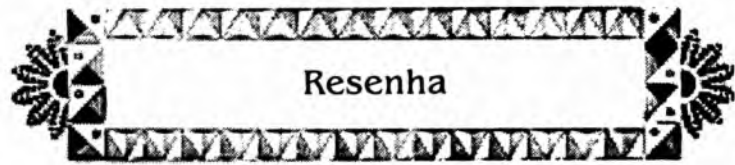
Por outro lado, esse norteamento mais "democrático" do XI ENG fez com que os Eixos Temáticos do encontro restringissem a participação de trabalhos geográficos também importantes para a discussão da *Geografia Brasileira e as Transformações no Trabalho e no Espaço* (tema do encontro). Aqui a surpresa pode ter sido

ainda maior para os geógrafos físicos. Nenhum eixo temático viabilizou, diretamente, sua participação – diferindo dos Encontros Nacionais de Geógrafos anteriores.

É interessante ressaltar, também, que discussões mais profundas sobre temas e conceitos geográficos, em geral, foram escassas nos simpósios e mesas redondas, já que, numa reunião desse porte e relevância, elas são vitais. Vale lembrar que a necessidade de uma "revisão teórica" e de constituição de um "sistema de conceitos" da geografia foi ressaltada pelo geógrafo Milton Santos na mesa redonda internacional *Produção Geográfica Internacional: tendências e perspectivas epistemológicas*, composta também pelos geógrafos Roberto Gonzales Souza (Cuba) e Alvaro Lopes Gallero (Uruguai).

Mesmo assim, sobre essa trilha de aprofundamento teórico, deve-se ressaltar a importância dos cursos oferecidos durante o XI ENG. Desta forma, mais um mérito do evento foi o de oferecer aos participantes cerca de 40 cursos, com temáticas geográficas bastante variadas. A manutenção de tais cursos na estrutura dos futuros encontros é de extrema importância – desde que sejam concebidos como espaços fecundos de reflexão e discussão, e não meramente como espaços expositivos de onde se esperam "fórmulas" acadêmicas e didáticas do ministrante.

Por fim, para muitos, a surpresa maior foi o grande quorum presente nos debates sobre a atuação, o papel político e o futuro da AGB. O programa do XI ENG valorizou estes debates a partir de quatro mesas redondas denominadas "78 + 20" (alusão aos últimos vinte anos de gestão da entidade, "democratizada" pelo movimento estudantil em 1978, no Encontro Nacional de Geógrafos ocorrido em Fortaleza). Relatos e discussões de grande relevância ocorreram e acredita-se que servirão para "revigoração" de uma associação com tamanho importância e, sobretudo, força – o que, para quem esteve em Vitória da Conquista, não será surpresa alguma.



DA FRENTE DE EXPANSÃO PIONEIRA À FRONTEIRA: PERCURSOS DE UM PESQUISADOR

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. 213p.

Júlio César Suzuki
Doutorando no Depto. de Geografia-FFLCH/USP

A obra dos grandes autores é, geralmente, marcada por grandes transformações das noções que utilizam. A realidade se transforma e a teoria que se propõe a explicá-la não pode permanecer inalterada.

Fronteira, de José de Souza Martins, revela muito dessa difícil relação existente entre teoria e realidade. É claro que não para o leitor desavisado, preocupado apenas com a publicação mais recente, desinteressado das incursões historiográficas.

Em *Fronteira*, José de Souza Martins analisa a região de conflitos que se estabelece entre os grupos indígenas e a sociedade nacional¹; de separação entre Cultura e Natureza, entre o homem e o animal². Dessa forma, apresenta-se como "(...) lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constitui-

ção do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da História (...)”³.

A figura central dessa região de conflitos é a vítima.⁴ O raptado, em “A captura do Outro – O rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil”⁵; o escravo por dívida, em “A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão”⁶; o excluído da pesquisa sociológica – a viúva, a divorciada, a abandonada pelo marido, a mãe solteira ou a criança que fica em casa enquanto os pais estão trabalhando –, em “Regimar e seus amigos – A criança na luta pela terra e pela vida”⁷; os camponeses e os indígenas, em “O tempo da fronteira – Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”⁸; são todos vítimas na fronteira.

¹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997, p.11.

² MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.12.

³ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.12.

⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.12.

⁵ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.25-77

⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.79-112.

⁷ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.113-44.

⁸ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.145-203.

Tal posição, acerca da figura central dessa região, é bastante diferente do que se revelava no estudo "Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica"⁹ Nesse trabalho, José de Souza Martins entendia a fronteira como frente de expansão e frente pioneira, sendo que a figura central da primeira seria o ocupante ou posseiro¹⁰ e da segunda, o empreendedor econômico¹¹

As duas frentes distinguir-se-iam, ainda, por ser a de expansão fundada na economia do excedente¹², nas condições de vida dos seus moradores, reguladas pelo grau de fartura, e no uso privado das terras devolutas, enquanto a frente pioneira, na economia de mercado, nas condições de vida dos seus moradores, reguladas pelo grau de riqueza, e na mercantilização da terra (sua aquisição através da compra e da venda).¹³

A fronteira, por outro lado, põe-se não mais como *locus* de temporalidade única, em que há características tão bem definidas, com a presença de apenas uma figura central, mas sim como a coexistência de temporalidades diferenciadas, historicamente desiguais, convivendo no mesmo tempo cronológico.

A superação da idéia de temporalidade única fica muito bem expressa no trecho que segue:

"(...) a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. Isso nos põe, portanto, diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da 'civilização', que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc.

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da 'civilização', estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no limite da História, como é o caso das populações indígenas, ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não-índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários.

Cada uma dessas realidades tem o seu próprio tempo histórico, se considerarmos que a referência à inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneas. E não me refiro apenas à inserção em diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico. Refiro-me sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de

⁹ MARTINS, José de Souza, Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *Capitalismo e Tradicionalismo*; Estudos Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil, São Paulo, Pioneira, 1975, p.43-50.

¹⁰ MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *op. cit.*, p.46.

¹¹ MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *op. cit.*, p.47.

¹² Segundo José de Souza Martins (Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *op. cit.*, p.45), é "(...) a economia dessa faixa (estabelecida entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica que avançam distintamente, sendo que a primeira é antecessora da segunda,) não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma *economia do excedente*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades (...)"

¹³ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira*: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *op. cit.*, p.45-7.

pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual. E não estou falando de atraso social e econômico. Estou falando da contemporaneidade da diversidade. Estou falando das diferenças que definem seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos.

Essa distinção não é conceitual nem é classificatória, ao contrário do que entendem diferentes pesquisadores que trataram da fronteira a partir do surto expansionista de 1964. Nesse equívoco repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e o tempo histórico da frente pioneira, pois não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mandado (sic) do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações”¹⁴

A idéia de uma temporalidade única é, então, superada. Não é mais a frente de expansão somente momento de gênese da frente pioneira, mas com esta divide características. Compreende-se, então, que há um *continuum*, como afirmara Henri LEFEBVRE¹⁵ com sobreposição de características e presença de resíduos. Em última instância, frente de expansão e

frente pioneira revelam-se como faces diferentes de uma mesma realidade, a fronteira. Tanto que José de Souza Martins passa a reconhecer que não há duas frentes, mas sim duas perspectivas analíticas, uma realizada pelos geógrafos, a da frente pioneira, e a dos antropólogos, a de frente de expansão.

“Os estudiosos do tema da fronteira no Brasil, quando examinaram a literatura pertinente, se deparam com duas concepções de referência, através das quais os pesquisadores têm procurado dar um nome específico a essa realidade singular que é objeto de sua investigação. Os geógrafos, desde os anos quarenta, importaram a designação de zona pioneira para nomeá-la, outras vezes referindo-se a ela como frente pioneira.

Os antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como frentes de expansão (...). A designação de frentes de expansão, que o próprio Ribeiro havia formulado, tornou-se de uso corrente, até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.”¹⁶

Dessa forma, a fronteira supera as noções de frente de expansão e de frente pioneira, tal qual se encontram no texto primeiro do autor, em que se discute a problemática da expansão da sociedade nacional sobre terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, naquele momento nomeadas como sociedade capitalista e sociedade tribal¹⁷

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.157-9.

¹⁵ LEFEBVRE, Henri. *Forme, fonction, structure dans “le capital”, Au-delà du structuralisme*, Paris, Anthropos, 1971, p.347-8.

¹⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.151-2.

¹⁷ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, op. cit.*, p.47.

A mudança terminológica, no tratar com o processo de expansão da sociedade nacional, está relacionada a uma significativa alteração da perspectiva de interpretação desse processo. Em “Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica”¹⁸ prepondera uma leitura sócio-econômica do processo de expansão da sociedade capitalista em relação à sociedade tribal, como se revela muito claramente no trecho que segue:

“A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra aquela está aquém desta). A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado”¹⁹

Por outro lado, em *Frente Pioneira*, prepondera uma leitura antropológica do processo de expansão da sociedade nacional, como se percebe quando José de Souza Martins identifica a vítima como figura privilegiada de análise dessa realidade singular, como já afirmamos.

No entanto, mesmo com tantas superações, permanece comum, nas duas análises – uma acerca da frente de expansão e da pioneira, a outra, da fronteira –, a interpretação de que a expansão da sociedade nacional se estabelece com base em relações sociais fundamentais não-tipicamente capitalistas, com a instauração da propriedade privada da

terra, ou seja, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade²⁰. É o que afirma o autor, quando reconhece que não ocorre, na fronteira, somente a reprodução ampliada do capital, mas também a acumulação primitiva: “(...) *A expansão territorial do capital não podia depender do capital propriamente dito, atraído para setores mais lucrativos, restabelecendo-se mecanismos e processos de acumulação primitiva* (...)”²¹ (grifo de José de Souza Martins).²²

A acumulação primitiva põe-se então como momento fundamental da expansão da sociedade nacional, sobretudo, porque, como identificou José de Souza Martins, fundado em observação de Alistair Hennessy, o Brasil, como parte das sociedades latino-americanas, “ (...) ainda se encontra naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas (...)”²³

²⁰ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*, op. cit., p.49-50.

²¹ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira*, op. cit., p.99.

²² Acerca da coexistência da acumulação primitiva do capital com sua reprodução ampliada, o autor pontua que: “Essa modalidade de exploração do trabalho (escravidão por dívida) se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital. Isso fica claro se entendermos que, historicamente, pode-se falar em reprodução capitalista de capital, reprodução de capital com base em relações formalmente capitalistas de produção. Mas não se pode falar em produção capitalista de capital, pois a produção do capital envolve mecanismos e procedimentos próprios da acumulação primitiva. Envolve, portanto, a conversão de meios e situações não-capitalistas ou pré-capitalistas em instrumentos da produção capitalista propriamente dita, isto é, produção de mais-valia. Essencialmente, o que define o processo não é o resultado, mas o modo como foi obtido, isto é, o modo de produção do excedente econômico. O resultado é capital, é capitalista, mas o modo de obtê-lo não o é (...)” (MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira*, op. cit., p.96) (Grifos de José de Souza Martins).

²³ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira*, op. cit., p.147.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*, op. cit., p.43-50.

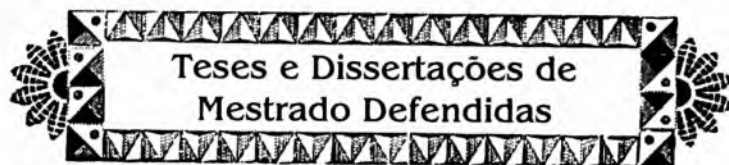
¹⁹ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*, op. cit., p.45.

No entanto, o Brasil não é mais um país com a mesma dinâmica que possuía no limiar da década de 70. É agora um país em que os meios de transporte e de comunicação alcançaram um padrão bastante distinto do existente naquele momento. Mas nem tudo é aceleração. Há resíduos que permanecem de outros tempos, sobretudo nos extremos rincões do país. É o que se percebe muito claramente quando se anda pelo interior da Amazônia ou do Nordeste. Sobretudo nesse último caso, é notória a permanência do rural na constituição de aglomerados urbanos. É facilmente identificável a presença de um tempo lento que subjaz a essas realidades concretas, diferente do que se estabelece no Centro-Sul, cujos aglomerados urbanos passam, cada vez mais rapidamente, por um processo de aceleração temporal, marcado pela modernização.

Dessa forma, é compreensível que a explicação do processo social, que se estabelece com a expansão da sociedade nacional, passe a se utilizar cada vez mais da noção de fronteira, ao invés de frente de expansão e frente pioneira, noções adequadas, sobretudo, ao desvendamento da realidade que se estabeleceu até, aproximadamente, o final da década de 70.

As transformações ocorridas na obra de José de Souza Martins, acima apontadas, estão relacionadas, então, com as mudanças da realidade social que o autor eficazmente analisa. Dessa forma, torna-se imprescindível a leitura de *Fronteira* a todos aqueles que almejam compreender o Brasil a partir de um aprendizado de método e de teoria, o que se alcança sobretudo na "Introdução" em que o autor justifica a pesquisa realizada.





Teses e Dissertações de
Mestrado Defendidas

TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS

Transporte urbano de passageiros: as contradições do poder público - TD

Karla Reis Cardoso de Mello

Este trabalho investiga as políticas públicas para o transporte urbano de passageiros, implementadas pelo poder público no município de São Paulo, a partir de 1975, quando a provisão adequada de transporte urbano de massa na metrópole paulista (bem como no Rio e em Belo Horizonte) foi elevada a categoria de meta política dentro dos pressupostos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. No caso de São Paulo, a análise dos fatos pesquisados apontou para uma atuação governamental que, ao contrário do postulado, privilegiou o transporte individual por meio de uma política contínua e persistente de ampliação do sistema viário estrutural, qualificado primordialmente para o automóvel. Esta ampliação foi seletiva: deu-se prioritariamente em áreas específicas da cidade, identificadas com o setor moderno da economia e com o setor moderno da economia e com as necessidades de consumo das classes média/média-alta. No mesmo período, as políticas públicas voltadas ao transporte coletivo foram marcadas por uma relativa estagnação no que respeito ao atendimento aos usuários. A efetiva melhoria dos serviços permaneceu residual, enquanto os investimentos feitos serviram à acumulação privada de capital. O Estado, em sua atuação, agiu reforçando o caráter corporativo da metrópole, em que pese a constante busca da aparência de neutralidade das políticas postas em andamento.

Trabalho, saúde e reprodução da vida: a mulher bóia-fria no mundo cindido de Paraguaçu Paulista DM

Ofélia Cerinéia Brochado

O assunto dessa dissertação faz parte de um contexto maior do debate ligado a estudos agrários, agrícolas, saúde, educação, condições de trabalho e reprodução da vida de seres humanos e do trabalho volante feminino em áreas agrícolas canavieiras do país.

O assunto se particulariza quando se volta à problemática da mulher trabalhadora bóia-fria, cortadora de cana e sua saúde, no processo de trabalho no município de Paraguaçu Paulista na Divisão Agrícola Dira de Marília no Estado de São Paulo.

O trabalho tem a preocupação de dimensionar a existência da mulher cortadora de cana quanto: a exploração e reprodução de sua condição feminina; a relação de gênero; a penosidade sofrida no processo de trabalho; as vistas ao consumo e ao enfrentamento diário das contradições da sociedade capitalista; ao silêncio diante da sua condição não cidadã.

No processo da expansão do capitalismo analisa-se as transformações ocorridas no campo, a partir da modernização da agricultura e a relação capital-trabalho, tendo em vista a saúde da mulher bóia-fria cortadora de cana como produto social da terra capital, portanto mercadoria, que glorifica o trabalho assalariado no corte de cana.

Visão panorâmica da indústria de computadores: uma análise comparativa entre Brasil e Coréia do Sul - DM

Mee Joung Lee

Este trabalho trata da indústria de computadores através da comparação entre dois NICs – O Brasil e a Coréia desde sua formação até o desenvolvimento atual. Com a evolução dos microprocessadores e sua aplicação nos computadores, foi aberta uma grande oportunidade para os NICs entrarem nessa área. O Brasil iniciou suas ações antes da tendência de difusão tecnológica ser associada. As empresas brasileiras começaram a fabricar computadores após meados dos anos 70, no período em que os microcomputadores ainda não entraram na fase dinâmica do meriade mundial. Com a base da produção de microcomputadores, a empresa ampliaria seus segredos e se adaptadas à necessidade local.

Por outro lado a Coréia iniciou a fabricação no período em que a fase dinâmica da produção de micros passou a se voltar ao mercado de consumo. As grandes empresas nacionais exportaram a maior parte de sua produção, prncipalmente para os Estados Unidos e as empresas americanas, por sua vez conseguiram abastecer suas prateleiras por baixos preços. Mas essa vantagem mudou após a segunda metade da década de 80. As líderes EMNs impuseram o aumento da barreira para transações topológicas e isto acabou prejudicando aos NICs. A Coréia do Sul sofreu diminuição as suas exportações, os PEs produzidos no país tornara-se obsoletos no mercado mundial. O Brasil também sofreu diminuição em sua produção local de todos os segmentos de computadores após a abertura. Nesse sentido, a indagação minuciosa sobre o procedimento nacional da indústria de computadores após a abertura. Nesse sentido a indagação minuciosa sobre o procedimento nacional da indústria de computadores é capaz de proporcionar uma possibilidade de continuação do desenvolvimento nacional.

Colhedores de laranja na indústria paulista - DM

Celma da Silva Lago Baptistella

Discutiu-se nesta pesquisa as relações de trabalho entre as indústrias citrícolas, os empreiteiros e os volantes (colhedores) no Estado de São Paulo em 1994. A hipótese do estudo era que os colhedores de laranja constituíam-se em operários da indústria citrícola (no sentido de que eram formalmente contratados). Para obter os resultados e para traçar o perfil dos trabalhadores foram elaborados questionários específicos e as técnicas utilizadas foram: censo no levantamento das empresas citrícolas e amostra probabilística para empreiteiros e volantes.

A hipótese principal foi confirmada pelos resultados da pesquisa. Entretanto, nos últimos anos as relações de trabalho mudaram de um sistema de contrato entre indústria-empreiteiro e indústria-trabalhador para um sistema de contrato indústria-cooperativa de trabalho-trabalhador.

Cotidiano: sala de aula e televisão - DM

Maria Adailza Martins de Albuquerque

Este trabalho estuda a maneira como se dá a recepção dos discursos escolar e televisivo pelos alunos do ensino fundamental de três escolas públicas estaduais situadas em diferentes áreas da cidade de São Paulo.

Na realização desta pesquisa, em 1995, foram evidenciados os diversos usos do espaço urbano e as relações destes resultantes. Procurou-se demonstrar como tais relações funcionam quando da recepção dos discursos provenientes da escola e da televisão.

Com esta dissertação de mestrado, procura-se contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas em que os alunos sejam vistos em sua integridade de cidadãos, respeitando-se sua história de vida e sua cultura. Para tanto, foi dado destaque à importância do cotidiano na realização das análises geográficas.

O espaço citricultor paulista nos anos 90: a (re)afirmação de um meio técnico-científico informacional da globalização - TD

Alcindo José de Sá

A atividade citricultora, situada no norte e noroeste do Estado de São Paulo abrange um meio geográfico da ordem de 40.000 km². Na sua dinâmica faz-se presente o uso intensivo de técnica, ciência e informação tanto no meio rural (desenvolvimento de novas espécies, implementação agrícola etc) quanto no complexo agroindustrial e nos seus circuitos de circulação, distribuição e consumo.

Sua produção responde com parcela financeira expressiva nos índices econômicos paulistas e brasileiros, tendo como base, majoritariamente, o cultivo de laranja, direcionado ao processamento de suco concentrado e congelado para os mercados internacionais. O restante tem como destino o consumo nacional na forma "in natura", agora, de maneira incipiente, através dos assim chamados sucos prontos para beber.

O referido meio é caracterizado por grande especialização produtiva e vínculos crescentes aos fluxos condicionados por normas em diferentes níveis geográficos e políticos (as barreiras alfandegárias impostas pelo governo americano) que extrapolam o seu sistema técnico territorialmente fixado no Brasil. Nesta perspectiva, através do enfoque metodológico do espaço de produção bem como os seus respectivos agentes de circulação, distribuição e consumo, pretendemos analisar o lugar produtor de laranja no contexto da nova ordem global.

Dinâmica climática e as chuvas no Nordeste brasileiro no eixo Barra do Corda/MA - Natal/RN (relações com o fenômeno El Niño) - TD

Cleonice Furtado de Souza

Neste trabalho investigou-se a gênese de chuvas no eixo Barra do Corda (MA) Natal (RN) nos anos de 1985 (chuvoso), 1993 (seco) e 1995 (habitual). Para isso aplicou-se a técnica de Análise Rítmica proposta por MONTEIRO (1971), auxiliada pelas cartas sinópticas e imagens de satélites. Analisou-se também a série temporal de 1930-1995 da estação pluviométrica de Cruzeta para encontrar o ano habitual do Semi-Árido em face da extrema variabilidade dos seus índices anuais de pluviosidade. Os resultados obtidos permitem afirmar que os sistemas atmosféricos com os maiores percentuais foram a TA (Tropical Atlântica), que predominou nos anos de 1993 e 1995 em todas as estações e localidades. A EC (Equatorial Continental) apresentou os maiores índices percentuais somente em Barra do Corda, enquanto nas demais localidades seus índices ficaram em segundo lugar. A ZCIT (Zona de Convergência Intertropical) apresentou índices que, comparados com a TA e a EC, a coloca em terceiro lugar e, em última posição, as RFF (Repercussões de Frentes Frias). A aproximação da TA do litoral aumenta a pluviosidade, mas, ao predominar, provoca boas condições de tempo. Explica-se assim, o aumento da pluviosidade com a presença desse sistema na área de estudo. O sistema que produz os maiores índices de chuvas na área de estudo, apesar de seu pequeno índice percentual, é a ZCIT com atuação no verão e outono. As RFF têm participação menor, porém são responsáveis pela diminuição das temperaturas e incremento das chuvas no inverno no Eixo de Observação. Constatou-se a importância da orografia como fator organizador/inibidor de chuvas no eixo de estudo, notadamente nas serras do Apodí, Serra Grande, Chapada do Ibiapaba e Chapada do Araripe.

Mitos e ritos na relação homem/natureza: um caso - a ocupação da cratera de Colônia - Parelheiros São Paulo - DM

Leandro Gaffo

Busca-se nesse trabalho perceber como a desmitologização da sociedade moderna provoca a ausência de paradigmas sociais e culturais, e as consequências de tal processo. Para isto, o instrumento usado é o entendimento da linguagem mitológica como manifestação transcendental desses paradigmas.

Essa ausência acentua o processo de metropolização dos grandes centros urbanos que, ao promover uma ocupação desordenada do espaço, prioriza o novo como símbolo da modernidade, em detrimento do passado. A expansão horizontal decorrente dessa metropolização provoca espaços vazios que são utilizados pelo grande capital para a especulação imobiliária, expulsando a população carente para áreas cada vez mais afastadas e pouco dotadas de infra-estrutura.

Sendo assim, a metrópole torna-se contraditória já que, a um só tempo, atomiza o indivíduo e valoriza a tendência massificante do sistema capitalista moderno. Preso na sua individualidade, o homem urbano não consegue mais reconhecer-se no outro.

A "Epopéia de Gilgamesh" – primeiro mito trágico conhecido – nos conta a história de um rei construtor de cidades que ao deparar-se com um ser natural encontra a outra face do seu eu. A perda desse ser desencadeia uma busca heróica e melancólica dentro dele próprio e da natureza da qual se apartou.

Por explicar as contradições já apresentadas e se tratar de uma área alvo das atividades imputadas pela sociedade atual, a cratera de impacto localizada em Parelheiros – São Paulo foi usada como mote deste trabalho.

Análise empírico-experimental da fragilidade relevo-solo no cristalino do Planalto Paulistano: sub-bacia do Reservatório Billings TD

Silvio Carlos Rodrigues

Este trabalho apresenta uma metodologia de avaliação da Fragilidade do Relevo – Solo com base na correlação de dados cartográficos, experimentos de campo e análises de laboratório. A proposta metodológica tem como base a utilização de informações detalhadas das características do ambiente que interferem na manutenção do equilíbrio do relevo, seja em condições naturais, ou em áreas onde a intervenção humana alterou a dinâmica superficial e condiciona o desenvolvimento de processos de desestabilização do relevo.

Como resultado da pesquisa foram produzidos documentos cartográficos, como os mapas de Uso da Terra, Fragilidades Potenciais Associadas às Inclinações das Vertentes, Geomorfológico e de Fragilidade e uma série de experimentos de campo, como os ensaios de resistência à penetração e coletadas diversas amostras de solo, que posteriormente foram analisadas e tratadas estatisticamente.

Os resultados alcançados demonstram que é possível a aplicação desta metodologia em áreas tropicais úmidas, sendo indicada para estudos de planejamento físico-territorial em escalas de detalhe.

Reconstituição dos paleoambientes de uma planície holocênica no curso inferior do rio Ribeira (município de Iguape, SP) DM

Walter Mareschi Bissa

A pesquisa apresentada resulta do estudo de um testemunho de sondagem obtido da turfeira da Fazenda Boa Vista, na região de Iguape, revelando variações na composição da vegetação e do clima da área estudada nos últimos 4.400 anos AP.

Os resultados da análise palinológica para o período entre 4.400-3.300 anos AP sugerem mudanças de uma fase de clima mais úmido para condições climáticas próximas das atuais. A partir de 3.300 anos AP os resultados indicam expansão da floresta tropical costeira (clima quente e úmido). Há 1.050 anos AP os dados sugerem que a área ao redor do ponto de coleta esteve encharcada e ocorreu abertura local da floresta, sugerindo a influência de um clima muito úmido.

Os dados diatomológicos e geológicos confirmam a existência de um nível marinho mais alto entre 4.400-3.300 anos AP. Observa-se também que o pico de crescimento das populações sambaquianas correspondem a níveis marinhos mais altos que o atual.

Os resultados paleoambientais estão de acordo com os indicadores paleoclimáticos identificados para a região do Distrito Federal, Triângulo Mineiro e Goiás, que apontam um clima mais úmido para o período de 5.000-4.000 anos AP.

Boiçucanga: de bairro rural a bairro urbano - DM

Carlos Roberto de Oliveira

Este trabalho analisa a transformação de Boiçucanga, de bairro rural caiçara para bairro urbano onde predominam as segundas residências e atividades ligadas, principalmente, ao fluxo anual de veranistas, mas que ainda comporta formas e usos relacionados a um passado rural. Compreendendo as formas espaciais como produtos *contingentes* da articulação dialética entre *ação e estrutura*, procurou-se mostrar que a transformação do espaço de Boiçucanga, de rural para urbano, ainda que inserida em mudanças gerais da sociedade brasileira, foi mediada pela ação de vários agentes produtores de espaço, articulados em uma rede pró-crescimento, na qual o Estado brasileiro teve papel fundamental como indutor do processo de crescimento. Na linha de frente dos processos de mudança no bairro de Boiçucanga

organizaram-se os agentes envolvidos nas transações imobiliárias, responsáveis pela conversão da terra rural dos caiçaras em terra urbana, loteada e vendida aos veranistas. Os resultados desiguais do crescimento, tanto econômico quanto urbano, afetaram desigualmente os envolvidos na rede de crescimento. Alguns grupos foram alijados dos resultados, ocupando não só as franjas de expansão urbana de Boiçucanga mas também as franjas do espaço social local, hegemônico pelos novos migrantes, portadores de uma racionalidade urbana e moderna.

Televisão e ensino de Geografia: sujeitos, imagens e práticas - DM

Iara Vieira Guimarães

Este trabalho analisa como a televisão está presente no ensino de Geografia, tendo como referência a leitura de um grupo de professores que atuam no ensino fundamental. Procuramos desvendar como esses professores vêem a TV no contexto atual e de que forma esse veículo está presente em suas vidas e em seu trabalho. Assim, a nossa análise foca o professor, sua prática, interpretações, suas posturas e dilemas.

Sabemos que uma das principais críticas direcionadas à escola no mundo contemporâneo relaciona-se à sua incapacidade para despertar o interesse dos alunos mobilizando-os na busca do conhecimento. Ressalta-se o fato de essa instituição ser pouco sedutora e lúdica, levando o aluno a aprender mais em função das regras e pelo dever de obediência do que por intermédio do prazer. Por isso, se coloca como fundamental para a escola descobrir, reinventar e estar aberta a linguagens metodológicas alternativas, que encaminhem de modo mais inventivo a relação do aluno com o saber. A televisão apresenta-se nesse processo como um recurso possível, tendo em vista o enorme potencial motivador que representa.

Os professores de Geografia nos demonstraram entender claramente que as imagens cumprem

uma função importante como distribuidoras de informações impossíveis de serem conhecidas diretamente e como o estudo de lugares e realidades distantes pode ser bastante enriquecido através da utilização desse meio de comunicação, e não somente através do livro didático. Para os docentes, se a Geografia se limitar a apresentar às crianças e jovens apenas o mundo dos 'livros', desprezando outras fontes de informação, os limites se constituirão não somente com relação à motivação dos alunos, mas também com relação à sua aprendizagem, a sua possibilidade de conhecer e entender o mundo. A partir dessa constatação, abordamos a forma como a televisão está sendo inserida no trabalho pedagógico do professor de Geografia, utilizando a sua própria leitura sobre a questão.

Onças vermelhas e amarelas. A ocupação dos cerrados e a dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis - DM

Dimas de Moraes Peixinho

O cerrado é o segundo ecossistema em extensão do Brasil (o primeiro é a Amazônia), que ocupa aproximadamente 25% do nosso território. Diversos povos já usufruíam as riquezas da sua fauna e flora antes da chegada dos europeus à América. Os primeiros povoados na região dos cerrados se formaram a partir das descobertas de ouro e pedras preciosas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Nas últimas três décadas, os cerrados passaram por um processo de transformação que os coloca como a principal área de produção de grãos no Brasil. Essa ocupação se faz a partir de uma agricultura tecnificada que é resultado da expansão do capitalismo no campo brasileiro e foi implantada através dos diversos programas do governo federal que se inicia na década de 60.

Essa ocupação provocou mudanças significativas na dinâmica sócio-espacial da região Centro-Oeste. Para compreender estas mudanças fizemos um

estudo de caso no município de Rondonópolis, em Mato Grosso. Constatamos que a produção camponesa, mesmo sofrendo mudanças em sua área e produção, mantém-se importante, tanto na produção de alimentos, como meio de vida para os camponeses. Por último, ressaltamos que o Movimento dos Sem-Terra, em consequência da política Agrária/Agrícola do governo, está se intensificando na região e hoje já conta com, pelos menos, 12 assentamentos no sul do estado, área em que se localiza o município de estudo.

Interesse econômico e identidade territorial no Rio Grande do Sul - TD

Álvaro Luiz Heidrich

O objetivo do estudo consiste na investigação da postura regionalista gaúcha presente na atualidade. O trabalho procura caracterizar as diferenças entre as características atuais do argumento utilizado e aquelas relativas às origens do regionalismo gaúcho. O tratamento do tema requereu a realização de uma discussão teórico-metodológica, enfocando a relação entre os conceitos de regionalismo e o de região, permitindo tratar o assunto com a abrangência das respectivas disciplinas em que os mesmos constituem modo de compreensão do problema. Resulta desta discussão a caracterização do conceito de interesse econômico como fundamento capaz de explicar posturas regionalistas. Apresenta-se também, uma revisão de natureza histórica, com vistas a contextualizar as origens e a evolução do problema estudado. Segue uma exposição da diferenciação do espaço gaúcho, como distintos espaços de predominância de atividades econômicas e seus respectivos interesses. No capítulo seguinte, tratamos da questão da identidade regional, enfocando também as suas origens e evolução. O tema regionalidade, como se conclui no trabalho, embora não seja o fundamento do argumento regionalista, tem em seu uso, um recurso de construção da legitimidade objetivada por interesses eco-

nômicos setoriais no Rio Grande do Sul. No capítulo final, expõe-se principais argumentos de interesse econômico existentes no Rio Grande do Sul: a pecuária, a agricultura moderna de *grãos*, e a indústria dinâmica. Conclui-se o estudo demonstrando que postura regionalista atual caracteriza-se pela predominância dos argumentos que enfatizam a necessidade de captura do Estado em âmbito regional para alçar o Rio Grande do Sul num projeto de desenvolvimento econômico assentado numa industrialização dinâmica. Em termos conceituais, tanto a postura regionalista antiga como a atual objetivam tornar abrangentes a toda sociedade gaúcha, interesses específicos.

A consolidação do Mercosul: mito e perspectivas de impactos em Mato Grosso do Sul - TD

Claudemira Azevedo Ito

A implementação do Mercosul é acompanhada por grande expectativa. Para muitos setores é entendido como sendo a possibilidade real de redenção de economias regionais e até mesmo nacional.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é procurar entender como está ocorrendo a implementação do Mercosul, considerando as mudanças no panorama da economia mundial; as diversas tentativas anteriores de integração regional; o marco normativo do Tratado de Assunção; o crescimento das relações comerciais intra-Mercosul, ressaltando-se as relações entre Brasil e Argentina. Finalmente como proposta central do trabalho, pretende-se analisar as potencialidades e perspectivas da inserção de Mato Grosso do Sul no âmbito do Mercosul. Para a inserção de Mato Grosso do Sul na dinâmica do Mercosul urge: aumento da geração de energia, melhoria do setor viário, incentivo aos investimentos público e privado e principalmente, a diversificação das atividades, pois sua base de produção é bastante similar a dos parceiros do Mercosul.

As humanidades do cerrado na dialética da festa e do espetáculo - TD

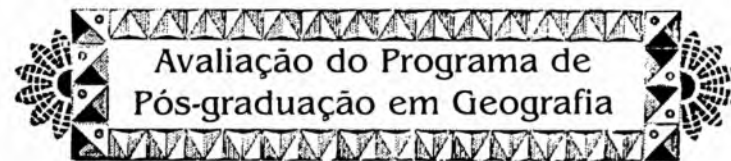
Roosevelt José dos Santos

A análise das lavouras de soja como criadora de paisagens homogêneas permitiu identificar no interior do território brasileiro uma Geografia da soja com possibilidades de várias inscrições de temáticas geográficas. Tomando por base o projeto IIJICA-PRODECER 111 (Japan International Cooperation Agency ou Programa para o Desenvolvimento do Cerrado) descobre-se as estratégias de implantação de grandes lavouras a partir de acordos binacionais entre Brasil e Japão no cerrado mineiro. Descobre-se também que por trás das grandes lavouras está a migração de camponeses (na sua maioria gaúchos), instalação de Cooperativas e de agências bancárias, como do Banco do Brasil. Nessa reocupação e revalorização do cerrado mineiro, em Iraí de Minas, desenvolveu-se rápida desagregação do modo de vida vigente, criando rupturas nas relações, nas propriedades, na cultura e nas instituições, tanto dos produtores mineiros, remanescentes da pecuária extensiva, quanto dos produtores camponeses vindos do Sul do país.

A realidade estudada na perspectiva cultural em Iraí de Minas, no cerrado mineiro, descreve e analisa paisagens e culturas heterogêneas com o objetivo de descobrir pelos sentidos, pelos conteúdos das formas, o universo de relações, de valores, hábitos, costumes criados, transformados e adaptados nas e pelas lavouras de soja e nas e pelas fazendas de gado leiteiro.

A festa foi então uma categoria teórica central da pesquisa, através dela se indagou a respeito da humanidade do homem.

Desse modo, e em compensação não se operou a cultura da sociedade como uma superestrutura autonomizada e ainda por cima auto-explicativa. Procurou-se os nexos daquilo que se denominará cultura nos fundamentos da prática social, no que implica a reprodução material e a reprodução da vida. A cultura vem de dentro atravessa a sociedade, está nos modos de ser.



Avaliação do Programa de
Pós-graduação em Geografia

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA/FFLCH-USP UMA RESPOSTA À COMISSÃO AVALIADORA DA CAPES

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Coordenador do curso de Pós-graduação em
Geografia Humana–Depto.de Geografia-FFLCH/USP

Ana Fani Alessandri Carlos

Vice-Coordenadora do curso de Pós-graduação em
Geografia Humana–Depto.de Geografia-FFLCH/USP

A avaliação da Universidade e do trabalho que aí se realiza é fundamental – disso ninguém duvida. O que se coloca é o “modo” como esta deve ser realizada e, que acreditamos deva se submeter aos objetivos e sentidos do trabalho acadêmico realizado na Universidade. Como não contestamos a necessidade de avaliação das atividades realizadas na Universidade, a discussão recai, necessariamente, sobre o modo como ela se realiza – a partir de parâmetros que vêm confundindo, sistematicamente, forma e conteúdo.

Dar transparência aos procedimentos norteadores do processo avaliatório torna-se necessário, no momento atual onde a imposição de parâmetros capazes de medir uma eventual “competência e quantidade” parecem ter se transformado em “verdades absolutas” e incontestáveis.

Convém insistir que o trabalho que se realiza na Universidade deve antes de tudo estar comprometido com a sociedade como um todo e com o desenvolvimento do conhecimento, onde a pesquisa deva ser capaz de trazer uma contribuição para a análise da realidade brasileira neste final de século, sem subjugar-se a interesses de grupos.

O caminho da pesquisa não é linear nem sempre ou, quase nunca, fácil. A cada dia se inventa e se descobre no plano do conhecimento, ele próprio relativo e aberto às mudanças. Hoje a reflexão sobre a crise dos paradigmas não é nada simples, a reprodução do conhecimento geográfico, revelador do mundo, se impõe apontando novos caminhos à análise. Fatos não negligenciáveis.

A seguir, apresentamos a avaliação realizada pela Comissão referente aos programas de pós-graduação em Geografia Humana FFLCH-USP – Mestrado e Doutorado – e o “recurso” feito pela coordenação do programa enviado à CAPES, que queremos dar transparência. Ele pode ser o indutor de um debate sobre as relações entre a Universidade e as Instituições de Fomento. Mas antes ainda cabe deixar claro nossa perplexidade diante do fato de que a CAPES deu autonomia à Comissão avaliadora para discutir/ampliar os critérios o que parece, **não foi feito**. Este fato, talvez, pudesse ter permitido uma avaliação acadêmica efetiva e, quem sabe trazer elementos significativos para que pudéssemos refletir sobre o nosso trabalho.

CA P E SAvaliação dos
Programas de Pós-
Graduação**DOCUMENTO DE ÁREA**

1998

CA P E S - AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO
BIÊNIO: 1996-1997
ÁREA: GEOGRAFIA
DOCUMENTO DE ÁREA

RELATÓRIO

Em 1997, a Geografia contava com 14 programas de pós-graduação em funcionamento, sendo 4 deles de Mestrado e Doutorado. No período de 1996/1997, foram criados os mestrados da Universidade Estadual do Ceará e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Já recomendados pela CAPES, começam a funcionar, em 1998, os mestrados da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com isto, a Geografia conta, hoje, com 17 programas de pós-graduação. Em comparação com outras áreas, apresenta, ainda, potencial importante para expansão, em especial no caso de doutorado.

Comparando o biênio 1994/1995 com o período 1996/1997, observa-se, de forma geral, o seguinte:

- a) houve melhoria no dimensionamento e na qualificação do corpo docente;
- b) houve melhoria na produção científica dos docentes, mas há necessidade de crescimento ou retomada em alguns Programas;
- c) continua pequena a produção científica dos docentes publicada no exterior;
- d) observa-se uma importante dinamização da produção discente;
- e) houve melhoria na estruturação de linhas e projetos de pesquisa para alguns Programas, mas, para outros, há necessidade de revisão visando uma melhor adequação aos objetivos dos cursos;
- f) permanece grande o número de projetos de pesquisa individuais;
- g) ainda é elevado o tempo médio de titulação de mestrandos e doutorandos, embora tenha havido uma melhoria no período;
- h) houve melhorias, em termos gerais, na infra-estrutura dos Programas; as bibliotecas apresentaram reforço com utilização dos recursos do PROAP.

RECOMENDAÇÕES GERAIS AOS PROGRAMAS

1. os Programas devem evitar nomes de disciplinas que sejam os mesmos das disciplinas da graduação (ou que possam ser tidas como características do ensino de graduação) ou genéricas demais, como é o caso de Geografia da População, Geografia Cultural, Sensoriamento Remoto, Climatologia, Geografia da Agricultura, Pedologia, Biogeografia, Hidrologia, Geografia Agrária: conceitos básicos;
2. muitos Programas deveriam buscar a atualização, tanto da área de concentração, quanto das linhas de pesquisa, procurando adequá-las à dinâmica da ciência e da sociedade;
3. os Programas deveriam realizar uma análise rigorosa de suas estruturas curriculares, excluindo delas disciplinas não ministradas há muito tempo ou linhas de pesquisa que já não tenham mais produção, para que a proposta do Programa reflita exatamente sua operacionalidade e possa servir de informação segura para os eventuais candidatos;
4. é necessária a busca de uma maior eficiência de alguns Programas, diminuindo o tempo médio de titulação que, atualmente, gira em torno de 60 meses para o mestrado;
5. os Programas não devem descuidar da manutenção e atualização da infra-estrutura de laboratórios já instalada;
6. deveria ser incrementado o intercâmbio com o exterior, ausente em muitos cursos, bem como ampliar o intercâmbio entre os Programas, por meio de convênios de ensino e pesquisa;
7. os Programas deveriam avaliar, através da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE -, a oportunidade da instituição de uma revista nacional que expressasse a produção científica da área, com padrões compatíveis com sua importância;
8. deveria haver maior cuidado no fornecimento das informações que, em muitos casos, chegou incompleta e/ou incorreta, dificultando a avaliação.

RECOMENDAÇÕES GERAIS À CAPES

1. Considerando que o sucesso e a qualidade de um curso de pós-graduação estão, em grande parte, associados à excelência dos recursos bibliográficos colocados à sua disposição; considerando ainda, que as Universidades passam por sérias restrições

CAPES

Avaliação dos
Programas de Pós-
Graduação

DOCUMENTO DE ÁREA

1998

orçamentárias, seria de fundamental importância que os recursos destinados pela CAPES aos Programas pudessem continuar a ser utilizados para aquisição de material bibliográfico (pelo menos livros), para melhoria e/ou atualização de acervos.

2. Considerando que a Geografia, embora enquadrada como Ciência Humana, tem aspectos que a colocam ao lado das Geociências, e, por isso, a fazem necessitar de laboratórios específicos, como os de Sensoriamento Remoto, Sistemas de Informação Geográfica, Climatologia, Solos, Geomorfologia, urge que seja revista sua classificação quanto ao seu peso para cálculo da alocação de recursos da CAPES, visto que, para os programas, é imprescindível instalar, manter e melhorar estes laboratórios, bem como dispor de recursos para permitir aos alunos a realização de trabalhos de campo que, em grande parte dos casos, são condição "sine qua non" para execução das teses e dissertações.

3. Considerando que foi fundada, e funciona desde 1993, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia ANPEGE -, que congrega todos os Programas de Geografia do país, é importante que a CAPES passe a considerá-la como uma instância de consulta e interlocução nos assuntos relativos à pós-graduação e que apoie a ANPEGE nas iniciativas de congregação dos Programas para discussão dos problemas da área e propostas de políticas ou diretrizes gerais.

AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Avaliando o processo de avaliação, a comissão considera o seguinte:

1. a importância da informatização do processo, que permitiu a reunião de uma grande variedade e quantidade de indicadores;
2. o funcionamento do sistema, com boa performance e facilidade de interação com os usuários;
3. o trabalho da comissão teria sido facilitado se esta tivesse recebido, logo na manhã do primeiro dia, todas as informações de que necessitava para começar as análises, ou seja, um exemplar completo do relatório de cada Programa;
4. como isto não ocorreu, houve dispêndio de muito tempo para a localização das informações, quer acessando diretamente o sistema, quer com o auxílio do pessoal de apoio, por sinal solícitos e atenciosos, mas que tiveram que enfrentar a demanda de todos os grupos, em curto espaço de tempo;
5. o modelo de avaliação formulado levou à especificação de um número mínimo de quesitos para cada item avaliado. Na prática, muitos deles se mostraram pouco discriminadores e, portanto, sem significação para o processo de avaliação. Assim, a comissão sugere que, imediatamente após o término do presente processo, a CAPES realize uma discussão sobre o modelo e os quesitos de avaliação;
6. a atualização do quadro de Indicadores de Funcionamento e Desempenho seria de grande auxílio na elaboração da síntese evolutiva dos Programas;
7. embora seja absolutamente necessário garantir um núcleo de referência docente consistente, com vinculação contratual às instituições que mantêm os Programas e razoável dedicação a eles, a participação de professores aposentados nos Programas deveria ser estimulada, para que não se perca o lastro de experiência e conhecimento acumulado por esses docentes, a orientação segura e mais diversificada e sua contribuição à produção científica dos Programas. A ênfase na utilização de índices exclusivos tendo por base SP/CLT, pode levar os Programas a uma atitude de exclusão desses profissionais, já que, da maneira como estão colocados os índices, referenciados ao NRD, acabam por penalizar os Programas que contam com esta colaboração.



DOCUMENTO DE ÁREA

199

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

Áreas Básicas

GEOGRAFIA
GEOGRAFIA HUMANA

Comissão de Avaliação - Consultores

SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA - UFBA - BA - (Coordenador)

LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GERARDI - UNESP/RC - SP

LUIZ FERNANDO SCHEIBE - UFSC - SC

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA - UFRJ - RJ

NILSON CORTEZ CROCIA DE BARROS - UFPE - PE

Brasília, maio/junho de 1998.

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

IBB	UF	Programa	Níveis	Conceit.
UECE	CE	22003010008P3 GEOGRAFIA	M	3
UFPE	PE	25001019018P4 GEOGRAFIA	M	4
UFSE	SE	27001018001P2 GEOGRAFIA	M	4
UFBA	BA	28001010032P1 GEOGRAFIA	M	4
UFRJ	RJ	31001017024P4 GEOGRAFIA	M/D	6
UFMG	MG	32001010037P1 GEOGRAFIA	M	4
UFU	MG	32006012010P8 GEOGRAFIA	M	4
PUC/MG	MG	32008015003P4 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL	M	4
USP	SP	33002010034P1 GEOGRAFIA (GEOGRAFIA FÍSICA)	M/D	5
USP	SP	33002010035P8 GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	M/D	4
UNESP/PP	SP	33004129042P3 GEOGRAFIA	M/D	5
UNESP/RC	SP	33004137004P0 GEOGRAFIA	M/D	6
UEM	PR	40004015012P0 GEOGRAFIA	M	3
UFSC	SC	41001010016P3 GEOGRAFIA	M	5
UFRGS	RS	42001013065P3 GEOGRAFIA	M	3
UFG	GO	52001018012P5 GEOGRAFIA	M	4
UNB	DF	53001010043P4 GEOGRAFIA	M	3

CAPES Avaliação dos
Programas de Pós-
Graduação

CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

1998

Questões	Pesos
I Proposta do Programa ¹⁾	0
II Corpo Docente	20
III Atividades de Pesquisa	20
IV Atividades de Formação	15
V Corpo Discente	10
VI Teses e Dissertações	15
VII Produção Intelectual	20
Soma dos Pesos ²⁾	100,0

¹⁾ O quesito Proposta do Programa não recebe ponderação específica.

²⁾ Os pesos dos quesitos II a VII devem situar-se entre 5 e 30, inclusive.

³⁾ A soma dos pesos dos quesitos II a VII deve ser igual a 100.

PONDERAÇÃO DOS ÍTENS

I - Proposta do Programa

a. Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

Coerência e consistência da Proposta do Programa.

Adequação e abrangência das Áreas de Concentração relativamente à Área Básica do Programa.

Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração e nível dos cursos.

Interdisciplinaridade: Áreas Afins

Efeito multiplicador: proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.

Adequação dos requisitos de titulação em relação ao nível dos cursos.

b. Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens ¹⁾	Pesos ²⁾
1 Coerência e consistência da Proposta do Programa.	25
2 Adequação e abrangência das Áreas de Concentração.	25
3 Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa à Proposta do Programa	25
4 Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.	25
5	xx
6	xx

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Os itens deste quesito não recebem ponderação específica.

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

PERFIL DE EXCELÊNCIA

Referência de excelência adotada pela Comissão para sua Área de Avaliação. Conjunto de características e de requisitos de desempenho exigidos de um Programa para que lhe seja atribuído o conceito máximo.

Ver documento de área.

Áreas Básicas

GEOGRAFIA
GEOGRAFIA HUMANA

Comissão de Avaliação – Consultores

SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA - UFBA - BA - (Coordenador)

LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GERARDI - UNESP,RC - SP

LUIZ FERNANDO SCHEIBE - UFSC - SC

MARCELO JOSE LOPES DE SOUZA - UFRJ - RJ

NILSON CORTEZ CROCIA DE BARROS - UFPE - PE

Brasília, maio/junho de 1998.

PONDERAÇÃO DOS QUESITOS

CA P E S	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	
1998	

II - Corpo Docente

a. Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

▷ **Corpo Docente**

Composição: SP/CLT, professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros docentes.
Vínculo com IES e dedicação ao Programa: regime de trabalho e percentual de atuação.
Núcleo de Referência Docente - NRD6: dimensão relativa ao total de docentes.
Professores Visitantes: intercâmbio.
Bolsistas Recém-Doutores: renovação.
Outros docentes: dependência de docentes não pertencentes ao NRD6.
Atuação: tipos de participação.

▷ **Núcleo de Referência Docente - NRD6:**

Qualificação: nível e origem da titulação formal; tempo de titulação; experiência.
Abrangência: áreas de atuação relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa.
Atuação: tipos de participação.

▷ **Pesquisadores e Outros Participantes**

Dimensão relativa à dimensão do NRD6.
Qualificação: nível e origem da titulação formal; tempo de titulação; experiência.
Atuação: tipos de participação.

b. Síntese da avaliação: Pesos dos Itens.

Itens ¹⁾	Pesos ²⁾
1 Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação.	35
2 Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa.	25
3 Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do NRD6.	10
4 Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes.	30
5	
6	
Soma dos Pesos³⁾	100,0

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.

³⁾ A soma dos pesos deve ser igual a 100.

CA P E S	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	
1998	

III - Atividades de Pesquisa

a. Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

Adequação das Linhas e Projetos de Pesquisa a Proposta do Programa.
Abrangência das Linhas e Projetos de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.
Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.
Quantidade de Projetos de Pesquisa em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.
Participação do corpo docente nos Projetos de Pesquisa.

b. Síntese da avaliação: Pesos dos Itens.

Itens ¹⁾	Pesos ²⁾
1 Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.	30
2 Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.	25
3 Adequação da quantidade de Linhas e Projetos de Pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.	25
4 Participação do corpo docente nos Projetos de Pesquisa.	20
5	
6	
Soma dos Pesos³⁾	100,0

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.

³⁾ A soma dos pesos deve ser igual a 100.

CAPES

Avaliação dos
Programas de Pós-
Graduação

CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

1998

IV - Atividades de Formação

a) Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

◇ Estrutura Curricular

Adequação à Proposta do Programa.
Abrangência em relação às Áreas de Concentração do Programa.

◇ Disciplinas ministradas no Ano-Base

Abrangência em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.
Quantidade em relação à dimensão do NRD6.

◇ Carga Docente

Carga horária média do NRD6.
Participação no ensino de graduação.
Distribuição da carga horária entre os docentes.
Participação de professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros docentes

◇ Orientação:

Orientação de discentes de graduação e de pós-graduação.
Número médio de orientandos do NRD6.
Participação de outros docentes-orientadores.
Distribuição da orientação entre os docentes.

b) Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens ¹⁾	Pesos ²⁾
1 Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa	30
2 Distribuição da carga letiva e carga horária média. Participação de outros docentes.	20
3 Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente.	20
4 Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação.	10
5 Recursos de biblioteca, laboratórios e informática	20
6	
Soma dos Pesos³⁾	100,0

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.²⁾ Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.³⁾ A soma dos pesos deve ser igual a 100.

CAPES

Avaliação dos
Programas de Pós-
Graduação

CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

1998

V - Corpo Discente

a) Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

◇ Fluxo de Alunos na Pós-Graduação:

Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.
Número médio de alunos por disciplina ministrada.
Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.
Número de titulados em relação à dimensão do corpo discente.
Proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.

◇ Discentes-Autores:

Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente.
Participação de discentes-autores da graduação.
Tipos de participação.

b) Síntese da avaliação. Pesos dos Itens

Itens ¹⁾	Pesos ²⁾
1 Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.	20
2 Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.	20
3 Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.	40
4 Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente [e participação de discentes-autores da graduação]	20
5	
6	
Soma dos Pesos³⁾	100,0

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.²⁾ Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.³⁾ A soma dos pesos deve ser igual a 100.

CAPES	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	
1998	

VI - Teses e Dissertações

a Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

◊ **Titulações:**

Vínculo com Projetos e Linhas de Pesquisa e Áreas de Concentração.
Adequação ao nível do curso.
Qualificação das Bancas Examinadoras e número médio de examinadores.
Tempo médio para titulação, considerados os bolsistas e não-bolsistas.
Tempo médio para titulação de bolsistas em relação ao tempo médio de bolsa.

> **Orientação:**

Número de titulados em relação à dimensão do NRD6.
Distribuição de titulados entre orientadores do NRD6.
Número de orientadores em relação à dimensão do NRD6.
Participação de professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros orientadores.

b Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens ¹⁾	Pesos ²⁾
1 Vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa; adequação ao nível dos cursos.	30
2 Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas.	30
3 Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes.	20
4 Qualificação das Bancas Examinadoras. Participação de membros externos.	20
5	
6	
Soma dos Pesos ³⁾	100.0

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.

³⁾ A soma dos pesos deve ser igual a 100.

CAPES	Avaliação dos Programas de Pós- Graduação
CRITÉRIOS DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	
1998	

VII - Produção Intelectual

a Itens de avaliação, dentre outros que a Comissão julgar apropriados.

◊ **Produção:**

Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa.
Vínculo aos Projetos e Linhas de Pesquisa e às Áreas de Concentração.
Vínculo com Teses e Dissertações.
Qualidade dos veículos ou meios de divulgação ou apresentação.
Regularidade da produção.

◊ **Autoria:**

Quantidade em relação à dimensão do NRD6.
Distribuição da autoria da produção entre os docentes do NRD6.
Produção de professores visitantes, bolsistas recém-doutores e outros docentes.
Produção de discentes-autores.

b Síntese da avaliação. Pesos dos Itens.

Itens ¹⁾	Pesos ²⁾
1 Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações.	20
2 Qualidade dos veículos ou meios de divulgação.	30
3 Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes.	30
4 Autoria ou co-autoria de docentes.	10
5 Veículo de divulgação associado	10
6	
Soma dos Pesos ³⁾	100.0

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Os pesos dos itens 1 a 4 devem ser maiores ou iguais a 5. Havendo conteúdos nos itens 5 e 6, seus pesos devem ser maiores ou iguais a 5.


³⁾ A soma dos pesos deve ser igual a 100.

RECURSO

Interessado: Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Geografia Humana FFLCH USP

Assunto: Avaliação CAPES 1996/1997

Em função dos resultados apresentados pela Comissão de Avaliação da CAPES referentes ao período 1996/1997, esta Coordenação solicita, baseando-se nos argumentos enumerados a seguir, pedido de revisão do conceito final atribuído a este programa, tendo como objetivo precípuo uma avaliação sustentada na análise do trabalho acadêmico realizado neste Departamento.

	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Avaliação dos Programas de Pós-Graduação
		199

Período: 1996/1997

Área de Avaliação: GEOGRAFIA

Programa: (33002G10035P8) GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)

Instituição: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, USP, SP

Cursos		Início	Dados disponíveis na	
			Coleta de Dados	
mestrado	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	1971	1996	1997
doutorado	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	1971	1996	1997

Comissão de Avaliação - Consultores

SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA - UFBA - BA - (Coordenador)

LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GERARDI - UNESP/RC - SP

LUIZ FERNANDO SCHEIBE - UFSC - SC

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA - UFRJ - RJ

NILSON CORTEZ CROGIA DE BARROS - UFPE - PE

Brasília, maio/junho de 1998.

QUESITOS

I - Proposta do Programa

a) Síntese da avaliação

Itens ¹⁾	Avaliação ²⁾
1. Coerência e consistência da Proposta do Programa.	Adequado
2. Adequação e abrangência das Áreas de Concentração.	Adequado
3. Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa à Proposta do Programa	Adequado
4. Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.	Adequado
5.	
6.	
Comissão	Adequado

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Atributos: Adequado, Inadequado.

b) Apreciação.

1. Quanto ao item I Proposta do Programa

O Mestrado e o Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana foram considerados "adequados" o que certamente garante que eles são portadores de coerência e consistência no que se refere à proposta do Programa; apresentando adequação e abrangência das Áreas de concentração e das linhas de pesquisas à proposta e possuem, proporcionalidade de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.

Este conceito "adequado" revela que o Programa está, na avaliação da Comissão, dentro dos parâmetros gerais que a CAPES e ela própria determinou. Convém ressaltar que a proposta do programa, no que tange à atualização dos temas em vista das tendências da ciência tem sido fortalecida pela troca de informações com outras instituições nacionais e do exterior seja através da recepção de alunos de outras áreas do país, seja pela realização de eventos temáticos nacionais e internacionais, e da frequência de membros dos corpos docente e discentes a eventos promovidos por outras instituições no Brasil e fora dele, seja ain-

da pela realização de cursos sob responsabilidade de professores convidados.

Ressalte-se no que diz respeito à frequência a eventos científicos, a política recentemente adotada e posta em prática graças às taxas acadêmicas CAPES, e de bancada CNPq, de subsídios financeiros parcial para possibilitar a participação do corpo discente em eventos nacionais, como o recente Encontro Nacional de Geógrafos da AGB (1996 Recife), ou internacionais como o 6º Encontro Latino-americano de Geógrafos (Buenos Aires - 1997). Tal prática refletiu-se no aumento da produção científica do programa patente no presente relatório.

II - Corpo Docente

a. Síntese da avaliação.

Itens ¹	Pesos	Avaliação ²
1 Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação.	36	Muito Bom
2 Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa.	25	Bom
3 Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do NRD6.	10	Muito Bom
4 Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes.	30	Muito Bom
5		
6		
Comissão		Muito Bom

¹ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.
² Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

b. Apreciação

Houve redução no número de docentes vinculados de forma integrada ao Programa.

1. Quanto ao item II Corpo Docente

A Comissão atribuiu avaliação máxima "muito bom" para três sub-itens avaliados, sendo que para um quarto sub-item, referente à "Dimensão NRD6" relativamente ao corpo docente, auferiu a avaliação "Bom" e apresentando como argumento a apreciação "Houve redução no número de docentes vinculados de forma integrada ao Programa"

Com relação a esta avaliação lembramos à Comissão que, conforme o Relatório de 1995, o NRD6 do Programa continha 27 orientadores. Já no relatório 96/97 este número passou para 24, ou seja, uma redução, segundo critério CAPES. É pertinente acrescentar que este critério foi criticado pela Comissão na "Avaliação da Avaliação" de 11% da NRD6.

Como consta do Relatório 96/97, esta redução deveu-se às aposentadorias dos Professores Doutores Milton Santos, Armando Corrêa da Silva e Maria Adélia de Souza. Entretanto, como pode ser comparado pelo Relatório, a redução mencionada no NRD6, não ocorreu na prática, pois os professores que se aposentaram continuam atuando integralmente no Programa. Assim, no auge de suas carreiras intelectuais continuam a dar suas contribuições ao curso, como pode ser visto no item referente às defesas, estes três orientadores levaram à defesa quatro (4) mestres e quatro (4) doutores. Eles somados aos outros quatro professores aposentados levaram à defesa um total de seis (6) mestres e seis (6) doutores, o que revela que, na média, estes professores aposentados têm uma produtividade praticamente igual aos docentes do NRD6.

Cabe reforçar o argumento que os professores aposentados dedicam-se agora, integralmente, à Pós-Graduação e à pesquisa, e portanto, na realidade cotidiana do Programa não houve redução geral de orientadores.

Assim, o Programa continua a contar com a colaboração de fato e de direito dos trinta e um (31) orientadores todos ativamente envolvidos no trabalho de orientação do mestrado e do doutorado.

Embora recebendo esta avaliação "bom", que julgamos de fato improcedente, a avaliação global da Comissão para este item II foi "muito bom", o que vale dizer que o Programa recebeu avaliação máxima.

III - Atividades de Pesquisa

a Síntese da avaliação.

Itens ¹⁾	Pesos	Avaliação ²⁾
1 Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.	30	Bom
2 Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.	25	Muito Bom
3 Adequação da quantidade de Linhas e Projetos de Pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.	25	Muito Bom
4 Participação do corpo discente nos Projetos de Pesquisa.	20	Fraco
5		
6		
Comissão		Bom

Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.
 1) Atributos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente.

b) Apreciação.

Algumas linhas de pesquisa são muito genéricas, repetindo nomes de disciplinas, como é o caso de Cartografia e Geografia Urbana, sendo conveniente uma melhor especificação. A linha de pesquisa Cartografia destoa das outras linhas e da Área de Concentração. Sugere-se o estudo da possibilidade de proposta de uma Área de Concentração em Cartografia, juntamente com as linhas de pesquisa correlatas do Programa de Geografia Física. A baixa participação do corpo discente nos projetos de pesquisa precisa ser corrigida.

3. Quanto ao item III Atividades de Pesquisas

A avaliação atribuída foi máxima para os sub-itens "Vínculos entre linhas e projetos de pesquisa" e adequação da quantidade de linhas e projetos de pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6"

Quanto à avaliação do sub-item 1 - "Adequação e abrangência dos projetos e linhas de pesquisa em relação às Áreas de Concentração", recebeu conceito "bom" e a justificativa da Comissão foi que "algumas linhas de pesquisa são genéricas, repetindo nomes de disciplinas como é o caso de Cartografia e Geografia Urbana, sendo conveniente uma melhor especificação. A linha de pesquisa de Cartografia destoa das outras linhas e da Área de Concentração. Sugere-se o estudo da possibilidade de proposta de uma Área de Concentração em Cartografia, juntamente com as linhas de pesquisa correlatas do Programa de Geografia Física"

Em primeiro lugar, consideramos que a Comissão não foi justa ao atribuir para este sub-item a avaliação "bom" pois, as "críticas" (que contra-argumentamos em seguida) foram dirigidas a duas (2) linhas de pesquisa apenas. Como o relatório informa, o Programa possui dezesseis (16) linhas de pesquisa, o que quer dizer que apenas 12,5% do total foi passível de críticas, enquanto que 87,5% das linhas

de pesquisa do programa não o foram. Assim, julgamos que pelo critério quantitativo, a avaliação "bom" deveria ser revista.

Em segundo lugar, no que se refere ao conteúdo, lembramos que a Área de Concentração do Programa é "Geografia Humana" e ao que tudo indica a análise da Comissão quanto às linhas de pesquisa não levou em consideração que as linhas chamadas de "genéricas" são ramos consolidados do conhecimento Geográfico constante dos manuais epistemológicos de nossa ciência. E mais do que isso, elas se devem ao fato de que importantes geógrafos brasileiros, como por exemplo o Prof. Dr.

Milton Santos, trabalham em Geografia Urbana com teoria e método. Portanto, as linhas de pesquisa podem também ser, na visão dos Orientadores dos Programas, genéricas, pois elas devem englobar um número significativo de temáticas que se articulam, necessariamente, a partir de uma "vertente teórico-metodológica" - esta sim bem delimitada pelo corpo docente a partir do encaminhamento da pesquisa. Acreditamos que as limitações temáticas, como consequência do processo de especialização do conhecimento, limitam a possibilidade de emergência de novos caminhos de análise imposta pela dinâmica das transformações espaciais.

Assim, "Geografia Urbana" enquanto linha de pesquisa, aponta para o fato de que o fenômeno urbano é múltiplo e complexo, e nos coloca hoje como perspectiva vários caminhos temáticos que precisam ser analisados como por exemplo, as novas formas de comércio, a dinâmica da morfologia, as transformações da indústria, o cotidiano. É no conjunto desses aspectos que o fenômeno urbano ganha sentido. E é a perspectiva teórico-metodológica que os une. Portanto a linha "Geografia Urbana" se impõe não como generalidade, mas como "possibilidade analítica" neste caso, entendemos que a Comissão tomou o plano formal pelo conteúdo.

Quanto à necessidade de se criar uma área de Concentração em Cartografia, é uma decisão que se toma em função do desenvolvimento da ativida-

de de pesquisa. No DG-USP não se trabalha abstratamente com a Cartografia, mas em sua relação com a Geografia Física e com a Geografia Humana, o que torna a pesquisa em Cartografia menos técnica e mais acadêmica. É o processo de pesquisa que cria as possibilidades, dessa forma de se chegar a uma nova Área de Concentração de um processo baseado no resultado das investigações que se desenvolve.

Assim, esperamos que a Comissão perceba a improcedência acadêmica dos comentários e reveja a avaliação “bom” aplicada neste sub-item.

Já com relação ao sub-item 4 “Participação do Corpo Docente nos Projetos de Pesquisa” avaliado como “fraco” com o comentário “A baixa participação do Corpo Docente nos Projetos de Pesquisa precisa ser corrigida” entendemos que devemos esclarecer à Comissão que o mesmo também não procede. O Relatório 96 revela a sua presença, pois mais de cinquenta e quatro (54) alunos estão presentes nas informações docentes. Como os projetos de pesquisa em andamento em 1997 são os mesmos, é praticamente óbvio que estes alunos continuam presentes, embora por um lapso as suas presenças tenham sido omitidas no Relatório de 1997.

De qualquer forma, julgamos que estes argumentos são suficientes para que a Comissão reveja a avaliação para este sub-item.

Assim, baseados nos argumentos e justificativas, solicitamos seja também revista e alterada a avaliação final da Comissão “bom” pois as penalizações improcedentes dos sub-itens 1 e 4, permitem que a avaliação geral seja também mudada. Esta necessidade pode ser verificada no conjunto das avaliações que a própria Comissão emitiu, pois o sub-item 4 - “Atividades extras e de orientação nos cursos de graduação” o sub-item 4 do item IV Atividades de Formação a avaliação, para nós, também improcedente foi “regular”.

IV - Atividades de Formação

a. Síntese da avaliação.

Itens ¹	Pesos	Avaliação ²
1 Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.	30	Muito Bom
2 Distribuição da carga letiva e carga horária média. Participação de outros docentes.	20	Muito Bom
3 Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente.	20	Regular
4 Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação.	10	Regular
5 Recursos de biblioteca, laboratórios e informática	20	Muito Bom
6		
Comissão		Bom

¹ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.
² Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

b. Apreciação.

O número de orientandos de pós-graduação por orientador é excessivamente elevado, enquanto que a orientação de alunos de graduação tem sido pouco dinâmica, sendo desejável maior equilíbrio entre as duas.

4. Item IV Atividades de Formação

Foi atribuída para os sub-itens 1, 2 e 5 a avaliação máxima “muito bom”. Entretanto, para o sub-item 3, “Quantidade de orientadores do NRD6 relativo à dimensão do corpo docente, distribuição da orientação entre os docentes, e número médio de orientandos por docente” foi atribuída avaliação “regular” com a seguinte apreciação: “O número de orientandos de Pós-Graduação por orientador é excessivamente elevado”...

Em primeiro lugar, a quantidade de orientadores do NBR6 relativa à dimensão do corpo docente representa 77,4% enquanto que orientadores aposentados alcança, apenas 22,6%. Ressalve-se aqui, também, o argumento já apresentado anteriormente de que os orientadores aposentados dedicam-se, exclusivamente, à Pós-graduação.

Em segundo lugar, quanto à distribuição de orientandos entre os docentes, é preciso ressaltar à Comissão, conforme presente no Relatório, que há entre os orientadores no NRD6 um total de cinco (5) que pelo Regulamento da Pós-graduação da FFLCH-USP, orientam apenas no mestrado, e por isso o número máximo é menor. É também Regulamento da FFLCH-USP que determina o número máximo de orientandos por orientador em 13. Devemos esclarecer também que pelo Regulamento, o Coordena-

dor da Área deve ficar responsável por todos os orientandos que tenham conflitos com seus orientadores e estejam em mudança de orientação. Outro fato a ser esclarecido ainda neste sub-item é que como o ingresso na Pós-graduação na FFLCH-USP se faz semestralmente, e que o número total de alunos no ano, face o balanço entrada e defesas pelos orientadores, pode superar no geral 13.

Em terceiro lugar, o número médio de orientandos por docentes em termos gerais, em 1996 e 1997, foi de 4,6 para o mestrado e 5,5 para o Doutorado, o que equivaleu no período em número médio total de 10 orientandos por docente. Do número total de docentes, em 1996, dezoito (18) orientadores levaram orientandos à defesa, conforme revela o Relatório. Em 1997 esse número subiu para vinte e cinco (25) ou seja, 81% dos orientadores levaram alunos à defesa. Entre eles estavam presentes todos os docentes aposentados, como demonstração de vitalidade acadêmica.

Em quarto lugar, é necessário frisar, no mínimo, que estranhamos o comentário sobre o número de orientandos da Pós-graduação por orientador considerado "excessivamente elevado", pois nos critérios referentes anexos à Avaliação não há menção alguma a um número padrão. Além disso, é bom alertar a Comissão que o número de orientandos por orientador que o Programa adota é limite máximo, e cabe aos orientadores atingi-lo ou não. Aqueles que o atingem têm traduzido o trabalho de orientação em dissertações e teses que se pautam mas sobretudo pela qualidade, pela quantidade reconhecida nacional e internacionalmente.

Em quinto lugar, para se considerar o número de orientandos por orientador excessivo, é necessário a avaliação do conteúdo dos trabalhos de pesquisa.

Nós achamos que 13 orientandos por orientador é um número elevado, e há muito tempo consideramos isso, só que não se pode confundir quantidade com qualidade, o que ocorre é que em nome da manutenção da excelência estamos com um volume de trabalho excessivo, o que certamen-

te a qualidade não aponta para a perda de como pode ser comprovada pela leitura dos trabalhos.

Assim, a avaliação negativa deste item é no mínimo precipitada e simplista sem a consideração do seu conteúdo. Qualquer consideração do número sem sua necessária correlação com o conteúdo é abstrata e subjetiva.

Qual é a correlação entre aumento de alunos titulados e aumento do número de alunos matriculados? Para a Comissão é negativo. Por que? Se os alunos estão produzindo suas pesquisas, defendendo seus trabalhos, o que isso pode ter de negativo? Talvez nosso relatório não tenha deixado claro que nosso método de trabalho em pesquisa/orientação seja "competente" o suficiente para podermos orientar um número "excessivo" de alunos.

Dessa forma, parece que a Comissão resolveu punir o Programa porque os professores-orientadores trabalham além do limite que a Comissão acha que os docentes deveriam trabalhar. É no mínimo estranho que neste final de século alguém possa ser punido por trabalhar demais.

Insistimos no sentido de que a Comissão reveja a avaliação "regular" para este sub-item, pois, o número de orientandos por orientador não é critério sozinho para avaliar a qualidade da pesquisa realizada no Departamento de Geografia - USP e reconhecida - no plano acadêmico - nacional e internacionalmente. O banco de teses e as publicações de livros e de revistas em todo o país testemunham a qualidade da pesquisa na Geografia da USP.

Já quanto à avaliação "regular" atribuída ao sub-item 4 "Atividade letivas e de orientação nos cursos de graduação" acreditamos que a Comissão cometeu outro equívoco, pois como pode ser observado no Relatório 96/97, todos os docentes do NRD6 ministram aulas no curso de Graduação do DG-USP. Aliás, é bom informar a Comissão que neste Departamento é obrigatório todos os docentes (independente da titulação) ministrarem disciplinas de Graduação. Este registro, tudo indica, passou despercebido pela Comissão em sua análise dos Relatórios.

Também, ainda em relação a este sub-item 4, cabe retomar argumentos já utilizados no item III, pois o Relatório de 96 que por exemplo, registra a presença de 54 discentes orientados pelos docentes do NRD6.

Aproveitamos também para esclarecer a Comissão que em nosso curso de Graduação o Trabalho de Graduação Individual (TGI) é requisito para a formatura do aluno o que significa que os professores (todos: aposentados ou não) orientam tanto alunos do pós-graduação quanto de graduação e há, em muitos casos, um trabalho onde alunos de graduação e pós-graduação participam das mesmas atividades juntos (colóquios, reuniões de pesquisa) principalmente nos laboratórios. Há também publicações, no Departamento, que revelam essa dinâmica.

Informamos também, complementarmente, que a disciplina Iniciação à Pesquisa é igualmente obrigatória no currículo de graduação de nosso curso o que demonstra que este Departamento já há mais de 20 anos tem no desenvolvimento da orientação discente para a pesquisa um de seus pilares, o que certamente tem garantido a formação de nossos alunos. Além do que conforme consta de nosso Relatório 1996, "as melhorias de condições de infra-estrutura e de equipamentos da pós-graduação agregadas as demais condições oferecidas pelo departamento, tem contribuído para a melhoria de qualidade do ensino de graduação. Exemplo disso, foi a montagem da Sala de Aula de Microinformática, e da Sala de pesquisa em geo-informação, ambas montadas basicamente com recursos destinados a pós-graduação, como também é o caso da contribuição ao melhor aparelhamento dos laboratórios departamentais. Há a apontar, sobretudo a aprovação do Projeto Departamental para o programa PET, a realização de excursões com participação de alunos de iniciação científica.

A ressaltar, o apoio do programa à revitalização da Biblioteca, seção Geografia-História, e a criação de ambientes de estudo, que significam gran-

de apoio ao desenvolvimento de estudos por parte de graduandos e pós-graduandos. Também a realização e apoio à participação em eventos científicos tem tido excepcionais resultados para a integração em pauta"

Assim, pedimos à Comissão que reveja a avaliação "regular" atribuída a este sub-item e o comentário feito de que "a orientação de alunos de graduação tem sido pouco dinâmica, sendo desejável maior equilíbrio entre as duas"

Também como consequência das colocações feitas, entendemos ser necessário que a Comissão reveja igualmente a avaliação geral "bom" emitida para este item IV, para que no mínimo se faça justiça aos fatos, o que, temos certeza é de há muito tempo de conhecimento de todos (inclusive dos membros da própria Comissão).

V - Corpo Discente

a. Síntese da avaliação:

Itens ¹⁾	Pesos	Avaliação ²⁾
1 Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.	20	Muito Bom
2 Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.	20	Muito Bom
3 Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.	40	Bom
4 Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente [e participação de discentes-autores da graduação].	20	Muito Bom
5		
6		Muito Bom

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Atributos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente.

b. Apreciação:

5. Item V Corpo Discente

A avaliação da Comissão para os sub-itens 1, 2 e 4 foi "muito bom" ou seja, conceito máximo. Mas para o sub-item 3 "numero de titulados e proporção de desistência e abandonos em relação à dimensão do corpo discente" a avaliação foi "bom"

Também aqui apresentamos argumentos que talvez tenham passado despercebidos pela Comissão. O Programa do Mestrado em Geografia Humana tituló em 96/97 quarenta e quatro (44) mestres, enquanto que o número de abandono foi de onze (11),

ou seja, alcançou uma relação de 80% titulados contra 20% de abandono. O Programa de Doutorado alcançou a mesma proporção com trinta e um titulados (31) e oito (8) abandonos. Entretanto, a relação entre o abandono e o número total dos alunos mostra que este percentual é baixo, ou seja, 4,2% no mestrado em 1996, e 3,5% para 1997, no doutorado a relação é de 2,1% em 1996 e 3,5% em 1997.

Desta forma, o conceito deve ser repensado.

De qualquer forma, parece que o conceito geral "muito bom" para o conjunto do item V, revela a realidade de nosso corpo docente.

VI - Teses e Dissertações

a. Síntese da avaliação

Itens ¹⁾	Pesos	Avaliação ²⁾
1 Vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa; adequação ao nível dos cursos.	30	Muito Bom
2 Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas.	30	Regular
3 Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes.	20	Regular
4 Qualificação das Bancas Examinadoras. Participação de membros externos.	20	Muito Bom
5		
6		
Comissão		Bom

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

Apreciação.

O tempo médio de titulação deve ser reduzido, tanto para Mestrado, como para Doutorado.

6. Item VI - Teses e Dissertações

O Programa recebeu neste item VI para os sub-itens 1 e 4 a avaliação "muito bom" Mas para os sub-itens 2 e 3 a avaliação foi "regular" e comentário apresentado foi "o tempo médio de titulação deve ser reduzido, tanto para o Mestrado como para o Doutorado"

Com relação ao sub-item relativo ao tempo médio de titulação cabe esclarecer que ele é de em média cinco anos e meio para o mestrado e para o doutorado. O que responde corretamente ao regulamento da FFLCH-USP, que até o ano passado admitia como prazo o máximo cinco anos com possibilidade de 1 ano de trancamento justificado, tanto para o Mestrado como para o Doutorado decisão essa

baseada em critérios estritamente acadêmicos pois não se pode definir critérios para o desenvolvimento de pesquisas em ciências humanas "mesma régua" que aqueles das ciências exatas.

Sobre o tempo médio de titulação, cabe uma reflexão: a "velocidade" não é um quesito acadêmico o tempo de formação é um outro tempo e envolve muita reflexão, amadurecimento para a análise - o objetivo da pós-graduação não pode ser reduzido a realização de uma dissertação ou tese, mas deve ter como objetivo mais amplo a "construção do pensamento geográfico que dê conta da análise da realidade brasileira e mundial" Portanto a preocupação com a qualidade é evidente, não se pode diminuir o tempo de realização de uma tese, e esta deve ser uma decisão acadêmica e cada curso deve poder "liberar" sobre o tipo/qualidade/aprofundamento da pesquisa que quer/deseja e ache necessário realizar. O "exercício" da liberdade é quesito fundamental à produção do conhecimento. Todos sabem que é possível diminuir os prazos. Mas será que não estaríamos com isso, abdicando de formação?

Ainda sobre este sub-item 2, queríamos lembrar a Comissão que o Programa tituló em termos totais em 1996 e 1997, quarenta e quatro (44) mestres e trinta e um (31) doutores, o que revela uma fatia significativa dos titulados no país e, particularmente, em relação aos demais programas. Parece que a expressão desses números não foi devidamente levada em conta pela Comissão na avaliação concedida.

Com relação ao sub-item 3, número de titulados em relação à decisão do NRD6 e Participação de outros docentes, igualmente, parece que a Comissão não ponderou que o Programa de Doutorado teve 44 defesas para um NRD6 de 24 docentes, o que vale dizer que o programa alcançou uma média nos dois anos, 1,8 mestres por orientador. No doutorado foram realizadas 31 defesas o que revela uma média de 1,3 doutor por orientador.

Também os professores aposentados mostraram sua participação nos programas com uma

média de 0,8 mestres e doutores por orientador. Portanto, com base nestes argumentos entendemos que a Comissão foi amplamente injusta com a avaliação “regular” para este sub-item, e certamente será sensível na direção positiva de sua alteração.

Ainda sobre o item VI - Teses e Dissertações, solicitamos à Comissão, que com base nos elementos apresentados neste item, proceda a revisão consequentemente da avaliação final deste quesito “bom”, pois assim, certamente estabelecer-se-á um quadro mais justo para o Programa.

VII - Produção Intelectual

a. Síntese da avaliação.

Item ¹⁾	Pesos	Avaliação ²⁾
1 Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações.	20	Muito Bom
2 Qualidade dos veículos ou meios de divulgação.	30	Muito Bom
3 Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes.	30	Bom
4 Autoria ou co-autoria de docentes.	10	Bom
5 Veículo de divulgação associado	10	Muito Bom
6 Comissão		Muito Bom

¹⁾ Os conteúdos dos itens 1 a 4 são fixos. A Comissão pode estabelecer conteúdos para os itens 5 e 6.

²⁾ Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

b. Apreciação.

A produção intelectual acha-se concentrada em um número restrito de docentes permanentes

7. Item VII Produção Intelectual

O Programa recebeu em termos gerais a avaliação “muito bom” Mesmo assim, dos cinco sub-itens avaliados, três (os de número 1, 2 e 5), tiveram avaliação “muito bom” Mas dois sub-itens, os de números 3 e 4, receberam avaliação “bom”

Quanto ao sub-item 3 - “Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6 e distribuição da autoria entre os docentes” a Comissão emitiu também a seguinte apreciação. “A produção intelectual acha-se concentrada em um número restrito de docentes permanentes”

Cabe então a apresentação de um conjunto de argumentos para mostrar que a Comissão não levou, possivelmente, em consideração as informações constantes do Relatório, como vamos demonstrar.

Em primeiro lugar, o Programa apresentou no biênio uma elevada performance. Foram 23 livros publicados, sendo que dois foram publicados no exterior; (nestes tivemos como autores 6 professores permanentes e três professores aposentados). Com relação aos capítulos de livros, tivemos publicado 37 capítulos de autoria de 14 docentes (11 do NRD6 e 3 aposentados). Entre os livros publicados estão dois livros que receberam no ano de 1996 o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, como bem sabem os membros da Comissão de Avaliação da CAPES, ou seja, “A Natureza do Espaço” prof. Milton Santos e “Geografia do Brasil” prof. Jurandyr Luciano Sanches Ross (org.), que tem 5 capítulos escritos por docentes deste Programa e os demais da área de Geografia Física aqui da USP.

Em segundo lugar, gostaríamos de destacar que os docentes do Programa publicaram nas revistas científicas um total de 32 artigos sendo 5 em revistas internacionais. Estes artigos foram de autoria de 14 docentes do Programa (11 do NRD6 e 3 de aposentados). Em jornais, foram publicados 11 artigos de docentes, sendo de autoria de seis docentes do NRD6 e dois aposentados. Pensamos que esses números apenas já são suficientes para demonstrar que a Comissão não observou atentamente os Relatórios apresentados, pois estes elementos colocam por terra a apreciação feita pela Comissão de que a produção está “concentrada em um número restrito de docentes” Senão vejamos, o NRD6 do Programa refere-se a vinte e quatro (24) docentes. Destes, tivemos com produção intelectual um total de 14 docentes, o que não evidencia por certo a idéia de “número restrito”

Quanto ao sub-item “Na autoria ou co-autoria de docentes” que também recebeu avaliação “bom” devemos informar à Comissão que nestes dois anos foram publicados quatro (4) livros de alunos do Programa, sendo que de quatro autores diferentes; vinte e nove (29) capítulos de livros, sendo um internacional; oitenta e um (81) artigos em revistas científicas; cento e setenta e quatro (174) publica-

ções em Anais; quarenta e quatro (44) artigos em jornais; além de um grande número de outras publicações e atividades. No final, foram cento e quarenta e dois discentes autores em 1996 e cem em 1997.

Enfim, o item Produção Intelectual contém nos Relatórios um total de mais de 650 publicações variadas, o que certamente demonstra a injustiça que a Comissão cometeu a atribuir aos dois sub-itens a avaliação "bom", que solicitamos seja revista integralmente, pois a produção no biênio 94/95 foi menor e o Programa recebeu avaliação A.

QUALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

a. Qualidade dos dados fornecidos e das informações disponíveis sobre o Programa.

Quesitos	Pesos	Coerência ¹⁾	Completo ²⁾
I Proposta do Programa	xxx	Bom	Bom
II Corpo Docente	20	Bom	Bom
III Atividades de Pesquisa	20	Bom	Bom
IV Atividades de Formação	15	Bom	Bom
V Corpo Discente	10	Bom	Bom
VI Teses e Dissertações	15	Bom	Bom
VII Produção Intelectual	20	Bom	Bom
Comissão		Bom	Bom

¹⁾ Atributos: Bom; Regular; Deficiente.

b. Apreciação.

8. Item Qualidade dos dados e informação

Neste item o Programa recebeu a avaliação máxima, o que evidencia que a Comissão teve à sua disposição todas as informações que temos apontado anteriormente - e nem sempre a usou na elaboração de sua avaliação.

9. Item Conceito do Programa

Um dos pontos que achamos mais contraditórios da avaliação refere-se ao fato de que tanto o programa de Geografia Humana quanto aquele de Geografia Física apresentaram exatamente em todos os itens os mesmos conceitos e entretanto, recebeu nota "5". Esta incoerência revela, no mínimo, a necessidade de revisão da avaliação sobre o nosso relatório.

Quanto aos comentários da Comissão de que as observações e as recomendações feitas no

período 94/95 não produziam resultados significativos, (tal fato se refere ao tempo de duração do curso) temos a informar que era impossível isto ocorrer, pois mesmo tendo sido reduzido o tempo máximo do curso (para mestrado e doutorado) os alunos que já haviam ingressado, por um princípio universal, têm direito adquirido. Certamente, os efeitos começarão a surgir no próximo período.

Assim, à luz de todos os argumentos acima apontados solicitamos finalmente no que diz respeito ao **Conceito do Programa item b - Conceito Global do Programa**: que a Comissão reveja sua avaliação final "4".

CONCEITO DO PROGRAMA

a. Síntese da avaliação dos quesitos, expressa pelas respectivas Tendências Dominantes.

Quesitos	Pesos	Avaliação da Comissão ¹⁾
I Proposta do Programa	xxx	Adequado
II Corpo Docente	20	Muito Bom
III Atividades de Pesquisa	20	Bom
IV Atividades de Formação	15	Bom
V Corpo Discente	10	Muito Bom
VI Teses e Dissertações	15	Bom
VII Produção Intelectual	20	Muito Bom
Tendência Dominante		Bom

¹⁾ Exibição dos atributos definidos nos respectivos quesitos.

b. Conceito global do Programa, considerando a avaliação dos quesitos e os critérios da Área de Avaliação:

Conceito ²⁾	4
------------------------	---

²⁾ Escala de conceitos: 1 a 7, em sentido crescente de qualidade. A classificação SA - sem avaliação, é alternativa ao conceito e pode ser atribuída a Programas não avaliados, exclusivamente por ausência ou insuficiência de dados e informações. Neste caso, deve ser Deficiente a avaliação dos itens coerência e completude dos seus dados e informações.

c. Justificativo.

O Programa tem grande tradição e importância no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação em Geografia no Brasil, formando recursos humanos altamente qualificados. Presentemente, apresenta problemas nos principais indicadores, como corpo docente, projetos e linhas de pesquisa, participação do corpo discente nos projetos de pesquisa, grande quantidade de orientandos por orientador e, complementarmente, o excessivo tempo médio de titulação. Deve também ser registrado que muitas observações e recomendações da avaliação referente ao período 1994/1995 ainda não produziram resultados significativos no período avaliado.

10. Item Síntese Evolutiva

Quanto ao quadro relativo à Síntese Produtiva, solicitamos que a Comissão observe o número de livros, principalmente produzidos pelos integrantes do Programa, que revela indicativo de qualidade da produção intelectual. Salientamos que o programa está realizando um trabalho intenso para formar um banco de dados, pois pensamos assim equacionar os problemas que temos enfrentado na coleta das informações.

SÍNTESE EVOLUTIVA

a. Evolução do Programa, principalmente em relação aos quesitos considerados, levando em conta os processos anteriores de avaliação e as informações complementares disponíveis.

Quesitos	Pesos	Situação ¹⁾	Aspecto ²⁾
I Proposta do Programa	xxx	Sem Alteração	Inespecífico
II Corpo Docente	20	Pior	Forte
III Atividades de Pesquisa	20	Sem Alteração	Forte
IV Atividades de Formação	15	Sem Alteração	Forte
V Corpo Discente	10	Pior	Forte
VI Teses e Dissertações	15	Melhor	Inespecífico
VII Produção Intelectual	20	Pior	Forte
Tendência de Evolução		Sem Alteração	xxx

1) Atributos: Melhor; Pior; Sem alteração significativa.
2) Atributos: Forte; Fraco; Inespecífico.

b. Apreciação.

O Programa é forte no seu conjunto mas, em relação à situação anterior, mostra, em 1997, diminuição do número total de docentes permanentes (NRD6), que vinha crescendo lentamente. Apesar do aumento do número de alunos titulados no período, o número total de alunos que permanecem matriculados, já considerado excessivo, aumentou em 1996 e 1997. A produção intelectual, em artigos de revistas e capítulos de livros, mostrou queda no período. O fluxo de alunos apresentou melhora, com diminuição do tempo médio de titulação que, apesar disto, ainda continua muito alto.

Ainda sobre a queda de produção intelectual, cabe afirmar novamente que aqui se confunde quantidade com qualidade apesar dos 650 trabalhos publicados, o que vale uma quantidade não negligenciável. Mesmo assim, as avaliações não poderiam ignorar a especificidade do trabalho acadêmico na área das Ciências Humanas; é preciso pensar que há momentos em que se fez pesquisa o que demanda muito tempo em trabalho de coleta de informação, leituras, reflexão, debate - e os momentos onde se pode mostrar seus resultados passíveis de serem publicados. Portanto, qualquer avaliação deste número deve levar em consideração um período mais longo, para não comprometer o trabalho na Universidade.

Quanto ao número de trabalhos publicados pelos alunos, ele necessariamente aumentou no período. Não se pode esquecer que neste período surgiu a Revista GEOUSP (de pós-graduação), item a nosso ver fundamental para avaliação de um curso de Pós-graduação (3 números em 15 meses); além

das publicações nos laboratórios que contam com importante participação de alunos (graduação e pós-graduação).

Assim, esperamos que a Comissão Avaliadora analise novamente o relatório e possa rever a avaliação final do Programa. Nossa expectativa é de que sempre a justiça, antes de tudo, impere no meio acadêmico e científico do Brasil.

Nosso programa continua sendo responsável por parte bastante significativa das titulações do país e o número de alunos não pode continuar a crescer indefinidamente, sob a pena de perda da qualidade. Mesmo porque, embora possamos contar com a inestimável colaboração de professores titulados aposentados, a quase totalidade do corpo docente do Departamento de Geografia já faz parte do corpo de orientadores credenciados junto ao programa, com vagas de orientação totalmente preenchidas. E, também não é segredo, continua contribuindo para a formação dos professores das Universidades Federais, Estaduais do Brasil e com isso criando profundas raízes para a constituição do pensamento geográfico brasileiro fato este não ignorado pelos membros da Comissão. Convém também não esquecer que até 1997 o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo formou somente na área de Geografia Humana 246 Mestres e 127 Doutores - com a qualidade lhe garantiu respeito e reconhecimento nacional e internacional.

São Paulo, 11 de agosto de 1998

Normas de Publicação

A revista GEOUSP destina-se, prioritariamente, à publicação acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

1. Tipos de trabalhos publicados:

Artigos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica;

Notas de Pesquisa que exponham vivências e discutam metodologias de trabalho de campo em Geografia;

Resenhas Críticas que analisem as contribuições e as limitações da obra em questão;

Notícias de Encontro que informem criticamente sobre reuniões científicas acontecidas.

2. Extensão dos textos: os artigos deverão ter, no máximo, 18 laudas (tamanho A4); as Notas de Pesquisa, no máximo 10 laudas; as Resenhas, no máximo 3 laudas e as Notícias de Encontro duas laudas.

3. Forma de apresentação: todo artigo deve ser encaminhado à Redação em disquete acompanhado de duas cópias impressas. O autor deve indicar sua filiação acadêmica, a data de elaboração do artigo e seu endereço para correspondência, que será publicado visando eventuais contatos por parte de outros pesquisadores. Todo artigo deverá estar acompanhado por um resumo (em português e inglês ou francês) de aproximadamente 10 linhas e por 5 palavras-chave (em português e inglês ou francês). O original deverá ser digitado em *word for windows*, preferencialmente *windows 95*, em letra número 09, espaço simples, e devidamente revisto pelo autor.

4. Citações: devem aparecer no corpo do texto, entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data da publicação, página(s) citada(s). No caso de diferentes títulos do mesmo autor no mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data, conforme ex.:

(SOJA, 1989, p. 32) ou (HARVEY, 1985a, p. 77-78).
As citações abreviadas enviam à bibliografia no final do artigo.

5. Bibliografia: deve apresentar indicações completas das obras utilizadas, como segue:

Livro:

SOBRENOME, Nome do Autor. *Título do livro*. Edição. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Artigo de revista:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Artigo" *Título do Periódico*, Número do Volume, Data do Volume, Páginas (inicial e final).

Artigo de coletânea:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Trabalho" In: SOBRENOME, Nome do Organizador. *Título da Coletânea*. Local de Publicação: Editora, Data, Páginas (inicial e final).

6. Destaques: deve ser utilizado *itálico* toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, bem como palavras de origem estrangeira. Quando de citações de livros utilizados, estas devem vir entre aspas.

7. Ilustrações: devem ser utilizadas quando importantes para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade.

8. Aprovação dos originais: os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por pelo menos um membro da Comissão da Revista.

9. Exemplares do Autor: serão enviados a cada autor três exemplares, em caso de artigo, e um exemplar em caso de Nota de Pesquisa, de Resenha Crítica e de Notícias de Encontro, do número em que estiver publicada sua colaboração, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP. No caso de Artigo, ele receberá, ainda, dez separatas de seu trabalho.

10. Restrições: todo material encaminhado à revista GEOUSP deve ser inédito no Brasil e estar rigorosamente de acordo com as Normas de Publicação. Caso contrário, não serão apreciados. Os dados e conceitos apresentados são de exclusiva responsabilidade do autor.

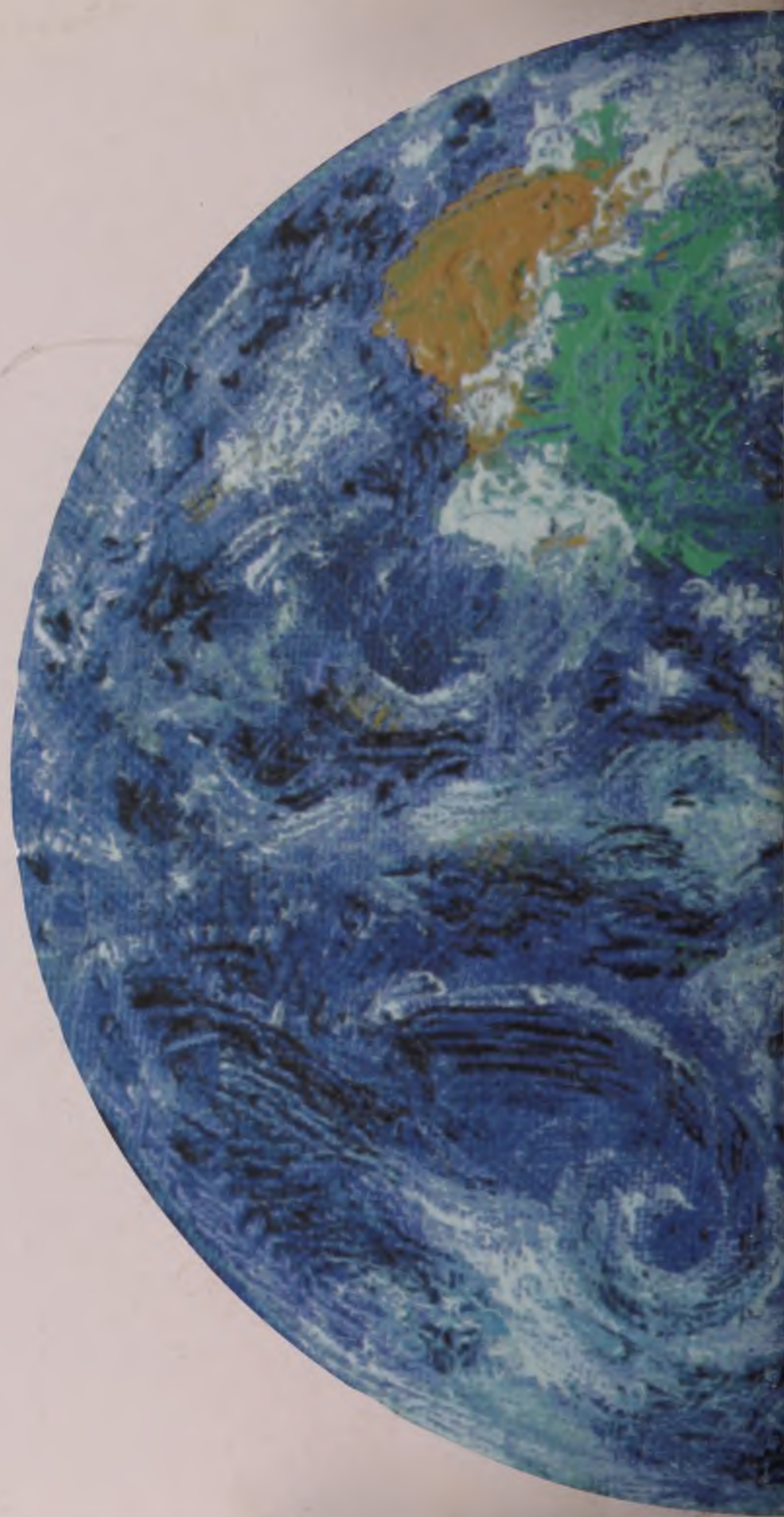
Endereços para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL
Geosp – Revista da Pós-graduação do
Departamento de Geografia – FFLCH/USP
Caixa Postal 2530 – CEP 01060-970 – São Paulo – SP
Brasil
Fax (011) 818-3159
e-mail: geofflch@usp.br

COMPRAS E/OU ASSINATURAS
Humanitas Livraria – FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 – Cidade Universitária
CEP 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Fonofax (011) 818-4584
e-mail: publch@edu.usp.br
<http://www.usp.br/fflch/fflch.html>

Título Geosp nº 4
Capa e Projeto Gráfico Eduardo Yázigi
Diagramação/Editoração Joiceley Vieira de Souza e Leo Stucchi
Ilustração da Capa Obra *O Mundo*, de Rogério Gimenes de Campos,
janeiro/1998. Acrílico sobre tela, 24x30cm.
Revisão Ireleno Porto Benevides
Montagem Erbert Antão da Silva
Divulgação Humanitas Livraria - FFLCH/USP
Formato 20 x 23cm
Mancha 16,5 x 19,3cm
Tipologia Bangkok
Papel Off-set 75g/m² (miolo);
Couchê 240g/m² (capa)
Impressão da capa Quadricromia
Nº de páginas 154
Tiragem 500 exemplares

ISSN-14147416



USP

Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP